

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**Giovana Rosangela Ferreira Mendes**

**INJUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL NOS CRUZAMENTOS DA HISTÓRIA E  
MEMÓRIA: COMUNIDADE QUILOMBOLA NOSSA SENHORA DO CHUMBO**

**São Carlos - SP  
2020**

**Giovana Rosangela Ferreira Mendes**

**INJUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL NOS CRUZAMENTOS DA HISTÓRIA E  
MEMÓRIA: COMUNIDADE QUILOMBOLA NOSSA SENHORA DO CHUMBO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de doutora em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins

**São Carlos - SP**

**2020**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

---

**Folha de Aprovação**

---

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado da candidata Giovana Rosângela Ferreira Mendes, realizada em 15/04/2020:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva  
UFSCar

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins  
UFSCar

\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Carmen Silvia Andrioli  
UFRRJ

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Paulo Alberto dos Santos Vieira  
UNEMAT

\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva  
UFSCar

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Fábio José Bechara Sanchez  
UFSCar

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Maria Aparecida de Moraes Silva, Rodrigo Constante Martins, Carmen Silvia Andrioli, Paulo Alberto dos Santos Vieira, Maria Aparecida de Moraes Silva, Fábio José Bechara Sanchez e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva

## DEDICATÓRIA

*In memoriam*

À irmã Dila, pelas longas conversas e aprendizado. Obrigada pelas poesias, pelos contos da caminhada do padre Joaquim, pelo carinho, atenção e amizade.

## **AGRADECIMENTOS**

Não há como medir ou classificar o que representou cada um dos que estiveram e estão ao meu lado nesta caminhada, que foi se tornando um esforço coletivo. Evidencio aqui a forma com que fui acolhida pelo grupo pesquisador, a possibilidade de troca com meu orientador Rodrigo Martins, ao apoio da família, amigos/as, colegas e estranhos que encontrei pelas andanças do Pantanal Mato-Grossense, todos/as foram extremamente importantes para a escrita desta tese.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus e todos os meus santos protetores, pela oportunidade de trilhar caminhos...caminhando!!!

Dedico, especialmente, à minha mãe Benedita Catarina Rodrigues Souza, minha amiga e companheira de estrada na trajetória da pesquisa, à minha filha Karina Mendes, porto seguro, amor maior da minha vida e inspiração nesta caminhada acadêmica.

Gratidão pelo apoio, compreensão e amor incondicional à tia Alzira Rodrigues de Souza Santos e à Deusa Rodrigues de Souza. Obrigada por todas as palavras de incentivo nos momentos em que eu me encontrei incapaz de prosseguir e por me fazerem companhia nas idas à comunidade.

Aos meus três queridos irmãos, Jean Jackson Ferreira Mendes, Jessé Kleberon Ferreira Mendes e Jesuel Bosco Ferreira Mendes, pela amizade, por estarem sempre comigo e por acolherem os meus sonhos, sonhando-os e vivendo-os sempre comigo, e ao meu querido genro Wisley Venandes, pelas palavras de motivação.

Com muito carinho e gratidão, a Hugo Fernandes por tudo o que contribuiu nesta caminhada, por estar sempre presente na minha vida.

À professora Alaíde, que com muito carinho tornou agradável a leitura desta tese.

Aos moradores/as da comunidade quilombola Nossa Senhora do Chumbo e demais comunidades inseridas no Cerrado do Pantanal, pelo acolhimento durante a realização desta pesquisa, em particular as meninas do Programa Tereza de Benguela. Agradeço, especialmente, ao Seu Juca e à dona Ana, pela confiança, carinho, respeito e acolhimento, para sempre estarão no meu coração.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, por ter contribuído para o meu crescimento acadêmico e pessoal, tornando possível a

execução da tese. Agradeço aos professores/as do PPGS-UFSCar, muitos contribuíram com o meu crescimento acadêmico e como pessoa, a compreender melhor a sociedade em que vivemos. Agradeço, também, à secretaria do Programa de Pós-Graduação, pela seriedade, competência e pelas informações acadêmicas que foram passadas para mim.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins. Sou imensamente grata pelos diálogos, acolhimento, generosidade, paciência e pelas valiosas orientações na elaboração desta tese. Sem sua presença nessa caminhada, seria impossível a realização desta pesquisa. Minha gratidão, profunda admiração e carinho.

À Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva e ao Prof. Dr. Fábio Sanchez, pelas valiosas sugestões na qualificação deste trabalho.

Toda a minha admiração à Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva, que escreve com alma e amor, minha inspiração na escolha da metodologia e meu referencial na escrita da tese.

Ao grupo de pesquisa RURAS, meus cumprimentos a todos e todas, pelos nossos encontros e discussões que fortaleceram meu projeto de pesquisa, meu texto de qualificação e, sem dúvidas, convergiram nos resultados da versão final da tese.

Às minhas queridas amigas Itamara dos Anjos, Gláucia Barros, Liza Paro e Marilane Alves, que juntas caminharam comigo, obrigada pela motivação, carinho e paciência.

Às minhas queridas alunas Luiza Mikaele, Flávia Ohana, Samira Ramos e Luzenil Rondon, que muito contribuíram com a pesquisa, por disponibilizarem o próprio tempo me acompanhando nos arquivos públicos dos municípios de Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Várzea Grande e Cuiabá.

Ao Instituto Federal de Mato Grosso, à Reitoria e ao Campus Várzea Grande, pelo apoio, pela parceria e colaboração para conclusão desta tese.

Ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro, Indígena e de Fronteira –NUNDI/IFMT, da qual faço parte desde 2010, agradeço à Maristela Guimarães e estendo o agradecimento a todos os participantes.

Aos colegas do Programa DINTER, pela caminhada juntos, meu muito obrigada.

## RESUMO

O objetivo desta tese foi investigar, analisar e apresentar os diversos aspectos relativos aos impactos socioambientais provocados pela implantação e funcionamento da agroindústria da cana sobre os modos de vida da comunidade quilombola Nossa Senhora do Chumbo, a partir da percepção dos/as moradores/as, considerando-se os aspectos de gênero, classe e raça. A comunidade está na região norte do Pantanal Mato-grossense, conhecida como “Cerrado do Pantanal”, localizada no município de Poconé, na porção centro-sul do Estado de Mato Grosso, na microrregião do Alto Pantanal. Empregaram-se na pesquisa os procedimentos qualitativos de pesquisa social, usando como instrumento a história de vida e entrevistas com agentes sociais selecionados a partir da sua representatividade na comunidade em relação à vivência nas implicações socioambientais na região. Os conflitos na região tiveram início com a implantação da agroindústria da cana, com disputas desiguais entre os/as moradores/as das comunidades que tiveram e têm sua cultura, identidade e território ameaçado por grupos dominantes, especialmente do agronegócio. Na região, os desmatamentos realizados para a introdução da monocultura, somados à pecuária e a mineração, têm motivado conflitos entre os donos desses grandes empreendimentos e os agentes sociais que na sua maioria vivem da agricultura familiar de subsistência. A partir do recorte dos anos 1980 até 2012, percebemos que esses agentes estiveram sujeitos à expropriação. Assim como em outras localidades, essa expulsão produziu a migração para busca de trabalho, o que fez com que a agroindústria da cana na comunidade fosse um destino dessa mão de obra local e de migrantes do Nordeste. Os impactos socioambientais resultantes da implantação da usina na comunidade recaem de modo desproporcional sobre diferentes grupos presentes neste território, em função da vulnerabilidade social e econômica, caracterizando a injustiça ambiental.

**Palavras-chave:** Conflitos socioambientais. Agroindústria da Cana. Comunidade Quilombola Nossa Senhora do Chumbo. Cerrado do Pantanal, Mato Grosso.

## **ABSTRACT**

The objective of this thesis was to investigate, to analyze and to present the many aspects relative to the socioenvironmental impacts of the sugarcane agroindustry on the ways of life of the Nossa Senhora do Chumbo quilombola community, through the perceptions of community members, and taking into account gender, class and race aspects. The community is located at the northern region of the Mato Grosso Pantanal, known as the “Cerrado do Pantanal”, located in the municipality of Poconé, in the south-central portion of the state of Mato Grosso, in the Upper Pantanal microregion. Qualitative social research procedures were used in the research, as life stories and interviews with social agents selected by their representativeness in the community in relation to their experience with sugarcane socio-environmental implications in the region. Conflicts in the region began with the implementation of the sugarcane agroindustry, with unequal disputes between residents of communities that had and have their culture, identity and territory threatened by dominant groups, especially agribusiness. In the region, the deforestation carried out for the introduction of sugarcane monoculture and livestock have motivated conflicts between the owners of these large enterprises and the social agents who live from family farming and working in the mines. From the 1980s through 2012, we realized that these agents were subject to expropriation. As in other locations, this expulsion produced migration to search for work, which made the sugarcane agroindustry in the community a destination for this workforce composed by local people and migrants from the Northeast. The social and environmental impacts resulting of the implementation of sugarcane agro-industry in the community weigh disproportionately on different groups in this territory due to social and economic vulnerability, characterizing environmental injustice.

**Keywords:** Socioenvironmental conflicts. Sugarcane Agroindustry. Nossa Senhora do Chumbo Quilombola Community. Cerrado do Pantanal region, Mato Grosso.



## FOTOS

|  |     |
|--|-----|
| Foto 1 - Garimpo localizado no entroncamento entrada da Rodovia MT 451 (Rod. Adauto Leite).....                      | 79  |
| Foto 2 - Segundo garimpo localizado no entroncamento da Rodovia MT 451.....  | 80  |
| Foto 2 -Primeira capela da comunidade do Chumbo.....   | 96  |
| Foto 4 - Moradores/as preparando café da manhã para a Festa de Nossa Senhora Aparecida, outubro de 2016 .....        | 102 |
| Foto 5 - Moradores/as preparando e levantando o mastro para a Festa de Nossa Senhora Aparecida, outubro de 2016..... | 102 |
| Foto 6 - Mulheres preparando almoço na comemoração da Consciência Negra. ....  | 104 |
| Foto 7 - Asfaltamento de rua: aspecto de modernidade na comunidade .....   | 106 |
| Foto 8 - A maioria das ruas ainda não é asfaltada .....  | 107 |
| Foto 9 - Vista da casa de dona Ana e do Seu do Seu Juca.....   | 107 |
| Foto 10 - Rodovia MT-451, denominada Adauto Leite.....   | 120 |
| Foto 11 - Senhor Adauto na fazenda.....  | 123 |
| Foto 12 - Primeira guarita de acesso da usina.....   | 134 |
| Foto 13 - Segunda guarita da usina, com maquinários abandonados ao fundo .   | 134 |
| Foto 14 - Lado direito da usina, próximo à guarita de acesso, com a presença de construções.....                     | 134 |
| Foto 15 - Segunda guarita da usina, localizada logo atrás da guarita de entrada. ....                                | 135 |
| Foto 16 - Máquinas utilizadas no transporte da cana.....   | 135 |
| Foto 17 - Seu Juca com sua viola de cocho na sala da sua casa .....  | 144 |
| Foto 18 - Ferramentas que Seu Juca utiliza para confeccionar instrumentos....  | 145 |
| Foto 19 - Viola de cocho que Seu Juca estava confeccionando.....   | 146 |
| Foto 20 - Seu Juca e dona Ana no quintal de casa.....  | 148 |
| Foto 21 - Plantação de soja na Rodovia Adauto Leite.....   | 177 |

## QUADROS

|   |    |
|---|----|
| Quadro 1 - Entrevistados/as da comunidade Nossa Senhora do Chumbo .....                 | 26 |
| Quadro 2 - Entrevistados/as que não residem na comunidade Nossa Senhora do Chumbo ..... | 26 |
| Quadro 3 - Comunidades quilombolas certificadas no estado de Mato Grosso....            | 74 |
| Quadro 4 - Comunidades quilombolas do Município de Poconé/MT .....                      | 77 |

## **MAPAS**

|   |    |
|---|----|
| Mapa 1 - Localização dos municípios selecionados, 2019 .....              | 70 |
| Mapa 2 - Poconé: Localização da Comunidade Quilombola do Chumbo, 2019 ... | 78 |

## **FIGURAS**

|   |     |
|---|-----|
| Figura 3 - Jornal encontrado no Arquivo Público do município de Cuiabá/M..... | 127 |
|---|-----|

## LISTA DE SIGLAS

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias  
APA - Área de Proteção Ambiental  
APP - Área de Preservação Permanente  
APROSOJA - Associação dos Produtores de Soja e Milho  
Art - Artigo  
BAP - Bacia do Alto Paraguai  
CAIs - Complexos Agroindustriais  
CF - Constituição Federal  
CNA - Confederação Nacional da Agricultura  
CNPT - Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade  
CMA - Centro de Monitoramento de Combustíveis  
CODEMAT - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso  
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente  
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento  
CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.  
CC/PR - Casa Civil da Presidência da República CRQ - Comunidade Remanescente de Quilombo  
CPP - Centro de Pesquisa do Pantanal  
CPT - Comissão Pastoral da Terra  
DETER - Detecção de desmatamento em tempo real  
DOU - Diário Oficial da União  
EIA - Estudos de Impactos Ambientais  
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EMPAER - Empresa Mato-Grossense de Extensão Rural  
FAMATO - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso  
FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso  
FEMA - Fundação Estadual de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso  
FCP - Fundação Cultural Palmares  
FDHT - Fórum de Direitos Humanos e da Terra de Mato Grosso  
FORMAD - Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
GT - Grupo de Trabalho  
GTMS - Grupo de Trabalho de Mobilização Social  
IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INTERMAT - Instituto de Terras de Mato Grosso  
MEC - Ministério da Educação  
MPE - Ministério Público Estadual  
MPF - Ministério Público Federal  
MPT - Ministério Público do Trabalho  
MST-MT - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Mato Grosso  
MT - Mato Grosso  
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego  
NUNDI - Núcleo de Estudos Afro-brasileiro, Indígena e de Fronteiras  
OIT - Organização Internacional do Trabalho  
ONG - Organizações Não Governamentais  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PLADESCO - Projeto de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PPCDQ/MT - Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado do Mato Grosso  
POLOAMAZÔNIA - Programa de (Polos) Agropecuários e Agro minerais da Amazônia  
POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento do Cerrado  
PROAGRO - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária  
PBQ - Programa Brasil Quilombola  
PIR - Promoção da Igualdade Racial  
RBJA - Rede Brasileira de Justiça Ambiental  
RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural  
SEDUC - Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso  
SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente  
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação  
SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia  
SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste  
UC - Unidade de Conservação  
UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso  
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO   | 16  |
| <b>Objetivos e Hipótese</b>  | 16  |
| <b>Motivos da escolha da comunidade</b>  | 17  |
| <b>Caracterização do Estado de Mato Grosso</b>   | 18  |
| <b>Pressupostos Conceituais</b>  | 19  |
| <b>Procedimentos Metodológicos</b>   | 23  |
| SEÇÃO 1 - FORMAÇÃO AGRÁRIA NO BRASIL E EM MATO GROSSO: A ESCRAVIDÃO COMO EMBRIÃO DO LATIFÚNDIO NO PAÍS | 34  |
| <b>1.1 Evolução da propriedade rural no Brasil</b>   | 34  |
| <b>1.2 O Estatuto da Terra e a Modernização da Agricultura</b>   | 42  |
| <b>1.3 Formação e transformação do espaço rural mato-grossense</b>                                     | 53  |
| SEÇÃO 2. DOS QUILOMBOS À QUILOMBOLAS: ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA   | 62  |
| <b>2.1 Formação dos quilombos no Brasil</b>  | 62  |
| <b>2.2 Os quilombos em Mato Grosso</b>   | 68  |
| <b>2.3 Comunidades quilombolas contemporâneas no Mato Grosso: Processo histórico e formação atual</b>  | 74  |
| <b>2.4 Formação da comunidade quilombola Nossa Senhora do Chumbo</b>                                   | 77  |
| <b>2.4.1 A influência dos festejos típicos do pantanal na cultura da comunidade</b>                    | 97  |
| SEÇÃO 3 - DOS ENGENHOS À AGROINDÚSTRIA DA CANA EM MATO GROSSO (SÉCULOS XVIII/XX)                       | 107 |
| <b>3.1 Agroindústria da cana no município de Poconé/MT</b>   | 116 |
| <b>3.2 Agroindústria da Cana: Cocapo/Alcopan – Álcool do Pantanal LTDA</b>                             | 122 |
| SEÇÃO 4 - AS RAÍZES DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA COMUNIDADE DO CHUMBO                              | 136 |
| <b>4.1 Resistência e Luta: Território, Cultura e Impactos Socioambientais</b>                          | 137 |
| <b>4.1.1 Fabricação da viola de cocho</b>  | 139 |
| <b>4.1.2 As relações sociedade e natureza:</b>   | 144 |
| <b>4.2 Organizações Sociais: Classe, gênero, étnico-racial e meio ambiente</b>                         | 157 |
| <b>4.2.1 Abandonados/as à própria sorte</b>  | 164 |
| <b>4.3 Impactos sociais e ambientais: Cultura, Pertencimento, Gênero e Classe Social</b>               | 173 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS  | 190 |
| 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS  | 196 |
| 7. GLOSSÁRIO   | 209 |
| 8 APÊNDICE A   | 210 |
| 9 APÊNDICE B   | 214 |
| 10 ANEXOS  | 217 |

## INTRODUÇÃO

**Eu só peço a Deus  
Que a dor não me seja indiferente [...]  
Mercedes Sosa**

### **Objetivos e Hipótese**

Esta pesquisa foi realizada na comunidade quilombola Nossa Senhora do Chumbo, localizada aproximadamente a 110 km da capital Cuiabá, na MT-451 (Rodovia Adauto Leite), município de Poconé, Mato Grosso. O objetivo geral foi investigar, analisar e apresentar os diversos aspectos relativos aos impactos socioambientais provocados pela implantação e funcionamento da agroindústria da cana na comunidade quilombola Nossa Senhora do Chumbo, a partir da percepção dos/as moradores/as, considerando-se os aspectos de gênero, classe e raça.

No caso, como comunidades já historicamente espoliadas, como as comunidades rurais negras do Mato Grosso, são aquelas que são atingidas de forma extremamente negativa pelos “projetos de desenvolvimento”. Atingidas tanto nos custos ambientais destes projetos como nas novas formas de espoliação do trabalho que acarretam.

Como objetivos específicos temos a reflexão sobre o espaço social na área de estudo mapeada, buscando evidenciar as inter-relações entre atividades produtivas e a degradação ambiental do bioma e identificar a relação com a implantação da agroindústria da cana; investigar quais são os tipos de impactos sociais e ambientais decorrentes da implementação da usina na região, bem como as formas de luta para permanecer na terra, ressaltando as mudanças ocorridas na cultura, na religião e nas relações com a natureza. Para isso, transcrevemos as histórias de vida, usos, costumes e tradições de alguns agentes sociais da comunidade, bem como suas percepções sobre os resultados do modelo de desenvolvimento econômico trazido pelo setor sucroalcooleiro.

Buscamos a memória desses moradores/as porque, muito embora exista uma escassez de documentos oficiais a respeito do período de funcionamento da usina, há, por outro lado, uma riqueza de experiências e informações dos agentes sociais com as histórias de vida que se iniciam no período da escravatura e

sobrevivem até os nossos dias. Também se utiliza do método histórico e de pesquisa bibliográfica, para enriquecer o trabalho.

A região escolhida destaca-se pela sua rica biodiversidade e pelas características típicas de seus moradores/as, comunidade quilombola há muito esquecida pelo poder público, que sobrevive graças à luta dos seus/suas moradores/as, apoiados na agricultura de subsistência e na perseverança na preservação da natureza, nos seus costumes e tradições – os quais foram, por sua vez, impactados pela injustiça ambiental.

Considerando o conhecimento prévio sobre a região mapeada e as questões que se direcionam aos conflitos de natureza social e ambiental, partiu-se da hipótese de que os grupos sociais locais se tornaram mais vulneráveis em decorrência da inserção da agroindústria da cana na região. Comunidades mais próximas das áreas de cultivo foram as principais atingidas por esse modelo. A partir disso, podemos inferir que em locais onde os conflitos são mais intensos, as táticas de resistência e formas organizativas são também mais expressivas.

### **Motivos da escolha da comunidade**

A pesquisa de uma comunidade quilombola exige que a situemos no contexto histórico, político e social da nação brasileira; foi o que fizemos com a comunidade estudada, comunidade quilombola de Poconé-MT. Trata-se de um estudo contemporâneo com base na identidade, territorialidade, saberes e questões sociais e ambientais. Segundo Minayo (2013):

[...] Como quaisquer fenômenos humanos, investigações sociais estão relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente concatenadas. Pesquisas nascem de determinado tipo de inserção no real, nele encontrando razões e objetivos. Enquanto prática intelectual, o ato de investigar reflete também dificuldades e problemas próprios das Ciências Sociais, sobretudo sua intrínseca relação com a dinâmica histórica. (MINAYO, 2013, p. 47).

A região antes ocupada pela agroindústria da cana atualmente passa por uma fase de transição para o cultivo da soja, sem, contudo, ter havido um estudo sobre os impactos decorrentes da implantação da agroindústria canavieira. Corre-se, portanto, o risco de se ter um novo ciclo de monocultura, e esta é outra justificativa para a escolha dessa comunidade.

Também foi constatado para efeitos da pesquisa a necessidade de um olhar



para a área de transição entre os biomas Cerrado e Pantanal, que apresentam uma exuberante biodiversidade que influencia diretamente no modo de vida da maioria dos/as moradores/as das comunidades que estão geograficamente localizadas no Cerrado do Pantanal.

Além disso, a pesquisadora é membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro, Indígena e de Fronteiras (NUNDI) do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), desde sua criação em 2011, no Campus Pontes e Lacerda, o que a aproxima dos estudos sobre comunidades quilombolas.

Há, ainda, um fator emocional. A pesquisadora nasceu e viveu até os 15 anos de idade no município de Poconé/MT e, durante toda a sua infância, ouviu de seus avós maternos histórias de luta e perseverança do seu bisavô na região, que chegou a Poconé por volta do ano de 1885<sup>1</sup>.

### **Caracterização do Estado de Mato Grosso**

O estado de Mato Grosso é o terceiro maior em área da Federação Brasileira, com área total de 906.807 km<sup>2</sup>. Localizado na região Centro-Oeste do país, na porção central do continente Sul Americano, tem território fronteiriço internacional e faz parte da Amazônia Brasileira. Esse fato, aliado à sua condição de espaço estratégico, o transformou em rota compulsória para os fluxos que dirigem a região Amazônica desde a década de 1960, com relevante papel nos planos de desenvolvimento nacional e de integração sul-americana (MENDES, 2015).

O Mato Grosso, do ponto de vista da diversidade étnica, tem sido território de disputa de colonizadores, indígenas, assentados e quilombolas e, em especial, pelo crescimento desenfreado da monocultura. Este último processo revela a busca exclusivamente por lucro, desconsiderando as comunidades locais.

Historicamente os primeiros passos para o desenvolvimento econômico da região ocorreram no período de exploração do ouro, quando a região passou por uma fase de pré-desenvolvimento que, além da mineração, teve início o cultivo da cana-de-açúcar, erva-mate, poaia, borracha e pecuária. Porém, os espaços territoriais disponíveis ainda eram uma realidade em Mato Grosso, fato que não

---

<sup>1</sup> Por uma feliz coincidência, durante a realização da pesquisa, a pesquisadora descobriu que o seu bisavô era amigo do avô de um dos principais representantes da comunidade do Chumbo, conhecido como “Seu Juca”, o que tornou a pesquisa ainda mais interessante.

passou despercebido pelo governo federal.

Para entender o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, é preciso explorar o contexto da região Centro-Oeste do Brasil, que a partir de 1970 passou a receber mais incentivos com a implantação dos Programas de Desenvolvimento Regionais.

O território mato-grossense é resultado de um conjunto de espaços geográficos moldados ao longo do processo de formação econômica social do país, posto em prática de forma efetiva a partir do século XVIII. Isso significa dizer que a estrutura regional do Centro-Oeste relaciona-se ao contexto nacional como uma totalidade, sendo regida pela dinâmica capitalista. Essa dinâmica pode ser entendida como a crescente integração das regiões brasileiras a partir da homogeneidade da economia nacional. Assim, estrutura espacial é resultante de um processo temporal onde o território é continuamente estruturado e reestruturado. (MORENO et al, 2009, p.4).

O crescimento do capitalismo brasileiro se caracteriza, segundo Moreno et al. (2009), pela intervenção do Estado através de instrumentos cujas finalidades eram a valorização do capital e a inserção econômica do país no contexto mundial. Na região Centro-Oeste, tais intervenções estatais trouxeram transformações estruturais por meio da divisão territorial do estado de Mato Grosso, com a criação do estado do Mato Grosso do Sul (1977) e a divisão do estado de Goiás, com a criação do estado de Tocantins (1981).

Pode-se constatar, então, que as estratégias de intervenção do Estado Nacional foram variadas. Conseqüentemente, os impactos na estrutura regional também foram diferenciados. Assim, em busca da homogeneização econômica nacional, expressa pela integração das regiões brasileiras, ocorreram transformações que afetaram as relações de produção e modificaram o inter-relacionamento dos núcleos urbanos com áreas produtivas rurais. (MORENO, 2009, p.4).

Numa óptica de desenvolvimento econômico e social ocorreu uma concentração fundiária e de produção de bens, enfim, a ideia que se tinha de crescimento econômico e desenvolvimento rural não se ratificou.

### **Pressupostos Conceituais**

O movimento de Justiça Ambiental constitui-se nos EUA nos anos de 1980, para compreender o contexto que assinalou o termo Justiça Ambiental e uma articulação criativa entre lutas de caráter social, territorial, ambiental e direitos civis faz-se necessário compreender a noção de justiça ambiental ((ACSELRAD, 2009).

A noção de justiça ambiental implica, pois, o direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, onde o “meio ambiente” é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas, construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas. Refere-se, assim, às condições em que tal direito pode ser livremente exercido, preservando, respeitando e realizando plenamente as identidades individuais e de grupo, a dignidade humana e a autonomia das comunidades. A noção de justiça ambiental afirma, por outro lado, o direito de todo trabalhador a um meio ambiente de trabalho sadio e seguro, sem que ele seja forçado a escolher entre uma vida sob risco e o desemprego. Afirma também o direito dos moradores de estarem livres, em suas casas, dos perigos ambientais provenientes das ações físico-químicas das atividades produtivas. (ACSELRAD; BEZERRA, 2009, p. 17).

Por justiça ambiental significa tratamento justo a todos os grupos sociais, independente da sua classe social ou raça:

A condição de existência social configurada através do tratamento justo e do envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor ou renda no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e aplicação de políticas, leis e regulações ambientais. Por tratamento justo entenda-se que nenhum grupo de pessoas, incluindo-se aí grupos étnicos, raciais ou de classe, deva suportar uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas resultantes da operação de empreendimentos industriais, comerciais e municipais, da execução de políticas e programas federais, estaduais ou municipais, bem como das consequências resultantes da ausência ou omissão destas políticas. (BULLARD apud ACSELRAD, 2009, p.16).

De acordo ainda com Acselrad:

Justiça ambiental é, portanto, uma noção emergente que integra o processo histórico de construção subjetiva da cultura dos direitos. [...] essa noção de justiça surgiu da criatividade estratégica dos movimentos sociais que alteraram a configuração de forças sociais envolvidas nas lutas ambientais e, em determinadas circunstâncias, produziram mudanças no aparelho estatal e regulatório responsável pela proteção ambiental. (ACSELRAD, 2010, p.111).

As discussões sobre o conceito de injustiça ambiental iniciaram-se a partir da luta contra o racismo ambiental nos Estados Unidos, em meados da década de 1960, por meio de movimentos sociais, das organizações nas lutas pelos direitos civis de pessoas afrodescendente, “que em sua maioria eram grupos pobres e socialmente discriminados em relação à maior exposição a riscos ambientais” (Santos; Stevan, 2016, p.54, apud ACSELRAD, 2010)

Registra-se um caso polêmico que ocorreu no ano de 1982 em Warren County, Carolina do Norte, quando moradores dessa comunidade negra descobriram a instalação de um aterro para depósito de rejeitos tóxicos na

vizinhança e tentaram impedir com os próprios corpos a passagem dos caminhões. Apesar de não terem conseguido impedir que o carregamento fosse despejado, o protesto virou notícia e induziu o governador para que se comprometesse com o fechamento e a limpeza do depósito (HERCULANO, 2002).

Para Herculano, compreende-se por injustiça ambiental:

É o mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis. (HERCULANO, 2008, p.2).

Nesse sentido, certas análises sobre a distribuição dos riscos ambientais haviam chegado à conclusão de que os impactos dos acidentes ambientais estão desigualmente distribuídos por raça e por renda. Áreas de concentração de minorias raciais têm uma probabilidade desigual para sofrer com riscos e acidentes ambientais. Esses estudos também demonstram que há uma atuação do Estado que concorre para aplicação desigual das leis ambientais (BULLARD, 2002).

De acordo com Acselrad,

[...] uma agenda nacional para redesenhar a política ambiental dos EUA de modo a incorporar a pauta das 'minorias', comunidades ameríndias, latinas, afro americanas e asiático americanas, tentando mudar o eixo de gravidade consolidou-se assim como uma rede multicultural e multirracial nacional, e mais recentemente internacional, articulando entidades de direitos civis, grupos comunitários, organizações de trabalhadores, igrejas e intelectuais no enfrentamento do 'racismo ambiental' visto como uma forma de racismo institucional. Buscou-se assim fundir direitos civis e preocupações ambientais em uma mesma agenda, superando vinte anos de dissociação e suspeita entre ambientalistas e movimento negro. (ACSELRAD, 2004, p. 5).

Infelizmente, a realidade na comunidade do Chumbo mostra evidências de que os/as moradores/as sofrem ainda com as injustiças ambientais existentes na região, fruto de um modelo desenvolvimentista, em que a preocupação é, unicamente, a busca pelo capital.

A devastação, tais como o desmatamento e as queimadas, causada pelo extrativismo mineral, monoculturas e o desenvolvimento da pecuária no município de Poconé tem provocado até hoje degradações ambientais e sociais que interferem diretamente na vida dos/as moradores/as, o que descreve um quadro de racismo ambiental, pois os efeitos desses processos recaem de forma desproporcional entre os agentes sociais envolvidos.

Essa situação pode ser claramente identificada no município de Poconé, onde a exploração do ouro e as atividades de plantação e pecuária não tiveram nenhum cuidado e preocupação com as consequências socioambientais dessas práticas de exploração do solo.

Acselrad (2009) aponta que as injustiças ambientais se configuram quando há uma distribuição desigual dos riscos ambientais, principalmente quando recaem sobre os grupos considerados mais vulneráveis.

Esse modelo econômico centrado em latifúndios e na monocultura altera os espaços de vida dos/as moradores/as, os ativos naturais são transformados em mercadorias. Ele também produz a retirada compulsória de moradores/as que acabam por deixar a comunidade e vão morar nas periferias da capital e de outros Estados.

Entretanto, os/as moradores/as da comunidade do Chumbo demonstram que não desistiram do seu território e continuam resistindo às pressões realizadas pelos fazendeiros da região, que se utilizam de insistentes tentativas de compra da terra, com informações infundadas sobre todo aquele território que vai se transformar em área de plantio e que essas terras não despertariam interesse de ninguém.

Para Menezes (2002, p. 2), uma “forma de enfrentar as ambiguidades das práticas cotidianas é analisar tanto as consequências sobre a reprodução quanto sobre as transformações das relações de poder”. Para isso, a autora argumenta que é necessário sair das discussões teóricas e partir para estudos empíricos, casos concretos.

No intuito da problematização da questão ambiental inserida no conceito da justiça ambiental, buscamos abarcar os problemas decorrentes do tipo de apropriação que o homem realiza sobre a natureza a partir das mais diversificadas relações de produção e trabalho, fator preponderante no surgimento das desigualdades que irão influenciar as relações sociais e ambientais na comunidade quilombola Nossa Senhora do Chumbo. Nesse sentido, Piaia (1997) esclarece que:

Quando falamos em questão ambiental, estamos nos referindo aos problemas decorrentes do tipo de intervenção e/ou apropriação que o homem realiza sobre a natureza. Essa intervenção é determinada pelo tipo de relação que os homens mantêm entre si no processo produtivo, isto é, se essas relações são de dominação/exploração de uns (poucos) homens sobre outros (a maioria), elas conseqüentemente serão reproduzidas sobre a natureza. (PIAIA, 1997, p.185).

A história de mulheres e homens negros no Brasil foi crucial no processo de

desenvolvimento político, social e econômico da nação brasileira. E mesmo depois dos quase cinco séculos de resistência à exploração, abandono e exclusão socioeconômicos, pouco se tem feito de forma efetiva e sustentável para a melhoria de qualidade de vida dessas pessoas.

## **Procedimentos Metodológicos**

Com o objetivo de buscar respostas aos questionamentos que orientam essa pesquisa, optou-se por fazer um estudo de caráter qualitativo, utilizando a metodologia de “História de Vida”. Para o desenvolvimento desse trabalho recorreremos às pesquisas de campo, bibliográficas e compilação dos dados obtidos das entrevistas realizadas com os agentes sociais, além de fotografias e gravações.

A fundamentação teórica desse estudo está baseada na interpretação das várias obras de autores onde foi possível identificar a convergência de seus pensamentos que corroboraram na elaboração desta tese. Destacam-se: Silva (1999), Scott (1985), Siqueira (1990), Leff (2001), Acselrad (2004), Martins (2004), Silva (2004), Borges (2006), Martins (2006), Milaré (2009), Pacheco (2007), Martins (2010) e Mendes (2015), os quais apresentaram algumas vertentes consideradas relevantes no objeto de estudo, como a contextualização da formação agrária no Brasil e em Mato Grosso, formação dos quilombos, dos engenhos à agroindústria da cana e da pesquisa empírica.

A organização teórica foi importante para orientar a pesquisadora na sua abordagem metodológica.

Segundo Becker (1997, p. 40):

Um problema sério que se coloca para qualquer investigador sociológico que desejar estudar um grupo ou comunidade é a escolha de uma estruturação teórica que oriente a sua abordagem. Uma organização ou grupo pode ser visto de muitas maneiras diferentes; nenhuma delas é a certa, mas nenhuma é errada, elas são simplesmente alternativas e talvez complementares [...].

Na elaboração da tese foi possível constatar o desrespeito à justiça ambiental e social, durante a realização das entrevistas com moradores/as da comunidade onde foram narrados fatos e acontecimentos nos quais foram afetados/as diretamente no seu cotidiano em virtude das mudanças ambientais e sociais resultantes da implantação da agroindústria da cana.

O primeiro contato para a realização da pesquisa foi em agosto de 2017, com

o senhor José Atanásio de Lima, conhecido como “Seu Juca”, que é considerado pelos moradores da comunidade um dos seus representantes, neto do senhor Manoel Metelo de Campos. Este foi o primeiro morador da comunidade a trabalhar em busca de melhorias básicas, como doações de terra, mutirão para construção de casas e plantações de alimentos que após a colheita eram divididos igualmente entre os moradores. Com relação aos entrevistados a maioria tem vínculo familiar com o senhor José Atanásio de Lima.

Inicialmente, foi combinado com os moradores uma data para realizar o primeiro encontro, que tinha a intenção de aproximar a pesquisadora dos/as moradores/as e também fazer uma prévia apresentação dos objetivos da pesquisa.

O universo da pesquisa foi constituído por moradores da comunidade do Chumbo, que é composta por mais de 300 famílias. O interesse e participação, durante todo o período de pesquisa de campo, contaram com a disponibilidade e o consentimento prévio de cada um dos moradores para a coleta dos dados com as entrevistas e registros fotográficos<sup>2</sup>.

Ressalta-se que, ao pensar em realizar essa pesquisa, houve a preocupação com a escolha dos instrumentos metodológicos que pudessem corresponder ao objetivo de conhecer a trajetória de vida e expor os conflitos sociais e ambientais da comunidade.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi utilizada também a fonte oral, pois pela falta de registros oficiais, buscou-se na memória dos/as moradores/as da comunidade as informações que cada um deles/as pudessem contribuir para a construção da tese.

Foi utilizada principalmente a técnica de observação direta do ambiente e das condições de vida dos agentes sociais, assim como das entrevistas, o que permitiu

---

<sup>2</sup> No primeiro contato com os /as entrevistados/as foi feita uma apresentação do trabalho a ser desenvolvido na comunidade. Na sequência foi explicada a necessidade da concordância e assinatura do Termo de Anuência para a realização das entrevistas, inclusive, houve o consentimento de todos/as para que fossem citados os seus nomes verdadeiros, conforme documentos assinados. De acordo com o Código de Ética da Sociedade Brasileira de Sociologia, os participantes foram informados sobre o caráter voluntário dessa participação, garantindo-lhes a confidencialidade das informações e possibilitando que efetuassem perguntas e esclarecessem dúvidas sobre a investigação e recebendo os esclarecimentos solicitados sobre a mesma. Foram informados também que nenhuma penalidade ou sanção seria aplicada em caso de recusa por não responder qualquer pergunta e que mesmo que tivessem começado a participar da pesquisa, eles poderiam desistir a qualquer momento dessa participação.

a coleta, análise e interpretação dos dados desde agosto/2017 até outubro/2019.

A observação constitui elemento fundamental para a pesquisa. Desde a escolha e formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados, a observação desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa. (GIL, 1987, p. 105).

A pesquisa foi muito bem recebida pelos/as moradores/as da comunidade, que prontamente aceitaram responder aos questionamentos. Em todas as fases, os participantes foram informados sobre a finalidade da mesma e sobre a importância da participação de cada um deles/as.

A adesão foi imediata e pode-se observar que todos ficaram orgulhosos pela escolha da comunidade em que residem e, principalmente, por eles terem sido os/as entrevistados/as.

Para a definição dos critérios a serem utilizados para a escolha dos/as entrevistados/as, foi realizada uma criteriosa avaliação do seu significado no grupo e da sua experiência com uma análise do histórico da comunidade e de seu cenário atual, baseados nas várias conversas preliminares com os/as moradores/as mais antigos da comunidade.

O senhor Juca sugeriu o trabalho com grupos que poderiam demonstrar nas entrevistas a sua vivência com as transformações locais, no seu contexto socioambiental e, em especial, a partir da inserção da agroindústria da cana.

Para Alberti (2004):

A escolha dos entrevistados é, em primeiro lugar, guiada pelos objetivos da pesquisa [...]. A escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência. Assim, em primeiro lugar, convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos [...]. (ALBERTI, 2004, p.31-32).

A partir da escolha dos/as entrevistados/as, foi feita uma divisão de pessoas em três grupos, utilizando-se para isso os seguintes critérios: antiguidade, maior representatividade na comunidade e, um terceiro, com opinião parcialmente oposta a dos moradores/as e uma representante do clero.

Optou-se pela amostragem não-probabilística, que não apresenta fundamentação matemática ou estatística, o resultado não depende unicamente da



pesquisadora, depende da rede de informantes que ela consegue reunir em dado de estudo. Nessa perspectiva, Gil (1987) esclarece que,

De modo geral, as pesquisas sociais abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-los em sua totalidade. Por essa razão, nas pesquisas sociais é muito frequente trabalhar com uma amostra, ou seja, pequena parte dos elementos que compõem o universo. Quando um pesquisador seleciona uma pequena parte de uma população, espera que ela seja representativa dessa população que pretende estudar. (GIL, 1987, p. 91).

O campo amostral foi o seguinte:

- dez moradores/as mais antigos da comunidade, entre 60-80 anos de idade;
- oito moradores/as entre 40-59 anos de idade;
- um fazendeiro da região, Antônio Aduato Leite, 61 anos de idade<sup>3</sup>.
- uma freira, Benedicta da Silva, conhecida como irmã Dila, 86 anos de idade<sup>4</sup>.

Quadro 1 - Entrevistados/as da comunidade Nossa Senhora do Chumbo

| <b>NOME</b>                              | <b>IDADE</b> | <b>SEXO</b> | <b>ESCOLARIDADE</b> | <b>OCUPAÇÃO</b>  |
|--|--------------|-------------|---------------------|--|
| Ana Luiza Almeida Lima (Dona Ana)        | 61           | Feminino    | Ensino Superior     | Professora   |
| Ana Maria de Oliveira                    | 70           | Feminino    | Analfabeta          | Aposentada   |
| Bernardes Conceição de Oliveira (Bibica) | 53           | Feminino    | Ensino superior     | Pedagoga   |
| Bernardes Conceição de Oliveira (Bibica) | 53           | Feminino    | Ensino superior     | Pedagoga – trabalha como auxiliar administrativo na escola da comunidade |
| Carmelina Francisca de Pinho (Tica)      | 48           | Feminino    | Ensino superior     | Professora na comunidade   |
| Gonçalina Pinho da Silva                 | 69           | Feminino    | Ensino fundamental  | Doceira  |
| Gonçalo Alves da Costa                   | 75           | Masculino   | Ensino fundamental  | Motorista  |

<sup>3</sup>A Rodovia que dá acesso às comunidades locais do Cerrado do Pantanal leva o seu nome: “Rodovia Aduato Leite”

<sup>4</sup>Juntamente com o padre Joaquim Tebar, responsável pelas formações das comunidades locais no município de Poconé, se aventuraram nas matas do cerrado do pantanal e foram formando as primeiras comunidades.

| <b>NOME</b>                      | <b>IDADE</b> | <b>SEXO</b> | <b>ESCOLA-<br/>RIDADE</b> | <b>OCUPAÇÃO</b>  |
|----------------------------------|--------------|-------------|---------------------------|--|
| Joana Nunes de Almeida Silva     | 80           | Feminino    | Ensino fundamental        | Aposentada   |
| José Atanásio de Lima (Seu Juca) | 71           | Masculino   | Ensino Médio              | Agricultor, músico, representante político da comunidade |
| Josefa Tereza da Conceição       | 46           | Feminino    | Ensino fundamental        | Dona de casa   |
| Juliney Teófilo de Oliveira      | 46           | Masculino   | Ensino Médio              | Comerciante/dono de bar na comunidade.                   |
| Manoel Florentino de Oliveira    | 69           | Masculino   | Ensino fundamental        | Aposentado   |
| Maria Josefina de Pinho Oliveira | 58           | Feminino    | Ensino Médio              | Merendeira na creche da comunidade                       |
| Maria Florentina de Oliveira     | 69           | Feminino    | Ensino fundamental        | Agricultora  |
| Maria Tereza da Silva            | 76           | Feminino    | Analfabeto                | Aposentada   |
| Maria José de Conceição          | 60           | Feminino    | Ensino fundamental        | Dona de casa   |
| Maria Conceição de Campos Silva  | 49           | Feminino    | Ensino Superior           | Professora   |
| Marinete de Almeida              | 47           | Feminino    | Ensino Superior           | Professora   |
| Severina Maria da Silva          | 53           | Feminino    | Ensino fundamental        | Agricultora  |

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 2 - Entrevistados/as que não residem na comunidade Nossa Senhora do Chumbo

| <b>NOME</b>                    | <b>IDADE</b> | <b>SEXO</b> | <b>ESCOLA-<br/>RIDADE</b> | <b>OCUPAÇÃO</b>       |
|--------------------------------|--------------|-------------|---------------------------|-----------------------|
| Antônio Adauto Leite           | 61           | Masculino   | Ensino Médio              | Pecuarista/Agricultor |
| Benedicta da Silva – irmã Dila | 86           | Feminino    | Ensino Superior           | Freira/professora     |

Fonte: Elaboração própria.

Optou-se por realizar entrevistas de duas pessoas que não são moradoras da comunidade, como forma de contribuir e fortalecer a argumentação da tese.

[...] É preciso conhecer o tema, o papel do grupo que dele participaram ou que o testemunharam e as pessoas que, nesses grupos, se destacaram, para identificar aqueles que, em princípio, seriam mais representativos em função da questão que se pretende investigar. Os atores ou testemunhas que, por sua biografia e por sua participação no tema estudado, justifique o investimento que os transformará em entrevistados no decorrer da

pesquisa. O conhecimento prévio do objeto de estudo é requisito para a formulação de qualquer projeto de pesquisa [...]. (ALBERTI, 2004, p. 32).

O estudo apresentado buscou os conflitos socioambientais vivenciados por esta comunidade, com intuito de mapear e interpretar as transformações sociais locais, oriundas dessa nova prática produtiva implantadas naquele meio.

Os agentes sociais, durante as entrevistas, foram muito receptivos e participaram de forma intensa nas suas narrativas, descrevendo os caminhos percorridos pelos seus antepassados, muitos vieram do município de Nossa Senhora do Livramento/MT; foi dessa região que o avô do senhor Juca foi trazido como escravizado da cidade de Patos de Minas/MG.

Nos primeiros contatos, alguns entrevistados/as demonstraram um pouco de nervosismo e insegurança, mas foram se tranquilizando no desenvolvimento da pesquisa. Isso ocorreu, não por temerem os questionamentos em si, mas sim por rememorar muitas lembranças dolorosas. Quando ocorriam essas situações, interrompíamos a conversa deixando para retomá-la assim que o/a entrevistado/a estivesse recuperado/a e à vontade para dar continuidade ao trabalho. Se fosse necessário, agendávamos a entrevista para outra data em que o/a entrevistado/a estivesse disposto a retomar o assunto.

Para Bourdieu (2003):

[...] os pesquisadores têm a liberdade de escolher os pesquisados entre pessoas conhecidas ou pessoas às quais eles pudessem ser apresentados pelas pessoas conhecidas. A proximidade social e familiaridade assegura uma comunicação não violenta. De um lado, quando o interrogador está socialmente muito próximo daquele que ele interroga, ele lhe dá, por sua permutabilidade com ele, garantias contra a ameaça de ver suas razões subjetivas reduzidas a causas objetivas; sua escolha vivida como livres, reduzidas aos determinismos objetivos revelados pela análise [...]. (BOURDIEU, 2003, p. 697).

A receptividade dos/as moradores/as da comunidade foi sempre muito amigável e calorosa, tanto que, depois da primeira visita, em algumas outras, levei a minha mãe e tias, que adoraram o convite, rapidamente se integraram aos moradores/as da comunidade que tinham muitas histórias e contos. De longe, podia-se ouvir as risadas que eram frequentes entre elas e os/as moradores/as<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup>Depois de algumas horas de conversas, chegamos até o meu bisavô, José Rodrigues de Souza e minha bisavó Teodora Lopes da Silva Souza que eram amigos do pai do Seu Juca, o que contribuiu muito para o aumento da confiança o que tornou as entrevistas mais francas e abertas. Sempre fui muito bem recebida na comunidade, com muita alegria e carinho dos moradores,

É indescritível o compartilhamento da memória histórica do/a entrevistado/a com a entrevistadora, é uma sensação esplêndida, uma experiência única, um bem imaterial e de importância pessoal.

Foram diversas visitas à comunidade do Chumbo, muitas horas de gravações, conversas, descontração e muita aprendizagem, a cada visita, uma nova descoberta. Na medida em que as entrevistas estavam acontecendo, foi possível fazer a sua transcrição integralmente.

As análises qualitativas foram realizadas a partir das informações obtidas das conversas com os/as entrevistados/as e da análise de algumas citações locais com as fontes bibliográficas escolhidas.

Utilizou-se um “Diário de Campo” para o registro dos fatos relevantes que foram observados no convívio do dia a dia e dos acontecimentos relacionados ao desenvolvimento da pesquisa nas atividades de campo. Segundo Minayo (2013), esse é o principal instrumento de trabalho de observação, pois constitui um meio em que o pesquisador dispõe para organizar seus dados, sejam eles acontecimentos, percepções ou sentimentos.

Para os registros das atividades de campo, foi utilizada a câmera do celular: foram tiradas fotografias de pessoas, paisagens, plantas, animais, residências e dos quintais das casas.

Foi possível conhecer os eventos festivos mais tradicionais da comunidade, tais como: Festa de Nossa Senhora da Aparecida, realizada no mês de outubro, considerada uma festa importante para a comunidade por ser a santa de devoção dos/as moradores/as, e do dia da semente crioula, realizado no mês de maio, com a reunião de todas as comunidades locais da região para um mutirão de trocas de sementes e mudas de plantas frutíferas e ornamentais.

O aniversário da comunidade é comemorado na segunda semana do mês de agosto, outro dia de muita comemoração é o Dia da Consciência Negra, a festa é realizada em 20 de novembro, ocasião em que todas as comunidades quilombolas da região se reúnem, com a particularidade de que, anualmente, a comemoração é realizada em comunidades diferentes.

A participação da pesquisadora nos eventos realizados não teve só como

---

sempre alguém dizia: “Giovana, traga sua mãe aqui em casa”, “Giovana, leva esse doce para sua mãe” e assim percebia que o carinho era grande pela minha família materna.

objetivo vivenciar esses momentos, mas proporcionar uma aproximação com a simbologia, representatividade e o significado que cada festa tem para os/as moradores/as das comunidades locais.

Para Minayo (2013),

Essa é uma dinâmica útil e flexível para apreensão de uma realidade, tanto para tratar de questões ao íntimo dos entrevistados, quanto com o ensejo de captar elementos para compreensão de uma situação problema permitindo explorar o assunto. (MINAYO, 2013, p.13).

O roteiro de entrevistas buscou dar liberdade aos entrevistados/as, o que permitiu uma maior compreensão das dimensões socioambientais ocorridas na região e com uma riqueza de informações as quais despertaram o aprofundamento em alguns assuntos, o que obrigou a pesquisadora retornar à comunidade por várias vezes.

A metodologia empregada permitiu recuperar memórias e registrar experiências de histórias vividas pelos seus/as moradores/as. Para Bauer e Gaskell (2002),

O emprego da entrevista qualitativa para mapear e compreender o mundo da vida dos correspondentes é o ponto de entrada para o cientista social que introduz então, esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores em termos mais conceituais e abstratos, muitas vezes em relação as outras observações. A entrevista qualitativa, pois, fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. (BAUER; GASKELL, 2002, p. 63).

Para Alberti (2013), a história oral é um método de pesquisa:

[...] histórica, antropológica, sociológica [...] que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc., à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam. (ALBERTI, 2013, p. 24).

Um das particularidades da história oral, segundo Alberti (2013, p. 31), é a proposta de “recuperação do vivido, conforme concebido por quem viveu.” É nesse sentido que não se pode pensar em história oral sem se apoiar na biografia e na memória. Todas as experiências humanas podem ser expressas na forma de uma narrativa. Como salienta Barthes (1993):

A narrativa está presente no mito, lenda, fábula, conto, novela, epopeia, história, tragédia, drama, comédia, mímica, pintura (pensemos na Santa Úrsula de Carpaccio), vitrais de janelas, cinemas, histórias em quadrinhos, notícias, conversações. Além disso, sob está quase infinita diversidade de formas, a narrativa está presente em cada idade, em cada lugar, em cada sociedade; ela começa com a própria história da humanidade e nunca existem em nenhum lugar e em tempo nenhum, um povo sem narrativa. Não se importando com a boa ou má literatura, a narrativa é internacional, trans-histórica, transcultural: ela está simplesmente além, como a própria vida. (BARTHES, 1993, p.251-2).

Para Rios (2013), a história oral visa a reconstituição dos eventos a partir de memórias baseadas em relatos individuais. No entanto, o agente social também tem suas próprias recordações: ele administra suas lembranças, procurando harmonizá-las com a identidade que almeja construir para si mesmo. Tal como os grupos, os agentes sociais intentam, igualmente, elaborar uma narrativa coerente sobre suas trajetórias de vida, produzindo algo semelhante ao sentimento de unidade subjetiva. Essa tendência se torna mais acentuada na situação artificial criada pela entrevista, quando o agente social se vê obrigado a elaborar representações sobre si mesmo de modo reflexivo.

Thompson (1992) reitera que uma das autobiografias coletivas mais significativas até hoje publicada é a transcrição das entrevistas com antigos escravos das grandes fazendas e com seus dependentes, apanhados nas décadas de 1920 e 1930. Como a história só interessa quando é utilizada para justificar ou negar os reclamos da supremacia dos brancos, esses documentos ficaram sem ser utilizados pelos historiadores por mais de três décadas.

Foram realizadas entrevistas de roteiro semiestruturado, começando com conversas sobre as origens dos participantes, sua história de vida e de suas famílias, permitindo ao entrevistado falar sobre o assunto, mas quando ele se desviava do tema original, buscava-se, na medida do possível, levá-los para o foco da entrevista.

Esse tipo de entrevista, focalizado, é bastante empregado em situações experimentais, com o objetivo de explorar a fundo alguma experiência vivida em condições especiais. Também, de acordo com Gil (1987, p. 116), “é bastante utilizado com grupos de pessoas que passaram por uma experiência específica”, como é o caso da comunidade do Chumbo.

Segundo Minayo (2013, p.45):

Se teoria, método e técnicas são indispensáveis para a investigação

social, a capacidade criadora e a experiência do pesquisador são papel importante. Elas podem relativizar o instrumental técnico e superá-lo pela arte. O que se denomina criatividade do pesquisador é algo difícil de se definir, uma vez que esta expressão se refere ao campo da história pessoal e da experiência subjetiva. [...] Essa criatividade do pesquisador corresponde a sua experiência reflexiva, a sua capacidade pessoal de análise e de síntese teórica, a sua memória intelectual, a seu nível de comprometimento com o objeto, a sua capacidade de exposição lógica e a seus interesses.

Na maioria das vezes, as conversas aconteciam nos quintais e nas varandas da casa, tomando um café, um suco de fruta colhida ali mesmo e, uma vez ou outra, com degustação de pratos feitos pelas moradoras locais como bolo de milho, bolo de arroz e outros provenientes da mandioca; os almoços eram sempre com comidas típicas da região, tais como costela com mandioca, abóbora, galinha caipira, carne com banana verde, farofa de banana e maria isabel<sup>6</sup>.

Logo na primeira entrevista realizada na comunidade, quando o primeiro entrevistado começou a narrar, observou-se que o cotidiano não existia sem as lembranças da implantação da agroindústria da cana, e isso se evidenciou em todas as demais entrevistas.

Optou-se pela “observação direta”, que conforme elucida Gil (1987), vai além da simples constatação dos fatos:

O método observacional é um dos mais utilizados nas ciências sociais e apresenta alguns aspectos curiosos. Por um lado, pode ser considerado como o mais primitivo, e conseqüentemente o mais impreciso. Mas, por outro lado, pode ser tido como um dos mais modernos, visto ser o mais elevado grau de precisão nas ciências sociais (GIL, 1987, p.37).

Ao longo da pesquisa, adaptações foram necessárias em relação ao projeto inicial. Utilizou-se um processo cíclico, com critérios para finalizar, buscando evitar a saturação. Foram entrevistados diferentes representações até que a inclusão de novos extratos não acrescentassem mais nada de novo.

Com relação à problematização da agroindústria da cana no Cerrado do Pantanal, na pesquisa buscou-se outras referências bibliográficas, documentais, sites da internet, dissertações e teses

A partir da percepção social e ambiental dos/as moradores/as da comunidade, dividimos os escritos em uma introdução, quatro seções e as

---

<sup>6</sup>Maria isabel é uma comida tradicional feita com carne seca com arroz, temperada com alho, cebola, cebolinha e pimentão.

considerações finais.

Na primeira seção será apresentada a evolução da propriedade rural no Brasil e no Mato Grosso, destacando a escravidão como o embrião do latifúndio no País. Serão abordadas a modernização da agricultura, observando-se a formação do território mato-grossense, suas atividades socioeconômicas e o processo de acesso à terra. A discussão será delineada a partir das principais propostas abrangidas pelas Sociologia Rural e Ciências Humanas, tomando como aporte a historiografia e demais normativas jurídicas que versam sobre este tema.

A segunda seção terá uma breve descrição do período escravocrata no Brasil e em Mato Grosso, pelo viés de um processo tenso de dominação, subordinação de mulheres e homens negros/as que foram trazidos para o Brasil escravizados e que contribuíram para a formação da Comunidade Quilombola Nossa Senhora do Chumbo.

Na terceira sessão, será feito um breve relato da instalação dos engenhos de cana-de-açúcar no Mato Grosso até a chegada da agroindústria sucroalcooleira na comunidade do Chumbo, dos programas governamentais, o que permitirá entender como isso alterou a vida cotidiana dos/as moradores/as em decorrência dos impactos socioambientais resultantes da construção da usina, plantio e colheita da cana de açúcar e do processo migratório.

Na quarta seção, serão apresentadas três entrevistas realizadas com moradores/as da comunidade de onde foram extraídas as informações as quais contribuíram para a elaboração desta tese. Isso possibilita suscitar reflexões, discussões de que forma os agentes sociais da comunidade são impactados pelas questões socioambientais, de acordo com a visão de cada um dos/as entrevistados/as e as consequências da implantação da agroindústria da cana.

Nas considerações finais será apresentado o que possível depreender de todo o trabalho realizado de uma forma concatenada com tudo o que foi visto, estudado, registrado e pesquisado.



## SEÇÃO 1 - FORMAÇÃO AGRÁRIA NO BRASIL E EM MATO GROSSO: A ESCRAVIDÃO COMO EMBRIÃO DO LATIFÚNDIO NO PAÍS

O objetivo desta seção é examinar de forma sucinta como se deu a concentração da posse e da propriedade da terra no Brasil, analisando seus fundamentos históricos, com destaque para a escravidão como o embrião do latifúndio no país e a evolução da propriedade rural. Em seguida, serão abordados o Estatuto da Terra e a modernização da agricultura, verificando a formação do território mato-grossense, suas atividades econômicas. Importante fazer um resgate histórico dos principais momentos do processo de ocupação da região, e perceber as transformações em sua estrutura fundiária. Para cumprir com a proposta, fundamenta-se a análise nos seguintes autores: Guimarães (1968), Martins (2013 [1979]), Martins (1981), Siqueira(1990), Silva (1999), Martins (1995), Silva (2004), Moreno (2005), Martins (2006), Borges (2006), Ramos (*et al.* 2007), Ribeiro (2008), Smith (2008), Silva (2009), Furtado (2012), Reis (2013) e Mendes (2015),

### 1.1 Evolução da propriedade rural no Brasil

A terra é um meio de produção essencial, na medida em que é sobre ela que os processos produtivos (agrícolas e não agrícolas) se desenvolvem e que os assentamentos humanos (urbanos e rurais) se estabelecem. Ela é também forma de vida para uma enorme população rural, cuja estrutura de representação simbólica garante a continuidade das tradições e valores. A terra é, ao fim e ao cabo, a própria natureza, ou seja, o ambiente natural no qual os homens existem (REYDON, B. P, 2007, p 229).

Neste item, serão tratados os elementos basilares históricos da questão agrária no País, como as capitânicas hereditárias, as sesmarias, a Lei de Terras, o Estatuto da Terra e os latifúndios, com a finalidade de explicar as principais causas e consequências da desigualdade no acesso à terra e a exploração da mão de obra escrava no País, assim como sua exclusão do direito à terra.

“Refletir sobre a quem se destina o Direito de propriedade sobre terras nesse imenso território é trazer à tona a história de conflitos e contradições que vicejam a construção do país enquanto Estado-Nação” (FURTADO, 2012, p.44).

As questões de terras no Brasil reportam-se aos primeiros momentos do processo de colonização, que instaurou o regime de sesmarias, e encontra suas raízes no modelo econômico desigual, que promove o antagonismo das classes sociais, construídas historicamente. Este antagonismo é consequência de um

modelo que naturaliza a exploração e a escravidão da força de trabalho de agentes sociais aviltados. Essa desigualdade tem marcado a sociedade brasileira, como apontado por Moreira (2017, p.23):

O desumanizante processo de ocultamento da diversidade social ocorreu concomitantemente à expropriação das terras e degradação dos componentes naturais. A colonização, que tinha como sua marca o latifúndio de terras no país, deu início à formação dos grandes latifúndios brasileiros. Conhecer esses fatos históricos é imprescindível para entender as desigualdades sociais brasileiras e os conflitos socioambientais atuais que assolam os grupos sociais.

Este modelo de organização da economia agrária, iniciado no período colonial, foi determinante para a formação das classes sociais urbanas e rurais no País, o que ajuda explicar a atual configuração de conflitos no campo, especialmente na área de pesquisa.

No Brasil colonial começou no reinado de Dom João III, a doação das terras, por meio da concessão de extensas faixas aos “fidalgos e homens de distinção” que podiam conceder para outrem parte para cultivo (regime de sesmarias). Com esse novo regime, “[...] entra em vigor o espírito latifundiário, com homens de posse (futuros senhores de engenho e fazendas), que deu início à formação da aristocracia econômica da sociedade colonial” (ROCHA e CELESTINO, 2010, p. 2).

Segundo Borges (2006, p. 102), no início da colonização, “em Portugal vigoravam as Ordenações Afonsinas, um sistema de aquisição de terras por meio de doações do Rei. O Brasil, ainda colônia, também estava regido por essa ordem jurídica”. Como explica o autor:

Na fase das Capitânicas Hereditárias, as terras rurais do Brasil passaram por um sistema híbrido de adquirir a terra, porque, por esta forma de colonizar os capitães donatários as recebiam do Rei de Portugal, como um sistema Foral ou Carta-Régia, pelo qual impunham obrigações e condições similares à doação (BORGES, 2006, p.103).

Borges (2006), ainda, demonstra que, mesmo os capitães donatários tendo recebido a carta-régia, não tinham de fato a propriedade da terra, que era mantida sob o domínio do rei.

Até 1822 a base legal para a formação da propriedade no Brasil colonial era o mesmo regime de sesmarias que existia em Portugal, contudo, em virtude das dimensões geográficas do País, houve a necessidade de adaptações no

processo de concessão de terras, surgindo assim, uma nova modalidade de concessão das terras, que eram as posses, “multiplicavam-se as posses e, com elas, ganhava largas dimensões e consistência a nova classe dos pequenos cultivadores da terra” (GUIMARÃES, 1968, p. 118).

A formação brasileira, desde o período colonial, esculpiu, pois, um País dependente do mercado externo, com um caráter abalizadamente mercantil. Esse fato caracterizou uma economia agrária de extrema importância para a ulterior formação das classes sociais rurais e urbanas.

Assim, a ocupação da terra seguia dois caminhos distintos, e a Carta de Sesmaria tinha precedência sobre a mera posse, como se pode observar no relato de Borges (2006):

De um lado, o pequeno lavrador que ocupava terras presumivelmente de voltas, de outro, o senhor de escravos e grande fazendeiro, que por via legal, obtivera cartas de sesmarias, enquanto vigia esse sistema fundiário, mesmo em áreas onde já existiam posseiros. A Carta de Sesmaria tinha precedência sobre a mera posse, razão porque em geral o sesmeiro ou comprava a roça do ocupante, ou o expulsava, ou era a regra mais geral, em tempos mais recuados, o incorporava como agregado de suas terras (BORGES, 2006, p. 111).

Em 1822, pela Resolução do Desembargo do Paço (sede do Governo Imperial), o sistema de distribuição de terras por sesmarias foi extinto. Essa resolução apenas sancionava um fato já consumado. A partir daí, abria-se caminho legal para a defesa dos privilégios da propriedade latifundiária ameaçada pelos posseiros.

Na concepção de Smith (2008, p.284), a extinção do regime sesmarial, em 1822, pouco antes da independência, “parece ter ocorrido em circunstâncias marcadas por certa discrição, onde institucionalmente não se procurava fazer alarde sobre seu fim”. O período coincidiu também com a transferência da Corte Portuguesa, conforme o autor assinalou, “um processo descontrolado de concessão de terras, que necessitava ser refreado”.

Seguindo essa linha de raciocínio, Martins (1995, p. 37) adverte que “a independência do território, em 1822, não representou um colapso para as relações coloniais”. No Brasil, o período colonial, em primeiro plano se fundamentava pelo trabalho escravo, e só num segundo plano, pela forma de propriedade de terra, conforme preleciona esse autor:

Compreender as determinações mais profundas da forma do campesinato que se desenvolveu no Brasil no período colonial, e sobretudo a sua exclusão social, econômica e política, se compreendo que ela se determinava fundamentalmente pelo trabalho escravo e só num segundo plano pela forma de propriedade da terra que decorria da escravidão. (MARTINS, 1995, p.37).

Nos dizeres de Guimarães (1968, p.118-119), a partir de 1822, sucedem-se as doações de terras públicas, que se transformariam em grandes latifúndios, mas nem, por isso, deixa de prosseguir as ocupações de lotes menores “por parte de pequenos cultivadores, intensificando-se os litígios, as contendas entre sesmeiros e posseiros confinantes, os esbulhos dos lavradores pelos senhores dos latifúndios”.

Para Martins (2010 [1979]), com o fim do regime sesmarias, a grande maioria das terras brasileiras ainda não tinha sido apropriada por particulares. Tornar a “terra cativa” por meio da abolição da escravidão foi um dos objetivos da Lei de terras de 1850, o que tornou inviável a apropriação a título gratuito, em especial, para homens negros e os imigrantes, já que estava subordinada à compra de particulares ou do Estado.

De 1822 até 1850 (Lei de Terras), foi um período que não havia legislação para regulamentar a estrutura fundiária, portanto, a forma de resolver esses litígios nesse período foi por meio das Ordenações Filipinas portuguesas, no começo do século XVII (CHISTILLINO, 2006).

Com a promulgação da Lei de Terras, que transformou a terra em mercadoria, privilegiando as elites e oligarquias agrárias do País, a normativa rompeu com o sistema fundiário alicerçado nas sesmarias.

A Lei Eusébio de Queirós foi promulgada no mesmo ano da Lei de Terras, proibindo o tráfico negreiro, o que apontava o fim da escravidão no Brasil. Isto avivou a preocupação e o interesse da Coroa Portuguesa em propiciar medidas de incentivos para a imigração de outros povos, principalmente, os europeus.

É o que ressalta Reis (2013):

O fim do regime de sesmarias (1822) gerou um aumento significativo no número de posseiros. A posterior proibição do tráfico negreiro (1850) e, no Sudeste, a substituição da mão de obra escravizada pela imigrante configuraram um quadro em que o livre acesso à terra seria problemático para a classe dos grandes proprietários. Uma vez que o Estado era controlado por esta classe social, em 1850 se promulgou a Lei de Terras, em que as terras devolutas passariam à posse do Estado e sua aquisição se daria apenas por compra (REIS, 2013, p. 24).

Para Smith (2008), com relação à Lei de Terras e à transição do trabalho escravo para o trabalho livre, já no período da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, algumas experiências vinham sendo realizadas para estabelecer uma estrutura de colonização no Brasil, baseada na imigração europeia. As iniciativas foram de natureza modesta e o resultado pouco expressivo.

Na visão de Smith (2008), a Lei de Terras foi um dos fatores para a transição ao capitalismo no Brasil, mantendo o caráter absoluto da propriedade privada. Para tanto, a elite agrária brasileira se valeu mais de contatos pessoais, “troca de favores”, do que no conjunto de normas previstas na Lei de Terras, o que não difere muito dos tempos atuais.

Entretanto, Martins (1995) destaca que foi dada continuidade à existência de relações não capitalistas na produção cafeeira, cuja mão de obra escrava se esgotava com a cessação do tráfico negreiro. Assim, a opção foi contratar a imigração estrangeira e trabalhadores livres, em especial, na agricultura cafeeira e na cana.

Diante do esgotamento do escravismo e da inevitabilidade do trabalho livre, o Brasil decidiu, em 1850, pela cessação do tráfico negreiro, desse modo abreviando e condenando a escravidão. Optou pela imigração estrangeira, de trabalhadores livres. País continental, com abundância de terras incultas e um regime fundiário, e conseqüentemente, de economia escravista que sobre ele florescera, da sociedade aristocrática que dele se mistura. Duas semanas depois, porém, o Brasil aprovou uma Lei de Terras que instituiu um novo regime de propriedade em que a propriedade não dependia apenas da condição de homem livre, mas também de pecúlio para a compra da terra, ainda que ao próprio Estado (MARTINS, 1995, p.3).

Há, como se percebe, uma estreita relação entre a Lei de Terras e a Lei Eusébio de Queiroz (fim do tráfico negreiro) e a posterior abolição do regime escravocrata. O que está na base do latifúndio no Brasil não é mais a propriedade de terra, já que não existia como efetiva propriedade privada, mas a escravidão. Detinham o poder aquisitivo aqueles que possuíam o maior número de escravos: não havia senhor da terra e sim senhor de escravos.

Sobre a Lei da Abolição, Silva (2010, p.10) assegura que ela surgiu como resultado das insistências e exigências inglesas, pois a Grã-Bretanha não era a favor da escravidão, e, por isso, combatia e afundava os navios negreiros. Todavia, mesmo depois da libertação, nem todos os escravos libertos conseguiram abandonar as fazendas onde trabalhavam, pois, saindo das fazendas, não

encontraram terra disponível para sobreviver. Nesse momento, foi instaurada o que Silva apontou como “fórmula simples de coerção laboral do homem livre”.

No que diz respeito ao arcabouço jurídico para normatizar as questões de terra no Brasil, seu resultado foi o aumento das desigualdades sociais e econômicas, favorecendo apenas a classe dominante. Nota-se que suas normas não possibilitavam que nenhum escravo liberto adquirisse plenamente os seus direitos como cidadão.

Nos dizeres de Silva (2004, p. 17), pode-se afirmar que, “a partir das Lei das Terras, o governo continua possuindo o direito público sobre as terras devolutas e, por conseguinte, cabe-lhe o monopólio sobre elas, alienando-as por meio de venda como e quando lhe aprouver”. Isso significa que a propriedade da terra, que antes era atrelada às relações dos favorecidos pela Coroa, agora dependeria do poder de compra dos futuros proprietários.

É por meio desse monopólio que a expropriação de posseiros – aqueles que não possuíam os títulos jurídicos das terras -, e a não regulamentação das posses serão atos do direito público, ou seja, o Estado, por meio de legislações específicas, concentra o poder de transformar as terras em propriedades privadas.

Filho e Fontes (2009, p.60) reputam a Lei de n. 601/1850 como “[...] uma espécie de divisor de águas em relação à territorialização do Brasil, com legitimação da propriedade privada e do latifúndio”.

Já na visão de Moreira (2017), tanto o sistema de sesmarias quanto a Lei de Terra contribuíram para a desigualdade na aquisição de terra para as camadas populares, pois a capitalização esculpe mais uma forma de garantir os privilégios dos senhores/opressores que se viam prejudicados pela ameaça do fim da escravidão.

A partir dessa legislação, a terra passa a ser determinante da riqueza. Antes disso, a quantidade de escravos pertencentes a um senhor é que determinava a riqueza, ou seja, os escravizados eram utilizados, inclusive, como bens hipotecários para a obtenção de empréstimos.

A Lei de Terras, de consenso posicionamento doutrinário, foi uma normativa que beneficiou exclusivamente uma elite da qual as camadas populares e os escravizados foram completamente excluídos, com o fito de garantir os privilégios dessa minoria que detinha o poder e que se sentia prejudicada pela ameaça do fim da escravidão.

Na concepção de Guimarães (1968, p. 134), a Lei de Terras visava três objetivos: “Proibir a aquisição de terras por outro meio que não a compra, elevar os preços da terra e dificultar sua aquisição e destinar o produto das vendas de terra à importação de colonos”.

Para Furtado (2012, p.50), a Sociologia Rural entende que, com a Lei de Terras, vê-se a travessia da terra como meio de produção para a condição de mercadoria. Acarreta com essa normativa uma obstrução entre a posse e a propriedade, pois a terra, nessa acepção, “transforma-se em uma nova mercadoria, capaz de gerar lucros tanto por seu caráter específico, quanto por sua capacidade de produzir outros bens”.

Em síntese, corroborando com os autores supramencionados, conclui-se que a Lei de n. 601/1850, que dispõe sobre as terras devolutas do Império, serviu para dar continuidade à exploração da mão de obra, assim como da mão de obra escrava, codificando interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, pois, ao atribuir a qualidade de mercadoria à terra, estabeleceu um valor que excluía a maioria dos agentes sociais camponeses, viabilizando a exploração da mão de obra sob a forma do trabalho livre, que seria iniciada oficialmente com a assinatura da Lei Áurea em 1888.

Destaca-se, portanto, que, apesar da abolição oficial da escravidão no Brasil, várias práticas escravistas prosseguiram no País, sejam nos trabalhos braçais nas fazendas, nos garimpos, nos engenhos, dentre outras, isto é, a mão de obra escrava continuou perpetuando-se no Brasil, inclusive, como ocorreu com a fuga do escravizado Manoel Metelo, primeiro morador da comunidade quilombola Nossa Senhora do Chumbo, no município de Poconé/MT, objeto da pesquisa. Mesmo depois da assinatura da Lei Áurea, ele e outros libertos continuaram a ser mantidos na condição de escravizados.

De acordo com Martins (1979), pode-se constatar que a abolição da escravidão beneficiou o início do “cativeiro da terra” no Brasil, como um recurso para impedir que os novos trabalhadores livres deixassem de fornecer a força de trabalho aos grandes fazendeiros, em especial, na formação das fazendas de café.

No período anterior à proclamação da República em 1889, as autoridades do império titulavam as propriedades e as posses de forma ineficiente, ou seja, a legitimação de posses foi colocada em plano secundário, porque havia a urgência e a necessidade de introduzir definitivamente um registro imobiliário para perpetuar

e controlar as transmissões.

A esse respeito, escreve Martins (1995) que:

Cada Estado desenvolverá sua política de concessão de terras, começando aí as transferências maciças de propriedade fundiárias para grandes fazendeiros e grandes empresas de colonização interessadas na especulação imobiliária. Esse processo caracterizou principalmente os Estados do Sul e do Sudeste. (MARTINS, 1995, p. 43).

Como consequência, aumentaram as desigualdades de acesso à terra e a formação de latifundiários, com suas peculiaridades regionais, o que mudou a estrutura social no Brasil.

Assim, em 1891, a classe dominante, excessivamente representada pelos “barões do café”, consagrou na Constituição Republicana o direito de propriedade em toda a sua plenitude. Alves (2017) declara que:

A Constituição Federal de 1891 tinha como contexto a pós-proclamação da República. Havia muitos interesses, principalmente da elite oligárquica latifundiária, com destaque para os cafeicultores. Essas elites influenciando o eleitorado ou fraudando as eleições (“voto de cabresto”) impuseram seu domínio sobre o país ou coronelismo. Nessa Constituição ficou estabelecida uma República Presidencialista, além de ter excluído o poder moderador, ficando agora com três poderes legislativo, executivo, e judiciário. (ALVES, 2017, p.2).

A regularização de posses não viabilizou o estabelecimento de cadastro das terras, fruto de ocupações de terras devolutas, “esse mecanismo básico que fez e faz com que nunca fosse estabelecido um cadastro efetivo que inclusive permitiria definir as áreas devolutas, passíveis de utilização por outros tipos de políticas fundiárias” (REYDON, 2007, p. 233).

A institucionalização do Registro Público de Terra, em 1900, é possivelmente o primeiro passo para o sistema hoje vigente de registro de imóveis em cartórios.

[...] mas foi a promulgação do Código Civil de 1916 que gerou a incapacidade de se regularem efetivamente os mercados de terras no Brasil, tanto por reafirmar o cartório como a instituição de registro como por possibilitar que as terras públicas fossem objeto de usucapião (REYDON, 2007, p. 235).

Com relação à compra de terra no Cerrado do Pantanal feita pelo senhor Manoel Metelo, por volta de 1912, e que resultou na formação da comunidade quilombola Nossa Senhora do Chumbo, *loco* desta pesquisa, não havia nenhuma documentação que comprovasse a titulação da terra. Conforme relato do senhor



Juca, “a terra aqui não tinha documentação, era terra de ninguém” o que não significa que não haja um regramento criado e recriado pela própria comunidade para alguém ter acesso a terra, bem como regras que delimitam as formas de uso da terra e da natureza.

No começo do século XX, a elite agrária foi perdendo força, resultado das disputas com uma classe em ascensão, a elite industrial. O Estado passa a cumprir a função, então, de mediador das classes, mas sem deixar de manter o *status quo*. Apesar dos conflitos de interesses, a elite agrária não deixou de ser favorecida pelas ações do Estado.

Para Furtado (2012), a partir do que foi exposto nessa retomada histórica, percebe-se que, desde o período da Lei de Terras, a legislação fundiária estava voltada aos interesses de uma pequena parcela da elite brasileira que detinha a maior parte de domínio da terra, cuja estrutura agrária concentracionista obstruía o acesso aos despossuídos, transformando, assim, a ideia da função social da terra em um mero construto ideológico, atado aos interesses dos grandes proprietários que confiscavam, não somente a propriedade legítima da terra, mas também o poder político.

Em suma, a Lei de Terra em nada favoreceu as classes menos privilegiadas, porque não trouxe nenhum tipo de modificação no regime de distribuição de terras no Brasil.

## **1.2 O Estatuto da Terra e a Modernização da Agricultura**

Neste item, de forma sucinta, abordam-se, também, a modernização da agricultura a partir do Estatuto da Terra e as reações ocorridas na natureza, pois a utilização inadequada do solo para cultivos, sem limitar à sua aptidão agrícola, tem provocado os processos de degradação da capacidade produtiva do solo. Não se tem a pretensão de aprofundar ou dar por esgotada a discussão sobre a modernização da agricultura brasileira, por sua complexidade e por possuir várias correntes doutrinárias com pensamentos diferentes.

Retratar a modernização da agricultura brasileira é bastante complexo, tendo em vista que o entendimento da industrialização da agricultura está além das relações entre indústria e agricultura.

A Lei n. 4.504 de 30 de novembro de 1964, Estatuto da Terra, teve o objetivo de promover a modernização do campo mediante aumento da produção e da

produtividade. “A partir daí, a paisagem rural mudou radicalmente, milhares de máquinas, tratores e insumos agrícolas substituíram paulatinamente a maneira de produzir até então existente” (SILVA, 2009, p.21). A produção agrícola passou a ser vista não mais como entrave ao “desenvolvimento” do País, uma vez que seria modernizada.

A Lei foi promulgada em consequência das lutas no campo, mas em nada tinha de favorável aos trabalhadores rurais. Tendo em vista que os trabalhadores permanentes tinham um custo maior para o empregador, a não inclusão dos trabalhadores temporários no Estatuto do Trabalhador Rural favoreceu os proprietários que se desobrigassem dos gastos trabalhistas, substituindo a força de trabalho por outra alternativa que tivesse um custo menor. De fato, a lei “regulamentou a intensificação da exploração da força de trabalho” (SILVA, 1999, p.64), acarretando também a expulsão dos trabalhadores das fazendas.

[...] No Brasil, o debate da modernização identificada à industrialização já vinha ocorrendo desde os anos 50, quando a dicotomia dos dois Brasis acirrou-se em torno do velho, arcaico, atrasado, identificados ao rural, e do novo, desenvolvido, industrializado, identificados ao urbano. Portanto a implementação do regime militar representou a vitória da tese da modernização. Uma das primeiras medidas jurídicas desse período foi a criação do Estatuto da Terra pela Lei n.4.504 (de 30.11.1964) por intermédio da qual visava-se, propriamente, à modernização do campo por meio do aumento da produtividade. (SILVA, 1999, p.35).

Martins (1995) compreende que o Estatuto da Terra auxiliou o governo federal a administrar institucionalmente as inquietações e reivindicações camponesas, pois o Estatuto abre a perspectiva da reforma agrária localizada e restrita nas áreas de tensão social grave, mas descarta a possibilidade de uma reforma agrária na esfera nacional.

O governo militar poderá, assim, a partir de então, controlar duas tendências aparentemente contraditórias em favor da primeira: de um lado uma política deliberada de concentração fundiária e de constituição de grandes empresas no campo; de outro lado, uma política de redistribuição de terras nos lugares em que as tensões sociais possam ser definidas como um perigo à segurança nacional, isto é, à estabilidade do regime militar. (MARTINS, 1995, p.31).

Contudo, observa-se que essa lei, na prática, serviu para elevar mais a desigualdade e a exclusão no País; no direito agrário brasileiro, havia um discurso ideológico de corrigir as deturpações existentes quanto à questão fundiária, mas o

que a história evidencia é justamente o contrário.

Para Silva (1999), a implementação do Estatuto da Terra encaixaria à visão de conceitos de modernização do campo, dispondo como referência o padrão de produtividade do imperialismo capitalista. E, nesse sentido, a autora compreende que a modernização trouxe exploração e expropriação de famílias camponesas, processo marcado pela violência, efetuada pelos latifundiários e também pelas empresas (nacionais e internacionais) ligadas ao capital financeiro, os quais receberam incentivos fiscais para a compra da terra por um valor simbólico.

A essa expropriação e exploração foram submetidos milhares de trabalhadores que eram “arrebanhados em seus locais de origem pelos *gatos*, com promessas de altos salários e encaminhados para fazendas, geralmente a milhares de quilômetros de distância” (SILVA, 2004, p. 21), sendo que muitos desses trabalhadores foram reduzidos à condição de quase escravizados.

Trata-se de um estudo sobre o processo de acumulação primitiva, responsável pela usurpação das terras dos camponeses do Vale do Jequitinhonha-MG, transformados em migrantes sazonais, em *trabalhadores de fora*, os quais, juntamente com os antigos colonos, parceiros e sitiantes, transformados em *boias-frias*, passaram a compor o grande exército do lumpem proletariado nas usinas e fazendas no interior do Estado de São Paulo (SILVA, 1999,p.2).

Foi o que aconteceu com a implantação da agroindústria da cana no município de Poconé, com a chegada de trabalhadores oriundos em especial do Nordeste. No período da primeira safra, eles não tinham sequer lugar para dormir e se alimentar, foram abandonados à própria sorte. Posteriormente, passado algum tempo, foram construídos barracões, que não possuíam banheiros, nem proporcionavam o mínimo de dignidade humana a essas pessoas.

Considera-se o migrante sob duas óticas: inicialmente, trata-se de um (a) trabalhador (a) produzido no bojo de determinadas relações sociais, que, muitas vezes, resultam de processos de violência e expropriação. Esta situação remete à análise das condições históricas responsáveis por estes processos; em seguida, o migrante insere-se numa realidade social, definida por laços sociais (familiares, grupos de vizinhança, valores, ideologias etc.), que o caracterizam como pertencente a um determinado espaço social e cultural. Portanto, a denominação abstrata de migrante esconde o conjunto de situações concretas e particulares, que definem sua identidade individual e social. Estas duas perspectivas conduzem às reflexões, segundo as quais os fatores econômicos não são os únicos a ser levados em conta na análise da migração e dos migrantes (SILVA et al, 2006, p.16).

Utilizava-se o discurso ideológico de que o campo prejudicava o “desenvolvimento do país”, o que, para Silva (1999, p. 68), “garantiu os sucessos da modernização agrícola, ocasionando a expulsão de milhares de parceiros, arrendatários, colonos, sitiantes, etc.”

Martins (1995, p.96) afirma que o Estatuto da Terra conduziu a uma redefinição fundiária à colonização das novas áreas, por meio da retirada e assentamento de lavradores desalojados pela concentração de propriedade ou removidos de áreas de tensão. Para tanto, “a grande extensão disponível seria justamente a da região amazônica e partes do Centro-Oeste, sobretudo Mato Grosso”.

Martins (2010, p. 17) refere-se à história de diferentes pessoas que sofreram os efeitos de desenraizamento por diferentes vias, todas oriundas do grande sistema agrícola e extrativo da economia de exportação, que resultou dos “arranjos entre o fim da escravidão, a instituição da propriedade fundiária plena com funções de criar um sistema de coerção nas relações de trabalho e a forma possível de trabalho livre substitutivo do trabalho escravo”.

A desorganização desse arranjo, nos anos sessenta e setenta do século XX, permitiu o trabalho temporário não enraizado e sem complementaridade com outras adaptações em relação a formas de moradia e trabalho. É o que relatam Martins *et al.* (2009):

De fato, a explosão de visibilidade do precário equilíbrio que esse sistema estabeleceu na grande lavoura mostrou que, mais do que vínculo trabalhista, o que se rompeu foi o vínculo de moradia, a agregação à grande propriedade, produto do crescimento da renda fundiária. A luta pela terra em boa parte se apresenta como luta pelos direitos de moradia, uma carona pega na possibilidade da reforma agrária (MARTINS *et al.*, 2009, p.17).

Entende-se que o que houve foi uma modernização conservadora, alterando a estrutura fundiária, as relações de poder entre as classes sociais e a desigualdade na distribuição de renda.

Nos dizeres de Fontoura e Verdum (2018), o Estatuto da Terra implantou um modelo de modernização na agricultura do País que procurou acordar as teses liberais, que atribuíam à agricultura brasileira o papel de exportadora de produtos agrícolas e de consumidora de produtos industrializados, cujo rumo foi o paradigma da Revolução Verde, que se implementava em nível mundial.

Fontoura e Verdum (2018) salientam que:

O Estatuto da Terra teve na soja seu grande carro-chefe; mas não o único: na verdade, toda lavoura de escala passou a se orientar no sentido da integração com a indústria a montante e a jusante. Os altos índices de capitalização no campo foram subsidiados pelo Estado que, por outro lado, na cidade, crescia com a urbanização (FONTOURA e VERDUM, 2018, p.32).

Diante das discussões acima, pode-se entender que a efetivação da modernização por meio do Estatuto da Terra e demais legislações, que garantiam o *status quo* para as classes dominantes, foram determinantes para os Planos de Desenvolvimento Governamental, tais como: O Plano Econômico do Desenvolvimento (1968-1971); do Planalsucar (Plano de Melhoramento da Agroindústria Açucareira), em 1971, e do Proálcool (Programa Brasileiro do Álcool), em 1975, o que foi determinante para a implantação da agroindústria da cana, na comunidade quilombola Nossa Senhora do Chumbo, no município de Poconé-MT, objeto desta pesquisa.

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, a disputa política em torno da reforma agrária tornou-se muito intensa e com efeitos importantes para a formatação dessa questão. Entende-se que “de fato a regulamentação fundiária no Brasil é, na maioria dos casos, legítimo ato de reforma agrária” (MARTINS, 2000, p. 11).

Em tese, a Carta Magna de 1988 passou a ter um novo olhar, não apenas para o aspecto econômico como fonte de produção de lucro, mas também no aspecto cultural, social e ambiental, com a preservação do meio ambiente.

No que tange à questão fundiária a Carta Magna de 1988 não contribuiu para a redução da concentração de terras no Brasil, não apresentou nenhuma inovação em relação à Lei 4.504, pois a nova Constituição Federal acabou por legitimar o “latifúndio produtivo”, apesar de posteriores medidas provisórias e emendas constitucionais, que não trouxeram mudanças significativas na disposição legislativa fundiária.

Esta Carta Magna de 1988 não trouxe a democratização do acesso à terra para a maioria dos brasileiros. Na verdade, houve um avanço do agronegócio sobre terras que já estavam ocupadas, o que provocou o êxodo compulsório de moradores/as locais, que na maioria das vezes são ribeirinhos, quilombolas, posseiros, grupos considerados mais vulneráveis, os quais acabam sofrendo uma carga maior nas consequências ambientais e sociais, o que caracteriza o racismo

ambiental.

No final da década de 1980, aparecem as primeiras ações de desregulamentação no setor sucroalcooleiro, apesar de, anteriormente, o Estado não possuir concorrente às exportações, estabelecendo preços e determinação de cotas de produção e comercialização por usinas. Na década de 1990, o processo de desregulamentação chega a seu extremo com o fim do IAA e novas entidades de caráter civil e privado movem-se a organizar o setor. Além disso, em paralelo ao processo de desregulamentação e de diminuição da intervenção estatal no setor sucroalcooleiro, ocorreu a criação de novas formas de regulamentação (NASCIMENTO, 2001).

O Proálcool apresentou, entre 1986 a 1995, um panorama de desaceleração e depois de crise. Houve redução da participação dos investimentos públicos no Programa (as inversões do capital público passaram de 75% para 56%, atingindo 39%, entre as 1ª, 2ª e 3ª fases do Programa; ao revés, houve aumento percentual de inversões do capital privado – de 25% passou para 44%, atingindo 61%). O "gargalo", oriundo da crise do petróleo, e que foi fundamental para a criação e posterior expansão do Proálcool, desapareceu. Portanto, saiu de cena um dos fortes argumentos para manter o corporativismo em torno desse programa. (SHIKIDA; AZEVEDO; VIAN, 2011, p. 2)

Na segunda metade da década de 1990, o setor sucroalcooleiro alcançou a capacidade de produção de bilhões de litros de álcool, após um rápido período de crescimento na primeira metade da década.

Mas a produção permanecia em um patamar de 12 bilhões de litros. As incertezas quanto aos rumos do Proálcool afetaram os investimentos em capacidade produtiva, o que levou a um descompasso com a demanda crescente por carros a álcool (derivada dos incentivos fiscais e creditícios e dos preços subsidiados). Nessa época, os usineiros chegaram a sugerir o controle da oferta de carros a álcool (SHIKIDA; AZEVEDO; VIAN 2011, p. 3).

No período de 1990 até 2009, os produtores tiveram que se ajustar ao livre mercado e dar prosseguimento sem os incentivos, subsídios e coordenação estatal noutro tempo existentes, considerou-se um cenário de rearranjo do setor sucroalcooleiro sob o escudo da desregulamentação setorial.

Nesse período, o preço do açúcar no mercado interno passou a não ser mais tabelado; a partir de 1994, as exportações do açúcar foram liberadas; em 1997, o preço do álcool anidro deixou de ser tabelado; em 1998, o governo liberou o preço da cana-de-açúcar, e em 1999, o preço do álcool

hidratado também deixou de ser tabelado (ALVES, 2002) (SHIKIDA; AZEVEDO; VIAN, 2011, p. 3).

Terras antes utilizadas pela agricultura de subsistência e ocupadas por moradores/as locais foram transformadas em imensos canaviais, trazendo de toda parte do País migrantes que sonhavam com uma melhoria na sua vida, movidos pela ilusão de um bom emprego e altos ganhos, como ocorreu em todas as áreas onde houve uma corrida para o plantio da cana de açúcar, incluindo o Estado de Mato Grosso.

Ao contrário do que esses agentes sociais sonhavam, a realidade vivida se mostrou completamente diferente, com a exploração da mão de obra, desintegração da família e muitos adquiriram doenças do trabalho que os levaram a morte, tudo em nome de um aumento da produção da agroindústria da cana.

A agricultura moderna brasileira, compreendida como a incursão cada vez mais acentuada das inovações tecnológicas e das mudanças que ocorrem na estrutura da relação capital versus trabalho, tem difundido no Brasil, em especial no Cerrado do Pantanal, um modelo que modifica as circunstâncias econômicas, corroborando para o aumento da produção agrícola do País.

Os censos quantitativos da produção agrícola, como se essa modernização fosse benéfica à toda sociedade, nada mais são do que uma falácia, pois o que ocorre é o favorecimento de uma pequena parcela da sociedade, em detrimento da maioria que sofre uma carga maior de injustiças ambientais.

Percebe-se que, nas últimas décadas, ocorreu um novo rearranjo do espaço no que diz respeito à organização das atividades econômicas, como aponta Santos (2000, p. 88), “[...] se instala uma agricultura propriamente científica, responsável por mudanças profundas quanto à produção agrícola e quanto à vida de relações.”

Nos dizeres de Silva (1999), a modernização ocorreu de forma parcial, no sentido de alvejar alguns produtos, em algumas regiões, beneficiando alguns produtores e alguns ciclo produtivo. Com isso, não só desenvolveu a dependência da agricultura com relação a outros setores da economia, sobretudo o industrial e o financeiro, como majorou o grau de desequilíbrio social e os impactos das atividades agrícolas.

Quanto ao conceito de Complexo Agroindustrial:

O pioneiro na utilização do termo no Brasil foi Alberto Passos Guimarães, que identifica a formação do complexo a partir da perda de independência

da agricultura camponesa perante a indústria e das pressões impostas pela indústria a montante e jusante. Inspirado em Kautsky, o autor trabalha com a ideia de unificação da indústria e da agricultura. Com uma profunda noção de movimento, Guimarães demonstra que não apenas a agricultura se industrializa como a indústria industrializa a agricultura. Tanto a agricultura camponesa como a agricultura moderna se integram ao CAI deixando de se comportar como setores isolados. Nesse movimento de integração, a agricultura perde espaço (BELIK, 2007, p. 145).

É possível verificar a mesma indicação em Martins (2006), quando ele afirma que no que diz respeito ao termo industrialização da agricultura, fez surgir uma “diversidade de análises, ora reforçando sua utilidade, ora contestando-a”.

O termo industrialização da agricultura tornou-se corrente nas ciências sociais brasileiras para caracterizar as transformações ocorridas ao longo dos últimos 50 anos. Entretanto, o mesmo tornou-se fonte de polêmica, possibilitando, assim, o surgimento de uma diversidade de análises, ora reforçando sua utilidade, ora contestando-a (MARTINS, 2006, p. 168).

No entender de Martins (2006, p. 165), “[...] a produção conceitual acerca deste processo gerou impactos substantivos sobre a própria constituição dos discursos políticos em torno da transição do trabalho rural no país para uma etapa *eminentemente* moderna”.

Para Martins, sua expansão sobre as áreas rurais ocorreu para beneficiar interesses das grandes propriedades agrícolas “com aqueles da manutenção das circunstâncias locais de domínio e desigualdades sociais” (MARTINS, 2006, p. 167), compondo dessa forma a modernização conservadora das áreas rurais. Não obstante, por causa da dificuldade

Na separação das atividades entre a produção agrícola e sua transformação e distribuição, foram construídas ao longo do tempo por diversas unidades de análise com maior ou menor poder explicativo. Entre as mais importantes, podemos mencionar o Complexo Agroindustrial (CAI), o Sistema Agroalimentar (SAA) e o Agribusiness (BELIK, 2007, p.143).

Na concepção de Silva (1996), o significado da modernização da agricultura é empregado para designar a modificação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra, as metamorfoses intensas da produção no campo e das relações capital versus trabalho, uma fase assinalada pela dependência frente ao mercado externo dos meios de produção.

O que se percebe é que, a partir do advento e solidificação dos complexos



agroindustriais, sucede uma reestruturação na produção agropecuária brasileira e um processo acelerado de inserção de capitais. Esse processo, conforme Delgado (1985), ocorreu a partir da centralização do capital industrial, dos grandes e médios proprietários rurais e, inclusive, do Estado.

[...] são dois momentos históricos distintos no processo de modernização da agricultura. O primeiro refere-se ao aumento dos índices da tratorização e do consumo de fertilizantes de origem industrial. A utilização de forma ampla de bens, baseada na importação de bens de capital, modificou o padrão tecnológico da agricultura brasileira. Depois, a demanda de insumos e máquinas era satisfeita via importação. O segundo fenômeno refere-se à industrialização da produção agrícola com o surgimento, no final da década de 50, das indústrias de bens de produção e insumos (DELGADO, 1985, p. 35).

Em relação a essa reestruturação produtiva da agropecuária brasileira, Elias (2003) anuncia que, em meados da década de 1970, é possível identificar uma terceira fase:

Podemos identificar uma terceira fase da reestruturação produtiva da agropecuária brasileira em meados da década de 1970. Nesse período, dá-se um processo de integração de capitais a partir da centralização de capitais industriais, bancários, agrários, etc., expansão de sociedade anônimas, cooperativas agrícolas, empresas integradas verticalmente (agroindústrias ou agrocomerciais), assim como a organização de conglomerados empresariais por meio de fusões, organização de holdings, cartéis e trustes, com atuação direta nos CAIs (ELIAS, 2003, p. 321).

Para abranger melhor o significado da modernização, é importante situar o pensamento econômico hegemônico no Brasil, assim como entender o papel concedido à agricultura na década de 1970, quando este processo foi dominante e, segundo Delgado (2001):

Todo ele calcado no pensamento funcionalista norte-americano com respeito aos papéis clássicos da agricultura no desenvolvimento econômico. As chamadas cinco funções da agricultura: liberar mão de obra para a indústria; gerar oferta adequada de alimentos; suprir matérias-primas para indústrias; elevar as exportações agrícolas; transferir renda real para o setor urbano estavam impregnadas na imaginação dos economistas conservadores da época, e também na de alguns críticos do sistema, de forma que somente se reconheceria problemas ou crise agrícola onde algumas dessas funções não estivessem sendo sistemática e adequadamente atendidas (DELGADO, 2001, p. 162).

Para Santos (2000, p. 89), “[...] a agricultura científica, moderna e globalizada acaba por atribuir aos agricultores modernos a velha condição de servos da gleba.

É atender a tais imperativos ou sair”.

Com relação ao fenômeno de constituição dos Complexos Agroindustriais Martins (2006), citando Silva (1996), assegura que:

Também compartilhou desta concepção de que haveria dependência do padrão agrícola moderno para com a indústria. De acordo com o autor, para além do simples consumo de bens industriais pela agricultura, a industrialização desta caracterizar-se-ia como o momento decisivo da perda de autonomia do seu próprio desenvolvimento; a partir de então, a agricultura teria sua dinâmica atrelada às demandas dos setores industriais. Neste movimento estaria estabelecida sua submissão à indústria, a qual passaria a comandar a direção, as formas e o ritmo das transformações operadas na base de produção agrícola (SILVA, 1996 apud MARTINS, 2006, p.184).

Silva (1981, p. 126) também foi categórico ao afirmar que “a agricultura se moveu por um processo de industrialização, gerido pelo capital monopolista, submetendo a uma “modernização conservadora, à proporção que o capital se aliou ao latifúndio sob a proteção do Estado”. Para o autor, o desenvolvimento do capitalismo no campo significa a própria industrialização da agricultura.

A aplicação de técnicas como irrigação, drenagem, máquinas e fertilizantes instituem as situações necessárias para a produção, numa probabilidade de aumento da produtividade, tendo a terra como produto das relações sociais de produção. Da mesma forma, a agricultura se transformou em um setor submisso à indústria e transformada por ela (SILVA, 1981).

Na mesma via, Pereira (1995) compreende a industrialização da agricultura como um processo que exhibe intenso avanço do capital industrial no campo, onde a agricultura, de um lado, consome insumos e maquinarias produzidos pela indústria, e, de outro lado, abastece matéria-prima reservada à produção industrial. A subordinação da agricultura à indústria fomentou, assim, alterações na estrutura social agrária, a industrialização da agricultura é responsável pelo aumento da dessemelhança da distribuição de renda e pelo incremento da pobreza no campo.

Tanto Pereira (1995) quanto Graziano da Silva (1981), numa visão marxista, acreditam que a introdução do capital no campo, ao expor em evidência a industrialização da agricultura, mudou uma porção do campesinato, ou das organizações tradicionais de produção, em trabalhadores assalariados.

Para Wanderley (2000a, p. 5), as sociedades rurais tradicionais sofreram transformações intensas, “perdendo sua autonomia relativa e se integrando econômica, social e culturalmente à sociedade englobante”. Essas conversões de

ordem econômica “transformaram profundamente a forma de produzir do campesinato tradicional e se expressou numa progressiva modernização do processo de produção da agricultura”, integrando este setor ao mercado”.

Assim, “a integração do latifúndio à economia moderna seria o necessário para que a agricultura desempenhasse seu papel e para a dinâmica da economia rural, numa proposta de desenvolvimento rural” (GUANZIROLI et al., 2001, p. 16). Para o autor, em nenhum instante, consideram-se as consequências socioeconômicas e políticas originárias da adoção dessas estratégias e, mais exatamente, a distribuição de renda.

O Estado teve um papel definidor da inserção capitalista no campo por meio da política agrícola, que ajudou fortemente o capital, resultando num processo de modernização assentado no fator escasso do capital em detrimento do fator farto de trabalho. Desse modo, compreende-se o que Graziano da Silva (1981) intitulou de “Modernização Dolorosa, caracterizada pelo êxodo rural que enchia as cidades com refugiados do campo” (GUANZIROLI et al. 2001, p. 31).

Para Martins (2006), na tentativa de “superar as limitações que a própria natureza impõe à acumulação no campo”:

O movimento de produção de valores não só cria relações específicas de manutenção e subordinação da natureza e de antigas relações sociais de produção – como, no caso brasileiro, o colonato e a parceria – à sua lógica, como também desenvolve novas relações para a apropriação do trabalho social excedente. Ou seja, tal movimento não só articula antigas relações em seu desenvolvimento, mas também desenvolve o moderno sobre bases tradicionais, conservando contradições sociais não como resquícios de “atraso”, mas como relações singulares de sua própria modernidade (MARTINS, 2006, p. 181).

Ainda em consonância com Martins (2006, p.184):

[...] pensar a industrialização da agricultura como um processo social e econômico de absorção completa da lógica produtiva da indústria pela agricultura é deixar de considerar, dentre outros aspectos, a dimensão ambiental que está imbricada na produção.

Uma vez traçado o histórico da questão agrária no Brasil, cabe apresentar como esses processos históricos de ocupação da terra ocorreram no território de Mato Grosso; como as terras devolutas passaram para o domínio privado e como essa falácia “legal” beneficiou a apropriação de grandes extensões do território

mato-grossense para dar lugar a uma “modernização” da agricultura, e de como isso afetou e transformou a vida dos agentes sociais das comunidades locais, em especial, da comunidade quilombola Nossa Senhora do Chumbo.

### 1.3 Formação e transformação do espaço rural mato-grossense

O objetivo deste item é compreender como aconteceu o processo de formação histórico territorial do Estado de Mato Grosso e de que forma essa formação impactou a vida dos/as moradores/as das comunidades locais, em especial, do Cerrado do Pantanal. Para compreender tal processo, torna-se importante entender esse espaço desde o período colonial aos dias atuais.

A ocupação do atual território do Estado de Mato Grosso se inicia com as descobertas das minas de ouro nos rios Coxipó e Cuiabá pelos bandeirantes em 1719. Nesse momento, foi no território “das *minas* do Mato Grosso” que surgiram os primeiros povoados. Mendes (2015) ressalta que:

A instalação definitiva por parte dos luso-brasileiros só foi efetivada no século XVIII com a descoberta de jazidas de ouro nas margens do rio Coxipó e do córrego da Prainha. Como consequência desse e de outros achados posteriores, surgiram várias vilas e povoados que foram concentrando população e se organizando em função da atividade mineradora. Nessa época, os rios contribuíram importantes caminhos que os sertanistas utilizavam para a penetração em direção a região mineradora, sendo as vias de acesso conhecidas como monções (MENDES, 2015, p.128).

Na procura pelo ouro, no vale do rio Coxipó, os bandeirantes, encontraram os Bororo<sup>7</sup>, chamado pelos paulistas de Coxiponé<sup>8</sup>. Após incendiarem sua aldeia, capturaram dezenas de índios para trabalhar como escravos nas lavouras do litoral paulista (MENDES, 2015). A esse respeito, revela que:

No retorno para São Paulo, encontrou outra bandeira chefiada por Pascoal Moreira Cabral que, informado da existência dessa nação indígena, dirigiu-se para essa região. Subiu o rio Coxipó, passando pela aldeia destruída, indo encontrar os Coxiponé na confluência com o rio Mutuca. Entretanto, a bandeira de Pascoal Moreira Cabral acabou sendo repelida pelos nativos (MENDES, 2015, p. 13).

---

<sup>7</sup> Os bororos, otuques, bororós ou *boe* (autodenominação) são um povo indígena que habita o estado do Mato Grosso, no Brasil.<sup>[3]</sup> Falam a língua bororo, autodenominada *boe wadáru*, que pode pertencer aos troncos linguístico macro-jê. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Bororos>

<sup>8</sup> Coxiponé. Indivíduo dos coxiponés, povo indígena extinto que habitava a região de Mato Grosso.

No período colonial e imperial, a economia de Mato Grosso dependeu do trabalho realizado pelos escravizados africanos. Para Mendes (2015),

Os primeiros cativos penetraram a região mato-grossense, em número pouco significativo, como componentes das bandeiras paulistas dos séculos XVII e XVIII. Nessas expedições os escravos eram encarregados de remar os batelões, abrir picadas na mata e transportar as provisões (MENDES, 2015, p.50).

Com a descoberta de ouro em Cuiabá, foi grande a afluência de pessoas provenientes de várias partes da colônia. Com a ocupação das terras, exigindo quantidades cada vez mais crescentes de mão de obra, as autoridades locais empenharam-se na vinda de trabalhadores escravizados para Mato Grosso.

Ao ser inserido no sistema produtivo da região mineradora, o homem negro assumia, “sobretudo, a tarefa de escavar os cascalhos para extrair da terra uma grande quantidade de minérios” (MENDES, 2015, p. 50).

Com o ruína da mineração, na segunda metade do século XVIII, a lavoura de cana-de-açúcar transpôs a absorver a mão de obra escravizada, proveniente da atividade mineradora. A mão de obra livre era utilizada nas atividades ligadas à extração de produtos vegetais e nas inúmeras tarefas das fazendas de gado. Os trabalhadores livres também eram aproveitados nas funções de vigilância, contribuindo, assim, para impor o domínio dos senhores sobre os escravizados (MENDES, 2015).

Em linhas gerais, a população de escravos em Mato Grosso apresentava uma predominância masculina e era de origem africana diversa, oriunda de regiões que recebiam escravos da Guiné e da Angola. Forçados ao trabalho, em péssimas condições e com alimentação precária, sua vida útil dificilmente ultrapassava dez anos. Mantidos sob severa vigilância, eram duramente castigados a que eram submetidos os escravos, estava o tronco, no qual a vítima amarrada e acoitada pelo feitor (MENDES, 2015, p. 50).

Em 1748, o governo lusitano tirou o controle da capitania de São Paulo e criou a capitania de Mato Grosso, com sede nas margens do Guaporé, isso por questão estratégica, pois essas terras estavam em território espanhol e um futuro que se fundamentava no princípio de *ut possidetis*, a posse da terra deveria caber àqueles que a estivessem ocupando, estava prestes a ser assinado em 1750, com o Tratado de Madri, acordo celebrado entre as coroas ibéricas (MENDES, 2015).

“Apesar da região ser colonial e periférica, a capitania de Mato Grosso

acabou por assumir um papel relevante na construção e manutenção das fronteiras portuguesas na América” (MENDES, 2015, p.128).

Entretanto, com a decadência da mineração, ainda no século XVIII, ocorreu a emigração de uma parcela considerável dos fluxos que se dirigiam para a região.

Assim, com a crise da mineração, comerciantes, trabalhadores das minas e lavradores direcionaram suas atenções para a criação do gado bovino e para a produção de subsistência de cana-de-açúcar e erva-mate. Grandes propriedades foram formadas por meio da concessão de sesmarias e de pagamento de dívidas de lavradores com terra (ANDRADE, 1995).

O poder local foi articulado entre as posses dos latifundiários com as dos militares e burocratas, e permaneceram no controle da capitania até o fim do período colonial.

Em 6 de abril de 1856, a abertura da navegação pelo rio Paraguai tornou possível o comércio com a Europa, o que resultou na intensificação do cultivo de cana-de-açúcar e instalações de usinas açucareiras para a produção de açúcar, álcool, rapaduras e aguardente para a exportação. Surgiram núcleos de povoamento em vários pontos do Estado e, especificamente, nos pantanais ocorreu o aparecimento de moradias dos ribeirinhos.

Neste sentido, a República do Paraguai era o maior impedimento às ambições inglesas, já que o respectivo governo mantinha seus portos fechados para que as indústrias paraguaias se desenvolvessem. Só depois de atingido o desenvolvimento esperado, os portos seriam abertos ao comércio externo (MENDES, 2015).

É importante salientar que o interesse no livre comércio pelo rio Paraguai partiu, principalmente, da Inglaterra que, “ávida em expandir o comércio ultramarino, começou a pressionar todo contexto latino-americano, especialmente a região do Prata, para que governantes adotassem uma política que terminasse por abrir seus mercados para compra e venda de mercadorias (SIQUEIRA, 1990, p. 215).

A intensificação desse comércio ocorreu com o ingresso da extração do látex e da poaia por volta de 1870. A poaia favoreceu o desenvolvimento do comércio junto à valorização e à concentração de terras dos municípios de Cáceres, Barra do Bugres e Vila Bela. Esse momento foi marcado pelo ingresso de Mato Grosso no circuito nacional e internacional do capital (MORENO, 1999).

Desde 1892, os vários governadores do Estado de Mato Grosso vinham

beneficiando o acesso de grandes porções de terras, seja por latifundiários, capitalistas individuais ou por grupos econômicos e empresas agropecuárias e agroindústrias, favorecido pela Carta Magna de 1891 (MORENO, 1999).

Ainda na primeira metade do século XX, outra importante atividade econômica que se expandiu na região norte foi a produção do açúcar realizada em usinas modernas movidas por máquina a vapor importadas da Europa. De acordo com Mendes (2015),

Salienta-se que a produção dessas usinas constituiu um importante meio para a conquista interno e de fronteira, catalisando a mão de obra disponível na região, além de ter possibilitado a formação de uma elite política e econômica que dominou Mato Grosso nas primeiras décadas do regime republicano (MENDES, 2015, p. 130).

Nesse sentido, torna-se importante ressaltar que a legislação fundiária em Mato Grosso, como no restante do País, foi estruturada com base na Lei de Terras de 1850 e de seu regulamento em 1854, quando ficou assegurado o pleno direito de propriedades situadas no Estado e se decretou a sua aquisição mediante título oneroso.

Além disso, deu-se preferência para compra de terras devolutas que estavam sob o domínio particular, ocupações que favoreciam os grandes proprietários, que ocupavam áreas extensas para a agricultura, pastoreio, mineração e exploração vegetal, tais como a poaia, erva-mate e borracha. Dessa forma, excluía-se o pequeno produtor.

Os atos de legitimação de posses antigas, iniciada em 1892, ocorreu até 1930, período em que a ocupação de Mato Grosso foi intensificada com programas federais, cujo intuito era interiorizar a população “excedente” de outras regiões - a chamada “Marcha para o Oeste”.

Essa “benevolência” dos governadores estaduais em relação às ilegalidades de apropriação de terras, na sua legalização de excesso de áreas incorporadas além dos previstos em Lei, favorecia a desigualdade social e a degradação ambiental.

A exploração da erva-mate em Mato Grosso constituiu-se em um monopólio da Companhia Mate Laranjeira durante grande parte da República Velha. Os grandes momentos de questionamento desse monopólio ocorreram nas épocas dos pedidos para aumentarem os anos nas prorrogações das concessões das terras, junto ao governo. Esse fato terminou por acarear grupos oligárquicos, “a partir de

1912, quando a oposição política à Companhia passou a defender a não renovação do contrato de arrendamento e fragmentação da região ervateira em propriedades menores” (MENDES, 2015, p. 55).

Foi durante a Era Vargas, em especial, na ditadura do Estado Novo (1937-1945), que a Companhia Mate Laranjeira acabou perdendo o arrendamento dos ervais, pois a Constituição Federal de 1937 limitava a concessão de terras a empresas com capital estrangeiro numa faixa de 150 km ao longo das fronteiras do país: as empresas ali situadas deveriam ter predomínio de capital e trabalhadores nacionais. Além disso, o governo Vargas lançou a campanha da *Marcha para Oeste*, que tinha o objetivo de ocupar economicamente os espaços considerados vazios, ou escassamente povoados do interior brasileiro, fixando o trabalhador nacional através de assentamentos em pequenas propriedades (MENDES, 2015, p. 55).

A política de nacionalização das fronteiras e estímulos ao abastecimento de migrantes em Mato Grosso acabou por atingir a Mate Laranjeira.

A implantação dessa política agrária garantiu a permanência dos latifúndios existentes, assim como a formação de outros, e também de grandes desmatamentos. Desses imóveis originaram as monoculturas de grandes dimensões, as quais acarretaram o processo de mobilização das terras por meio da expansão das lavouras e desapropriação camponesa.

Somente na década de 1960, as tentativas de integrar a Amazônia à economia nacional conseguiram definição e relevância. Para Castro et al. (1994):

No momento em que as pressões demográficas no campo se intensificavam no Centro Sul e Nordeste, quer pela modernização da agricultura, quer pela concentração da terra, a expectativa de riqueza na Amazônia e a extensão do seu solo passaram a ser vistas como alternativas de soluções dos problemas sociais e econômicos nacionais (CASTRO et al., 1994, p.17).

As políticas do Governo Federal se dirigiram no sentido de impulsionar a “ocupação” da Amazônia, principalmente a partir da década de 1970, como relatam Castro et al. (1994):

Na realidade, a expansão da fronteira na Amazônia Legal representou uma busca na homogeneização do espaço regional já que possibilitou a penetração de atividades econômicas novas num espaço pré-existente, pois neste mesmo espaço já havia uma população e uma produção nos moldes compatíveis com a infraestrutura física e legal anterior. Assim, por exemplo, as tribos indígenas usavam diferentes partes de seus territórios para funções distintas: caça, pesca, roça, cerimônia e migrações. No extrativismo da borracha, o seringal não constituía propriedade da terra, mas o direito de exploração de um caminho que percorria a mata ligando as árvores produtoras de látex. No extrativismo da Castanha-do-Pará, os colhedores usavam a floresta apenas ao período da safra, desocupavam



a região durante o resto do ano (CASTRO et al., 1994, p.18).

Para Castro et al. (1994, p.18), o espaço deixou de ser utilizado como anteriormente na região da Amazônia Legal e passou a “compor um título de propriedade privada da terra, coerente com o tipo de atividades econômicas em expansão que é a agricultura integrada (mais cedo ou mais tarde) ao sistema nacional de produção capitalista”.

Assim, “a integração ao sistema nacional de produção capitalista dessa região de fronteira significou a intensificação do processo de modernização da agricultura nesta região” (CASTRO et. al., 1994, p.18).

Para Silva (1993), adotou-se, pois, no País um novo padrão agrícola, com características como: concentração fundiária, utilização crescente dos processos mecânicos (tratores, arados, colhedeiros) e insumos químicos e biológicos (sementes selecionadas, fertilizantes, corretivos e defensivos), aumento na capacidade de armazenamento e melhoria nos transportes, transformações na comercialização agrícola via cooperativas e vendas direta às agroindústrias, expansão do crédito rural subsidiado, mudanças nas relações de emprego e estrutura de classes no campo com a expansão da burguesia agrícola e do trabalho assalariado.

Nas décadas de 1950 e 1960, o governo do Estado vende grande parcela de terras no norte e no nordeste, da atual área do Estado, para a colonização particular. De 1966 a 1978, a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (Codemat) realizou uma política de venda direta por meio de licitação ou concessão do governo, e essa regularização fundiária se prolongou até 1986 (SANTOS, 1993; MORENO, 1993).

Em 1970, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), por meio do Programa de Integração Nacional (PIN) e do Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste), articulou um complexo de rodovias, projeto de colonização oficial e particular, escolas rurais, postos de saúde etc. Originou-se dessa política a BR-158 (Barra do Garças à divisa com o Estado do Pará), a BR-163 (Cuiabá-Santarém) e a reconstrução da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho).

Que as primeiras levas migratórias que se dirigiram para Mato Grosso eram formadas, em sua grande maioria, por trabalhadores descapitalizados, migrantes que foram responsáveis pelo desbravamento

e realização de atividades produtivas ainda com práticas e métodos de cultivo não adequados ao clima e solo da região, o que resultou em fracasso. Foi a partir da segunda metade da década de 1970 que seria inaugurada uma nova fase no processo migratório, caracterizado por um fluxo mais intenso e mais qualificado, composto por agricultores detentores de capital, com experiência na atividade agrícola mecanizada e conhecimento de culturas ainda não inseridas na região, como a soja. (MENDES, 2015, p. 131).

Nesse sentido, o governo federal foi fundamental tanto para a ocupação quanto para a transformação produtiva ocorrida no Estado, porque o processo de desenvolvimento passou a ser definido pelas diretrizes estabelecidas pelo Executivo Federal, que não tinha nenhum compromisso ambiental e nem social, e, portanto, não se preocupava com o bem-estar dos/as moradores/as das comunidades locais.

Oferecendo terras ditas 'mais férteis', de maior tamanho e mais baratas na fronteira, o Governo Federal acabou atendendo também aos interesses da oligarquia agrária na origem, possibilitando o aumento das dimensões de suas propriedades ao mesmo tempo em que, através de políticas fiscais, buscou a transformação dos latifúndios tradicionais em grandes empresas capitalistas voltadas para a produção de produtos de exportações (CASTRO et. al., 1994, p.20).

Como se percebe, o Governo Federal teve sempre um papel privilegiado tanto "na elaboração, formulação e difusão de um discurso legitimador na instrumentalização e operacionalização dos interesses e objetivos das classes e dos grupos sociais que dominavam" (CASTRO et al., 1994, p.20).

O Projeto de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste (Pladesco), executado pelo Sudeco, ficou encarregado da expansão do mercado nacional e crescimento da produção de minérios e grãos para exportação. Em 1974, o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Poloamazônia), executado na mesorregião Norte Mato-Grossense pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) em parceria com a Sudeco, interferiu na região do Xingu.

Esse Programa tinha como fito canalizar investimentos para a exploração mineral e agrícola na Amazônia Legal e, por isso, teve investimento para ampliação do rebanho bovino e da produção de carnes para exportação. A intenção era a modernização da bovinocultura pantaneira, com melhoria das condições para comercialização do gado.

O Programa para Desenvolvimento do Cerrado (Polocentro), também

executado pela Sudeco no ano de 1975, tinha como finalidade inserir o bioma Cerrado nas áreas produtivas do País, cujos solos eram considerados de baixa fertilidade, ou seja, as terras eram consideradas impróprias para a agricultura do Cerrado.

No mesmo ano foi promulgado o decreto n. 76.593, o Programa Nacional do Álcool ou Proálcool, que tinha o objetivo de estimular a produção do álcool para o atendimento das inevitáveis do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos, o que gerou a oportunidade de implantação da agroindústria da cana no Cerrado do Pantanal, especificamente no município de Poconé.

No cenário agrário, essas políticas de distribuição, legalização e vendas de terras resultaram num processo de concentração fundiária de difícil reversão e em grandes danos ambientais, afetando, em especial, as pessoas consideradas em situação de maior vulnerabilidade (MORENO, 1993; ALVES JÚNIOR, 2003).

Foi a Lei Complementar n. 31 de 11 de outubro de 1977 que determinou a divisão, em duas faixas territoriais, do antigo Mato Grosso: criava-se o Estado de Mato Grosso do Sul e se conservava a parte norte do antigo território, com a denominação histórica de Mato Grosso. Essa cisão territorial foi resultado de lutas históricas pela sua concretização (SIQUEIRA, 1990).

De acordo com Moreno (2009), vários desses projetos de colonização e assentamento se tornaram municípios, como é o caso de Nova Mutum, Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Colíder, Vera, Alta Floresta, Cláudia, Carlinda, Juína, Cotriguaçu e Colniza, para citar os mais notórios. Esse processo permitiu o estabelecimento dos grandes imóveis rurais e compreendeu uma intensa diferenciação do campesinato. Apenas uma minoria dos que migraram para o Estado conseguiu se estabelecer e se transformar em grande capitalista do agronegócio de grãos.

A realização integrada desses programas contribuiu decisivamente para a definição de uma nova configuração do espaço geográfico mato-grossense, tais projetos resultaram, no Estado de Mato Grosso, em vastos prejuízos sociais e ambientais, acarretando uma desestruturação familiar. Além disso, ocorreu a chegada de migrantes que, em busca de sonhos, frustraram e foram considerados como trabalhadores em condições análogas às de escravos, como ocorreu com os trabalhadores que vieram em busca de condições melhores de vida e foram

trabalhar na agroindústria da cana implantada na Comunidade do Chumbo, localizada no município de Poconé.

Na década de 1990 foi sinalizada pela solidificação dos projetos de colonização, intenso processo de desmatamento e amplificação do agronegócio de grãos a partir de fomentos das políticas agrícolas federais e da abertura de novas áreas no cerrado e na Amazônia mato-grossense.

A produção, em especial, de soja, em Mato Grosso é fator de forte investimento do governo federal, das *tradings* e de empresas nacionais e internacionais. O grande esforço voltado para esse fim faz com que as acumulações fundiária, monetária e de poder, de exploração do trabalho, elaborem ciclos sucessivos de expropriação dos moradores locais, tais como: ribeirinhos, indígenas, quilombolas, assentados, dentre outros considerados grupos sociais mais vulneráveis e, conseqüentemente, caracteriza racismo ambiental, percebe-se que o plantio da soja tem provocado uma série de modificações no espaço, sejam elas ambientais ou socioeconômicas, pois é um tipo de agricultura que tornou mais tecnificada.

Na próxima seção será retratada a escravidão no Brasil e no Estado de Mato Grosso, com o fito de contextualizar a formação e os conflitos vivenciados pelos/as moradores/as da comunidade quilombola Nossa Senhora do Chumbo, os quais sofreram grandes impactos socioambientais com a instalação da agroindústria da cana na comunidade.

## **SEÇÃO 2. DOS QUILOMBOS À QUILOMBOLAS: ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA**

O objetivo nesta seção é fazer uma reflexão da formação dos quilombos no Brasil e no estado de Mato Grosso, a partir de referenciais já existentes, fundamentados em Freitas (1984), Moura (1986), Siqueira (1990), Sanchez (2004), Almeida (2011), Leite (2000), Ferreira (2010) e Slenes (2011), que permita apresentar uma abordagem, em perspectiva analítica, para estabelecer as interfaces com o contexto empírico da pesquisa. No segundo momento, buscaremos apresentar a comunidade quilombola Nossa Senhora do Chumbo, sua formação e seus conflitos, a partir das relações sociais existentes naquele contexto, procurando compreender e interpretar as ações dos agentes sociais no âmbito da comunidade, fundamentado nas experiências empíricas – observações e entrevistas com os agentes sociais da pesquisa – e de análise de documentos históricos da região.

### **2.1 Formação dos quilombos no Brasil**

O Brasil traz como base de sua formação histórica o tráfico e o comércio de crianças, jovens, mulheres e homens africanos, desde o século XVII. Dentre todos os países americanos, é o que por último revogou legalmente a escravidão, e o que mais importou escravos. Os primeiros africanos chegaram ao Brasil em 1554, o que denota a existência de mais de 300 anos de escravidão. Para Moura (1986, p. 12), “este fato não é levado ao nível de reflexão que merece pelos nossos historiadores e sociólogos”. Portanto, é objeto desta pesquisa despertar um novo olhar sobre esse tema para reflexões mais aprofundadas a respeito desse período de escravidão.

Para Furtado, Sucupira e Alves (2014), os anos de escravidão refletem de forma veemente nos aspectos sociais, econômicos e culturais da sociedade brasileira. Os mais de 300 anos de práticas exploratórias colonialistas incutiram na memória social brasileira traços e costumes próprios da nossa identidade, o que se pode verificar na formação dos quilombos.

Apesar de ser construído no imaginário social brasileiro que homens e mulheres que viviam em estado de escravização eram subservientes, Moura (1986) demonstra que o escravo do Brasil nunca foi o elemento passivo.

No caso brasileiro, por isso mesmo, há uma tendência a se ver o escravo

(e antes enfatizávamos o fato de ser escravo e agora o de ser negro) como sendo um simples componente das forças produtivas, sem participação como ser. Esta interpretação vai mais longe ainda: exclui o escravo negro até como força produtiva, pois nela estão os homens com seus hábitos de trabalho, colocando-o ao nível de instrumento de produção apenas (Moura, 1986, p. 9-10).

Segundo o autor, os escravizados são testemunhas de uma história em que não existiu passividade, a contar do registro de inúmeras insurreições protagonizadas por homens e mulheres negras em situação de escravidão, sendo a mais conhecida nacionalmente a do Quilombo dos Palmares<sup>9</sup>, fundado por Zumbi.

O surgimento e a existência dos quilombos, e principalmente o caso específico da comunidade quilombola Nossa Senhora do Chumbo, evidencia as visíveis manifestações da resistência negra ao processo de escravização.

No período colonial, nos espaços que produziam e desenvolviam a cana-de-açúcar, pecuária, minerações, nas charqueadas, ali encontrava-se a mulher e o homem negro trabalhando e produzindo riquezas, sem nada receber em troca, ou melhor, sofrendo todos os tipos de violências. No entanto, esse processo não era vivenciado de forma passiva. Utilizavam-se de várias formas de resistência, uma delas era a fuga com a formação dos quilombos em virtude das péssimas condições de vida como escravizados.

O que se constata também é que em lugares onde se concentrava um número grande de pessoas escravizadas, maiores eram os números de fugas e a quantidade de quilombos que se formavam com pequenas ou grandes concentrações de escravizados. O “quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse” (MOURA, 1988, p. 103), demonstrando a capacidade de organização e pela resistência que oferecia, plantando roças, construindo casas e estabelecendo novos sistemas de defesas. O quilombo é, portanto, uma forma de combater o sistema escravista, não sendo casual, mas quase orgânico (MOURA, 1988).

---

<sup>9</sup> O Quilombo dos Palmares foi um quilombo da era colonial brasileira. Localizava-se na Serra da Barriga, na então Capitania de Pernambuco, região hoje pertencente ao município de União dos Palmares, no estado brasileiro de Alagoas.<sup>[1]</sup>

Conheceu o seu auge na segunda metade do século XVII, constituindo-se no mais emblemático dos quilombos formados no período colonial. Resistiu por mais de um século, o seu mito transformando-se em moderno símbolo da resistência do africano à escravatura [...] Foi na região da Serra da Barriga, na então Capitania de Pernambuco, que Ganga Zumba e outros escravos fugidos formaram o Quilombo dos Palmares. Este foi atacado diversas vezes até ser derrotado, demonstrando assim sua grande organização política e militar. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Quilombo\\_dos\\_Palmares](https://pt.wikipedia.org/wiki/Quilombo_dos_Palmares)

Em se tratando do termo quilombo, este tem sido sistematicamente usado desde o período colonial. Contemporaneamente é uma forma de resistência aos ataques aos direitos, incluindo o direito à terra, e aos ataques do capital econômico, que insistentemente buscam apropriar os meios de produção de riquezas.

Para Leite (2000, p. 4), o Conselho Ultramarino Português de 1740 definiu quilombo como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”<sup>10</sup>.

Vários teóricos buscaram posteriormente pautar a origem do termo quilombo. Para Lopes (1987), quilombo é um termo específico dos africanos bantos. Birmingham (1974) sugere que o quilombo se origina na tradição através de organizações clânicas, e que suas linhagens chegam até o Brasil através dos portugueses.

No entender de Munanga (1996), ao retomar a relação do quilombo com a África, reitera que o quilombo visava implantar uma outra estrutura política na qual se encontravam todos os oprimidos.

Para Furtado, Sucupira e Alves (2014, p. 109), os quilombos brasileiros assumiram sentidos diversos, em épocas e regiões diferentes. “Esse vocábulo, juntamente com seu conteúdo militar e sociopolítico, remete-se a povos africanos de línguas *bantu*, como os *Imbangala*, os *Kongo*, os *Ovimbundue* e os *Lunda*.”

Para Almeida (2011), a construção do campo conceitual de quilombo no final do século XX e nesta primeira década do século XXI compreende que existem inúmeras noções atuantes, que tem como ponto inicial situações sociais específicas, descritas, inclusive, por instrumentos político-organizativos.

Em outras palavras, parte-se de realidades factuais, localizadas, e do que hoje os agentes e os movimentos sociais, a elas referidos, representam como sendo quilombo. Para esses agentes sociais o esforço de conceituação adquire sentido ao viabilizar o reconhecimento de suas formas intrínsecas de apropriação dos recursos naturais e de suas territorialidades específicas (ALMEIDA, 2011, p. 37-38).

Esse mesmo autor ainda compreende o quilombo como categoria histórica

---

<sup>10</sup> Algumas das leis provinciais mencionam este mesmo texto. Veja-se Lei Provincial n.º 157 de 9 de Agosto de 1848, do Estado do Rio Grande do Sul e o artigo 12 da Lei n.º 236 de Agosto de 1847 da Assembleia Provincial do Maranhão. Sobre os quilombos na África, ver Birmingham (1974) e Munanga (1995/1996).

com consenso jurídico-formal, uma vez que contempla disposições legais vigentes no período colonial e, no imperial, as leis postas em práticas pelas políticas repressivas, as quais foram reforçadas com o aniquilamento das rebeliões. Essa brevíssima retomada de alguns autores que tratam sobre o tema dos quilombos não tem a pretensão de exaurir os conceitos que colaboram na definição da ideia de quilombo, até porque são amplas e variáveis.

Com relação às características dos quilombos, a permanente ligação dos escravos com os quilombolas era uma das particularidades desse tipo de revolta. Ocorria “a interação com alguns segmentos e núcleos oprimidos pela sociedade escravista: pequenos proprietários, agricultores, comerciantes, regatões e mascates de um modo geral” (MOURA, 1986, p. 21), assim como se relacionavam com os dos engenhos, especialmente, na região de Sergipe e Minas Gerais.

Destaca-se também o papel das mulheres frente aos quilombos. Um exemplo é a revolta ocorrida em Paty dos Alferes, no Rio de Janeiro, em 1838. Como liderança, estava Mariana Crioula que, por sua atuação e liderança no processo de fuga, tornou-se conhecida como “rainha” do quilombo, parceira do “rei” Manuel. No estado de Mato Grosso, no Vale do Guaporé, século XVIII, Tereza de Benguela, conhecida como rainha Tereza, liderou o Quilombo de Quariterê após a morte de seu companheiro, José Piolho.

Os quilombos tinham tamanhos variados e organizações diferentes conforme o número de habitantes. A organização transitava desde a mais complexa até a mais simples dependendo da quantidade de quilombolas ali refugiados. A estrutura interna também variava, dependendo da forma e origem do quilombo. Uma característica comum era o fato de todos serem de difícil acesso, haja vista ser o quilombo um ato de resistência.

O que a história nos mostra é que houve várias formações de quilombos, como o Palmares, Jabaquara, Quilombo do Piolho ou do Quariterê e cada um, da sua forma, desempenhando uma função no processo de acabar com o regime escravista no país, assim como são várias as noções sobre o termo. Inclusive, foi de uma fazenda localizada em Nossa Senhora do Livramento/MT que o senhor Manoel Metelo, outrora mantido na condição de escravizado, fugiu para as matas do Cerrado do Pantanal e deu início à formação da comunidade quilombola Nossa Senhora do Chumbo.

Na contemporaneidade, a definição de quilombos não se vincula mais à



situação de fuga, nem a locais isolados geograficamente. Existem vários estudos e pesquisas históricas, culturais e antropológicas, realizadas em comunidades negras rurais contemporâneas, que indicam que as terras ocupadas pelas comunidades negras têm origens diversas, seja por doações de terras por antigos donos, terras adquiridas por meio de compra por pessoas negras alforriados e por ocupação de terras devolutas, dentre outras formas de aquisição (CASTILHO, 2011).

Para Castilho (2011), as comunidades quilombolas atuais estão vinculadas a uma identidade coletiva, com referência histórica comum e valores compartilhados, enfim, são núcleos de resistência contemporâneos. Assim, remanescentes de quilombos<sup>11</sup> seriam o vínculo a uma identidade coletiva, às manifestações culturais, à luta para permanecer na terra. É nessa remanescência que nasce a Comunidade do Chumbo, objeto deste estudo.

Ainda não é possível determinar um número exato de comunidades remanescentes de quilombo no Brasil, uma vez que nem todas foram reconhecidas pelo Estado, existindo números diferentes em fontes bibliográficas pesquisadas.

Para Sanchez (2004, p.44), essa falta de exatidão nos números não é resultado do simples desconhecimento.

Necessitando aprofundar as pesquisas - ou erro na coleta dos dados, mas exatamente o resultado do fato de os “remanescentes de quilombo” estão se fazendo (THOMPSON, 1987) isto é, estão sendo “descobertas” e “se descobrindo” agora a partir da experiência, tomando parte de um movimento político que está em curso. Nesse processo, os sujeitos políticos estão aparecendo, as políticas públicas estão surgindo, e a conceituação jurídica, acadêmica e política para essa realidade está sendo construída (SANCHEZ, 2004, p.44).

Essa incerteza numérica não representa um apagamento dos agentes políticos. Cada vez mais os “remanescentes de quilombo” possuem uma visibilidade pública no cenário nacional e em meios de comunicação, por vários motivos, tais como conflitos fundiários e ambientais. Grande percentual de terras tradicionalmente ocupadas por “remanescentes de quilombos” são diretamente referidas a situações de tensão social e conflitos, pela luta para permanecerem no

---

<sup>11</sup> A introdução da expressão “remanescente de quilombo” faz parte de um passado recente, assim como a visibilidade da sua história e a luta para permanecerem no seu território, sendo o grande capital um dos motivadores da exclusão e de retiradas compulsórias das comunidades locais da região do Cerrado do Pantanal.

seu território.

Na comunidade do Chumbo as questões de terras se intensificaram com a instalação da agroindústria da cana na região, conforme explica o morador Gonçalo Alves da Costa:

Houve uma disputa de terras no começo, quando da organização da cooperativa. Depois da organização da cooperativa, começou a entrar dinheiro e houve muita disputa por poder e terras e isso afetou a comunidade. Trouxe devastação para o cerrado, queimadas, inclusive da cana, poluição do ar, da água e morte de muitos animais, silvestres e domésticos, sem falar que a água dos poços eram infectados pela vinhaça e nas doenças respiratórias (GONÇALO ALVES DA COSTA, Poconé, maio/2018).

Isso ocorreu porque não existiu nenhuma preocupação ambiental por parte dos capitalistas, o que somado à omissão do poder local e do Estado, contribuiu para as tensões e conflitos na região.

O termo “remanescentes de quilombos” é complexo, polêmico e tratado em diferentes estudos. Tal denominação permite a pensar em algo que não existe mais ou está em fase de apreciação. A expressão “remanescente das comunidades de quilombos”, que surge na Assembleia Constituinte de 1988, não trata apenas dos pleitos por títulos fundiários, mas de uma discussão mais ampla travada nos movimentos negros e entre parlamentares enredado com a luta antirracista.

A categoria remanescente de quilombos deve ser entendida em sua forma estrutural-histórica, como um ente vivo. É isso que propôs o texto constitucional: o reconhecimento da propriedade territorial definitiva às comunidades quilombolas, também a emissão de seus respectivos títulos. O art. 68 dos Atos das Disposições Constitucionais transitórias (ADCT) não apenas reconheceu o direito às terras que ocupam, como também criou tal categoria política e sociológica.

Foi no intuito de ampliar a visão desse conceito que em outubro de 1994 a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) conferiu-lhe novas significações: “não podem ser definidos em termos biológicos e raciais, mas como criações sociais, que se assentam na posse e usufruto em comum de um dado território e na preservação e reelaboração de um patrimônio cultural e de identidade própria” (ABA, 1994, p.84). Deve-se, assim, entender as comunidades quilombolas como coletividade que possuem padrões culturais próprios, transmitidos e adaptados por cada nova geração. São grupos étnicos, uma forma de organização social, com características de auto atribuição ou da atribuição por outros (BARTH, 2000).

A partir da concepção de Castilho (2011), as comunidades quilombolas devem ser entendidas contemporaneamente, vinculadas a uma identidade coletiva, com referência histórica comum e valores compartilhados, núcleos de resistência contemporâneos.

A presença de representantes dos movimentos negros, indígenas, sociedade civil organizada, dos setores progressistas da Academia e da Igreja na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) colocou em pauta a denúncia contra o racismo. Tal denúncia visava confrontar o mito da democracia racial no Brasil, que nega a existência de conflitos raciais no país e, por isso mesmo, tem impedido a promoção e aplicabilidade de medidas legais compensatórias no sentido de minimizar os efeitos do processo de opressão histórica sofrida pelos africanos escravizados e seus descendentes em “terras brasileiras” (FURTADO, 2012, p.56).

A Carta Magna de 1988, artigos 215 e 216, garantem os direitos culturais e a proteção do patrimônio cultural brasileiro, entre eles, às comunidades quilombolas. Também a Fundação Cultural Palmares, criada em 1998, contribui para assegurar políticas públicas afirmativas voltadas a esses agentes sociais, e passa a ser a principal responsável pelos procedimentos que levam ao reconhecimento das comunidades quilombolas.

Nos séculos passados foram articulados inúmeros processos para destruição dos quilombos. Apesar dos avanços, no século XXI observamos um governo que tem buscado criar mecanismos que impedem o reconhecimento das terras de quilombo.

A seguir, vamos discorrer sobre a formação histórica dos quilombos no Mato Grosso e, em particular, da comunidade quilombola Nossa Senhora do Chumbo, no município de Poconé, que é *loco* desta pesquisa.

## **2.2 Os quilombos em Mato Grosso**

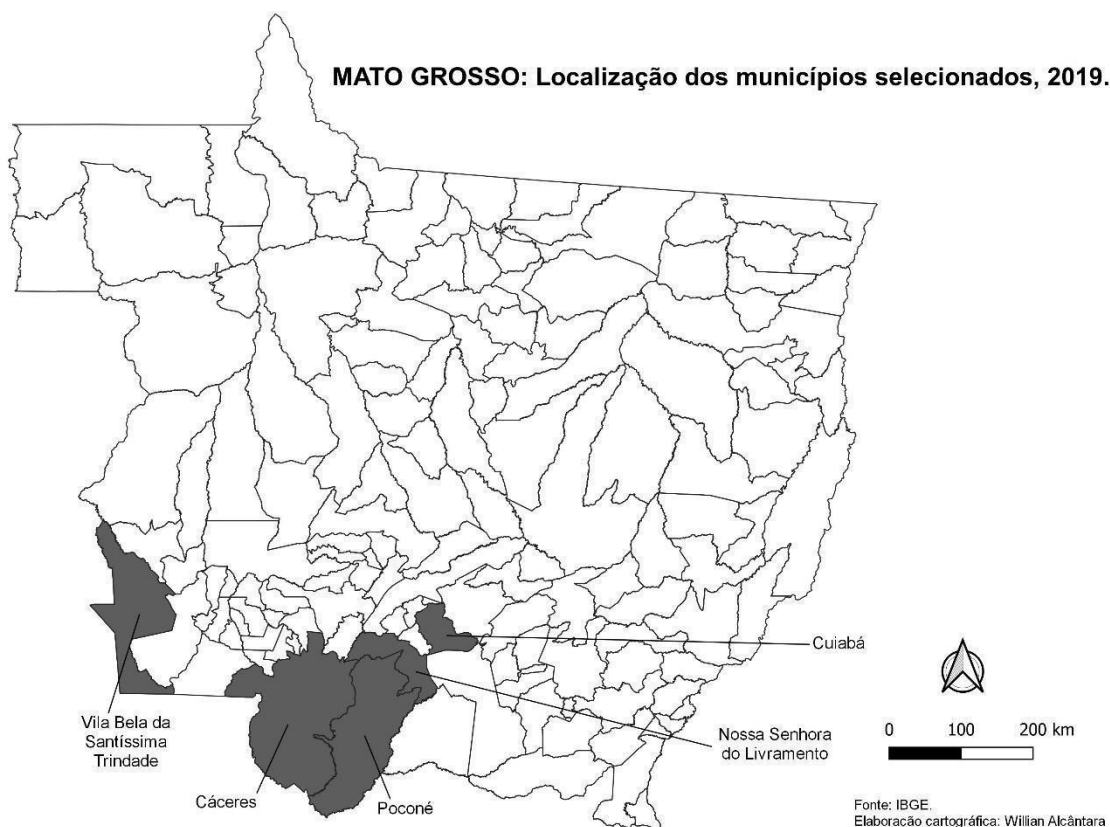
Mato Grosso não ficou fora da política escravista, nem das manifestações de fugas utilizadas pelos escravizados/as em diferentes contextos. A entrada de crianças, mulheres e homens negros africanos no território onde hoje é o estado do Mato Grosso reporta-se ao século XVIII, ocasião em que eram trazidos escravizados para trabalharem nas atividades mineradoras. Posteriormente (fins dos séculos XVIII e XIX), passaram a realizar outros tipos de tarefas: junto a plantações e beneficiamento da cana-de-açúcar, nas atividades agrícolas em geral e em atividades urbanas (SIQUEIRA, 1990).

Com a criação da Capitania de Mato Grosso, com sede/capital no vale do rio Guaporé (atual Vila Bela da Santíssima Trindade), instalada em 19 de março de 1752, a entrada dessas pessoas tornou-se mais abundante, uma vez que eram trazidos via Companhia do Comércio Grão-Pará e Maranhão, tratados como mercadorias mais desejadas pelos colonos de Mato Grosso (SIQUEIRA,1990).

Foi construída uma rota que facilitasse o tráfico. Nas palavras de Bandeira (1988):

No século XVIII os escravos africanos que vieram para as minas do Mato Grosso eram comercializados principalmente em Cuiabá e posteriormente em Vila Bela. A partir de 1757, organiza-se a rota Amazônica do tráfico africano de mão-de-obra escrava com o início das atividades da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão nesse setor, logo em seu segundo ano de giro comercial (BANDEIRA, 1988, p. 71).

Mapa 1 - Localização dos municípios selecionados, 2019



Fonte: IBGE(2019). Elaboração cartográfica de Willian Alcântara.

A transferência da capital da Capitania de Mato Grosso de Vila Bela da Santíssima Trindade para Cuiabá, em 1835, conforme explica Moura (1988), com essa mudança, Vila Bela transformou-se em um abrigo de escravos que fugiram das crueldades dos senhores malfeitores, refugiados nas matas mato-grossenses.

Em episódios históricos nacionais como a Independência do Brasil (1822) e a Guerra do Paraguai (1864 a 1879), que envolviam o estado do Mato Grosso: “houve aumento das deserções, inclusive de escravos que tentavam se passar por livres e se alistar nas tropas, aliás recheadas de libertos e de homens negros e mestiços livres” (GOMES, 2015, p. 13). Esses eventos repercutiam muito em Mato Grosso, principalmente a Guerra do Paraguai, que ocorria em grande parte no território mato-grossense.

Conforme Gomes (2015), ao se tornarem soldados de guerras, os escravizados adquiriam o status de homens livres, oportunidade de, através da deserção, formarem novos quilombos, escapando assim da condição de escravos.

Os pequenos enfrentamentos por parte dos agentes sociais negros

escravizados tinham nas fugas coletivas ou individuais uma estratégia largamente utilizada.

A fuga foi sempre um dos mecanismos utilizados pelos escravos contra a opressão. No Mato Grosso, como nas demais regiões da América, os escravos fugitivos organizaram comunidades estruturadas política e economicamente. Comunidades às vezes duradouras, apesar da insegurança, posto que viviam sempre sob a ameaça interna de ataques externos (VOLPATO, 1996, p. 236).

Para Volpato (1996), essas comunidades apresentavam muitos traços em comum, como a capacidade organizacional e fartura de alimentos. A sua construção se deu de forma heterogênea, com pessoas e com culturas diferentes, mas que buscavam a liberdade.

De acordo com Silva (2011, p. 94), os escravizados em Mato Grosso se “concentravam em nove localidades: Cuiabá, Poconé, Cáceres, Vila Bela, Diamantino, Rosário, Corumbá, Santana do Paranaíba (as duas últimas pertenciam a Mato Grosso antes da divisão do estado, atualmente pertencem a Mato Grosso do Sul)”. O município de Poconé apresenta, atualmente, a maior quantidade de comunidades quilombolas do estado de Mato Grosso.

Costa (2007) menciona a existência de inúmeros quilombos no estado de Mato Grosso:

Governava o Quilombo Piolho a rainha Teresa de Benguela, viúva de José Piolho, antigo rei, falecido antes de sua destruição. Quando a bandeira atacou o quilombo, Teresa, vendo a derrota e a morte traiçoeira de seus amigos, caiu em uma profunda depressão, vindo a falecer logo após o retorno da bandeira a Vila Bela.

No despertar do século XVIII, apareceu o grande quilombo do Quariterê, depois conhecido como Piolho, localizado em Vila Bela da Santíssima Trindade. Por volta de 1770, ele foi destruído. “Depois dos ataques de 1770, os aquilombados permaneceram escondidos e voltaram a se estabelecer nas vizinhanças do antigo lugar” (COSTA, 2017, p. 35). Em 1795, esse quilombo desapareceu, algo descrito em detalhes no diário do bandeirante Francisco Pedro de Mello que, conforme Gomes (2015), permaneceu por sete meses na província, “comandando uma grande bandeira com soldados, guias e carregadores, que partindo de Vila Bela, desceu os rios Guaporé e Branco até penetrar o centro da Serra dos Parecis, região onde sabia ter existido o quilombo do Piolho” (Gomes, 2015, p. 62). Tratava-se de “uma extensa área com ilhas, ribeirões, densa e alta floresta, e ali estavam

localizados inúmeros mocambos com indígenas e africanos miscigenados” (GOMES, 2015, p. 62).

De acordo com Siqueira (2002, p.25):

Destacando o de “(Quariteré ou Piolho), próximo ao rio Galera, afluente do rio Guaporé; o do Piraputanga, próximo ao rio Piraputanga; o do Sepotuba, nas imediações do rio Sepotuba, afluente do rio Paraguai; e o quilombo do rio Manso, na Serra Azul, nas proximidades de Cuiabá e imediações da freguesia de Chapada dos Guimarães e da Vila do Rosário (COSTA 2017, p. 34).

Ressalta-se também, a existência de pequenos quilombos na chapada dos Parecis, e nas proximidades do rio Galera, Sararé e Pindaituba, Mata Cavallo, em Nossa Senhora do Livramento, nas proximidades do município de Poconé/MT.

O Quilombo Mata Cavallo localizado no município de Nossa Senhora do Livramento/MT, próximo ao município de Poconé/MT, no século XVIII durante o ciclo de exploração do ouro, local onde o primeiro morador, senhor Manoel Metelo da comunidade do Chumbo foi escravizado.

No ano de 1751, José Paes Falcão, bandeirante paulista, recebeu de Antônio Rolim de Moura, capitão da capitania de Mato Grosso, “a concessão de uma área de mata banhada pelos córregos: Mutuca, Estiva e Mata Cavallo. Denominada Sesmaria Boa Vida Mata Cavallo” (COSTA, 2017, p. 32).

A sesmaria foi vendida para Antônio Roiz de Siqueira, em 1772, que a deixou de herança para seu filho Antônio Xavier de Siqueira. Este, por meio de testamento, dividiu a sesmaria em duas, Sesmaria Rondon e Sesmaria Mata Cavallo, usando como limite o Córrego de Mata Cavallo (COSTA, 2017, p. 3 apud MOURA, 1988, p.3)

Posteriormente, “a Sesmaria Mata Cavallo pertenceu a Dona Custódia de Arruda e Silva, indo para leilão público em 1850 em função de dívida que seu esposo havia contraído. Ricardo José Alves Bastos arrematou a terra.” (COSTA, 2017, p. 3).

O senhor Ricardo Bastos, proprietário da Sesmaria Boa Vida Mata Cavallo, registrou, em 1875, um testamento declarando a alforria “para alguns escravos de seu engenho. Entretanto, essa alforria somente seria efetivada após a morte de sua esposa Dona Anna da Silva Tavares”. (MANFRINATE, 2011, P.51).

Após o falecimento de Ricardo Bastos, “os escravos continuaram morando na sesmaria e servindo a sua esposa, Dona Ana da Silva, que por meio de um novo testamento doou para eles uma outra parte das terras de Mata Cavallo. Nos dizeres

de Manfrinate (2011, p. 52), Dona Anna, por sua vez, em 1883 faz em seu testamento uma doação de uma porção de terras para esses mesmos escravos que deveriam ser alforriados por ocasião de seu falecimento, e para os outros escravos da fazenda que compraram a sua própria alforria.

Após a morte de Dona Ana da Silva Tavares (1889), esses agentes sociais enfrentaram diversos conflitos para permanecerem nesse território, seja contra fazendeiros, donos de garimpos, grileiros que, sob a visão capitalista, motivados pela exploração dessa terra, rica na biodiversidade, ameaçaram, mataram e expulsaram alguns moradores/as da região<sup>12</sup>.

A abolição formal da escravidão não representou o seu fim, visto que crianças, mulheres e homens negros foram expulsos dos lugares que escolheram para viver. Segundo Leite (2000):

Os negros foram sistematicamente expulsos ou removidos dos lugares que escolheram para viver, mesmo quando a terra chegou a ser comprada ou foi herdada dos antigos senhores através de testamento lavrado em cartório. Decorre daí que para eles, o simples ato de apropriação do espaço para viver passou a significar um ato de luta, de guerra (LEITE, 2000, p. 5-6).

As comunidades quilombolas guardam em si uma hereditariedade encoberta. Entretanto, é um dos grupos sociais que mais precisam de apoio para manterem vivas suas expressões culturais, somadas por tradições e costumes que passam pela música, gastronomia e danças.

---

<sup>12</sup> Disputa atravessa gerações e chega a 135 anos. Região onde hoje estão Nossa Senhora do Livramento e o quilombo de Mata Cavalo pertenciam a uma sesmaria, a Boa Vida. Esse ato foi complementado pela própria D. Ana com a doação de sua Sesmaria Boa Vida a esses mesmos escravos via documento lavrado em um cartório em 1883. Decisão polêmica para aqueles anos, pois a escravidão oficialmente só terminou cinco anos mais tarde e a mentalidade dos antigos proprietários de gente não se transformou tão rápido quanto as letras da lei. Assim, os demais proprietários rurais daquele tempo, a porção considerada elite do Estado, não aceitavam que suas antigas propriedades vivas fossem donas de porções de terra. Desde então, todas as artimanhas legais – como o sumiço de documentos – e ilegais passaram a ser utilizadas, como espancamentos, ameaças e execuções de parentes ou dos proprietários em si. O atamento de fogo nas residências com pessoas dentro também fazia parte das ações. Fonte: <http://circuitomt.com.br/editorias/cultura/132272-disputa-atravesa-geracoes-e-chega-a-135-anos.html> Acesso em: 12 set. 2019.



### 2.3 Comunidades quilombolas contemporâneas no Mato Grosso: Processo histórico e formação atual

O estado de Mato Grosso possui 77 (setenta e sete) comunidades remanescentes de quilombola (CRQs)<sup>13</sup> e dessas, 70 (setenta) possuem certificação expedida pela Fundação Cultural Palmares (dados atualizados pela Portaria n.º 315 de 15/12/2017, instituição pública federal vinculada ao Ministério da Cultura voltada para a promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira).

Com a Portaria da Fundação Cultural Palmares nº 98/2007, que instituiu o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, para efeito do regulamento que dispõe o Decreto Presidencial n. 4.887/2003, foi realizada a emissão da certidão de autodefinição das comunidades quilombolas do município de Poconé.

Na tabela abaixo, estão relacionados os nomes das comunidades e localização dos respectivos municípios mato-grossense, certificadas pela Fundação Cultural Palmares do estado de Mato Grosso. Podemos observar que no município de Poconé se encontra a maior parte de áreas reconhecidas como “remanescentes de Quilombo”.

Quadro 3 - Comunidades quilombolas certificadas no estado de Mato Grosso

| COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOLA (CRQS) | MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO |
|--|-------------------------------------|
| Aldeias  | Acorizal                            |
| Baús   | Acorizal                            |
| Água Doce                                      | Barra do Bugres                     |
| Baixio   | Barra do Bugres                     |
| Morro Redondo                                  | Barra do Bugres                     |
| Vaca Morta                                     | Barra do Bugres                     |
| Vermelhinho                                    | Barra do Bugres                     |
| Vãozinho                                       | Barra do Bugres/Porto Estrela       |
| Chapadinha                                     | Cáceres                             |
| Exú  | Cáceres                             |
| Monjolo  | Cáceres                             |
| Pita Canudo                                    | Cáceres                             |
| Ponta de Morro                                 | Cáceres                             |
| Santana  | Cáceres                             |

<sup>13</sup> Certidões expedidas às Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs).

| <b>COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOLA (CRQS)</b> | <b>MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO</b> |
|---|--|
| São Gonçalo   | Cáceres                                    |
| Aricá-açu   | Chapada dos Guimarães                      |
| Barro Preto Serra do Cambambi                         | Chapada dos Guimarães                      |
| Cachoeira do Bom Jardim                               | Chapada dos Guimarães                      |
| Cansanção   | Chapada dos Guimarães                      |
| Itambé  | Chapada dos Guimarães                      |
| Lagoinha de baixo                                     | Chapada dos Guimarães                      |
| Lagoinha de Cima                                      | Chapada dos Guimarães                      |
| Aguassu   | Cuiabá                                     |
| Coxipó-açu/   | Cuiabá                                     |
| São Gerônimo  | Cuiabá                                     |
| Barreiro  | Nossa Senhora do Livramento                |
| Cabeceira do Santana                                  | Nossa Senhora do Livramento                |
| Campina Verde   | Nossa Senhora do Livramento                |
| Entrada do Bananal                                    | Nossa Senhora do Livramento                |
| Jacaré de Cima  | Nossa Senhora do Livramento                |
| Mata Cavalo   | Nossa Senhora do Livramento                |
| Olho D'Água Vermelho                                  | Nossa Senhora do Livramento                |
| Ribeirão da Mutuca                                    | Nossa Senhora do Livramento                |
| Família Vieira Amorim                                 | Novo Santo Antônio                         |
| Aranha  | Poconé                                     |
| Cágado  | Poconé                                     |
| Campina da Pedra I                                    | Poconé                                     |
| Campina da Pedra II                                   | Poconé                                     |
| Canto do Agostinho                                    | Poconé                                     |
| Capão Verde   | Poconé                                     |
| Céu Azul  | Poconé                                     |
| Chafariz Urubama                                      | Poconé                                     |
| Chumbo  | Poconé                                     |
| Coitinho  | Poconé                                     |
| Currãozinho   | Poconé                                     |
| Imbé  | Poconé                                     |
| Jejum   | Poconé                                     |
| Laranjal  | Poconé                                     |
| Minadouro II  | Poconé                                     |
| Monjolo   | Poconé                                     |
| Morrinhos   | Poconé                                     |
| Morro Cortado   | Poconé                                     |
| Pantanalzinho   | Poconé                                     |
| Passagem de Carro                                     | Poconé                                     |
| Pedra Viva  | Poconé                                     |
| Rodeio  | Poconé                                     |
| São Benedito  | Poconé                                     |
| São Gonçalo   | Poconé                                     |
| Sete Porcos   | Poconé                                     |
| Tanque do Padre Pinhal                                | Poconé                                     |
| Varal   | Poconé                                     |

| <b>COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOLA (CRQS)</b>   | <b>MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO</b> |
|---|--|
| Bocaina   | Porto Estrela                              |
| Abolição  | Santo Antônio do Leverger                  |
| Comunidade Sesmaria Bigorna/Estiva                      | Santo Antônio do Leverger                  |
| Capão de Negro Cristo Rei                               | Várzea Grande                              |
| Bela Cor  | Vila Bela da Santíssima Trindade           |
| Vale do Alegre  | Vila Bela da Santíssima Trindade           |
| Boqueirão, Vale dos Rios Alegre e Guaporé-Porto Bananal | Vila Bela da Santíssima Trindade           |
| Capão do Negro  | Vila Bela da Santíssima Trindade           |
| Manga   | Vila Bela da Santíssima Trindade           |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos da Fundação Cultural Palmares/ 2017

No estado do Mato Grosso, o município de Poconé é o que apresenta maior quantidade de comunidades. São 27 (vinte e sete) comunidades remanescentes de quilombos certificadas no ano de 2005 pela Fundação Cultural Palmares. A Comunidade do Chumbo, como é conhecida na região, foi certificada pela Portaria nº 37, de 9 de setembro de 2005.

Na tabela abaixo, apresentamos as comunidades quilombolas localizadas no município de Poconé com as respectivas distâncias até o centro urbano do município e com a quantidade de famílias residentes em cada uma delas.

Quadro 4 - Comunidades quilombolas do Município de Poconé/MT

| <b>NOMES DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS JÁ RECONHECIDAS</b> | <b>DISTÂNCIA ENTRE AS COMUNIDADES E O CENTRO URBANO DO MUNICÍPIO (km)</b> | <b>QUANTIDADES DE FAMÍLIAS RESIDENTES NA COMUNIDADE</b> |
|--|---|---|
| Curralinho   | 100   | 5   |
| Retiro   | 28  | 8   |
| São Benedito   | 82  | 30  |
| Morrinho   | 56  | 30  |
| Canto do Agostinho                                       | 39  | 7   |
| Chumbo   | 36  | 300   |
| Varal  | 100   | 4   |
| Laranjal   | 68  | 22  |
| Campina da Pedra   | 55  | 32  |
| Passagem de Carro  | 130   | 12  |
| Imbé   | 59  | 14  |
| Pedra Viva   | 12  | 10  |

| <b>NOMES DAS<br/>COMUNIDADES<br/>QUILOMBOLAS JÁ<br/>RECONHECIDAS</b> | <b>DISTÂNCIA<br/>ENTRE AS<br/>COMUNIDADES<br/>E O CENTRO<br/>URBANO DO<br/>MUNICÍPIO (km)</b> | <b>QUANTIDADES<br/>DE FAMÍLIAS<br/>RESIDENTES NA<br/>COMUNIDADE</b> |
|--|---|---|
| Os Cágados   | 38  | 14  |
| Pantanalzinho  | 93  | 17  |
| Morro Cortado  | 127   | 17  |
| Aranha   | 75  | 13  |
| Charafiz/Urubamba  | 120   | 18  |
| Rodeio   | 86  | 20  |
| Céu Azul   | 130   | 8   |
| Minadouro II   | 40  | 4   |
| Sete Porcos  | 78  | 10  |
| Capão Verde  | 127   | 14  |
| Tanque do Padre/Espinal  | 15  | 13  |
| Campina II   | 80  | 11  |
| Coitinho   | 78  | 10  |
| Monjolo  | 150   | 10  |
| Jejum  | 23  | 12  |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na Prefeitura Municipal de Poconé

A grande quantidade de comunidades reconhecidas como quilombola no município de Poconé se deve, em especial, por muitos serem proveniente do quilombo Mata Cavallo do município de Nossa Senhora do Livramento e dos quilombos localizados no município de Vila Bela da Santíssima Trindade.

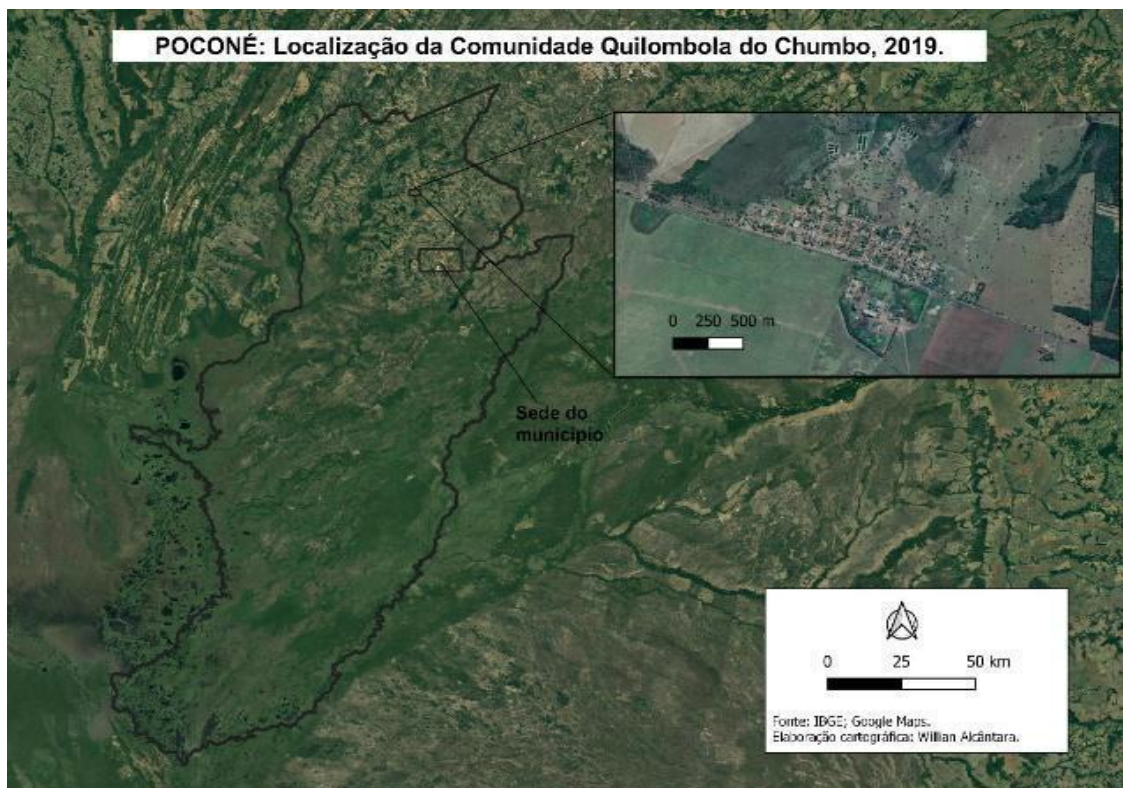
Como pode se observar na tabela o maior número de famílias se encontra na comunidade Nossa Senhora do Chumbo, com aproximadamente 300 famílias. Com relação à distância, percebe-se que oito comunidades estão a mais de 100 km de distância da área urbana do município de Poconé, o que corrobora com as entrevistas realizadas na comunidade, que o acesso a área urbana do município sempre foi uma questão muito difícil que obrigava a maioria dos moradores a buscarem caminhos com atalhos pelas fazendas.

#### **2.4 Formação da comunidade quilombola Nossa Senhora do Chumbo**

Buscando elementos da geografia e da história, entrelaçados com a memória, este tópico descreve a formação da comunidade quilombola Nossa Senhora do

Chumbo, com a apresentação da sua localização geográfica, sua formação étnica e cultural. Trata, portanto, de uma visão abrangente de todo o panorama histórico e atual da comunidade objeto de pesquisa.

Mapa 2 - Poconé: Localização da Comunidade Quilombola do Chumbo, 2019



Fonte. IBGE 2019. Elaboração cartográfica de Willian Alcântara.

A comunidade Quilombola Nossa Senhora do Chumbo está situada na região que é conhecida como Cerrado do Pantanal, no município de Poconé que está localizado na porção centro-sul do estado de Mato Grosso, na microrregião do Alto Pantanal com uma área de aproximadamente 17.260,861 km<sup>2</sup> e com uma população estimada em 31.779 habitantes (IBGE,2010).

A origem do município de Poconé, em 1777, com a descoberta de ouro. O primeiro nome do lugar foi Beripoconé, nome originário de uma tribo indígena que habitava a região. Em 21 de janeiro de 1781, o mestre de campo Antônio José Pinto de Figueiredo, por ordens do governador da capitania, capitão-general Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, lavrou a Ata de fundação do Arraial de São Pedro D'El Rey (FERREIRA, 2005).

Em 25 de outubro de 1831, o Decreto-Lei Provincial criou o município, junto

com seus limites políticos atuais, de Villa de Poconé, porém ficou pertencendo a comarca de Cuiabá até 1840. Em 1 de julho de 1863, Poconé recebeu o estatuto de cidade via Lei Provincial.

O município ocupa, na atualidade, uma destacada posição na economia do estado de Mato Grosso com a produção de bovinos. É conhecido, também, pela produção e comercialização do cavalo pantaneiro, que é muito utilizado para ecoturismo e pelos garimpos que se alastram de forma desordenada pelo município. Os impactos causados pela atividade garimpeira permitem escavações profundas que alteram a paisagem, além de causarem inúmeros prejuízos ambientais, que acabam prejudicando a vida dos/as moradores/as, agravando o cenário de injustiças ambientais, como podem ser observados nas fotografias (1 e 2), dos garimpos localizados na entrada da Rodovia Adauto Leite que dá acesso à comunidade do Chumbo, *lócus* da pesquisa.

Foto 1 - Garimpo localizado no entroncamento entrada da Rodovia MT 451 (Rod. Adauto Leite)



Fonte: Autoria própria, maio/2019.

Foto 2 - Segundo garimpo localizado no entroncamento da Rodovia MT 451



Fonte: Autoria própria, maio/2019.

É possível observar esses descartes irregulares da terra retirada dos garimpos no trajeto da chegada ao município de Poconé. A degradação ambiental é visível, assim como os muitos garimpos que se multiplicam – alguns que funcionam de forma ilegal<sup>14</sup>, conforme é noticiado localmente e em rede nacional. Os órgãos fiscalizadores não conseguem impedir o avanço desses garimpos ilegais que, atualmente, dividem e disputam espaço com a criação de gado e a monocultura de soja.

Em 1895, na área rural do município de Poconé, havia uma grande fazenda chamada Guanandi que depois de quase vinte anos, de inatividade, sem produzir nada, ela foi comprada pela família do senhor Manoel Metelo de Campos, descendente de escravos, conforme relatos dos próprios moradores/as, foi em meados de agosto de 1912 que os primeiros moradores/as chegaram e se instalaram nessas terras, juntando-se a família do senhor Manoel Metelo e deram origem a futura comunidade do Chumbo.

Com a chegada desses novos moradores deu-se início a um novo ciclo de produção dessas terras, com uma agricultura de subsistência baseada na plantação de roças simples com alguns alimentos de primeira necessidades e com a criação

---

<sup>14</sup>Fonte:<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2013/12/garimpos-ilegais-sao-flagrados-no-pantanal-e-multas-sao-de-r-3-milhoes.html>; <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/Noticia/2018/08/21/exploracao-de-garimpo-em-pocone-mt-causa-rachaduras-em-paredes-de-casas-reclamam-moradores.ghtml>. Acesso abril/ 2018.

de animais, como vaca, galinhas e porcos.

Na região do Cerrado do Pantanal, a maioria dos fazendeiros não tinha a titulação da terra, sendo isto um resquício do Brasil colonial. Com o fim da Lei da Terra houve início a posse, mas a falta de documentação não os impedia de efetuar suas vendas, como foi o caso na comunidade do Chumbo, onde a terra foi adquirida pela compra mediante pagamento com trabalho e entrega da maior parte do que nela era produzido, muito embora fosse uma agricultura de subsistência, ou seja, possuíam apenas a posse da terra<sup>15</sup>.

Até a década de 1970, a comunidade do Chumbo continuou vivendo da agricultura de subsistência. A região era praticamente isolada em virtude da sua mata fechada, o que dificultava o acesso até a área urbana do município de Poconé.

No início da década de 1980, com a instalação da agroindústria da cana na comunidade e, em 1986, com o asfalto da rodovia que liga a comunidade e a área urbana, foi despertando o interesse dos fazendeiros e empresários da região, dando início às disputas por terras com a retirada compulsória de moradores/as das comunidades locais, apresentando um quadro de injustiças e conflitos que já existe e avançam há aproximadamente 40 anos.

Para a moradora Ana Luiza de Almeida, que trabalhou no corte de cana, a usina poluiu o solo, a água, causou desmatamento, e trouxe também muita violência, homicídio, estupros, drogas, prostituição e exploração de mão de obra. Com isso, ao longo do tempo, alguns moradores/as venderam suas terras e foram morar em outras cidades.

Nesse sentido, Molina (2015, p.13) evidencia que as mudanças no campo, trazidas pela lógica de acumulação do capital, representadas pelo agronegócio e suas monoculturas de exportação, transforma “[...] os alimentos em *commodities*, intensificam, por diversas estratégias, a super exploração dos camponeses e suas famílias”.

Para Fernandes (2002), os campos são organizados de formas diferentes, melhor dizendo, a partir das diversas relações sociais que são determinantes. Nessa relação, enquanto o campo do agronegócio e da agroindústria arruma seu território para a produção em larga escala, o camponês primeiro prepara seu

---

<sup>15</sup> (...) A posse é uma relação de fato entre o homem e a terra, e a propriedade, uma relação jurídica criada pelo direito burguês para garantir à distância, o domínio sobre a terra (BALDEZ, 1998, p. 71).



território para sua existência, onde se estipula relações que geram vida, cultura, arte, mística e religiosidade.

Segundo os relatos de Seu Juca, corroborados pela declaração de outros/as moradores/as da comunidade, no início da sua formação, havia muita fartura, porque eles produziam arroz, milho, mandioca, feijão, banana e todos os produtos colhidos destinavam-se ao consumo familiar. Também criavam alguns animais como galinhas e vacas, dessas se extraía o leite para a produção de queijos e manteiga, sendo que os bezerros eram vendidos para outros fazendeiros da região. Tudo que se produzia era resultado de um trabalho comum de todos/as moradores/as da comunidade, sem se preocuparem com a definição de espaços e proporções.

A história da formação da comunidade é relatada pelo senhor José Atanázio de Lima, conhecido por “Seu Juca”, neto do fundador da comunidade senhor Manoel Metelo de Campos que nasceu em Minas Gerais, na cidade de Patos de Minas, por volta de 1880. Filho de escravos, foi trazido ainda criança para Mato Grosso, como escravizado para trabalhar na senzala em Mata Cavalo<sup>16</sup>, no município de Nossa Senhora do Livramento, época em que havia uma grande quantidade de escravos nessa região. Seu Juca relata que seu pai, Sebastião Metelo, veio morar na comunidade com 12 anos de idade.

Para meu avô chegar aqui, ele trabalhava na senzala, na época que entrou a carta de alforria, o senhorio dele disse para ele que se ele passasse quatro anos na senzala sem ter uma reclamação contra ele, o senhorio daria a carta de alforria para ele viver a vida dele do jeito que ele quisesse. E como era um homem trabalhador, honesto, e nesse tempo as pessoas tinham que cumprir a sua palavra, ele completou o tempo demarcado, os quatro anos, depois ele se apresentou para o senhorio, dizendo que já tinha se passado os quatro anos, lembrando o que ele havia dito, que se não houvesse nenhuma reclamação contra ele, que receberia a carta de alforria, mas o senhorio negou, disse que não daria a carta de alforria. Aí meu avô questionou, como que é isso, foi o senhor que prometeu, não foi eu quem pedi. Eu tenho que viver minha vida, eu tenho que cuidar de meus filhos, tenho minha esposa também para cuidar. Ele disse que não daria para o meu avô a carta de alforria, e meu avô disse que de um jeito ou de outro ele tinha que dar a carta, por que se ele não desse, o meu avô disse

---

<sup>16</sup> Os quilombos de Mata Cavalo, no município de Nossa Senhora do Livramento, reivindicaram na Justiça a posse definitiva das terras dos seus antepassados. Em 2002, a INTERMAT (Instituto de Terra de Mato Grosso) outorgou o título definitivo da área à Fundação Cultivares dos Palmares, do governo federal. A seguir, o presidente Luís Inácio Lula da Silva assinou um decreto no qual reconheceu que o INCRA teria a função de identificar, reconhecer, delimitar, demarcar e titular as terras dos descendentes de quilombolas. Apesar dessas iniciativas, os conflitos com os fazendeiros persistem (CAVALCANTE, 2013).

que iria fugir, que ele saia de lá, que ele ia ser livre, daí o senhorio dele disse a ele que se ele fugisse ele mandaria matar o meu avô, e ele disse que nem se morresse, ele ia tentar, por que ele queria ser livre. (Seu Juca, Poconé/MT, junho/ 2019).

O Sr. Juca se reporta à memória emprestada de seu avô, que foge da fazenda onde era escravizado, existem cruzamentos entre memória e história, a narrativa do Sr. Juca é a história oficial, pois a história da comunidade Nossa do Chumbo é fruto de uma memória coletiva, memória subterrânea que resiste a partir de laços culturais que vão se solidificando no decorrer do tempo. Para Pollak (1992), ao trazer à baila o estudo da memória dos entrevistados, ao se referi a rememoração do passado, na qual os participantes reedificam a sua identidade individual e a de seus grupos pois é “um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p. 204).

Na formação da memória individual ou coletiva, para Pollak (1992, p. 1-2):

Em primeiro lugar, ela está relacionada aos acontecimentos vividos pessoalmente; em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de ‘vividos por tabela’, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. Trata-se de situações das quais o indivíduo nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.

Na narrativa do senhor Juca, percebe-se o anseio pela liberdade de seu avô. Mesmo após a promulgação da Lei Áurea, em Mato Grosso, os fazendeiros “senhorios” não libertaram os escravos, que continuaram nessa condição por muitos anos, o que pode ser observado na história de Manoel Metelo de Campos, conforme relatado por senhor Juca.

Após o fim da escravidão, os ex-escravos foram abandonados à própria sorte, muitos não tinham nem conhecimento da promulgação da Lei Áurea, e continuaram por muito tempo na condição de escravo.

Num momento de descuido, meu avô fugiu da senzala, por que ele tinha a casinha dele, fugiu da senzala não, fugiu da casa dele que era perto da senzala, por que ele tinha família, então tinha a casa dele. Ele fugiu da

casa dele no meio da noite, a própria mulher não viu a hora que ele saiu. Ele veio num lugar chamado Buriti<sup>17</sup>, e lá nesse Buriti tinha pessoas que gostavam muito dele, e que eles tinham mexido na guerra<sup>18</sup>, e ele era um dos maiores representantes dessa região. Ai ele disse eu vou lá pra casa do seu Cesário Pedroso, na hora que descuidou ele partiu a noite, na hora que amanheceu veio andando pelo mato, deixou a família lá, por que ele tinha Estevão, João, Francislina e Joana e quando foi uma hora ele chegou. Quando chegou ele contou para seu Cesário Pedroso de como eles ganharam a guerra, então ele ganhou umas pessoas que eram da batalha e falaram não, você tem direito, o governo deu os poderes para ele, estava com os poderes na mão. E, nesse tempo a pessoa prometia o que era demarcado, ele tinha que fazer. E quando seu Cesário soube, falou vamos esperar seu senhorio aqui e se ele vim nós estaremos aqui, se ele não vim nós vamos lá. E ele não apareceu, e quando se passaram quatro dias, seu Cesário disse nós vamos lá. Eles arrumaram boi no carro, subiram a serra, você precisava de ver, mas subiu a serra para buscar a tralha de meu avô. Quando chegou lá, ele falou que estava só brincando, que isso e aquilo. E seu Cesário disse você vai ter que dar esta carta de alforria pra ele agora! E se você não der a carta de alforria, você vai ser fuzilado e na hora ele entregou a carta ao meu avô. E daí a esposa dele ficou lá, ele chamou ela pra vim e ela não quis disse que era pra ele ficar com as duas meninas, que ela ficava com os dois meninos, que já eram rapagotes. Ele não estava bem querendo, mas cedeu, mas os meninos queriam ficar com a mãe. (Seu Juca, Poconé/MT, junho/2019).

O senhor Juca traz com mais detalhes a fuga de seu avô dos domínios do fazendeiro. O avô recorreu a conhecidos e amigos da região para expor a sua situação, na qual o senhorio havia se comprometido em dar a carta de alforria em função de um acordo que fizeram, mas não cumpriu a sua parte no acordo. O avô do senhor Juca tinha alguns conhecidos que lutaram na Guerra do Paraguai e eram pessoas muito respeitadas na região. Por meio desse contato, conseguiu apoio - prometeram ao senhor Manoel Metelo que, caso o senhorio não o procurasse, eles estariam ali para fazer com que o acordo fosse cumprido, estando dispostos a ir até

---

<sup>17</sup> Área rural do município de Poconé/MT.

<sup>18</sup> A Guerra do Paraguai aconteceu de 1864 a 1870 e resultou na destruição completa desse país após mais de cinco anos de conflito. A Guerra do Paraguai foi reflexo da consolidação das nações da bacia platina (Argentina, Uruguai, Brasil e Paraguai) e resultou em enorme destruição e grande saldo de mortos. Conflito de maior duração e proporção de toda a história da América do Sul, a Guerra do Paraguai foi um grande divisor de águas para todos os países envolvidos. Os primeiros atos de agressão relacionados ao início da Guerra do Paraguai foram o aprisionamento de uma embarcação brasileira (*Marquês de Olinda*), que navegava pelo rio Paraguai em direção a Cuiabá, e a invasão do Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul), ocorrida em 26 de dezembro de 1864. O ataque paraguaio ao Brasil foi uma represália à invasão do território uruguaio, conduzida pelo governo brasileiro em favor dos *colorados* e contra os *Blanco* (aliados de Solano López). A ocupação paraguaia no Mato Grosso foi conduzida por 7.700 soldados, que derrotaram facilmente as fracas forças de defesa dessa região (875 militares do Exército e 3 mil membros da Guarda Nacional). Esse território continuou sob posse paraguaia até meados de 1868, principalmente devido à dificuldade de acesso ao Mato Grosso. Naquela época, o único caminho para essa província consistia na navegação dos rios da bacia platina.

a fazenda para finalizar o acordo. Após essa visita à fazenda, o senhor Manoel conseguiu a carta de alforria.

Quando ele chegou no Buritis, tinha esse homem que era muito bom, chamado Manoel Tobias, ele era cunhado do seu Cesário Pedroso, e disse pra ele “Eu vou fazer uma boa pra você, eu vou te levar para o Chumbo, lá eu vou te vender a propriedade de 250 hectares de terra, e depois você vai me pagar”. E meu avô falou: “Como seu Tobias, como que eu vou te pagar, se eu não tenho estabilidade para isso? Eu não tenho jeito pra comprar terra, com o que eu vou te pagar?” E o Seu Tobias disse “Com seu serviço, não coloca as coisas difícil que eu vou fazer tudo fácil pra você. Você tem suas filhas, mas você vai me pagar de acordo com aquilo que você tiver e serviço que eu tiver também, você pode fazer pra mim. E o que eu não tiver, do seu serviço que você fizer pra você, um pouco você me dá. Me dá arroz, me dá feijão, pedaço de mandioca, você é muito trabalhador, eu estou com pena de você, você vem de lá sem nada, mas aqui você não cai no chão porque nós não vamos deixar.” Nessa época que ele aceitou a proposta, ele ia trabalhando, ele juntou os filhos maiores e trouxe pra cá, aqui no Chumbo que ele casou com outra mulher e gerou outros filhos. Esses daí que foram os poucos filhos que ganharam terra, aquele que não ajudou a pagar não teve como receber e desses quatro filhos que ficaram lá, só Joana, como ela já estava mais moça se casou com o tio da minha mãe, ele ajudou a pagar a terra, trabalhou para pagar a terra, esse herdou, meus tios que já nasceram da última esposa, esses todos herdaram. (Seu Juca, Poconé/MT, junho/ 2019).

Na visão de Pollak (2007, p. 9), a memória é edificada na experiência “de resgatar o passado por meio das lembranças e configura-se também pelo esquecimento, pois nem todos os fenômenos são passíveis de recordações, assim, recordamos uma pequena parcela de nosso passado”.

O senhor Juca fala da ajuda que o seu avô teve quando da sua chegada na área rural do município de Poconé. Um fazendeiro se propôs a ajudá-lo, vendendo uma porção de terra para o seu avô, e o pagamento seria feito através de serviços a serem prestados, juntamente com a entrega de parte da sua produção. Em uma primeira visão do depoimento de Seu Juca, o fazendeiro parece ser uma pessoa boa, mas em uma análise mais detalhada, identifica-se que o capital se sobrepõe aos interesses sociais, mesmo em condições de vulnerabilidade extrema o agente social fica sujeito ao pagamento da sua dívida com a divisão do seu trabalho, dos seus produtos e serviços.

Pode ser observado que nesta compra de terra fica claramente evidenciado a exploração da mão de obra, o que caracteriza anos de exploração desses agentes sociais por fazendeiros da região. Antes explorado na condição de escravizado, continuou a exploração após a sua “libertação”.

Essa transação de compra e venda de terra, por si só não dava o caráter de legalidade ao negócio, porque o comprador tinha apenas a posse do imóvel. Entretanto, apesar de todos os benefícios do processo de regularização fundiária, a presença de agricultores sem acesso a esta política pública nas áreas rurais ainda se faz presente, de forma especial daqueles de base familiar<sup>19</sup> e que historicamente enfrentam dificuldades de acesso à terra.

Meu avô se casou três vezes. Quer dizer ele tinha três mulheres, mas se casou duas vezes, uma era só pra quebrar o galho. Ele teve bastante filhos, com a primeira mulher ele teve quatro filhos, com minha avó ele teve um punhado, e com a outra da comunidade do Jejum<sup>20</sup> já foi outro punhado. Só de minha vó, seis. Com a outra daqui teve mais três. Foram 14 filhos (Seu Juca, Poconé/MT, junho/ 2019).

O senhor Juca afirma que seu avô teve várias esposas e muitos filhos, o que demonstra a organização social da época, em que não havia preocupação com a educação dos filhos, mas uma visão de força de trabalho para ajudar a suprir as necessidades da família. Tanto é que o seu avô só deixou as terras para os filhos que ajudaram a pagar a compra da fazenda.

O desenvolvimento da pesquisa permite compreender as condições de organização social da comunidade do Chumbo, a partir da experiência social vivenciada por essas famílias. Para Pollak (1992, p. 204), “Se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos”.

Por sua vez Halbwachs, a memória é social e divide-se em individual e coletiva. Na sua concepção ampara que a memória, para ser movimentada, precisa de outras lembranças, pois para o autor a memória individual seria apenas o ponto de vista da memória coletiva, para conectar o passado, os agentes sociais precisariam buscar a lembranças de outros agentes, o que reforça para Halbwach à sua teoria sobre a memória coletiva.

---

<sup>19</sup> Para esta pesquisa, entende-se por agricultura familiar o que Abramovay (1997, p.3) destacou, a partir da análise de uma ampla literatura clássica, como “(...) aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de parentesco”.

<sup>20</sup> Comunidade Quilombola Jejum está localizada na região do Cerrado do Pantanal

Trabalhar com a noção de experiência revela não apenas fatos circunscritos a uma dimensão individual, mas ao contexto próprio que cria tais posições sociais (MENEZES,2006).

A comunidade começou com uma minoria, aqui só no início tinha só a família do meu pai, era meu avô, aí com duas filhas e daí tinha mais algumas pessoas que vieram morar com ele. Aqui era de um pessoal que tinha trecho de terra lá no Buriti, um velho chamado Manoel Tobias. O negócio que meu avô saiu da senzala ele já era homem, casado, já tinha dois casais de filhos, nós éramos em 14 filhos, criou nove aí foi morrendo, hoje em dia já somos só dois, o mais velho que está com 90 anos, eu que sou o caçula tenho 70 anos, aqui a gente criou eu só saio daqui quando eu morrer vou para o milho branco<sup>21</sup> [risadas] (Seu Juca, Poconé/MT, agosto/2017).

Percebe-se nesta narrativa que a comunidade do Chumbo teve uma particularidade em sua formação, inicialmente, por uma base familiar, com poucos moradores/as. Além do avô do Seu Juca, moravam na comunidade os filhos dele, que por sua vez se casaram com pessoas que eram de fora, mas vieram morar lá, além de alguns novos moradores/as que se mudaram do Buriti, comunidade local que fica nas proximidades da comunidade.

Aqui na comunidade era as irmandades de papai que era dono, foram familiarizando, as primas casaram, foram tudo tendo filhos que também foram casando, primeiro foi morando aqui, foram formando famílias por aqui. Com o tempo, famílias foram mudando para cidade e daí os donos foram vendendo, eles moravam fora, tinha gente que morava lá para Várzea Grande<sup>22</sup>, naquele tempo no Cristo Rei<sup>23</sup> chamava Capão de Negro por que era muito negro. Tinha uns primos, uns conhecidos, tinha meus irmãos que moravam lá, tinha uns que moravam em Poconé, e nenhum tinha terra, daí tinha que dividir, tinha também aqueles que moravam na cidade e não tinha terra, já tinha morado aqui com meu pai, com meus tios, vinham de lá. Aí eles vinham direto pedir um pedaço de terra para meu pai ou para o tio Sebastião, ou para o tio Jacob. Quando falavam com papai, ele comunicava a meus tios José e ao tio Jacob, assim como eles comunicavam ao meu pai. 'Ah, eu vim pedir um pedacinho de terra, porque eu moro na cidade, eu tô sem nada, pra ver se me dá um pedacinho para eu fazer uma roça e um barraquinho'. Meu pai sempre respondia: 'Pode fazer onde você desejar', aí a pessoa ia e fazia, 'depois eu falo com o compadre José' - que era um dos irmãos dele (Seu Juca, Poconé/MT, agosto/2017).

Com o passar do tempo, iniciou-se um novo ciclo de ocupação da área, porque a cada semana chegavam novos agentes sociais conhecidos ou

---

<sup>21</sup>Milho branco é o nome do cemitério das comunidades locais do Cerrado do Pantanal.

<sup>22</sup> Várzea Grande é o segundo município vizinho de Cuiabá – que é a capital de Mato Grosso.

<sup>23</sup> Cristo Rei é um bairro do município de Várzea Grande/MT.

desconhecidos de Senhor Manoel Metelo, que iam até ele pedir um pedaço de terra para plantar sua roça e construir um “barraco”; ele sempre foi receptivo, não era necessário nenhum tipo de pagamento por um pedaço de terra.

Essa prática do uso comum da terra, iniciada por Senhor Manoel Metelo, permaneceu por um longo período na comunidade. Daqueles que ali chegavam, não era cobrado nenhum valor, tendo eles o direito a um pedaço de terra para plantio e criação de pequenos animais. Foi assim que originou a comunidade do Chumbo, basicamente com uma estruturação e organização familiar, constituída de amigos e desconhecidos, onde a grande preocupação deles era a preservação dos valores morais e dos usos e costumes acima de qualquer regra social, nessas terras eles também produziam alimentos para o próprio consumo e vendiam algumas mercadorias para os moradores do município de Poconé. Desse modo, a família obtinha uma pequena renda sobre essas mercadorias, cabe aqui ressaltar que muito embora o uso da terra era comum, isso não resultava na ausência de regras para a comunidade.

O estudo dessa comunidade permite a exploração da história de vida dos agentes sociais com a descoberta e verificação das consequências de fatos e processos sociais que influenciaram na vida de cada um dos/as moradores/as, ou mesmo de forma coletiva. Depois de um exame mais minucioso das manifestações subjetivas e interindividuais da vida social. Observa-se uma prática que era muito comum o trabalho em conjunto, em equipe em um sistema de mutirão.

Para Cândia (1975), o mutirão é um processo solidário que envolve práticas que demandam uma oferta e, igualmente, que aquele que a recebeu sintase responsável para contribuir.

[...] consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-los a enfrentar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação, etc. Esses iam servir o vizinho de bom agrado (CÂNDIDO, 1975, p. 68).

Essa prática de mutirão fortalecia os vínculos sociais entre os/as moradores/as da comunidade do Chumbo, de modo que na maioria das vezes quando a colheita era farta e bem sucedida eles realizavam uma festa com todos os moradores/as para celebrar com ritos, músicas, danças e preces, agradecendo pelo trabalho realizado.

Mauss (1974) descreve que o mutirão envolve três esferas da dádiva: dar,

receber e retribuir, ou a esfera da reciprocidade. Percebe-se que aqueles que recebem sentem-se imbuídos de uma obrigação moral no sentido de retribuir.

Senhor Juca narra que todos/as se ajudavam em todos os aspectos, não só nos afazeres domésticos, mas também com problemas relacionados à saúde<sup>24</sup>, ou seja: por meio de uma mobilização na comunidade, eles conseguiam ajudar aquele que necessitava. Assim, no caso de alguém ficar doente, sempre um ou mais moradores se propunham a ir de carro de boi levar aquela pessoa à área urbana de Poconé para o atendimento médico. Esse deslocamento, às vezes, chegava a demorar um dia inteiro, em virtude de ter que dividir a estrada de terra, com a boiada que ia à frente e como a floresta que cerca a estrada é densa não era possível ultrapassar a boiada, restando somente a opção de continuar seguindo-a.

Vinha pela estrada com carro de boi, carroça, escoteiro né, cavaleiro, estrada de boiada, nessa estrada que a boiada andava, todo mundo andava. Mas era difícil [risadas]. Não tinha um carro sequer, nada, só carro de boi, carroça, cavalo. Quando adoecia uma pessoa para ir para Poconé era só carro de boi. Ia o dia inteiro porque a boiada andava bastante, a gente ia cortando atalho. Na BR 364 km, e aqui por baixo o caminho é bem mais rápido, mas curto a estrada (Seu Juca, Poconé/MT junho/ 2019).

Essa tradição de troca e de ajuda mútua entre os moradores, segundo Seu Juca, começou a mudar e, aos poucos, perdeu-se completamente por volta da metade da década de 1980, com a chegada de novos agentes migrantes à comunidade, com um perfil bem diferente dos moradores mais antigos.

Não foi bem meu avô que criou a comunidade, porque ele morreu e ficou meu pai aqui o mais velho da turma. Meu pai desandou acolher gente. Tinha as pessoas que eram parente de minha mãe quando eles chegaram pra cá trouxeram mais algumas pessoas. Ele trabalhou com um homem chamado Sérgio Ribeiro, que era da comunidade Pai Pedro, então esse Sérgio Ribeiro levou ele a ter conhecimento, e ele trouxe uma família de lá, assim foram chegando mais famílias, amigos deles e meu pai não sabia falar não pra ninguém né? Ai começou com poucas famílias, aqui tinha seis famílias, ele foi trabalhando, criando gado, aqui ninguém tinha olho grande pra cima do de ninguém, depois foi crescendo, foi chegando gente que não tinha um grão de arroz, foi metendo cerca e demarcando terra e teve gente que não pagava imposto, fazia grillagem e foi ficando. Uma data perpétua

---

<sup>24</sup> Nessa época, a saúde pública era apenas um sonho para os moradores da localidade. Não havia ninguém que pudesse garantir uma assistência ou disponibilizar um veículo público com motorista, que possibilitasse o deslocamento até a sede do município para o atendimento especializado. Caso necessitassem de atendimento, esses moradores deveriam se deslocar para Poconé, a cavalo ou em carro de boi. Alguns conseguiam chegar, outros faleciam antes ou durante a viagem.



pra criação da comunidade a gente não tem, mas meu pai chegou aqui em 1912 (Seu Juca, Poconé/MT, junho/2019).

Entende-se pela narrativa de Seu Juca que seu avô foi um embrião para a criação da comunidade, chegou ao local em 1912. De acordo com o senhor Juca, a efetiva constituição da comunidade ocorreu quando o seu pai era o líder da comunidade, pois se tratava de uma pessoa receptiva, acolhedora e desprovida de interesses econômicos. Por isso, passou a receber famílias em suas terras com uma produção agrícola de subsistência e poucas cabeças de gado, tudo o que era produzido era dividido entre os moradores.

Conforme Castro (2004), aponta-se como categoria que comporta dois sentidos o território de parentesco. O primeiro, como patrimônio da família, constituindo um espaço em que se formam socialmente várias famílias de parentes, descendentes de ancestral comum. O segundo, como território em que os herdeiros possuem o direito à casa de morada (casa-quintal), à terra de respeito (a área de roçado) e à terra comum (acesso à terra para o trabalho, as pastagens e os recursos naturais).

As vendas eram em cartório. Quanto aos meus irmãos, nós éramos nove, eles iam no escritório, faziam um documento de sessão de direito, ia no cartório e registrava, porque a terra não estava em inventário ainda. Então eles venderam tudinho antes de morrer. Eles herdaram do meu pai e venderam, hoje tá tudo na mão de fazendeiro. Venderam como se diz hoje a preço de comprar banana, mas como diz a história, a gente falava, dava ideia, eu sempre batalhei, mas eles não ouviram, ficaram sem nada. Teve gente que ficou só com o lugar da casa. Teve filho que herdou só um lote e quando o pai morreu vendeu até a casa. Para onde está a usina não era da comunidade, porém era um pedaço de meu irmão, mas ele vendeu, bem aquela parte de frente ao mercado, essa terra era uma terra de ninguém, daí ele passou só um recibo de cessão de direito. Esse tipo de terra era só chegar e se apropriar, e ai morava um tempinho e já podia fazer a escritura. Assim foram fazendo (Seu Juca, Poconé/MT, junho/2019).

Percebe-se no relato do Seu Juca que no início da formação da comunidade houve muitas formas de transmissão da posse da terra, porque não havia conhecimento dos trâmites legais para compra e venda de imóveis, portanto não existia qualquer tipo de documentação, as negociações eram feitas mediante recibo e muitas pessoas se apossavam da terra e ficavam morando na localidade. O que não significava que no uso comum exista uma ausência de regras, da mesma forma que a existência de um recibo de posse e a ausência de escritura também não significavam que não havia um regramento criado e recriado pela comunidade para

alguém ter acesso a terra, bem como regras que delimitavam as formas de uso da terra e da natureza.

Título de propriedade eu não tenho, mas como era nós, eu e nove irmãos, eles passaram a fazerem um documento num escritório de Poconé e depois levavam no cartório de registro, porque as terras não estavam no inventário, depois foram vendendo quase tudo, como se diz, a preço de banana. Onde está localizada a usina, um grande pedaço era do meu irmão, era muito grande, ele vendeu pra eles, só com um recibo, porque a terra era de ninguém, depois eles fizeram o registro. Aqui a terra era do meu avô, a pessoa podia chegar e apropriar, aí morava um tempinho e ia fazer a escritura (Seu Juca, Poconé/MT, junho/2019).

Neste trecho da entrevista, Seu Juca fala da evolução da documentação de compra e venda dos imóveis e da forma com que seus parentes e irmãos foram transferindo a posse de suas terras.

Mostra também que parte das terras onde foi implantada a agroindústria da cana uma parte pertencia a seu irmão, que vendeu mediante um simples recibo com a justificativa que “a terra era de ninguém”, outro trecho importante que se extrai da entrevista do senhor Juca, é que logo após a venda das terras do seu irmão, elas foram regularizadas pelos cooperados, que eram os fazendeiros da região.

“Nesse contexto o preço da terra enquanto ativo é o resultado das negociações entre compradores e vendedores no mercado de terras” (REYDON, 2007, p. 229). Infelizmente, as vendas de terras na comunidade do Chumbo não tem sido negociadas a um “preço justo”, mais sim, de uma forma impositiva e até ameaçadora aos moradores/as. Normalmente o negócio é sempre feito quando o comprador tem interesse naquelas terras, porque ele visualiza uma oportunidade de obter um grande lucro e ganhos futuros sobre aquelas terras agindo de forma predatória sobre o vendedor.

A terra quer rural quer urbana permanece até o presente apenas com controles que garantem a propriedade, mas que não regulam o seu uso. Se até o presente não há um cadastro dos imóveis privados nem das terras públicas (devolutas ou outras) quanto mais alguma forma de regulação social adequada. Sendo a terra, portanto, passível de qualquer tipo de utilização pelos proprietários, desde a especulação, passando pela produtiva até a predatória. Até hoje não se tem noção das terras pertencentes ao estado pelos vários mecanismos existentes; nem mesmo as terras devolutas definidas na Lei de Terras não foram discriminadas (REYDON, 2007, p.227).

Na comunidade do Chumbo houve um breve e rápido movimento migratório de pessoas vindas de várias partes do país e de muitas localidades próximas em

busca de trabalho nas minas, motivadas pela notícia do ouro na região. Apesar desse fluxo ter durado pouco tempo o aumento significativo no número de pessoas na comunidade, trouxe como consequência imediata, algumas situações inesperadas e fora do controle dos/as moradores/as, como o aumento pela procura de alimentos, inclusive com a escassez de algum deles, a dificuldade de alojamento para esses migrantes, agressões a natureza e ao meio ambiente pelo trabalho na minas e um choque de cultura muitas vezes resultando em conflitos.

De acordo com as narrativas dos/as moradores/as mais antigos, depois de algum tempo de exploração do subsolo, onde se acreditava existir o ouro, os aventureiros perceberam que o metal encontrado em grande quantidade na região não era ouro, mas sim o chumbo *in natura*, por isso deu-se o nome ao lugar de “Sítio do Chumbo”.

Não podemos desvincular a história das comunidades locais do município de Poconé/MT, dentre elas, a da comunidade Quilombola Nossa Senhora do Chumbo, da chegada a Poconé do Frei Joaquim Tébar Fernandez ou Padre Xim, como ficou conhecido. O Frei nasceu em 27 de maio de 1933, em Miguel Esteban, na província de Toledo, na Espanha, e morreu na cidade de Poconé, em 14 de fevereiro de 2002. Iniciou os seus estudos básicos em Miguel Esteban e o bacharelado, na Escola Monte Sion, em Toledo. cursou filosofia no Instituto Raimundo Lúlio em Inca Mallorca, Teologia em Palma de Mallorca, no Centro dos Estudos Teológicos, e psicologia em Madrid, no Instituto Confer. Estudou no conservatório Musical de Palma de Mallorca (irmã Dila, Poconé/MT, 1980-2006)<sup>25</sup>. Chegou a Poconé no dia 11 de dezembro de 1970, assumindo como pároco responsável pela Paróquia N.S. do Rosário, onde permaneceu por 40 anos até a sua morte.

Com a chegada do padre Joaquim ao município de Poconé, deu-se início a um movimento que fortaleceu socialmente as comunidades locais, com o início de uma formação cristã e a construção das primeiras igrejas católicas na região, por meio do movimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Com isso, houve um crescimento das ações de resistência e luta pela permanência nos territórios. Antes da chegada do padre, existiam vários arraiais espalhados, sem um objetivo comum.

---

<sup>25</sup> A irmã Dila escreveu um Diário, ao qual deu o nome de “Rumo ao Novo Milênio”, num período de quase 40 anos, embasados em documentos que a mesma guardou. A freira Dila faleceu em 2018.

Com a vinda do padre Joaquim teve Início a formação das comunidades católicas, houve uma mobilização desses arraiais na busca de objetivos comuns, entres eles a união de todos na luta e na defesa pela permanência na terra.

Na comunidade do Chumbo, o padre deu início à evangelização dos/as moradores/as, de uma forma até um tanto bucólica, com encontros semanais realizados embaixo de árvores, para que ele pudesse apresentar os escritos da bíblia. A irmã Benedicta da Silva, conhecida como irmã Dila que integrou a equipe do padre Joaquim, acompanhando-o em seus trabalhos voluntários de evangelização pelas comunidades e de luta para as conquistas sociais, em especial, com a ajuda às pessoas em situações de maior vulnerabilidade como mulheres, crianças e idosos.

A irmã Dila, juntamente com o padre Joaquim, em suas peregrinações, encontraram, muitas vezes, pessoas dentro das matas que viviam isoladas, porque não existiam políticas públicas voltadas para as pessoas que moravam distantes da área urbana de Poconé.

Para fundar as comunidades, padre Joaquim entrou nas matas, nessa época não tinha estrada, não tinha nada, a gente andava pa..pa..pa..pa<sup>26</sup> na estrada velha de Cáceres quando escutou gente falando, o padre Joaquim entrou até onde o carro podia ir mais para frente, ele desceu do carro e seguiu a pé, ele era espanhol, e gritou: “Aqui tem gente” [risadas], aí saiu um rapaz assustado, nunca tinha ido ninguém. Padre Joaquim disse: Não se assuste, eu sou o padre de Poconé e estou procurando fundar comunidades e começou a conversar com ele, depois marcaram para se reunir com as outras pessoas. (Irmã Dila Poconé/MT, 12 de agosto 2017)

Na época, a região era de difícil acesso, sem estradas, mas esse fato não impediu o padre Joaquim de cumprir a sua missão, ele guiava o seu carro até o limite máximo que fosse possível para adentrar nas matas, desse ponto para frente, caminhava a pé até encontrar as pessoas.

A comunidade do Chumbo era reconhecidamente, por parte do padre Joaquim e da irmã Dila, como um local diferenciado que passou a ser referência na região, pois foi lá que construíram a primeira igreja católica de toda a região do Cerrado do Pantanal, com uma particularidade de ter sido erguida em sistema de mutirão com o trabalho de todos os/as moradores/as das comunidades vizinhas. Outras peculiaridades também chamavam atenção do padre e da irmã, como a

---

<sup>26</sup>Tentativa de reproduzir o som, referindo se ao carro que padre Xim dirigia, um fusca.

pró-atividade e criativa dos agentes sociais para os trabalhos do dia a dia, bem como para o artesanato e para a participação de muitos moradores no coral que já existia na comunidade algo inédito na região.

[...] É uma comunidade muito ativa e criativa, possuía um coral de vozes possantes e agudas. Foi uma das primeiras Comunidades onde se deu início as pregações e capelinhas eram feitos debaixo de uma árvore de cumbaru<sup>27</sup>. Depois construíram uma capelinha a qual tivemos que aumentar duas vezes. Na década de 1990, tivemos que coloca-la, quase completamente por terra e fazê-la mais ampla, com forro. Construímos, também, um Centro Comunitário. Ali foram realizados muitos dos nossos Encontros com a comunidade. Hoje, a Comunidade continua firme, com novos elementos [...] (irmã Dila, Poconé/MT, 2018)

Mesmo com as condições precárias de estrada, o padre Joaquim era incansável, rezando as suas missas nos mais variados locais da região e sempre retornando à sua base para dar continuidade aos seus trabalhos de orientação e evangelização, conforme relatos dos próprios moradores/as, despertando profunda admiração e respeito por toda sua dedicação. Dona Gonçalves, moradora da comunidade relata que:

Padre Joaquim ajudou muito, ele sofreu também, porque era o único padre, andava na estrada e não tinha asfalto, quase sempre de fusca, entrava e varava de uma comunidade a outra, depois cansado tinha que ainda fazer a reza em Poconé. Foi padre Joaquim que abriu nosso olho e tirou a cera do nosso ouvido (Dona Gonçalves, Poconé/MT, outubro /2017).

A importância de padre Joaquim para a região de Poconé pode ser vista pela relevância da sua contribuição na estruturação, no fortalecimento e na formação de 72 comunidades católicas, além de ajudar as pessoas em situações de vulnerabilidade. Outro fato de destaque é que ele, em uma visão futurista, já se preocupava com a questão ambiental em uma época em que não se discutia a noção de desenvolvimento sustentável ou de preservação do meio ambiente no Mato Grosso.

Na formação evangelizadora destas comunidades, o padre sempre se preocupou em incentivar a organização das comunidades para se tornarem associações ou cooperativas, objetivando a organização e a estruturação dos

---

<sup>27</sup> O baru ou cumbaru (nome científico *Dipteryx alata*) é o fruto do barunzeiro, imperiosa árvore nativa do Cerrado brasileiro. Esta espécie está ameaçada devido à extração predatória de madeira que possui reconhecida resistência e qualidade, com propriedades fungidas.

mecanismos de resistência ao enfrentamento do capital.

Na época, a região era formada principalmente por remanescentes de quilombolas. Não havia uma religião “oficial”, assim, o pároco local, padre Joaquim, iniciou a evangelização da comunidade. Logo, a devoção à Nossa Senhora Aparecida predominou. Por esse motivo, a partir de 1980, o pequeno arraial recebeu uma nova denominação: Distrito de Nossa Senhora Aparecida do Chumbo.

Foto 3 - Primeira capela da comunidade Nossa Senhora do Chumbo



Fonte: Autoria própria, junho/2019.

Essa é a primeira capela construída na comunidade Nossa Senhora do Chumbo com a ajuda dos moradores que, em 1972, foi reformada para a construção de um centro comunitário ao seu lado, onde são realizados os encontros religiosos e reuniões para as comemorações das festas da comunidade.

Aqui, o padre Joaquim formou a comunidade<sup>28</sup>, começou vindo celebrar a missa, depois pegava o pessoal e realizava o estudo bíblico. As missas eram debaixo das árvores, não tinha local. Na época quem acompanhava ele era Donizete, irmã Ana Vitoria, Irma Edwirges, a irmã Dila e a irmã Eucaris. Ele começou a fazer retiro e chamar a comunidade para fazer a formação, e de lá a gente vinha pra trabalhar grupo na comunidade. A gente começou a trabalhar como sabia né? Era reza de terço, reza cantado, a gente ia para Poconé fazer apresentação, todas as festas da paróquia<sup>29</sup> ele reunia todas as comunidades, pra ir apresentar a cultura. Reza popular. Fazia debate, estudo bíblico. Padre Joaquim formou 72 comunidades na época que eu sabia. Ele foi um padre que marcou mesmo Poconé. Ele construiu casas, todas essas obras sociais que ele fez ai, ele dava muita atenção (Almeida Lima, Poconé/MT, junho/2019).

<sup>28</sup> Formou a comunidade no sentido da evangelização, formação religiosa.

<sup>29</sup> A festa da paróquia era realizada no mês de setembro, onde todas as comunidades, alunos das escolas públicas e da Escola Madre Luiza Bertrand (única escola particular do município da época) faziam apresentações de danças e músicas culturais.

Senhor Juca narra que a chegada do padre Joaquim na comunidade marcou o início da evangelização católica, com a celebração de missas e depois reunião das pessoas para realizar o estudo bíblico, da reza de terço e reza cantada. Ele também descreve a forma como eram feitos os trabalhos de evangelização na região, destacando as realizações do padre nas comunidades, como a construção de casas e outras obras sociais.

O padre Joaquim, a primeira coisa que ele fez aqui no município de Poconé, foi o primeiro evangelizador, ele trouxe o cursilho de cristandade desde 1970, para ensinar ao povo a palavra de Deus, por que eram poucos que conheciam a palavra. Então a primeira coisa que ele ensinou a população inteira foi aprender a pregar a palavra de Deus. Eu casei em 1971, quando foi em 1973 eu fiz meu cursilho de cristandade, ai em 1974 ou 1975 foi o começo da formação da comunidade igreja. Eu fui uma das pessoas que saiu para pregar o evangelho. Como diz aquele ditado, eu sai igualmente os discípulos que estavam pescando, e ele disse vem e segue-me que eu farei de vocês pescadores de homens, e foi eu, nessa época, em 1973 que eu fiz meu cursilho, eu conheci a bíblia, quando eu fui conhecer a bíblia, fui ler, eu fui por toda a comunidade, de bicicleta, só pra sair pra pregar o evangelho. As vezes a gente ia de pau de arara<sup>30</sup> pros retiros, pegando gente, e assim a gente foi evangelizando as comunidades por aqui. O surgimento da igreja fortaleceu o elo das pessoas da comunidade do chumbo. Nós fomos os primeiros lideres, fomos bastante criticados, mas trabalhamos por amor ao próximo (Seu Juca, Poconé/MT, junho/ 2019).

Seu Juca conta que, após algum tempo de estudos bíblicos com o padre Joaquim, tornou-se um evangelizador e saiu para as comunidades próximas com a sua pregação. Antes da chegada do padre, ninguém na região tinha conhecimento nem qualquer contato com a religião católica. Destaca, também, a importância da religiosidade no fortalecimento dos elos de ligação entre as comunidades.

O cenário atual e os registros oficiais da região mostram que houve uma evolução em alguns serviços básicos e uma pequena melhoria e outros como por exemplo a água cuja uma parte utilizada pela comunidade vem de poços artesanais dos próprios moradores/as e a outra parte é servida pela água de um poço artesiano construído para abastecer a comunidade.

Atualmente, a maioria dos/as moradores/as possui energia elétrica em suas casas e uma grande parcela possui aparelho celular. Observamos, assim, um cenário em que a tecnologia convive com a natureza, pois, ao mesmo tempo em que essas trabalhadoras e esses trabalhadores cultivam sua horta, criam seus

---

<sup>30</sup> Caminhões de carroceria de madeira.

animais e cozinham no fogão à lenha, também usufruem de um pouco mais de conforto com a chegada da energia elétrica, podendo fazer uso de geladeira, chuveiro elétrico, televisão, ventilador, telefone, internet, etc.

No entanto, apesar desses avanços tecnológicos e de todas essas comodidades, cabe lembrar que no entorno da região ainda existem mais de 26 comunidades que não possuem escolas e nem postos de saúde. Além disso, foi desativado o posto policial que existia na comunidade, o que causa um enorme transtorno para os/as moradores/as, pois quando precisam de algum tipo de serviço têm que se deslocar por aproximadamente 30 km para se dirigirem ao um posto policial mais próximo.

#### **2.4.1 A influência dos festejos típicos do pantanal na cultura da comunidade**

A institucionalização da tutela jurídica do patrimônio cultural, iniciada com a Carta de 1934<sup>31</sup> e aprimorada nas que lhe seguiram<sup>32</sup>, recebeu tratamento acabado e inovador na Constituição de 1988, cuja regra básica se encontra no seu art. 216, *verbis*:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, os objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico e científico. (BRASIL, 1988)

Para Silva (2009, p. 20), o ser humano também compõe a sua ambiência, resultante da “interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas”. Explicitam-se, assim, “os três aspectos do meio ambiente: o natural, o cultural e o artificial”. São estes mesmos aspectos que determinam a caracterização do patrimônio ambiental.

---

<sup>31</sup> Arts. 10, III e 148 (BRASIL, 1934)

<sup>32</sup> Vide Constituição Federal de 1937, art. 134; Constituição Federal de 1946, art. 175; Constituição Federal de 1967, art. 172, parágrafo único; Emenda Constitucional de 1969, art. 180, parágrafo único.



A comunidade do Chumbo possui alguns elementos que merecem um destaque especial, pois são produtos de sua cultura. Destacamos o caso dos laços de parentesco que ali se estabeleceram desde o início até o desenvolvimento da própria comunidade - a história de família, passada de geração em geração, e a fixação das pessoas à terra.

Seu Juca, há muitos anos, participa da festa de São Sebastião, que é comemorada no dia 20 de janeiro. Seu pai era devoto do santo e, por muitas vezes, realizou a festa em sua própria casa. A medida que anos foram se passando, o número de participantes só aumentava, então ele decidiu fazer a festa em outras comunidades, com o intuito de propiciar um amplo espaço para atender a todos os devotos. Segundo Moura (1999), esses momentos festivos permitem à comunidade formar e recriar sua identidade cultural.

Todas as comemorações da festa de São Sebastião iniciavam-se, quando era servido o tradicional chá com bolo, no raiar do dia, finalizando o festejo com o almoço. Muitos participantes ainda permaneciam no local até a noite, principalmente os músicos. Seu Juca relata que a festa de São Sebastião era realizada como um marco da comunidade, como uma grande festividade, com a participação de todos os moradores, comidas tradicionais em abundância e muitas músicas para alegrar a festa. Existia uma tradição na qual, no dia anterior à comemoração do santo, faziam-se serenatas nas casas dos/as moradores/as.

Dia de São Sebastião, um dia antes, nós saíamos fazendo serenata, eu com meus irmãos e primos, nós éramos muito unidos, nós cantava a noite inteira, cada hora nós estava numa casa, nós pegava todo cururueiro de roda e amanhecia. Na hora que estava clareando, meu pais ia cuidar da rês<sup>33</sup> e eu ia puxando, tirava todo pedaço, a gente não ficava com nada, nem com os ossos da rês, tudo era compartilhado, daí meu pai ficou velho, quando eu casei, meu pai foi picado de cobra, aí ele parou de fazer a festa, minha mãe também adoeceu, bateu derrame nela, aí tive que trazer ela pra minha casa. Quando eu casei eu fiz um barraco pra ir morar na Campina Grande<sup>34</sup>, mas lá minha mulher ficava muito solitária, aí voltamos pra cá, aí fiz uma casinha de pau a pique, meus filhos foram criados na paz, católicos, Graças a Deus! (Seu Juca, Poconé/MT, junho/2019).

O pai do Seu Juca realizou essas festividades por muito tempo. Segundo o senhor Juca, a festa não é mais realizada na comunidade desde que seu pai foi picado por uma cobra e sua mãe teve derrame e faleceu, os filhos não quiseram

---

<sup>33</sup> Para o pantaneiro a denominação “rês” significa gado.

<sup>34</sup> Comunidade quilombola que fica do lado da Comunidade do Chumbo

mais dar continuidade na realização da festa.

Nos dizeres de Halbwachs (1989, p.1), nos reforça os diferentes “pontos de referência que estruturam nossa memória e que inserem a memória coletiva a que pertencemos”.

O patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanha por toda nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente lembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, porque não, as tradições culinárias.

Para Moura (2000), as realizações religiosas não se separam das festas:

[...] revelam importantes aspectos da dinâmica cultural que se pode observar nas comunidades negras rurais. O ritual aparece aqui como o modo que tem essas comunidades de apresentar para si mesmas sua organização social, como ela se desmonta e se remonta ciclicamente. Através das constantes que se repetem no tempo, pode-se perceber a estrutura que articula essas celebrações festivas, e quanto mais elas são insistentes, mais se vê quanto são semelhantes (MOURA, 2000, p.1).

Nos dias atuais, a festa mais popular na comunidade é em ação de graças pela padroeira do Chumbo, que ocorre nos 12 primeiros dias do mês de outubro, sendo nove dias novena.

Essa comemoração já é tradicional, uma vez que traz uma vasta programação, iniciando com a preparação do biscoito, que é servido no café da manhã no domingo, a novena, o levantamento do mastro, as rezas, a missa, a procissão, a coroação de Nossa Senhora de Aparecida, as danças do cururu e do siriri<sup>35</sup> e o tradicional baile. Inclui-se também como festividade a descida dos mastros, o que simbolicamente representa o encerramento dos festejos.

---

<sup>35</sup>O siriri refere-se a um bailado de simples coreografia em que participam homens, mulheres e crianças. Os bailarinos dançam, ora em roda, ora em fileiras, batendo palmas e pés, de preferência descalços, e cantando em resposta aos versos dos violeiros. A música que embala a dança é uma derivação do Cururu, porém, em ritmo bem mais rápido. “[...] Cantam os participantes versos e músicas com temas regionais, vários deles compostos pela comunidade” (LOUREIRO, 2006, p.84).

Foto 4 - Moradores/as preparando café da manhã para a Festa de Nossa Senhora Aparecida, outubro de 2016



Fonte: Dona Ana, arquivo pessoal, outubro/2016.

Foto 5 - Moradores/as preparando e levantando o mastro para a Festa de Nossa Senhora Aparecida, outubro de 2016



Fonte: Dona Ana, arquivo pessoal, 2016.

A Festa de Nossa Senhora de Aparecida é comemorada no mês de outubro. E são as mulheres que preparam o café da manhã, com exceção dos biscoitos que são preparados e assados pelo Seu Juca. Conservando uma tradição familiar, ao som do cururu, um grupo de homens levantam o mastro marcando o início dos festejos. No domingo, a principal atração é o “rastapé”, ao toque do rasqueado<sup>36</sup>

<sup>36</sup> Em Mato Grosso, a expressão musical rasqueado cuiabano tem origem em fins do século XIX, com influência do período pós Guerra do Paraguai. Os paraguaios remanescentes da Guerra começaram a se integrar junto com os ribeirinhos mato-grossenses para o convívio do dia a dia.

cuiabano<sup>37</sup>, do siriri e do cururu. Todos os alimentos preparados na comunidade são oferecidos aos participantes da festa de forma gratuita. No domingo de manhã, é servido o “chá com bolo”<sup>38</sup>, e outras bebidas como o café e o licor de leite.

Como parte integrante da festa, a comida, a alimentação dos convidados merece um olhar mais detido. Distribuída de graça, ponto alto da festa, adquire uma importância simbólica significativa, tanto se estabelecermos relação com os ritos religiosos, a comunhão dos católicos, quanto no que se refere àquela sociedade [...]. Na festa, havia [e há] fartura, alimentação à vontade para todos [...]. (SOUZA, 2004, p. 336).

As festas religiosas das comunidades locais do pantanal permite a explicação do respeito ao meio ambiente e relações sociais, que constituem os modos de vida de cada sociedade e conferem diversidade cultural à humanidade.

É necessário pontuar que as comunidades da região são conhecidas por suas tradições, crenças e festas religiosas, tais como: festa de Nossa Senhora da Aparecida, São Sebastião, São Pedro, São João e São José.

Pode-se observar que o alimento para os moradores da comunidade representa um conjunto de componentes subjetivos repletos de valor simbólico que transcorrem os aspectos da vida social, cultural, ambiental e religiosa. O ato de cozinhar para os/as moradores/as das comunidades locais é a maneira pela qual, cotidianamente, (re)criam, reforçam os seus vínculos afetivos do presente e do passado. As práticas tradicionais da culinária quilombola, expressas nos pratos maria isabel<sup>39</sup>, carne de sol com banana verde, costela com mandioca, galinha caipira e farofa de banana.

Foto 6 - Mulheres preparando almoço na comemoração da Consciência Negra, 2017

---

Nessa interação de simbioses práticas, a viola de cocho e o violão paraguaio começaram a tocar uma nova música, mistura de siriri mato-grossense e polca paraguaia. O novo ritmo surgiu para a exaltação da volta à vida e para sepultar as lágrimas do grande conflito que determinou o rumo da história latino-americana. A fusão dessas duas danças resultou numa terceira: o pré-rasqueado. O pré-rasqueado limitou-se aos acordes de siriri/cururu, devido ao seu desenvolvimento na viola-de-cocho, nos chamados Tchinfrens (bailes de quissassa), onde as formas de dançar receberam diversas designações como: liso, crespo, rebuça-e-tchuça... para mais tarde participar das festas juninas, carnaval ou qualquer exaltação festeira dos ribeirinhos.

<sup>37</sup>Um gênero musical que tem sua origem no siriri e na polca paraguaia “[...] a palavra rasqueado significa arrastar as unhas, na viola ou violão, sem pontear as cordas, rasgadinho, rasqueado”. É esta a forma tradicional de tocar a música nos instrumentos de corda (LOUREIRO, 2006, p. 100).

<sup>38</sup>Expressão cuiabana utilizada como sinônimo de café da manhã.

<sup>39</sup> Prato tradicional da região leva carne seca e pimentões, alho, cebola, cebolinha, salsa.



Fonte: Acervo pessoal, novembro/2017.

Nessa imagem, as mulheres quilombolas preparam o almoço na comunidade Tanque Novo, no Pantanal, para a comemoração do dia da Consciência Negra, em 20 de novembro de 2017, onde estavam reunidos moradores/as de 27 comunidades locais. O interessante é que, a cada ano, essa festa é realizada em uma comunidade diferente.

O alimento retrata a resistência, a devoção e a fartura das comunidades negras rurais, criam vínculos, recriam experiências e se conectam à ancestralidade africana nessa diáspora brasileira. A forma de fazer e de compartilhar os alimentos guardam os saberes e as memórias, o que pode ser observado nas festas realizadas nas comunidades do Cerrado do Pantanal mato-grossense.

Ao longo das várias visitas à comunidade do Chumbo, os elementos e os utensílios utilizados nas festas, encontrados nas casas e cozinhas foram: fogão à lenha e à gás, tacho, forno, jiraus<sup>40</sup>, grandes panelas de alumínio, colheres de pau e algumas de metal, conchas e escumadeiras. Embora existam algumas modernidades nesses utensílios, outras coisas permanecem como na época do início da comunidade.

As festas religiosas, em Mato Grosso, são importantes manifestações da cultura tradicional popular regional. Nelas misturam-se o laico e o sacro numa simbiose natural, em que danças, rezas, culinárias, brincadeiras e religiosidade se juntam para formar como que uma síntese, suporte e berço de muitas das diversões e crenças que embalam a população e que formam parte significativa do patrimônio cultural do Estado (LOURENÇO, 2006, p. 23).

---

<sup>40</sup> Estrado de varas sobre forquilhas cravadas no chão e que serve para guardar utensílios.

Durante o percurso das visitas na comunidade do Chumbo, foi possível observar que os quintais das casas possuem muito frutíferos, com mangueiras, cajueiros, mamoeiros, pés de limão, dentre outras frutas. É comum também a plantação de mandioca, banana, milho, abóbora e, em algumas casas, pequenas hortas. É importante destacar que a limpeza é nítida, tanto nos utensílios domésticos como nos quintais onde não se vê nenhum tipo de lixo. É perceptível a presença de flores do cerrado enfeitando a frente das casas. Além disso, a maioria das casas não possui muros como pode ser observado nas fotografias.

Na comunidade do Chumbo, as injustiças são decorrentes da introdução das monoculturas, inicialmente pela instalação da agroindústria da cana, atualmente pelo plantio da soja e pelos vários garimpos espalhados na região, que poluem a água o solo e alteram a paisagem natural, a monocultura que utiliza os agrotóxicos, além das disputas por terra que também contribuem para as injustiças sociais e ambientais.

Para a moradora Maria Josefina de Pinho, em entrevista à esta tese, “havia muita poluição, a vinhaça, poluição do ar, muito grande o mau cheiro, os peixes morreram e a água não dava mais para beber, sem falar nas inúmeras doenças que apareceram”. Isso mostra que o desenvolvimento econômico baseado nos princípios capitalista desencadeia vários conflitos socioambientais.

[...] mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (PORTO; PACHECO, 2009, p.05).

No entender de Porto, Pacheco e Leroy (2013, p. 17), “[...] em conflitos à medida que resistência e mobilizações vão se instaurando, e, por isso, muitas injustiças permanecem invisíveis para a sociedade diante do déficit democrático e das assimetrias de poder”.

Existe na comunidade do Chumbo uma resistência a essas injustiças, aos processos de expropriações e expansão das atividades econômicas, ao mesmo tempo em que os/as moradores/as são obrigados/as a suportar uma carga desproporcional dos impactos sociais e ambientais. Os grupos sociais (quilombolas, ribeirinhos, indígenas, etc.), com menor renda e em situação de vulnerabilidade, são

os que recebem as maiores cargas dos impactos ambientais, ou seja, são os que menos têm acesso ao ar puro, água potável, saneamento básico, segurança fundiária e emprego (ACSERAD; HERCULANO; PÁDUA, 2004).

Foto 7 - Asfaltamento de rua: aspecto de modernidade na comunidade



Fonte: Autoria própria, junho/2019.

É possível observar que a maioria das casas na comunidade não são muradas, elas são simplesmente separadas por cerca de arames. Outro fato que chama atenção é que as ruas são muito limpas, independente de possuírem asfaltamento ou não, o que demonstra a consciência ambiental dos agentes sociais.

Foto 8 - A maioria das ruas ainda não é asfaltada



Fonte: Autoria própria, junho/2019.

Nas fotos, é possível perceber que a maioria das residências da comunidade

não possuem um acabamento com pinturas. Caminhando pelas ruas da comunidade é possível notar que os quintais são floridos, possuem muitas bananeiras, mandioca, abóbora e outras plantas frutíferas.

Foto 9 - Vista da casa de dona Ana e do Seu Juca, 2019



Fonte: Autoria própria, junho/2019.

A casa de Seu Juca e de dona Ana não possui muros, apenas uma cerca de arame, é bem ventilada, com acabamento, pintura e muito bem cuidada, muitas plantas, inclusive algumas medicinais. A casa vizinha do lado esquerdo é da sua irmã idosa que mora sozinha.

Atualmente, os/as moradores/as resgataram um antigo hábito, que havia se perdido durante o período de funcionamento da agroindústria da cana, de se sentarem embaixo das mangueiras para almoçarem, contarem histórias e tocarem a viola de cocho.

A constituição espacial dessa comunidade quilombola se dá, exatamente, na produção de um território com relações sociais bem determinadas e critérios de pertença construídos internamente. Possuem práticas e saberes simbólicos vinculados ao processo de opressão histórica sofrida.

Percebe-se, nesse contexto, que as comunidades quilombolas de MT, dada a extensão territorial, guardam, desde a sua formação, particularidades que, muitas vezes, os distinguem uns dos outros. Foi exatamente o que verificamos nas características singulares da Comunidade Nossa Senhora do Chumbo, que em sua formação era caracterizada por poucas famílias e as casas não eram de alvenarias, não havia energia elétrica, e viviam basicamente da agricultura familiar.



Depois da chegada do setor sucroalcooleiro e do asfaltamento da estrada, a vida dos/as moradores/as foi modificada significativamente, tanto na sua estrutura física, como política e social. Essas mudanças fizeram com que a Comunidade do Chumbo fosse diferente de outros quilombos, como Mata Cavalo, por exemplo, não somente pelo tamanho, mas também pela formação.

Na próxima seção, apresentar-se-á o histórico dos engenhos e da agroindústria da cana no Cerrado do Pantanal, no município de Poconé/MT, e suas consequências socioambientais. Trata-se de uma incursão na história, a qual possibilita entender os fatores motivadores do prolongamento da rodovia – tratando, inclusive, daquele que a rodovia leva o nome (Adauto Leite) - e do seu asfaltamento para interligar a comunidade ao centro urbano do município de Poconé e à capital.

### **SEÇÃO 3 - DOS ENGENHOS À AGROINDÚSTRIA DA CANA EM MATO GROSSO (SÉCULOS XVIII/XX)**

O objetivo desta seção é apresentar de forma breve o contexto histórico da evolução dos engenhos até a agroindústria da cana em Mato Grosso, posteriormente, a utilização da mão de obra em condições análogas a de escravos no setor sucroalcooleiro, efetivada após a construção da rodovia MT-451. Esta despertou interesses econômicos em empresários e fazendeiros da região, sem que se perceba preocupações com as dimensões ambiental, social e cultural, alterando o modo de vida dos/as moradores/as da comunidade do Chumbo. Para cumprir a proposta, apoiamos em contribuições de estudiosos da história de Mato Grosso, da sociologia e de análises documentais e relatos orais.

O estado do Mato Grosso possui registros que o cultivo da cana de açúcar teve seu início por volta do ano de 1735 na cidade de Chapada dos Guimarães, onde residia o fazendeiro Antônio de Almeida Lara, considerado um dos pioneiros nesse tipo de cultivo. Em 13 de maio de 1888, quando da assinatura da Lei Áurea os sítios na região da Chapada dos Guimarães entraram em um processo de decadência e depois de cinco anos em 1893, o Comendador Joaquim José Paes de Barros construiu a primeira usina açucareira do Estado localizada no Rio Abaixo cujo nome na época era Usina da Conceição que futuramente deu origem a Usina Itaici que se tornou o maior estabelecimento açucareiro construído no estado do Mato Grosso.

Para Siqueira (1990), os subprodutos da cana eram fundamentais na alimentação e nutrição da população em Vila Real do Senhor Jesus, de Cuiabá. Contrariando as ordens do governador da capitania de São Paulo, os engenhos não foram destruídos, e além de conservados ao longo do tempo, proliferaram-se pelas margens do rio Cuiabá, Chapada dos Guimarães, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, chegando até Cáceres, no rio Paraguai. Os debates sobre a concessão de licença ou não para se estabelecer engenho adentraram o século XIX. Com o trabalho realizado por esse grupo de autoridades e donos de engenhos foi possível manter os engenhos já existentes.

Em 1751, chega o primeiro governador e capitão-geral da capitania, D. Antônio Rolim de Moura, que recebeu a incumbência de implantar a capitania e as primeiras Instruções Régias, que regulamentavam a ocupação do domínio territorial da recém-criada capitania de Mato Grosso. Acredita-se ser nessa fase que o setor agrícola do termo de Cuiabá, que

estava consolidado com a presença de diferentes tipos de propriedades e atendia às demandas geradas pela mineração e pelos agentes sociais, moradores/as da vila e arraiais, ganhou um novo contorno: surgem os estabelecimentos de fronteira e a necessidade de garantir o seu abastecimento (SILVA, 2015, p.25).

Para Silva (2015), no período de 1734 a 1755, a informação da quantidade de engenhos que possuíam registros na Junta da Câmara com licença de funcionamento variava entre 15 a 17, o que mostra que neste período não foram construídos novos engenhos obedecendo-se a legislação em vigor na época.

Não é possível se precisar até quando essa legislação que proibia a fundação de novos engenhos na capitania de Mato Grosso esteve vigente. De acordo com os registros encontrados pode-se deduzir que até o início do século XIX ela foi aplicada.

De forma geral, os relatos bibliográficos encontrados mostram que naquela época os engenhos eram construídos de forma muito simples em madeira, e utilizavam como força motriz a energia hidráulica ou a tração animal, para consumo do engenho.

Siqueira (1990) aponta que a produção de açúcar e aguardente voltava-se para o consumo local, face às limitações nos processos produtivos que não permitiam produzir uma quantidade excedente que pudesse ser vendida para outras regiões, existia ainda, a questão dada qualidade que se por um lado a aguardente era de excelente qualidade, pois se tratava de um produto puro, natural, sem conservantes ou corantes, o mesmo não se poderia falar do açúcar, que era chamado de “potó”, de cor escura, equivalente ao açúcar mascavo, nessa época e durante muito tempo, foi considerado impróprio para o comércio e consumo humano, o padrão era um açúcar de coloração branca.

Para Siqueira (2009), o processo produtivo da cana-de-açúcar no engenho estava nas mãos de escravos, porém, eles não tinham direito a nada do que era produzido, com o agravante de serem tratados com violência e desrespeito, como eram tratados todos os escravizados da colônia<sup>41</sup>.

---

<sup>41</sup> Dentre as riquezas naturais, Correa Filho (1945 apud BORGES, 2001, p. 91) descreve que: Após a Independência do Brasil, foi feita uma pesquisa sobre as “*riquezas naturais de Mato Grosso*”, e dirigida por Luis D’Alincout, que relatou a existência de vários engenhos de cana-de-açúcar, produzindo de 1825 a 1827, 62.987 litros de cana de aguardente, 34.537 arrobas de açúcar e 972.000 milheiros de rapaduras.

A estrutura organizacional dos engenhos mostra claramente o funcionamento de unidades de produção articuladas a partir da mão de obra escrava, próprias das relações sociais escravagistas de produção, em que os escravizados, apesar de produzirem os bens e riquezas, não tinham direito a eles, sendo o senhor do engenho o único beneficiário do processo produtivo.

Com relação às grandes propriedades com escravos, a atividade agrícola era assim retratada por Volpato (1993):

[...] nas terras de Serra Acima e Rio Abaixo era explorada a cana-de-açúcar com engenhos de fabricar açúcar e seus subprodutos, principalmente a rapadura e a aguardente. Nessas propriedades também havia criação de gado, lavoura de gêneros de abastecimento. [...] O abastecimento da capital não era feito apenas pela produção dos proprietários. Além deles, ocupavam essas terras pequenos sítios que se dedicavam à produção de gêneros de abastecimento para o mercado cuiabano, principalmente mandioca, banana e cana-de-açúcar para os engenhos de senhores (VOLPATO, 1993, p. 36).

Nesse período a estrutura social e familiar era o senhor do engenho morando com a sua família na casa grande, que representava o centro de poder do engenho colonial e os escravizados nas senzalas. Havia, ainda, uma capela, símbolo da religiosidade uma vez que a maioria dos senhores de engenho era de origem portuguesa, e suas famílias eram católicas. Em muitos engenhos, os senhores obrigavam os escravos a assistirem às missas.

Embora a produção de açúcar e aguardente fosse muito incipiente, a metrópole, através do Capitão-General da Capitania de São Paulo, não via com bons olhos essa produção, especialmente de aguardente. Segundo os relatos da época, existia a preocupação de que a produção de aguardente pudesse trazer os mesmos efeitos perniciosos aos escravos, os quais, ao invés de trabalhar na mineração, prefeririam só se ocupar da fabricação de aguardente.

Importa ressaltar que a ampliação das fronteiras de exploração do centro-sul do Brasil, em direção à rota oeste, especificamente em direção a Mato Grosso, se deu, primeiramente, em função da exploração garimpeira, com o propósito de gerar riquezas para a Coroa Portuguesa. Portanto, não interessava para a Coroa o direcionamento da mão de obra escrava para as atividades de produção agrícola e pecuária. Conforme destaca Siqueira (1990), os escravos deveriam trabalhar em atividades que pudessem dar lucros à Coroa: encontrar ouro, e, posteriormente, o diamante.

Em 1751, o primeiro governador e capitão-geral da capitania de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura, recebeu o encargo de implantar a capitania da região com as primeiras Instruções Régias, que regulamentavam a ocupação domínio territorial da recém-criada capitania.

Em 1786, o rio Cuiabá é descrito por Ricardo Franco como um rio povoadíssimo de roças, engenhos e outros estabelecimentos que tocavam uns aos outros. Os grupamentos humanos, nas proximidades do que viria a ser o município de Várzea Grande, foram povoados no século passado por um grupo de famílias estabelecidas em determinadas áreas, ribeirinhas, que aparecem a partir de 1800 (SILVA, 2010, p.43).

A partir de 1834 deu-se nova configuração para a capitania em detrimento da Rusga<sup>42</sup>, um dos movimentos regenciais que ocorreu em Mato Grosso, mesmo após a independência em 1822. Para Rosa (1976, p. 36), ecoaram de maneira favorável à “tomada de poder pela aristocracia urbana de Cuiabá, intimamente ligada ao senhorio rural, uma ‘pequena elite’ que começa sua escalada política a nível provincial em que a Rusga e as revoluções da segunda metade do século XIX são momentos críticos”.

No regime das capitanias hereditárias, a povoação das terras no Mato Grosso, assim como em quase todo o País, aconteceu pelo regime da sesmarias, que se fundamentava no direito de uso da terra, estabelecido pela exploração efetiva da mesma, que era concedido pela Coroa, período que as terras brasileiras estiveram subordinadas a esse instituto, nessa época não se falava em propriedade da terra e sim na concessão de uso aos particulares por parte da Coroa.

A produção englobava também a monocultura do açúcar, com emprego da força de trabalho escrava, que se constituía, junto com a exploração da terra via concessão, como renda capitalizada, apropriada pelo senhor de terras e utilizada como garantia na obtenção de créditos para financiar a produção.

A forma legal de constituição da propriedade rural no País, até 1822, foi a sesmaria, sendo que essa não era a única via de acesso à posse. Para Guimarães

---

<sup>42</sup> A chamada Rusga foi um movimento de revolta que ocorreu no contexto do Período Regencial brasileiro, na então Província de Mato Grosso, atuais Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Constituiu-se num reflexo da então crescente rivalidade entre portugueses e brasileiros, o que na verdade ocorreu em Cuiabá. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Rusga>. Acesso: 10 de setembro de 2019.

(1968, p.118), “multiplicavam-se as posses e, com elas, ganhava largas dimensões e consistência a nova classe de pequenos cultivadores da terra”. Após 1822 continuou as ocupações de lotes menores, mas sucedem-se as doações das terras que iriam se transformar em grandes latifúndios.

Para Guimarães (1968, p.134), “a Lei de Terras visava três objetivos: proibir as aquisições de terras por outro meio que não a compra, elevar os preços das terras e dificultar sua aquisição, e destinar o produto das vendas à importação de colonos”.

Aleixo (1987) aponta os principais fatores para o desenvolvimento da cana-de-açúcar em Mato Grosso, naquela época:

- a) Disponibilidade de terras;
- b) Existência de mão de obra adequada à atividade (escrava);
- c) Existência de um mercado consumidor;
- d) Presença de vias de comunicação capazes de escoar a produção (abertura da navegação pelo Rio Paraguai).

Sobre a estrutura da unidade industrial, aponta Siqueira (1990) que a estrutura arquitetônica de maior porte dentro da usina era, sem dúvida, a Casa das Máquinas, denominação referente ao local onde era desenvolvida grande parte do processo produtivo da cana-de-açúcar: as moendas, balanças, decantadores e caldeiras também eram parte integrante das usinas.

Além dessa fábrica, existia uma “casa grande”, geralmente assombrada, chamada Casa da Vivenda. Ali residia o dono da usina com sua família. Aos camaradas eram reservadas pequenas casas, geralmente geminadas. Além das construções para residência, existiam ainda, dentro das usinas de maior porte, escolas, armazéns, depósitos (com tonéis contendo caldo de cana, melado, aguardente e álcool), serrarias, moinhos (para fabricação de milho) e máquinas de beneficiar arroz. (SIQUEIRA,1990, p. 21).

Sobre o cenário da produção nas fazendas, Siqueira (1990) aborda a usina Itaici<sup>43</sup>, que contava também com extensas áreas de terras, sendo parte dela era

---

<sup>43</sup>A usina Itaici se tornou uma referência econômica para Mato Grosso, sendo que seu proprietário Totó Paes chegou a exercer o governo do estado durante a República Velha. Inaugurada em 1 de setembro de 1897, todo seu maquinário foi importado da Alemanha. A usina contava com cerca de cem trabalhadores e foram construídas casas para muitos deles. Possuía internamente alguns quilômetros de trilhos com caçambas puxadas por animais que transportavam canas para a moenda. Itaici foi a primeira localidade de Mato Grosso a utilizar iluminação elétrica. A usina também cunhava moeda própria, chamada tarefa, que os trabalhadores trocavam por produtos diversos no armazém da empresa (MENDES, 2015, p. 59).

ocupada por roças, onde se plantavam arroz, feijão, milho, mandioca e árvores frutíferas, concomitantemente criavam animais, especialmente o gado de leite e de corte. Apesar de toda essa área ocupada, as usinas, por se constituírem em verdadeiros latifúndios, deixavam improdutivas grandes extensões de terras.

Na usina Itaici, situada às margens do rio Cuiabá, foi estabelecida uma moeda local de cobre, cunhada na própria usina e de uso e valor internos, era chamada "TAREFA". Cunhavam-se três tipos de moeda: a de "meia", a de "uma" e a de "duas" tarefas. De uma face estava inscrito "Usina do Itaici" e a de outra, "o trabalho dignifica o homem" (SIQUEIRA, 1990, p.21).

As indústrias açucareiras e seus derivados proporcionaram ao estado de Mato Grosso um grande desenvolvimento econômico e, nesse cenário, surgem em Cuiabá personagens com grandes influências políticas. Entre o final do século XIX e início do século XX destacaram-se no poder os coronéis de engenhos, senhores das propriedades, dos meios de produção e dos "trabalhadores", caracterizando o período do coronelismo no Brasil.

A segunda metade do século XX é marcada pelo capitalismo em sua fase industrial. Não bastava produzir para consumo, seria necessário produzir em larga escala.

Siqueira (1990) evidencia que o aumento da produção na então capitania de Mato Grosso visava atender a crescente população e o comércio internacional. Assim, o estado, então província, com a abertura da navegação pelo rio Paraguai (1856), entrou no circuito nacional e internacional do capital. Mercadorias industrializadas eram trazidas de toda a Europa para a América, inclusive para Mato Grosso, via Estuário do rio da Prata, rio Paraguai e rio Cuiabá. Dentre esses produtos industrializados estavam os maquinários modernos responsáveis pela destilação da aguardente e do álcool.

Esse ciclo crescente de aumento da produção apontado por Siqueira (1990) perdura até o final da década de 20. A partir de 1930 foi dificultada a produção nas usinas de Mato Grosso. Conforme Mendes (2015), a presença de interventores nomeados por Getúlio Vargas em substituição aos governos estaduais representantes das oligarquias esvaziou o poderio das oligarquias rurais na região, pois o objetivo desses interventores era implantar a obediência civil ao governo central, com vistas à implantação de um novo modelo para a ocupação massiva do

oeste brasileiro, com base na imigração de colonos, processo iniciado no sul do estado de Mato Grosso.

O golpe de misericórdia, entretanto, veio com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, em 1933, que determinou normas rígidas para o processo produtivo e passou a estabelecer quotas de produção para as unidades instaladas. As velhas usinas mato-grossenses, com equipamento antiquado e deteriorado, implantado no século anterior, não conseguiram cumprir essas exigências, visto que sua produção, em algumas ocasiões, mostrava-se insuficiente para abastecer o mercado consumidor do próprio estado (MENDES, 2015, p.59).

Em Mato Grosso, o primeiro interventor nomeado pelo presidente da república Getúlio Vargas, foi Antônio Mena Gonçalves, que depois veio a ser substituído por Leônidas Antero de Barros.

Em relação às intervenções getulistas, cabe ressaltar o registro de resistências: destaca-se aqui uma pessoa, identificada por Doninha, entre os anos de 1932 a 1934, na cidade de Poconé/MT: “Apesar de pouco se interessar pela política, Doninha acabou se envolvendo involuntariamente nela, o que resultou num conflito entre autoridades da região e do estado e seus seguidores” (MENDES, 2015, p.89). Doninha tinha posição contrária aos rumos determinados pelo Governo Central da República para a região. Pelas suas predileções espirituais, chegou a ser chamada de Antônio Conselheiro de saias.

Ela entrou em embate com o interventor enviado por Vargas ao local. Em Poconé, o prefeito (e algoz de Doninha) era Antônio Avelino Correa da Costa. Documentos da época, como acórdãos do julgamento dela, guardados no Tribunal de Justiça de Mato Grosso e jornais, dão conta que Doninha operava curas milagrosas, fazia previsões futurísticas e tinha posição definida contra os rumos determinados à República dos Estados Unidos do Brasil.

Para Siqueira (1990), Mena Gonçalves, o primeiro interventor getulista em Mato Grosso, tentou extirpar o poder dos coronéis, atacando o regime de escravidão existentes na usina. Para tanto, perseguiu e até mandou deter os usineiros, impondo-lhes a obrigatoriedade da adoção do salário mínimo, do registro de empregados junto ao Ministério do Trabalho, bem como assegurar-lhes o fundo de saúde, aposentadoria, férias. Todos os dissídios trabalhistas deveriam ser, daí em diante, dirimidos na Justiça do Trabalho. Estes mecanismos visavam retirar das



mãos dos usineiros o poder que, historicamente, fora por eles exercidos, o que de fato não ocorreu.

Esse período histórico da implementação da legislação trabalhista tinha como objetivo dar um respaldo aos direitos laborais e uma saída para melhorar as condições precárias dos trabalhadores, principalmente para aqueles que trabalhavam no rio Abaixo onde as condições de trabalho eram péssimas e precárias. Mesmo depois, de transcorridos tantos anos de libertação dos escravizados no Brasil, ocorre que, na prática, pouca coisa mudou com relação ao tratamento dispensado a esses agentes sociais.

A partir da década de 1960, teve início um processo de modernização da agricultura brasileira, com a chamada Revolução Verde<sup>44</sup>, surgindo a partir dessa modernização, novas formas de exploração agrícola, com reflexos, tanto na pecuária quanto na agricultura, que trouxeram como consequência a alteração do espaço social.

A aliança entre a agricultura e os capitais industriais, ao confrontar o objetivo da acumulação com os limites naturais da produção agrícola, dirigiu suas ações para a maximização do controle dos processos naturais e para a conquista de novos espaços de produção de valores excedentes (MARTINS, 2006, p. 167).

Segundo o autor (2006, p.167), ao contrário da indústria a produção agrícola depende dos fenômenos naturais e da ação humana que por sua vez também depende, tanto do ritmo biológico como dos fatores climáticos

Como uma das suas principais características a descontinuidade da ação do trabalho humano no interior devido à sua dependência como fenômenos naturais. Tanto o ritmo biológico do ciclo de crescimento das plantas quanto os fatores climáticos do local da produção determinam a forma de ação do trabalho. Além do processo produtivo possuir datas pré-determinadas de início e término, condicionados pelos fatores supra, ocorre que ele não pode ser interrompido pelo exclusivo arbítrio social. Dada a natureza sequencial das etapas produtivas e a dispensa do trabalho humano para algumas delas, a produção agrícola assume uma singularidade que não permite o pleno controle externo das suas atividades. A rigidez desta ordem sequencial limita, inclusive, o próprio alcance do processo técnico no setor (MARTINS, 2006, p.167).

Martins (2006) faz uma reflexão sobre a aliança entre a agricultura e os

---

<sup>44</sup> A partir de meados da década de 1960, vários países latino-americanos se engajaram na chamada “Revolução Verde”, fundada basicamente em princípios de aumento da produtividade através do uso intensivo de insumos químicos, de variedades de alto rendimento melhoradas geneticamente, da irrigação e da mecanização, criando a ideia que passou a ser conhecida.

capitais industriais, especialmente no Brasil a partir da segunda metade do século XX, no que se ajustou chamar de modernização conservadora das áreas rurais. Conforme o autor (2006, p. 167), essa aliança, “ao confrontar o objetivo da acumulação com os limites naturais da produção agrícola, dirigiu suas ações para a maximização do controle dos processos naturais e para a conquista de novos espaços de produção de valores excedentes.”

Em 1966, foi implantada a usina Jaciara, uma empresa pública, no município de Jaciara/MT, onde o Programa Nacional de Melhoramento de Cana-de-Açúcar (Planalsucar) inicia a desenvolver novas variedades de cana-de-açúcar adaptadas ao Cerrado. Essa usina foi, em 1972, assumida pelo Grupo Naoum. Em 1982, a partir do Proálcool, iniciaram a ser implantadas novas usinas em Mato Grosso, a Barralcool em Barra do Bugres, e, em seguida Itamarati, no município de Nova Olímpia (SINDALCOOL/MT, 2018). Em Poconé, a usina de álcool, inicialmente chamada de COCAPO, teve a licença de funcionamento em 1985.

Novas atividades emergiram no campo numa relação com o urbano, além disso, os estados passaram a exigir dos espaços rurais um novo comportamento em relação à conservação e ao uso dos recursos naturais. Alterou-se também a morfologia social do campo, com o estabelecimento de novas relações com novos grupos da agricultura familiar e dos grandes latifundiários.

O que se verificou foram grandes extensões de terras produzindo a mesma variedade de planta, o que acarretou impactos ambientais significativos para o solo, para a diversidade ecossistêmica de uma região, uma organização de produção que difere da agricultura familiar.

O homem continua interpondo na natureza de forma predatória, processo que se intensifica com o desenvolvimento do capitalismo. O uso arrebatado dos recursos naturais, dentre outros, provoca a degradação do meio ambiente. No Brasil, são vários os crimes ambientais identificados, que se tornam cada vez mais frequentes, com um potencial de danos e impactos severos ao meio ambiente e, conseqüentemente, à toda coletividade.

A agroindústria da cana tem como uma de suas principais características ser uma monocultura, o que traz como consequência ambiental o empobrecimento do solo, desencadeando dessa forma uma reação em cadeia de desequilíbrio de vários ecossistemas.

Para Milaré (2011), no que diz respeito ao solo em sua relação com o meio ambiente, o solo suporta a influência de fatores importantes, alguns que mal dá para se perceber.

Os *grânulos* formam o solo, deixando minúsculos espaços livres, os *poros*. Essa porosidade estabelece uma comunicação dos espaços entre as partículas ocupadas por água ou gases, condicionando as comunidades bióticas às exigências de bactérias degradadoras. A *permeabilidade* do solo relaciona-se com os dados anteriores, permitindo ou dificultando processo completos de oxidação da matéria orgânica e, também, processos de drenagem. Além disso, podemos encontrar no solo uma composição química varável de sais e minerais, reações neutras ou alcalinas favoráveis às comunidades bióticas (MILARÉ, 2011, p. 276).

Diante desta imperceptibilidade, as formas de degradação do recurso do solo se apresentam, aos olhos superficiais, como pouco prejudiciais; “mas a vida dos biomas dependerá dele em grande escala, como dele dependem os habitats das espécies animais e variedades de paisagem, as grandes florestas e as plantações de subsistência” (MILARÉ, 2011, p. 277).

Para Milaré (2011), é fato que as alterações ecológicas do solo contribuem de modo direto para deteriorar a sua qualidade e, de forma indireta, afetam a qualidade de *habitats* e biomas, em especial, nas atividades das monoculturas, que também alteram as relações sociais do campo rural.

A proteção do meio ambiente é de grande importância e os problemas causados por sua degradação pelo funcionamento do setor canavieiro traz como consequências a poluição do ar, a contaminação de águas e outras formas de dano ao meio ambiente, as quais acabam por atingir os agentes sociais direta ou indiretamente, sobretudo os que se encontram em situação de maior vulnerabilidade.

### **3.1 Agroindústria da cana no município de Poconé/MT**

A comunidade quilombola Nossa Senhora do Chumbo encontra-se às margens da rodovia MT-451 construída entre 1958 e 1963. A usina instalada na comunidade<sup>45</sup> (Foto 10), conforme relato do senhor Aduino Leite, foi implantada por

---

<sup>45</sup>O pedido de Licença de Operação da Usina de Álcool - COCAPO – Cooperativa Agrícola dos Produtores de Álcool de Poconé/MT, localizada na estrada rodovia da COENGER, Km 18, C.G.C 15.036.985/0001-01, torna público que requereu à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – Coordenadoria do Meio Ambiente, através do processo n. 388, em 13 de junho de 1986, Licença de Operação de Destilaria de Álcool, a localizar-se no km 16 – estrada da rodovia

volta de 1981/1982.

Antônio Aduino Leite é cearense, pecuarista, nascido em 15 de fevereiro de 1939, chegou à região em 1958, com 20 anos de idade, casou-se com a poconeana Benedita Rodrigues Souza Leite, que herdara terra do seu pai na região.

Apesar da construção da rodovia MT-451 ter sido entre 1958 e 1963, a via somente foi asfaltada nos anos 1980, fazendo a ligação de duas das mais importantes rodovias pantaneiras, a MT-060, que liga a cidade de Poconé ao sudeste do Estado e a MT-070 que liga Poconé à cidade de Cáceres, em direção sudoeste.

Inicialmente, o acesso à comunidade do Chumbo não existia, porém com o objetivo de escoar a produção das fazendas locais através da MT-070, foi feito seu prolongamento, o que cortou ao meio as comunidades da região.

Foto 10 - Rodovia MT-451, denominada Aduino Leite



---

COENGE, Poconé-MT (Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 17 de junho de 1986, página 22).

Fonte: Autoria própria, novembro/2018.

A foto acima, no km 16 da rodovia, retrata o início da rodovia MT-451, denominada Aduino Leite, tendo o seu ponto de partida na cidade de Poconé/MT próximo ao Distrito de Cangas. A rodovia termina no entroncamento da BR-070, que dá acesso ao município de Cáceres/MT. No mês de agosto, dirigir nessa rodovia é muito perigoso, pois a cada ano aumentam os focos de queimadas que, além de prejudicar a saúde, provocam danos ambientais e colocam em risco a visibilidade do condutor.

Sobre o prolongamento da estrada, o relato do Senhor Antônio Aduino Leite se constitui em importante registro histórico:

Porque a rodovia leva o meu nome? Está bem a dizer eu que fui o fundador dela né? Eu era operador de máquinas, descia a máquina de cima da carreta, operava a máquina, aí eles me deram esse mérito. (...) Eu cheguei aqui em 1958, setembro de 1958, tinha essa estrada para abrir aqui, foi no governo de João Ponces de Arruda, ele que estava no governo na época. Asfaltou aqui em 1986, quando começou a usina, aliás a estrada, nós viemos em quatro para montar acampamento, era eu, finado Chico, motorista e o Arilmo, para descarregar. Em 1958. Lembro até o dia da semana, dia de domingo, 17 de setembro de 1958. Foi no dia 29 de setembro que chegou a primeira máquina lá no Retiro<sup>46</sup>, essa máquina era para abrir a estrada, fui eu quem desci ela da carreta, o começo da estrada fui o primeiro quem derrubei a primeira árvore pra fazer a estrada, aqui era um deserto, só passava carro de boi, quando viram a máquina ficaram todos admirados de verem derrubando as árvores. (Aduino Leite, Poconé/MT, maio/ 2019).

Por outro lado, o prolongamento da estrada e depois o asfalto despertaram vários interesses pelos bens naturais da região, assim como disputas por terra, exploração de garimpos, desmatamentos em busca de madeiras e disputa por água, o que intensificou os conflitos socioambientais.

Os conflitos não são apenas pela utilização da violência física, para Leroy e Meireles (2013, p. 127), “além da violência direta, exercida sobre os corpos e as mentes, pode-se constatar que está presente a violência simbólica”<sup>47</sup>. Foi constatado nas narrativas dos/as moradores/as da comunidade do Chumbo que os empresários, fazendeiros praticam a violência simbólica para com esses agentes sociais que se encontram do lado mais fraco nesta luta para se manterem no território.

---

<sup>46</sup> Retiro é outra comunidade local do município de Poconé/MT

<sup>47</sup> Ver Seção 4 - Narrativas

Por isso, tais conflitos não podem ser vistos apenas pela apropriação material, mas também simbólica dos territórios.

Ambos são, por certo, espaços onde desenrolam-se as lutas sociais em geral, onde o modo de distribuição de poder pode ser objeto de contestação. No primeiro espaço, desenvolvem-se as lutas sociais, econômicas e políticas pela apropriação dos diferentes tipos de capital, pela mudança ou conservação da estrutura de distribuição de poder. No segundo, desenvolve-se uma luta simbólica para impor as categorias que legitimam ou deslegitimam a distribuição de poder sobre os distintos tipos de capital (ACSERALD, 2004, p. 23).

Para Bourdieu (1972, p. 13), o poder simbólico é definido como “qualquer poder que consiga impor significados e impô-los como legítimos quando esconde as relações de força que são o fundamento da sua força” (apud LEROY; MEIRELES, 2013, p. 127).

No relato do senhor Aauto, no período dos anos 1960, a região era um lugar calmo, tranquilo, em que homem e natureza viviam em harmonia.

Quando nós entramos aqui, era tudo mato para irmos a Poconé, era só carro de boi, ou então a cavalo, não existia uma bicicleta. Bicicleta pareceu aqui, depois que eu cheguei aqui, acabou serviço da firma aqui, eu fui embora pra Goiás, depois retornamos e viemos morar numa taperinha<sup>48</sup>, isso aqui nós construímos em 1965<sup>49</sup>, era um capão grande de mato, em 1964/1965, mudamos para cá. Então você veja, era uma dificuldade para ir a Poconé, já fui muito a cavalo, nós moramos quatro anos em uma taperinha aqui embaixo, depois que viemos construir isso aqui, no dia que entramos para morar, só era metade coberta, sem porta e nem janela, era um barraquinho estreitinho, baixinho, casinha baixa, então era uma dificuldade, mas era um tempo tranquilo, uma tranquilidade, tempo bom demais, não tinha nada. Eu comprei a primeira bicicleta, saía daqui e ia para Poconé comprar remédios, eram duas horas de relógio daqui lá de bicicleta. Hoje aqui na fazenda tem uma represa de água grande, córregos tem bastante, mas rio não tem (Aauto Leite, Poconé/MT, junho de 2019).

Fica evidente a precariedade da moradia e as dificuldades de transporte e locomoção da época para a área urbana de Poconé, que somente era feita a cavalo ou carro de boi, o que tornava a vida dos trabalhadores em uma luta diária pela sobrevivência e sem as condições mínimas de uma vida digna de quem trabalha.

Foto 11 - O senhor Aauto mostrando a fazenda para a pesquisadora

---

<sup>48</sup> Uma casa pequena, simples.

<sup>49</sup> Refere-se à grande casa que hoje substituiu aquela que ele chama de taperinha



Fonte: Autoria própria, maio/2019.

Na foto pode ser observada uma grande represa de água que tem na fazenda. Atualmente, o senhor Aauto lida com a pecuária e agricultura. Com a construção da estrada, parte da fazenda ficou do outro lado da rodovia. O senhor Aauto relata que as casas dos/as moradores/as da comunidade do Chumbo eram muito simples e que mantinha boas relações de vizinhança com a comunidade.

Quando eu conheci o Chumbo tinha doze casinhas de palha, era um arraialzinho, tudo abarrotadinho de barro, não tinha nada dessas casas aí, não era alvenaria. Mas toda vida sempre tivemos uma boa relação. Eu falava com todos, me dava bem com todo mundo, não tinha inimigos, só amigos (Aauto Leite, Poconé/MT, junho/ 2019).

No que se refere à construção da estrada, senhor Aauto diz que tudo mudou, de forma positiva, porque trouxe energia elétrica e facilitou o acesso até Poconé, que antes só era possível de carro de boi, cavalo e bicicleta.

Aqui mudou tudo. Era tudo mato, mato virgem, não tinha nada caído, não tinha nada. Depois que abriu a rodovia, a gente foi se estabelecendo aqui, comprando terra, plantando, abrindo pasto pra criar gado, depois veio a energia, em 1974, e em 1981 veio a usina, depois em 1986 veio o asfalto. Aqui não era nada, era mato. Aqui desenvolveu muito, melhorou muito. Pra você ir daqui para Poconé ia de carrocinha, a cavalo, de bicicleta, tudo difícil, e hoje tá tudo mais fácil. E quando a usina faliu prejudicou muito, principalmente essa comunidade, tinha muito serviço, acabou o serviço, a mão de obra começou a mudar. Foram indo para o nortão. Agora vem essa soja, já tem uns três anos, mas não gera muita mão de obra, mas valoriza a terra (Aauto Leite, Poconé/MT junho/ 2019).

Como pode ser depreendido da entrevista do senhor Aauto, fica evidente o acompanhamento do entrevistado com relação às alterações que foram ocorrendo na paisagem da comunidade, ao longo dos anos: com a derrubada das árvores, tudo foi mudando, principalmente com a chegada da usina que, no início, para o seu funcionamento precisava de energia elétrica; depois de alguns anos conseguiu o

asfaltamento da rodovia para melhorar o escoamento da produção o que possibilitou indiretamente algumas melhorias para os agentes sociais, como energia, locomoção e trabalho. Ele também destaca as consequências ruins para a comunidade após a falência da agroindústria da cana.

No entender de Viégas (2009), o mundo humano é simbolicamente construído, por isso, subsistem várias percepções de valores e interesses concernentes à forma que compreendem o meio ambiente. Ficam vinculados as afinidades estabelecidas entre natureza e ser humano, ou seja, agentes sociais imputam diferentes significados aos bens naturais e ao território.

[...] o “meio ambiente” pode ser lido como um campo de disputa estabelecido fundamentalmente no plano simbólico e o “conflito ambiental” como luta também de significações, como uma espécie particular de conflito social que envolve diferentes representações sobre meio ambiente na disputa entre outros modos de uso e apropriação, material e simbólica, de territórios (VIÉGAS, 2009, p. 146).

No que se refere ao desenvolvimento econômico, a consolidação dessas atividades econômicas gera conflitos entre os moradores/as das comunidades locais e os proprietários dos monocultivos, além de provocar desmatamentos, incêndios e poluição da água e do solo, que causam impactos sociais e ambientais, “signos da intensificação do desenvolvimento do modelo euroamericano de modernização da agricultura” (MARTINS; SILVA, 2010, p. 3).

Foi possível observar nas narrativas dos/as moradores/as da comunidade do Chumbo<sup>50</sup> que a aplicação de agrotóxicos nos monocultivos, assim como a fuligem que chegavam dentro das suas casas, prejudicavam não só o meio ambiente mas a saúde dos agentes sociais.

Compreende-se que nessa relação “[...] é a cultura dominante que opera e legitima as distinções, definindo posições sociais, subculturas e sistemas simbólicos, obrigando dominados a se definirem sempre em referência à distância que mantêm em relação à cultura dominante” (VIÉGAS, 2009, p. 149) - o que ficou demonstrado na comunidade do Chumbo.

No caso brasileiro, os riscos ecológicos próprios dos componentes do moderno pacote tecnológico, somados ao descontrole do receituário agrônomo da maioria das propriedades agrícolas, provocaram - e continuam a provocar - danos ecossistêmicos irreversíveis em algumas regiões do país. O uso intensivo de fertilizantes, por exemplo, é um dos

---

<sup>50</sup> Ver Seção 4 - Narrativas.



fatores fortemente associados à eutrofização dos rios e lagos, à acidificação dos solos e à contaminação de aquíferos (MARTINS; SILVA, 2010, p.3).

No que diz respeito aos impactos ambientais, é importante salientar que:

Os gases expelidos pela fuligem da cana queimada são o carbônico, os nitrosos (sobretudo o monóxido e o dióxido de nitrogênio) e os sulfurosos (como o monóxido e o dióxido de enxofre). Alguns desses gases vão para a atmosfera e podem reagir com a água, gerando ácidos nitrosos e sulfurosos que, com grande acumulação, podem gerar chuva ácida, prejudicial ao meio ambiente (MARTINS; SILVA, 2010, p.3).

Os conflitos relacionados aos monocultivos têm se tornado recorrentes na região do Cerrado do Pantanal. A agroindústria da cana provocou alterações no modo de vida dos/as moradores/as, apesar dos grupos dominantes negarem tal assertiva.

### **3.2 Agroindústria da Cana: Cocapo/Alcopan – Álcool do Pantanal LTDA**

A Cocapo começou com a introdução da monocultura da cana-de-açúcar em uma área de 6 mil hectares por volta de 1981/1982. Em meados de 1990, foi vendida ao Grupo Zulli, e recebeu o nome da usina de açúcar, álcool e biodiesel Alcopan - Álcool do Pantanal Ltda<sup>51</sup>. –

Esse empreendimento foi fechado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) acusado de muitas irregularidades, dentre elas, manter trabalhadores em condições análogas à escravidão. Em agosto de 2012, foi declarada falência da Alcopan – Álcool do Pantanal Ltda.

Sobre a instalação da usina e sua concretização, valemo-nos mais uma vez do relato do senhor Aduino Leite:

Zambrózio era comprador de gado, tinha uma fazenda aqui em Poconé, ele andava por muitos lugares, quando surgiu a usina de álcool em Mato Grosso do Sul, ele viu lá. Um dia no Banco do Brasil em Poconé, ele falou para o gerente: Está bom de arrumarmos um grupo e montar uma usina de álcool aqui em Poconé também, levantou a lebre né. O Donizete<sup>52</sup> também se colocou à frente e conseguiu fazer um grupo, depois fizeram uma proposta ao banco, foi aqui, foi ali, acabou que o banco aprovou, assim a usina veio para Poconé. A empresa ZANINI veio montar a fábrica, era a construtora e escolheram essa região aqui, vieram naquele tempo estava bem encaminhado, Roberto Campos era Senador ele foi o cabeça,

---

<sup>51</sup> Alcopan – MF: 37.497.237/0001-30, com seu primeiro pedido de Licença à FEMA em 07 de dezembro de 1993 e o segundo pedido de Licença de Operação em 25 de maio de 1995 (Diário do Estado de Mato Grosso de 10 de maio de 1995).

<sup>52</sup> Fazendeiro na região de Poconé/MT

ajudou a encaminhar tudo lá em Brasília, os papéis, os projetos pra sair e liberar tudo até para procurar um lugar. Aí veio um cara de São Paulo, até morreu em Poconé de infarto, era técnico nesse negócio de montar usina, para ver aonde que tinha lugar de grande vazão de água, foi andando por ali e aqui, e vieram encontrar aqui, acharam aqui a vazão suficiente. Primeiro foi COCAPO, depois venderam pra ALCOPAN e GRUPO ZULLI são a mesma coisa. Quando a COCAPO vendeu, nem foi pra esse povo, estava tudo encaminhado para vender para aquele cara, esqueci o nome, o cara que comprava diamantes, foi ele que colocou esse nome, ALCOPAN, não quiseram vender pelo preço que ele ofereceu, venderam para turma do GRUPO ZULLI, que deixou o nome de ALCOPAN mesmo, ficaram até a falência, acabou. Não tem condições de voltar né, não tem mais terra para plantar cana, já acabou tudo. Isso tem quantos anos? Foi em 2012, são sete anos parado, já não vira mais nada, tá tudo enferrujado, caldeira, casa de máquina. A usina surgiu em 1981 ou 1982, nesses períodos (Adauto Leite, Poconé/MT, junho/ 2019).

A partir do relato do senhor Adauto, podemos identificar a visão capitalista do projeto, pois a ideia da construção da usina surgiu da associação de pessoas que detinham recursos e conhecimentos específicos para identificar o melhor local para a construção da usina. Esse grupo visualizou uma oportunidade de obtenção de lucros, sem se preocupar com as consequências socioambientais que tal empreendimento traria para a localidade. Em seu depoimento, fica clara a anuência e colaboração do poder público na persecução da implantação da usina, facilitando os trâmites legais para obtenção das licenças.

Figura 1 - Jornal encontrado no Arquivo Público do município de Cuiabá/MT



Fonte: Arquivo Público do município de Cuiabá, maio/2019.

O documento acima anuncia que o governador Júlio Campos e sua comitiva fizeram vistorias em obras dos municípios de Nossa Senhora do Livramento e de Poconé/MT, e que percorreram as dependências da usina em pleno funcionamento.

Foi publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 17 de junho de 1986, Página 22, o pedido de Licença de Operação da Usina de Álcool - COCAPO – Cooperativa Agrícola dos Produtores de Álcool de Poconé/MT, localizada à Estrada Rodovia da COENGER, Km 18, C.G.C 15.036.985/0001-01, torna público que requereu à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – Coordenadoria do Meio Ambiente, através do processo n. 388, em 13 de junho de 1986, Licença de Operação de Destilaria de Álcool, a localizar-se no km 16 – Estrada da Rodovia COENGE, Poconé-MT. Na VMT-18 está localizada a Usina de Álcool da COCAPO – Cooperativa Agrícola dos Produtores de Álcool, de Poconé, visitada pela comitiva governamental. O governador Júlio Campos, após percorrer as dependências da usina em pleno funcionamento, e verificar seu potencial, disse que essa “será a redenção da economia pantaneira” (Diário Oficial do Estado de Mato Grosso/junho/1986)

Como o mercado da cana-de-açúcar é um mercado originariamente do Brasil Colônia, onde o governo sempre foi intervencionista em favor das elites empresariais rurais, ao longo do tempo a premissa prevaleceu, porém com transformações nos processos de implantação dos novos negócios agrícolas. Identificam-se aí dois momentos: um primeiro momento em que o governo define as diretrizes do mercado, e um segundo momento que ele passa a ser meramente fiscalizador do mercado. Trata-se de uma evolução dos processos, atendendo às exigências do mercado, agora, em um modelo capitalista de produção.

Pode-se observar que ao longo do tempo o setor sucroalcooleiro viveu altos e baixos em função da super oferta e da escassez, o que obrigou o governo a intervir no setor, buscando equilíbrio entre a produção e o consumo por meio de planos específicos e uma política de preços e créditos.

Retroagindo no tempo, houve uma época de superprodução entre as décadas de 1930 e 1960. No auge da crise, o governo foi obrigado a intervir de forma mais intensa, inclusive, a pedido dos próprios produtores para resolver esse problema.

No âmbito nacional na agroindústria canavieira, a intervenção estatal foi iniciada com a criação da Comissão de Defesa da Produção do Açúcar (CDPA), em 1931, a qual foi sucedida pelo Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), em 1933. O objetivo era conseguir o equilíbrio entre produção e consumo internos, e para tanto definia quotas de produção para cada produtor (de cana e de açúcar) (GAMEIRO, 2017, p. 97).

O Mercado Regulado tinha como característica um governo federal que

controlava todo o setor sucroalcooleiro do País, onde os Estados tinham que apresentar um estudo de quotas quantificando o quanto e o que iam produzir para assim definir a quantidade de açúcar e álcool que tivesse interesse na sua produção. Esse era um requisito obrigatório para qualquer Estado que quisesse produzir o açúcar e o álcool, para tanto foi criado o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), com o objetivo de efetivamente fazer o planejamento da produção.

Na década de 1970 fica claramente identificada uma intervenção mais forte do governo com a continuação das quotas de produção de cada Estado e com a fixação de preços. Estes, devido às condições favoráveis do mercado interno e externo, estimulavam a demanda e a produção de forma crescente.

O Programa Nacional do Álcool (Proalcool), compreendendo os anos de 1975 a 1990, teve em sua origem o objetivo de trazer melhorias na produtividade e na modernização das áreas agrícolas e dos parques industriais, com incentivo à produção do álcool e com regras bem definidas para a comercialização e produção dos produtos.

[...] se a chamada questão ambiental é condição de existência para o nascimento do discurso do etanol sustentável, devemos lembrar que esta mercadoria não foi promovida no mercado brasileiro na década de 1970 pelos benefícios que ela traria à atmosfera ou à temperatura do planeta. Um motivo esteve ligado à competição com o petróleo, mas em função de questões geopolíticas e econômicas, e não ambientais. O outro, e talvez o mais importante deles, era a necessidade de suporte ao empresariado canavieiro nacional (GAMEIRO, 2017, p. 86).

Percebe-se que o fator meio ambiente, sustentabilidade não foi a motivação para criação do Proalcool, que tinha como objetivo diminuir a dependência do petróleo importado pelo Brasil.

No âmbito do Proálcool, o governo brasileiro criou uma Comissão Nacional do Álcool, formada por representantes dos vários ministérios envolvidos no Programa, enquanto a Petrobrás recebeu a incumbência de absorver e distribuir a totalidade da produção de álcool combustível. Ao mesmo tempo foram criadas linhas de crédito especiais para a instalação e ampliação de destilarias vinculadas a usinas de açúcar, as chamadas destilarias anexas, bem como para a construção de novas unidades produtivas independentes das mesmas e especializadas na produção de álcool, as destilarias autônomas (GAMEIRO, 2017, p. 104).

Para Milaré (2011), o final da década de 1960 foi o indicador de que o crescimento desenfreado da economia, ancorado em um processo de industrialização predatória, estava trazendo resultados catastróficos para o planeta.

Nos anos 1980, a queda internacional dos preços do petróleo foi motivada por vários fatores, dentre eles, a descoberta de novas jazidas e a valorização de recursos subterrâneos e marítimos, este período que ficou conhecido como “contrachoque” do petróleo.

A crise ambiental, em especial, no século XX, foi sinalizada pelo desenvolvimento das mais diversas tecnologias que decorreram de um trajeto impetuoso em busca de ajustamentos para essa nova ordem mundial, (MILARÉ, 2009).

Dentro desse cenário, a Questão Ambiental tem um papel de relevo não apenas pela necessidade de preservar o Planeta, mas também pela sua característica global, já que os efeitos provocados pela degradação do meio ambiente extravasam os limites territoriais de um único país, alcançando dimensões regionais, internacionais ou até mesmo planetárias (MILARÉ, 2011, p. 1505-1506).

As questões ambientais, considerando a relação de interdependência rural/urbano, motivou a Suécia a propor à ONU a realização de uma conferência internacional para discutir os principais problemas ambientais que “já alcançam uma dimensão global, relacionando-as as questões socioeconômicas, em especial à pressão do crescimento demográfico sobre os recursos naturais nos países pobres” (MILARÉ, 2011 p. 1511).

Formava-se um consenso sobre a constatação de que boa parte dos recursos naturais não eram renováveis e vinham sendo explorados e gastos pelos homens, mais por uns do que por outros, de forma irracional. Começou a se difundir a visão de que era urgente proteger a natureza da ação humana predatória (GORDINHO, 2010, p.26).

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano foi realizada em 1972, na cidade de Estocolmo com a participação de 113 países, 250 organizações não governamentais e organismos da ONU. Os principais resultados dessa Conferência foram a criação das *Nações Unidas para o Meio Ambiente–PNUMA* e a aprovação da *Declaração sobre o Meio Ambiente Humano*.<sup>53</sup>

No final da década de 60, preocupada com o crescimento econômico e o processo de industrialização predatória, a Suécia propôs à ONU a realização de uma conferência internacional para discutir os principais problemas ambientais que já alcançavam uma dimensão global, relacionando-os as questões socioeconômicas, em especial à pressão do

---

<sup>53</sup> A Convenção de Estocolmo também aprovou um Plano de Ação, “composto de 109 recomendações, tendo por base a cooperação internacional em matéria de meio ambiente e destinado a possibilitar a implementação da Declaração de Princípios. No entanto, esse Plano jamais teve repercussão prática relevante” (MILARÉ, 2011, p. 1511).

crescimento demográfico sobre os recursos naturais nos países pobres (MILARÉ, 2009, p.800).

*A Declaração do Rio Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* contém, nesta Carta, 27 princípios e busca estabelecer um novo modelo de desenvolvimento,

Fundado na utilização sustentável dos recursos ambientais, no respeito à capacidade do Planeta de absorção de resíduos e afluentes líquidos e gasosos poluentes e, por fim na valorização da qualidade ambiental como requisito imprescindível à qualidade de vida, que somente pode ser proporcionada através da solidariedade socioeconômica e da cooperação técnico-científico entre os povos (MILARÉ, 2009, .92).

Para Milaré (2009), para concretizar um compromisso político, foi criada a *Agenda 21*, um documento programático a ser empreendido pelos governos, pelas agências de desenvolvimento, pelas Organizações das Nações Unidas e por grupos setoriais independentes.

A Agenda 21, peça de natureza programática, que foi oficializada por ocasião da “Cúpula da Terra”, quando se reuniu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Trata-se de um texto assumido oficialmente pelos países representados naquele encontro mundial e, simultaneamente, pelo Fórum das Organizações Não-Governamentais. Foi uma auspiciosa posição consensual que marcou a gênese e a edição da Agenda 21 (MILARÉ, 2009, p.92)

Segundo HELFAND e REZENDE (2001), a economia brasileira na década de 1990 iniciava um importante processo de reestruturação como resultante das mudanças políticas e econômicas.

Para Watnabe (2001), na década de 1990, no período do então presidente da República Fernando Collor de Mello, surge a necessidade de um novo modelo de intervenção do Estado no setor, evidenciado pela abertura de mercado, pelo aumento da demanda interna, agravado pela crise de desabastecimento do produto existente no país e dos problemas existentes entre o setor privado e o governo. Nessa época o IAA foi oficialmente extinto.

Na gestão do então presidente da República Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), de acordo com Gordinho (2002), o álcool passa a não ser mais uma prioridade estratégica, tendo em vista outras preocupações com a inflação, a reforma do Estado, mudanças nas áreas fiscal, cambial e monetária, que tiveram a preferência do governo.

Nesse ínterim o setor sucroenergético reorganizou-se internamente após a rápida desregulamentação a falta de interesse governamental contribuiu para o

término do Proálcool.

Para Gordinho (2000), o álcool enquanto fonte alternativa de combustível, teve os seus momentos de altos e baixos, muito em função da intervenção estatal que ora era produtora, depois reguladora e mais tarde fiscalizadora, em função da economia mundial. Esta, em alguns momentos, acreditava que o petróleo era infinito, mas em um segundo momento conscientizou-se que produção do petróleo era finita e que dependia das circunstâncias políticas que o Oriente Médio estivesse vivendo naquele momento.

Ocorre que, igualmente ao que aconteceu no Brasil com muitos produtores de cana e usineiros que entraram em decadência nesse período, a agroindústria da cana instalada na região do Cerrado do Pantanal, no início formado por cooperados (fazendeiros e empresários) do município de Poconé, também entrou em falência.

A desregulamentação do setor sucroalcooleiro teve início no Governo Collor, a partir de um aparato institucional político decisório em um cenário de liberação econômica de todo o País, baseado na Constituição Federal de 1988. Assim o papel intervencionista do Estado na economia brasileira passou a ser um planejamento estatal de caráter unicamente indicativo<sup>54</sup>.

No final de 1989, as exportações de açúcar, que até então eram feitas pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, foram privatizadas. E essa foi a principal mudança verificada nesse novo cenário de gradual desregulamentação do setor.

Para Gameiro (2017), o processo de desregulação impactou diretamente no ambiente institucional e organizacional; nos sistemas de fixação de preços dos insumos e produtos da cadeia produtiva e principalmente nas formas de comercialização nos controles de produção e no plano de safra; nas políticas de sustentação do preço do álcool combustível e cana-de-açúcar.

Anteriormente, o governo estabelecia o preço da produção da cana e depois, por meio da aplicação de ágio, ele fixava o valor do álcool e do açúcar. Com a desregulamentação do mercado, formaram-se comissões compostas de forma paritária por usineiros e produtores para, de comum acordo, estabelecerem preços que pudessem satisfazer a todos os participantes do processo de produção no setor

---

<sup>54</sup> O Estado não tinha nenhum tipo de intervenção nem no plantio, nem na colheita e nem na produção, ou seja, ele somente acompanhava com a criação de indicadores, como por exemplo, indicador de produtividade, quantidades de produção de litros de álcool, quantidade de hectares plantados e outros mais...

sucroalcooleiro.

Para Watanabe (2001), a desregulamentação no setor sucroalcooleiro ocorrida nos anos de 1990 propiciou a entrada de capital estrangeiro despertando interesse nas oportunidades de lucratividade com menores riscos nas decisões produtivas em função da saída do Estado, principalmente no que diz respeito às licenças para abertura de novas empresas e das cotas de exportações.

O capital estrangeiro utilizado para as aquisições ou fusões tem sido significativo e os últimos levantamentos apontam para uma redução significativa no número de construções de novas usinas.

O que vemos hoje é que o capital externo trouxe inovações tecnológicas no setor, por meio de empresas multinacionais, como Monsanto, Basf e Bayer, com instituições de pesquisa nacional para o desenvolvimento da ciência e tecnologia neste setor, em especial, no desenvolvimento do etanol 2G. O capital externo também permitiu a internacionalização do setor sucroalcooleiro brasileiro.

Nas fotos abaixo, pode-se observar que, no pátio da usina, há sinais de abandono de ônibus, caminhões e diversos tratores que eram utilizados quando a usina estava em funcionamento, além de outros equipamentos e veículos que estão abandonados e se deteriorando no interior da usina, porque não estão mais sendo usados e cuidados.

Foto 12 - Primeira guarita de acesso da usina em frente da comunidade do Chumbo





Fonte: Acervo próprio, março/2019.

Foto 13 - Segunda guarita da usina, com maquinários abandonados ao fundo



Fonte: Acervo próprio, março/2019.

Foto 14 - Lado direito da usina, próximo à guarita de acesso, com a presença de construções



Fonte: Acervo próprio, março/2019.

Foto 15 - Segunda guarita da usina, localizada logo atrás da guarita de entrada.



Fonte: Acervo próprio, março/2019.

Do lado esquerdo da usina, temos a presença de ônibus, caminhões e diversos tratores que eram utilizados nas plantações e atualmente estão em desuso.

Foto 16 - Máquinas utilizadas no transporte da cana



Fonte: Acervo próprio, março/2019.

As máquinas que eram utilizadas para transporte da cana estão em processo de deterioração, localizadas à frente da guarita de acesso, lado direito.

Ainda com relação à agroindústria da cana, senhor Aauto montou uma cantina e fornecia alimentos: “*Na usina eu só montei uma cantina que fornecia pra eles, dava alimentos para eles*”, disse em entrevista à tese.

A usina foi muito boa, quando ela foi embora piorou um pouco a comunidade, piorou muito né? Ela deu emprego pra muita gente, isso aí evoluiu, tem um patrimôniozinho, não tinha nada, hoje tem tudo, colégio, posto de saúde, tem aqui, tem tudo. Ruim ficou só porque foi embora. Do contrário, se não fosse, estava bom do mesmo jeito. Não tá ruim, ruim, mas diferenciou (Aauto Leite, Poconé/MT, junho/ 2019).

O relato acima mostra que não há dimensionamento dos prejuízos ambientais produzidos pela implantação da agroindústria canavieira no local. Destaca os benefícios econômicos e os danos estão relacionados à falência do estabelecimento.

Para analisar os processos de acumulação na produção canavieira, como sugerem Silva e Martins (2010), vê-se a necessidade de articular as esferas social e ambiental que intervêm na degradação do trabalho e da natureza.

Sob a perspectiva da análise concreta, os problemas relativos à degradação ambiental estão estreitamente vinculados ao acelerado processo de acumulação de capital registrado nos últimos 50 anos.

Conforme nos mostra Altvater (1995) acerca do que chama de pilhagem ambiental, o moderno sistema industrial capitalista depende de recursos naturais numa dimensão desconhecida a qualquer outro sistema social da história necessita, tanto de recursos naturais, como de fontes de energia e matérias-primas quanto de “recipientes”, ou seja, locais de despejo, onde os rejeitos gasosos, líquidos e sólidos passam a ser absorvidos ou depositados. Nestes termos, à medida que este sistema se expande, e aceleradamente, o meio ambiente passa a ser visto como um fator restritivo, uma vez que a capacidade de absorção dos ecossistemas globais é pequena (MARTINS; SILVA 2010, p. 2).

Na visão do senhor Aduino a agroindústria da cana não trouxe consequências ambientais.

Eu não acho que teve consequência ambiental, não teve não, porque se pensar nisso vai ter que pensar no mundo inteiro. Então dizer que piorou no caso ambiental, nada. Os córregos estão tudo aí correndo normal. Quando tinha a usina nunca jogou iodo nos córregos, se a soja aqui hoje ela vai beneficiar pra produzir o que precisa. Joga o veneno aí, mata o inseto, mas não vai para o córrego esse monte de herbicida, não vai. Eu acredito que isso aqui melhora, é evolução, é progresso. Eu sou a favor. Vou plantar também. Vamos plantar uma parte de soja, e continuar com o gado. Não existe mais chance de existir a usina e plantação de cana, 99% de chance que não. (Aduino Leite, Poconé/MT, junho/ 2019).

O senhor Aduino, conforme suas declarações, tem uma visão de curto prazo, em que só existe uma relação de causa e efeito, e não consequências ambientais de médio e longo prazo. Sua percepção o motiva a implantar em sua propriedade o plantio de soja.

A expansão do capitalismo no campo deu-se pela modernização da agricultura, processo que produziu industrialização do campo. O processo de expropriação foi marcado pela violência cometida, não apenas pelos latifundiários, como também pelo próprio Estado, com as leis da época da ditadura militar que diziam modernizar e regularizar a terra, o que correspondia a uma falácia.

A sociedade e a natureza estão em permanente evolução e transformação. Assim, as discussões sobre justiça ambiental precisam acompanhar o debate ético nessa relação, sob pena de entrarem em conflito de deveres de justiça e deveres morais, algo que não é concebível em uma teoria de justiça confiável (MILARÉ, 2009).

Essa visão ética da questão ambiental deve ser adotada pelos agentes sociais e pelo seu grupo social, pela comunidade local e por amplos setores da sociedade global, pelo produtor e pelo consumidor.

Sob tal perspectiva, afirma Carneiro (2014, p. 42):

A noção de sustentabilidade presente nos discursos recentes da política pública é genérica o bastante para abrigar múltiplos conteúdos de idealização do mundo que, de maneira mais ou menos objetiva, introduz críticas aos padrões hegemônicos de legitimação das técnicas e práticas, sobretudo as relacionadas à agricultura.

Desde logo, deve-se observar que a sustentabilidade não pode ser focada apenas como requisito essencial para a sociedade industrial urbana e rural. “O paradigma da sustentabilidade, na relação economia/ambiente/sociedade, deve ser entendido para além do tratamento de produção de bens e serviços no espaço isolado do espaço rural” (MARTINS, 2008, p. 157). Portanto,

a construção de estratégias de desenvolvimento sustentável (que pressupõe equilíbrio entre as dimensões econômicas, sociais e ambientais) necessita contar com instrumentos tecnológicos e jurídicos eficientes e eficazes para a construção da sustentabilidade da sociedade, o que implica a construção da cidadania e a definição de papéis distintos dos agentes sociais com vista ao manejo adequado dos ecossistemas a partir da harmonia entre as pessoas e destas com o ambiente, considerando que o espaço rural e urbano são faces da mesma moeda (MARTINS, 2008, p.158).

Percebe-se, na região pantaneira, a penetração das relações capitalistas, por meio de políticas públicas, através da construção de estradas, da instalação de energia elétrica, da tentativa de regularização fundiária, que transformaram suas relações econômicas, sociais e ambientais.

A implantação de uma Usina Hidrelétrica (UHE) provoca transformações de diversas ordens, tanto sobre o seu território de inserção quanto sobre as relações sociais ali existentes, e dentre estas, as relacionadas ao uso e ocupação do solo. Na medida em que, no território a ser inundado, se desmantelam as atividades materiais e simbólicas tradicionais – desmantelamento que, no mais das vezes, é justificado pelo discurso do “desenvolvimento econômico” que a UHE, per si, representaria – sucedem novas intervenções no uso do solo em toda a área de influência direta desta mega obra, com o estabelecimento de atividades dotadas de um caráter economicamente mais dinâmico (MARTINS, 2005, p.2).

O que se constata é que as instalações de usinas, seja uma usina hidrelétrica ou uma usina de cana, provocam várias consequências sociais e ambientais, em especial ao uso e ocupação do solo, como retrata Martins.

Os agentes sociais da comunidade do Chumbo encontram-se próximos das monoculturas, antes pela cana-de-açúcar e atualmente pelo plantio da soja, o que vem prejudicando a sua agricultura de subsistência. A expansão dos monocultivos de modo direto está afetando a vida dos/as moradores/as, são empreendimentos

que camuflam as principais causas que provocam os conflitos socioambientais e a expropriação.

Os impactos ambientais provocados pela usina afetaram diretamente os/as moradores/as, conforme relato do morador Manoel Florentino em entrevista para esta tese: “havia muita poluição, fuligem, violências de todo tipo, o gado que bebia água contaminada morria, os bichos silvestres morrem com desmatamento, aqui morreu muito tatu, paca, veado... tudo”.

Na compreensão de Silva (2015, p.45) o estado é “[...] detentor da forma de violência passiva, quando por omissão não evita que os povos do campo sejam vítimas da violência física, psicológica ou até mesmo moral”. A situação da comunidade Nossa Senhora do Chumbo não é muito diferente das demais comunidades locais do País.

Importante ressaltar que a sua constituição é fruto do processo de produção com base nas relações escravagistas de produção, que impunha uma condição animalésca de trabalho às mulheres e aos homens escravos negros, forçados, por um mecanismo de defesa, à fuga e agrupamentos, dando assim origem a constituição dos quilombos. O Império e depois o Estado Brasileiro, pós proclamação da República, constituía-se no instrumento das então elites agrárias para manter a condição de trabalho escravagista.

A posse da terra historicamente foi patenteada pelo Estado, privilegiando novamente as elites rurais e econômicas. E contemporaneamente, a resistência dos remanescentes negros outrora escravizados permanece, agora pela manutenção e permanência em suas terras, contra o avanço das modernas relações de produções caracterizadas como agronegócio, que por um lado avançam pela compra de terras, que são transformadas não mais em meio de produção e de garantia de vida das populações originárias, mas em um bem de mercado, de alto valor e muito cobiçado, e, por outro, contra os ataques ambientais, principalmente com o uso de agrotóxicos, que desequilibram o meio natural, provocando a intoxicação das terras, em muitos casos, tornando-as improdutivas para as atividades agrícolas e pecuárias tradicionais praticadas pelas comunidades, voltadas à sobrevivência.

Apesar de todas as pressões feitas pelo capitalismo, muitos grupos sociais continuam resistindo. Para Fernandes (2011, p. 182), “[...] é na luta contra o capitalismo que o camponês se recria, porque a lógica do capital é a destruição do próprio camponês, mas é uma contradição nesse processo, a contradição é que o

capital também recria o camponês”. Esse capitalismo de exploração e expropriação tem provocado devastações e grandes impactos ambientais.

Os moradores/as da comunidade do Chumbo tentam resistir às injustiças socioambientais para permanecerem no território, frente aos processos de expropriações e expansão das atividades econômicas. Infelizmente, a migração está ocorrendo, principalmente entre os mais jovens. Essa busca contínua por desenvolvimento tem fortificado a ocorrência de injustiça ambiental e social.

Na quarta seção, são apresentadas as análises dos estudos de campo, buscando interpretar, a partir dos objetivos de pesquisa, as narrativas dos agentes da comunidade. Pretendeu-se revelar nessa seção a realidade vivenciada pela comunidade local, parte da trajetória de vida dos moradores, sua cultura e os impactos ambientais e sociais sofridos com a implantação da agroindústria da cana na região.

## SEÇÃO 4 - AS RAÍZES DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA COMUNIDADE DO CHUMBO

Pretende-se, nesta seção, mostrar como os impactos socioambientais provocados inicialmente pela agroindústria da cana e, atualmente, pelo cultivo da soja e de garimpos têm alterado a vida dos/as moradores/as da comunidade do Chumbo, assim como retratar a chegada de trabalhadores migrantes, na maioria negros e mestiços, provenientes do Nordeste. Para atender tal objetivo, o capítulo será embasado na sociologia ambiental e rural com seus distintos enfoques, acompanhada de outras áreas da sociologia que tratam da temática proposta, além das entrevistas com enfoque na história de vida e das pesquisas realizadas em órgãos públicos do Estado de Mato Grosso.

A instalação da agroindústria da cana e a vinda de migrantes nordestinos, na sua maioria alagoanos, que vieram para trabalhar na usina, provocaram impactos culturais e sociais na vida dos/as moradores/as da comunidade do Chumbo, assim como foi constatado pelo Ministério do Trabalho, com a ocorrência, inclusive, de condições análogas ao trabalho escravo, dentre muitas outras irregularidades tanto trabalhistas como na própria administração da usina, o que culminou com a decretação de sua falência em 2012.

Sobre isso, Martins e Silva (2010) prelecionam:

As denúncias e registros de condições análogas àquelas de trabalho escravo se reportam aos trabalhadores migrantes, provenientes de várias partes do país, sobretudo daquelas mais pobres. Este fato sugere uma análise que leve em conta a *segmentação* da força de trabalho porque, na verdade, a separação entre migrantes e não migrantes entre os trabalhadores de fora e os locais encobre a divisão étnica do trabalho, dado que a maioria dos migrantes é constituída por negros e pardos. Isto não significa afirmar que os locais sejam todos brancos; ao contrário. Muitos deles são descendentes de trabalhadores negros, mestiços de diferentes matizes, provenientes destas mesmas regiões, que para cá vieram e se estabeleceram definitivamente a partir das décadas de 1960 e 1970 (SILVA; MARTINS, 2010, p. 19).

Esses trabalhadores vieram em busca de um sonho, objetivando melhorias de vida, e muito deles deixaram as famílias no seu lugar de origem. Por fim, muitos não conseguiram voltar e acabaram ficando na região.

Em muitos momentos, fica evidente que os relatos têm muito em comum, ainda que sejam vidas e experiências vivenciadas de forma própria, de acordo com a

individualidade de cada agente social e em momentos diferentes. Isso só fortalece os argumentos de que o racismo ambiental é muito presente na região do Cerrado do Pantanal e as histórias de vida perpassam pelas categorias de classe, gênero e raça.

A partir da narrativa dos/as entrevistados/as fica evidente o processo de exploração-dominação fundamentado na articulação das categorias sociais de classe, de gênero e étnico/racial.

#### **4.1 Resistência e Luta: Território, Cultura e Impactos Socioambientais**

Senhor José Atanásio de Lima, conhecido como “Seu” Juca, nasceu no dia 02 de maio de 1948, portanto está com 71 anos de idade na data da realização da pesquisa. Filho de Sebastião Rosa de Lima e de Florência Francisca da Silva Lima, vem de uma família de 14 irmãos, na qual sobreviveram nove. Casou-se com Dona Ana Luiza de Almeida Lima em 1971, com quem teve quatro filhos: Lucas de Almeida Lima, Joseane de Almeida Lima, José de Almeida Lima e Marinete de Almeida Lima. O casal continua militante no trabalho comunitário em busca de melhorias para a vida dos/as moradores/as da comunidade.

Seu Juca é lavrador e planta para consumo próprio: milho, mandioca, abóbora, verduras, frutas e possui algumas cabeças de gado. Nas horas vagas, ele também é cururueiro fabricando instrumentos musicais, tais como, o ganzá<sup>55</sup> e a viola de cocho<sup>56</sup>, um dos símbolos da cultura mato-grossense. Começou a tocar viola de cocho e o ganzá com sete anos de idade, resultado de uma família em que o avô e

---

<sup>55</sup> O ganzá é um instrumento musical medindo de 40 a 70 cm, feito de bambu com ranhuras no sentido transversal ao comprimento. As ranhuras são friccionadas por uma baqueta, pedaço de pau, garfo e até mesmo pedaço de osso de costela de boi. São feitas também de 3 a 4 rachaduras no sentido longitudinal do bambu, dependendo do diâmetro deste, para que o som não saia abafado. O instrumento é tocado movimentando-se um osso da costela bovina de cima para baixo e de baixo para cima. É semelhante ao reco-reco, sendo tocado para acompanhar o cururu e até o rasqueado onde o número de violas de cocho é sempre maior, pois o som do ganzá é muito alto. Fonte: Cultura Mato-grossense. Disponível em <https://www.blogger.com/profile/01830599475042624360>. Acesso 25 de novembro de 2018.

<sup>56</sup>A viola de cocho é um instrumento típico de Mato Grosso. Ela é feita artesanalmente, de um tronco de madeira inteiriça e ainda verde, de preferência, tipo sarã de leite, por exemplo. É aplicado um molde com o formato de viola nesse tronco, para que o artesão possa delimitar o espaço onde deve esculpi-lo, fazendo o contorno do instrumento. Em seguida, ele contorna o instrumento pela parte de dentro. A obra estará pronta quando as paredes ficarem bem finas e o tronco ganhar a forma de um cocho propriamente dito. Fonte: Cultura Mato-grossense. Disponível em <https://www.blogger.com/profile/01830599475042624360>. Acesso 25 de novembro de 2018.



os tios brincavam de cururu.

O cururu é uma dança popular muito comum na baixada cuiabana, em especial, nos municípios de Várzea Grande, Poconé e Nossa Senhora do Livramento, principalmente nas festas de santos. Na frente de um nicho de santos velhos ou ao lado de um mastro, tocam a viola de cocho e o ganzá, cantam fazendo citações sacras da vida de santos ou das Sagradas Escrituras. Atualmente, está restrita apenas a um pequeno grupo de homens que ainda tentam manter viva essa tradição.

Foto17 - Seu Juca com sua viola de cocho na sala da sua casa



Fonte: Autoria própria, julho/2019.

Seu Juca com sua viola de cocho na sala da sua casa. Na foto, ele está à frente de uma pintura com sua imagem feita por um artista desconhecido que passou pela comunidade e fez essa homenagem.

#### 4.1.1 Fabricação da viola de cocho

Foto18 - Ferramentas que Seu Juca utiliza para confeccionar a viola de cocho e o ganzá



Fonte: Autoria própria, junho/2019.

Olha demora mais de dias pra gente fazer, aqui a madeira é difícil, só na mata da salobra<sup>57</sup> ainda tem, mas tem vez que vem lá da comunidade do alegre, de uma fazenda que tem lá, meu sobrinho trabalha lá e andou trazendo umas madeiras, aí quando ele não traz, eu vou na fazenda São João, longe que é também, mas lá Deus abençoa que tem um marido de uma sobrinha que trabalha lá, e vai comigo paro o meio do mato, coloca o trator e leva, e o dia que ele vem de lá ele traz no carro dele e me ajuda. Demora mais de semana pra fazer cada viola. Pega a madeira, marca o detalhe nela, corta ela toda, meu aparato aqui é facão e machado, eu já sou prático para trabalhar, mas os problemas de saúde atrapalham, a mão fica boba. Esses dias mesmo o facão escapou e tirou uma lapinha aqui do meu pé, olha aí, depois outra hora escapou e bateu na canela, mas nada grave. Quando assusta corta um dedo, a mão tá meio ruim, mas assim mesmo eu vou trabalhando devagar e quando assusta já tá pronto e fica boa. A madeira que uso é a Chimboa, o tipo de madeira não muda o som da viola, por que essa madeira já é apropriada pra viola, faz canoa. O acabamento depende muito da pessoa, como a pessoa escolher. A chimboa tem três tipos né, a chimboa branca, que é mais leve, a barriguda que também é leve, e essa é a vermelha que é mais pesada. A viola faz do tamanho que a pessoa quiser. Eu tiro a medida, depois eu corto, faço os detalhes dela. Tudo é cortado no facão, quando chega perto da marca eu raspo. E corta muito os dedos por que o facão é muito afiado. Essas madeiras que estão aqui eu ganhei do meu sobrinho, que eu fiz uma viola pro gerente da fazenda para poder ganhar madeira (Seu Juca, Poconé/MT, junho/ 2019).

---

<sup>57</sup> Salobra é uma fazenda localizada na região do Cerrado do Pantanal.

Foto 19 - Viola de cocho que Seu Juca estava confeccionando, 2019



Fonte: Autoria própria, junho/2019.

A madeira boa pra fazer é a ximbaúva, sarã de leite, porque o sarã cabeleira, aquele que dá na beira do rio, só na feira de Cuiabá que encontra, aqui não tem, mas é uma madeira muito macia pra trabalhar, até com um pouco de faca a gente cava ele é diferente de umas madeiras como esta, quando ela tá verde também é bom pra gente cavar, mas quando ela está secando fica mais ruim, mas sabe que quando ela está assim eu ponho água nela e deixo ela dormir, no outro dia eu jogo a água e coloco ela no sol eu vou com a faca já tá macia [risadas]. Para fazer eu coloco uma viola e risco lá embaixo, depois eu vou como facão e vou trabalhando, ajeitando o pescoço da viola, outras vezes eu gosto de fazer este lado primeiro, aí pra fazer o pescoço da viola que é mais fácil para fazer, daí eu já vou cavar, eu bato com um pedaço de pau, tem um fornão que apropriado para furar a viola de cocho, mas eu ainda não achei, já fui até em Várzea Grande, mas não achei (Seu Juca, Poconé/MT, junho de 2019).

O senhor Juca é um narrador, nos termos benjaminianos, ele é artesão, camponês e narrador. A alma se traduz pela viola de cocho, pela música, que incorpora temporalidades e espaços que ultrapassam as fronteiras do país. Para Benjamin, no que concerne ao conceito de história, pondera que é no encontro da história e da cultura que as relações se instituem, formando a tradição, suprimindo rastros e registros, como um acervo cultural, fixando “uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso” (1986c, p. 224)

Existe uma grande interação entre a música e a dança, no tocar da viola de cocho, porque a melodia vai se adaptando às sonoridades do ambiente. Para Davis (1979, p. 48) “[...] a marca da cultura funciona como assinatura pessoal”.

Pode se dizer que a mensagem transmitida pelas toadas cantadas com o

acompanhamento da viola de cocho, que embala os sons do cururu e as coreografias do siriri, é uma forma de resistência, de valorização da memória e de identificação do sentimento de pertencimento ao lugar. Para Almeida (2012, p.178), “a dança e a música como prática comunicativa possibilitam fortalecer a sua própria história, anunciando por meio de gestos e sonoridades, as lutas e conquistas e, denunciando, também, as dificuldades do dia a dia.”

Assim, a música e principalmente a dança, em função de seu ritual, compõem um elo que traz da memória dos remanescentes dos quilombos todas as lembranças e conhecimentos de valores, costumes, saberes que se transformam na expressão da cultura. “Ao aproximar o ritual da dança da memória, os remanescentes de quilombo revelam: conhecimentos, valores, costumes, saberes e experiências sobre o mundo” (ALMEIDA, 2012, p. 178).

Nos dizeres de Nora, ao assinalar a memória de alguns grupos que de alguma maneira compartilharam da mesma experiência, almeja agrupar a experiência comum.

Quando a memória não está mais em todo lugar, ela não estaria em lugar algum se uma consciência individual, numa decisão solitária, não decidisse dela se encarregar. Menos a memória é vivida coletivamente, mais ela tem necessidade de homens particulares que fazem de si mesmos homens-memória (1993, p. 18).

Para Martín-Barbero (2006, p. 262), “o reconhecimento desse conhecimento é o surgimento de uma nova sensibilidade, tendo em vista que o reconhecimento de suas práticas culturais fortalece sua identidade e sua luta para conquista de direitos”.

Na concepção de Hall (2006, p. 340), “[...] das experiências, dos prazeres, das memórias e das tradições do povo. Elas têm ligações com as esperanças e aspirações da comunidade, tragédias e cenários locais que são práticas e experiências cotidianas de pessoas comuns”. Também é um espaço sagrado que constitui o fortalecimento do pertencimento e da sua identidade.

A manifestação folclórica é localizada, é própria de uma comunidade, de uma localidade, de uma vila, de um povoado; às vezes, o mesmo tipo de manifestação pode ser encontrado em localidades diferentes e distanciadas, mas a documentação e análise do fato vão mostrar que se trata de uma variante, isto é, manifestações que tiveram origens comuns, mas que foram sendo recriadas e/ou reinterpretadas em cada lugar e se diferenciaram (BENJAMIN, 2007, p.32).

Senhor Juca aprendeu a tocar viola de cocho ainda criança com seu pai e tios, que já tocavam e fabricavam o instrumento. Nos trechos acima, ele narra com riqueza de detalhes todas as principais fases do processo de fabricação de uma viola de cocho, que demonstram quão artesanal é processo. Seu Juca é um dos principais personagens da comunidade responsável por manter viva a cultura dos seus antepassados. Também porque, em todas as festas realizadas na comunidade, ele e outros cururueiros são os responsáveis pela abertura das festas de santo: tocam e dançam enquanto o mastro é levantado.

Foto 20 - Seu Juca e dona Ana no quintal de casa, 2019



Fonte: Autoria própria, junho/2019.

É um costume do casal todas as tardes se sentarem no quintal de casa, que não possui muros, para uma boa prosa. Assim, sempre tem alguém que aparece para fazer parte da roda de conversa e se deliciar com os quitutes de dona Ana.

Seu Juca começou a trabalhar ainda na infância nas terras de seu pai, ajudava a cuidar da roça e dos animais que eram criados livres, naquela época não havia currais nem cercas, o uso da terra era comum. A sua narrativa sugere que os indígenas da região mantinham uma relação harmoniosa, sem nenhum tipo de conflito com os moradores da comunidade:

Quantas vezes tivemos que ir lá para Campina Grande do finado Tóte,

quantas e quantas vezes a gente ia buscar gado pra lá, na seca era hora de extraviar, misturava tudo, tinha muitos cavalos bom. O pai do finado Tóte era muito amigo do meu pai, vinham montado a cavalo, seu José e dona Nhanhá<sup>58</sup>, uma índia muito linda (Seu Juca, Poconé/MT, agosto/2017).

#### 4.1.2 As relações sociedade e natureza:

Senhor Juca relata que a construção da estrada e a chegada do asfalto trouxeram muitas melhorias para a comunidade, pois o deslocamento dos moradores até a área urbana de Poconé foi facilitado - nessa época<sup>59</sup>, a maioria das mercadorias, tais como, remédios, roupas e alguns alimentos não eram disponíveis na comunidade.

Foi um projeto que veio do governo né? Primeiro mandou um topógrafo fazer a picada, daí eles pararam num lugar ali perto da Comunidade do Jejum<sup>60</sup>, num acampamento que era ali da turma do CR, eles pararam primeiro lá, depois vieram parar aqui. Daqui eles continuaram até acabar no Sete Porco<sup>61</sup>. Então esse topógrafo que fez essa dimensão né? Eu não posso te dizer o ano por que nessa época a gente não guardava muita coisa, ele deve ser de cinquenta e pouco né, por que eu sou de quarenta e oito, eu me lembro perfeitamente, mas não sei quanto anos eu tinha nessa época, mas eu tenho uma boa memória mesmo desse momento, porque é uma coisa que marcou, que mudou a vida da gente, porque depois que eles fizeram o levantamento da picada, logo já veio a turma com os maquinários, veio estreio, vinha a Coenge e veio a TVR, então a COENGE foi abrindo e a outra foi fazendo o aterro, já foi na época de quando abriu a estrada foi mais ou menos na época de cinquenta e cinco, por que aí eu já aguentava ir, por que a escola não era aqui, começou na casa de meu pai e eu comecei com cinco anos na escola, quando as professoras se casavam deixavam de dar aula, e a escola acabou. Quando voltamos pra escola, já estava com 14 anos, as coisas já estavam mais fáceis, a estrada já estava mais fácil, aí apareceu a primeira bicicleta. Tinha um irmão mais velho do que eu, ele pegava uma bicicleta e ia em Poconé de manhã, meio dia ele estava aqui. A estrada melhorou a vida da comunidade, por que a vida da comunidade era sofrida. Quando acaba os recursos daqui, no caso era só em Poconé, negócio de remédio, negócio de um dinheiro, muitas vezes aqui até tinha para vender para as outras pessoas, mas a maioria das coisas era lá, até tinha um botequim de vender

---

<sup>58</sup> Tóte era o apelido do senhor Antônio Rodrigues de Souza, casado com Jacira Costa Marque de Souza, filha de Antônia Costa Marque e Egidio Costa Marque. Antônio Rodrigues era bisneto de Martiniano Rodrigues de Souza que veio de Mossoró, por causa de uma revolução em que mataram seus pais. Ele e seus irmãos Sabino e Maria foram salvos pela babá, mulher negra, que os trouxe da fazenda para Mato Grosso. Ela os criou como filhos/a, casaram e constituíram família. José Rodrigues de Souza, foi morar em Campina Grande em Poconé e se casou com a índia Theodora Lopes da Silva Souza, tiveram doze filhos. (Fonte: entrevista com a senhora Alzira Rodrigues de Souza, filha de Antônio Rodrigues de Souza, em 26 de maio de 2019).

<sup>59</sup> A construção da rodovia MT-451 deu-se em meados de 1958 a 1963. A via somente foi asfaltada nos anos 1980, fazendo a ligação de duas das mais importantes rodovias pantaneiras, a MT-060, que liga a cidade de Poconé ao sudeste do Estado e a MT-070, que liga Poconé à cidade de Cáceres, em direção sudoeste.

<sup>60</sup> Comunidade quilombola Jejum, localizada no Cerrado do Pantanal.

<sup>61</sup> Comunidade quilombola do Cerrado do Pantanal.

guaraná, açúcar, um café, pouca coisa, essas coisinhas assim a gente achava, mas no mais não. Como meu pai que comprava de bastante ele ia em Poconé, mas quando a gente pegou um tamanho, uns sete anos ele nos mandava ir a Poconé, comprava de bastante, e ia a cavalo, saía bem cedo, fazia a compra, e trazia tudo nas costas do cavalo, e de tarde trazia guaraná para ele tomar a tarde. Quando apareceu a bicicleta, as pessoas que tinham mais dinheiro já foi comprando charrete né, a carroça foram aparecendo mais né, porque carroça mesmo era difícil, aqui era mais carro de boi. Ai o povo já largou do carro de boi, já mandou fazer carreta que era uma condução mais leve, quando assustou alguns já com o negócio da charrete, alguns que já tinha mais jeito já foi comprando um caminhãozinho, porque daí já tinha a BR né? (Seu Juca, Poconé/MT, junho/2019).

O que se observa na fala de Seu Juca é que no início da obra de construção da estrada, quando vieram os primeiros topógrafos, ele era criança e tem vaga lembrança dessa época. Entretanto, quando chegaram as máquinas para o início das obras, ele já estava um pouco mais velho, daí lembrar-se com detalhes quais elas eram e quais as empresas que foram contratadas para o trabalho na construção da estrada. Ele cita cada uma delas.

Um fato que chama a atenção na narrativa de Seu Juca é em relação à escola da comunidade. Em sua infância, no período escolar, as professoras deixavam de dar aula depois que se casavam, algo decisivo para o fim da escola que era do seu pai.

Em resumo, o que se pode perceber é que para o senhor Juca a construção da estrada mudou para melhor o deslocamento dos agentes sociais das comunidades locais até a área urbana do município de Poconé.

Para Almeida (2012), com a construção da rodovia a pretexto de escoar a produção, os/as moradores/as passaram a ser pressionados a deixar suas terras, o que resultou em graves conflitos fundiários na região e culminou em violência e exploração de mão de obra:

Como a maioria das comunidades está instalada nessa extensão territorial, algumas delas foram divididas ao meio, outras ficaram às margens da rodovia MT-451, e muitos moradores tiveram de deixar suas residências em nome do progresso. O empreendimento deixou as comunidades expostas à interferências de pessoas com maior poder aquisitivo, a violência e à exploração de mão de obra. Com a ideia do desenvolvimento local e regional, os moradores das comunidades quilombolas passaram a ser pressionados a deixar as suas terras o que resultou em graves conflitos fundiários na região (ALMEIDA, 2012, p. 79).

Não se pode negar que a estrada trouxe mais facilidade para o deslocamento



até a área urbana do município de Poconé. Por outro lado, outras comunidades da região foram divididas, como por exemplo a comunidade Quilombola de Campina da Pedra, o que resultou para os agentes sociais numa sensação de seqüela de rompimento de algo que era um todo e agora está dividido, além de vários conflitos fundiários em toda a região.

De ruim era só quando chovia né, aí ficava aquele lamaceiro, tinha vez quando começou a andar o ônibus, o motorista ficava pela estrada porque não tinha como passar, muitas vezes o motorista vinha lá de cima da pista e escorregava até lá embaixo, [risadas], graças a Deus não chegou de tombar nenhuma vez, mas tinha essa precariedade. Graças a Deus depois que veio a Coenge e a TVR que abriu essa estrada aí que trouxe conforto, a estrada trouxe somente melhoria. Trouxe conhecimento de muita coisa. Meu pai foi fundador do Chumbo, então todo mundo que vinha de lá pra cá, vinha aqui na casa dele. Quando veio as pessoas, desde o topógrafo que estava fazendo a picada, nós que sustentamos com carne. Quando veio a Coenge, a TVR nós que sustentamos também, ou era na segunda ou era na sexta-feira e melhorou muito porque não faltava dinheiro pra ele né? A gente tinha muito porco, porco comum mesmo, comia do que queria (Seu Juca, Poconé/MT, julho/ 2019).

Seu Juca fala sobre as dificuldades de locomoção na estrada quando chovia, pois tudo virava um atoleiro. É relevante também a contribuição de seu pai no processo de construção da estrada, considerando que fornecia carne aos topógrafos, inicialmente, e depois às empresas que vieram trabalhar na construção da rodovia.

Para Halbwachs, no sentido de que nossa memória se beneficie da dos outros, o que é acentuado a seletividade por e Pollak, no sentido de congruar-se a transação da memória coletiva e as memórias individuais:

Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que nos tragam seus testemunhos; é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras, para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum” (HALBWACHS, 2004, p. 12).

Na concepção de Pollak, (1989, p. 3-15) “*como os fatos sociais tornam-se coisas, como e por quem são solidificados e dotados de duração e estabilidade*”.

No entender de Pollak (1992), de uma forma efêmero, pode ser observado que tanto a memória individual ou coletiva, constituem em lugares, objetos, pessoas e acontecimentos, vivenciados individualmente ou pelo grupo a que pertence, às vezes nem são do nosso tempo, proveniente de uma memória

herdada.

A rodovia não foi construída com o intuito de proporcionar melhorias, qualidade de vida aos moradores/as das comunidades locais, e sim para atender aos interesses dos grandes latifundiários da região, com a ideia de “desenvolvimento” local e regional, o que resultou na implantação da agroindústria da cana, fruto de programas governamentais, tais como Proálcool.

A crise do petróleo em 1973 levou a intervenção governamental com a criação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), em 1975, Em Mato Grosso, os benefícios gerados pelo Proálcool foram mais incisivos na segunda fase do programa, durante década de 1980.

A Cocapo teve início com a introdução da monocultura da cana-de-açúcar por volta de 1981/1982 e em meados de 1990 foi vendida ao Grupo Zulli e recebeu o nome de Alcopan, teve a anuência e colaboração do poder público na persecução da implantação da usina, facilitando os trâmites legais para obtenção das licenças.

A usina Alcopan não produz desde 2009, devido a seu fechamento pelo Ministério Público por problemas trabalhistas e por denúncias de irregularidades, e segue sem operação até os dias atuais.

“As regras que visavam a efetiva regulação desses mercados através de legislações acabaram sendo sempre burladas ou não fiscalizadas, gerando condições mais propícias para alguns” (REYDON, 2007, p. 227).

A instalação dessa agroindústria da cana deu início à super exploração da força de trabalho dos/as moradores/as da comunidade do Chumbo e de migrantes proveniente de outras regiões do país, assim como aos impactos ambientais e sociais provocados pelo setor sucroalcooleiro.

No que se refere aos impactos ambientais da agricultura moderna, para ROMEIRO (2007):

Os impactos ambientais provocados pelas práticas agrícolas modernas, especialmente a mecanização pesada e o uso intensivo de agroquímicos, são conhecidos: perdas do solo devido à erosão e degradação de sua estrutura física, poluição química das águas, do solo e dos alimentos. São impactos que transcendem o setor agrícola e afetam o conjunto da sociedade. Entretanto, a percepção da extensão real da degradação dos ecossistemas agrícolas e seu impacto econômico é dificultada pelos subsídios de técnicas destinadas a recuperar ou manter até certo ponto as condições de produção. Além disso, um bom solo profundo pode suportar durante anos a erosão sem que seus efeitos se façam sentir nos rendimentos das culturas (ROMEIRO, 2007, p. 285).

Para Ramos (2007, p.44), as práticas agrícolas modernas, como a utilização de produtos agroquímicos, têm provocado imensos danos ao conjunto da sociedade. No entanto, a real degradação dos ecossistemas e seus impactos econômicos não são vistos em virtude da utilização de técnicas destinadas a recuperar ou manter o solo produtivo, sem uma preocupação das consequências futuras dessas ações.

Os impactos ambientais provocados pelas práticas agrícolas modernas, especialmente a mecanizada pesada e o uso intensivo de agroquímicos, são conhecidos: perdas do solo devido à erosão e degradação de sua estrutura física, poluição química das águas, do solo e dos alimentos. São impactos que transcendem o setor agrícola e afetam o conjunto da sociedade. Entretanto, a percepção da extensão real da degradação dos ecossistemas agrícolas e seu impacto econômico é dificultado pelos subsídios de técnicas destinadas a recuperar ou manter até certo ponto as condições de produção. Além disso, um bom solo profundo pode suportar durante anos a erosão sem que seus efeitos se façam sentir nos rendimentos das culturas (ROMEIRO, 2007, p. 285).

O que se constata são grandes extensões de terras produzindo a mesma variedade de planta, o que acarreta impactos ambientais e sociais para a diversidade ecossistêmica de uma região.

Seu Juca relata o momento em que os sócios da cooperativa da agroindústria da cana chegaram à comunidade e começaram a procurar os/as moradores/as para que viessem trabalhar na agroindústria da cana, fazendo parte do quadro de funcionários. O intento deles foi bem sucedido, uma vez que a maioria dos moradores/as aceitaram e foram trabalhar no corte de cana.

Eles olharam nós da comunidade, primeiro me chamaram pra trabalhar na cantina da usina, onde trabalhei por um tempo, depois saí da cantina e me chamaram para ir pra roça, cheguei lá eles falaram “Nós queremos que você vá plantar cana”, formamos equipe, a nossa equipe aqui era a melhor, formada pelos moradores da comunidade, era a melhor equipe que tinha para plantar cana. Nós pegava no raiar do dia e só parava no anoitecer, mas só que nós ganhava dinheiro (Seu Juca, Poconé/MT, fevereiro/ 2018).

Seu Juca narra, ainda, como era o seu trabalho na usina: uma jornada de trabalho que se iniciava com o raiar do dia e só parava ao anoitecer. Seu relato se alinha com a realidade geral de muitos outros cortadores de cana no país, que trabalham desde o raiar do dia até o anoitecer.

Seu Juca fala com orgulho que teve as “melhores equipes” de cortadores de cana - quanto mais alta a produtividade, melhor era a turma. Nessa descrição, fica

evidente a exploração dos agentes sociais, visto que induziam os trabalhadores a ultrapassar a jornada de trabalho com o objetivo de se tornar a melhor equipe com a maior produtividade possível. Isso tinha um efeito multiplicador, pois a cada dia, todos os trabalhadores/as sempre tentavam superar a meta do dia anterior. Considerando o grande número de equipes buscando esse objetivo, podemos imaginar o quanto a usina ganhava, pois sequer todos os empregados eram registrados, portanto, não há como se falar em horas extras. Era preciso produzir muito, e a cada dia mais, para que fossem considerados “os melhores”. Para Martins e Silva (2010, p.2), no estado de São Paulo, a situação encontrada é a seguinte:

Além das mortes ocorridas nos canaviais, há aquelas não registradas e que ocorrem ao longo de um tempo determinado. Doenças como câncer, provocado pelo uso de veneno, fuligem da cana, além de doenças respiratórias, alérgicas, da coluna, aliadas à quase total impossibilidade de serem tratadas, em razão da inexistência de recursos financeiros para a compra de remédios conduzem à morte física ou social de muitos trabalhadores, cuja depredação de suas forças impede-os de continuar no mercado de trabalho.

Com todo este cenário apresentado para a atividade do corte de cana, fica fácil entender porque a maioria dos trabalhadores adoecem e morrem prematuramente, vitimados pelo excesso de horas de trabalhos, inalação dos agrotóxicos, fumaça das queimadas, exaustão física e muitos casos agravados em consequência de uma alimentação precária sem as principais proteínas e vitaminas. Essa é uma constatação na vida de muitos trabalhadores do corte de cana na maioria dos estados brasileiros.

Senhor Juca relata que, no início, foi bom trabalhar para a empresa Cocapo, porque ele recebia uma porcentagem sobre a produção. Entretanto, com a venda para o Grupo Zulli, que depois a razão social mudou para Alcopan, a empresa deixou de cumprir suas obrigações trabalhistas e de respeitar os direitos fundamentais do trabalhador.

As outras entrevistas para corroborar com esta assertiva também têm percepção similar à do senhor Juca: com a chegada da Cocapo, a vida melhorou, tiveram oportunidades de emprego e o salário pago quinzenalmente foi transformador para a vida na comunidade. Nesse período, passaram a se dedicar apenas aos afazeres na usina e a lidarem muito pouco ou quase nada com as roças e criações de animais de subsistência. Com a venda da Cocapo para a Alcopan, houve um período em que muitos passaram por necessidades financeiras, inclusive

falta de alimentos, já que a criação de animais e a plantação de alimentos ficaram comprometidas com a chegada da agroindústria da cana.

O chefe encarregado da usina convidou senhor Juca para construir barracões com a finalidade de alojar os empregados, vindos do nordeste, a maioria alagoanos. Ao chegarem, alguns desses trabalhadores foram alocados em casas dos/as moradores/as da comunidade. Senhor Juca ressaltou que os barracões construídos posteriormente não tinham banheiros e nem cozinhas.

Eles me olharam pra fazer dezessete barracões, tudo de palha para o pessoal da usina se alojar, os empregados, esse tempo de primeira safra não tinha alojamento, não tinha nada para os funcionários que vieram do Nordeste, do Alagoas, aí eu fui, olhei um primo meu. 'Eu quero que você ajuda a fazer esses barracos, nós vamos dá conta'. Graças a Deus deu tudo certo, aí me olharam para fazer vista do pessoal, ser gato, comecei com 15 pessoas, quando fez duas quinzenas eu estava com duzentas e poucas pessoas, quando vi estava com mais de 400 pessoas [risada]. Aí alojava um pouco aqui, no barracão do meu primo, na casa do meu pai, outros ficavam no alojamento da usina. (Seu Juca, Poconé/MT, fevereiro/2018).

Seu Juca e o seu primo trabalharam na construção dos alojamentos, porque na primeira safra não havia sequer um local para os trabalhadores ficarem, eram privados de garantias básicas para sobreviverem com dignidade. Ele relata que fazia o pagamento dos salários dos funcionários da usina e que também era o responsável pelo fornecimento da comida aos empregados. Nos dizeres de Martins e Silva (2010, p.2):

A migração temporária aparece como uma estratégia, como uma solução material num duplo sentido: por um lado, o assalariamento permite a compra de alimentos, garantindo, assim, um patamar mínimo de sobrevivência; por outro, a saída da terra corresponde à volta, já que o trabalho assalariado é temporário. Cria-se, portanto, um elo de complementaridade bastante estreito entre estas realidades, que, apesar de opostas, se servem mutuamente. Em outros termos, a economia capitalista avançada necessita desta mão-de-obra barata em seu espaço por algum tempo e a economia miserável necessita do parco dinheiro auferido por alguns de seus membros para continuar existindo

A construção da agroindústria da cana e a demanda por força de trabalho produziram mudanças na comunidade do Chumbo. A comunidade não tinha infraestrutura para a chegada de 400 a 1200 homens, migrantes nordestinos, que vieram trabalhar sendo a maioria, no corte de cana, as formas de exploração nada mais são do que o retrato da escravidão contemporânea.

Apesar da exigência do treinamento do corpo para o corte da cana, do desenvolvimento da habilidade com as mãos para a colheita da laranja, algodão e café, da curvatura do corpo para arrancar amendoim, observa-se que este treinamento é parcelado nos diferentes períodos do ano. Produz-se a figura do volante, trabalhador livre no seu estilo mais puro (SILVA, 1999, p. 83 e 84).

Esses agentes sociais são submetidos a uma dura realidade onde fica patente a relação de dominação-exploração, porque os trabalhadores rurais são submetidos ao desempenho de várias tarefas sem considerar a questão de gênero e idade. “A concepção de que ele pode vender sua força de trabalho a quem lhe aprovar assume aqui o ponto mais extremado: vários patrões durante o ano. Cria-se o paradoxo, para a maioria deles” (SILVA, 1999, p. 84).

Para Silva (1999), na sua área pesquisada, a situação encontrada é que a maioria desses homens trabalhavam o ano todo sem nenhum tipo de garantia legal, posto que o contrato por safra mascara a realidade desses trabalhadores que não são considerados como trabalhadores permanentes. Tudo isso decorre a partir do processo de dominação e controle por parte do capital, impondo as suas condições e regras para esses agentes sociais, sem deixar algum tipo de alternativa, mas isso não significa dizer que não houve resistências, nem passividade, por parte desses agentes.

Conforme Silva (1999), este tipo de contrato para o corte da cana por safra é uma consequência maléfica da exclusão dos trabalhadores temporários no Estatuto do Trabalhador Rural, pois propicia aos proprietários que se desobriguem dos gastos trabalhistas, essa forma de contratação tem extinguindo com a contratação de funcionários permanentes.

A análise de diferentes tipos de documentos e entrevistas na comunidade do Chumbo mostra que a ação dos trabalhadores na agroindústria da cana foi resultado de um processo de desenraizamento social e da criação de leis que serviram para expandir a exclusão de milhares de trabalhadores, como para Silva (1999), ocorreu também com “camponeses do Vale de Jequitinhonha – MG, transformados em migrantes sazonais” (SILVA, 1999, p. 2), o que ficou constatado na obra da autora “Errantes do Fim do Século”.

Na comunidade do Chumbo, os trabalhadores que vieram trabalhar no setor sucroalcooleiro foram privados de condições básicas, conforme mostraram os depoimentos dos moradores/as. E, na própria entrevista de senhor Juca, há o relato

de que só depois da primeira safra é que contrataram o serviço dele para fazer a construção dos barracões de palha. Ou seja, nem lugar para os trabalhadores migrantes dormirem a usina proporcionou, o que evidencia a barbárie do trabalho nos canaviais.

O tratamento dado pela agroindústria da cana que se estabeleceu na comunidade do Chumbo para os trabalhadores migrantes, bem como para os trabalhadores da comunidade local, foi de exploração total dos agentes sociais e, se não bastasse isso, teve início um processo muito agressivo de degradação ambiental. A combinação dessas duas situações escancarou a injustiça ambiental e social.

Os/as moradores/as da comunidade do Chumbo foram, e continuam até os tempos atuais, obrigados a conviver e suportar uma carga desproporcional dos danos e prejuízos ambientais resultantes da ação dos expropriadores, que se tornaram o foco gerador dos conflitos socioambientais. Até os nossos dias, ainda ameaçam diretamente o modo de vida e a cultura dos/as moradores/as da comunidade, que estão intimamente relacionados com a natureza e a conservação dos bens naturais e culturais.

Constata-se no relato de senhor Juca que a usina, em seu processo de produção, provocou danos ambientais que impactaram diretamente na vida cotidiana dos agentes sociais, poluindo as águas dos córregos e cacimbas existentes na comunidade.

Era no rio branco pra lá do cemitério e tem um córrego pra cá. Nesse tempo o córrego secava, só que tem a cabeceira muito boa, nessa cabeceira é um brejo que não seca, que nunca secava, mas depois da usina o córrego secou, quando chegava no mês de agosto aquele reguinho secava, aí a minadeira encurtava, o brejo ficava todo molhado, tinha um trecho que nem gado entrava, mas nós não tinha possibilidade dele jorrar água e daí ele secava e quando era na época da seca daqui nós tinha que ir lá nesse rio branco só pra lavar roupa, aqui tinha as cacimbas, o cacimbão, a água que a gente espiava parecia que estava assim [gesto com a mão], mas tacava um pau na fundura desta casa aqui, ia embora [risada] aquela água cristalina, mais bonita pra se vê, hoje as cacimbas acabaram, não existem mais. Eu fiz minha represa mais pra baixo onde é meu sítio, a água é bem transparente, e pra lá no final do pasto, porque por enquanto só tenho 12 hectares de pasto, bem na beira do segundo piquete tem um dreno que fiz que não seca também, esse dreno que fiz a água também é cristalina pode chegar em qualquer hora e beber (Seu Juca, Poconé/MT, fevereiro/ 2018).

Compreende-se que os conflitos socioambientais existentes nessa região são cada vez mais recorrente, tendo em vista a busca pelo lucro, o consumismo

desenfreado da humanidade, que provoca a expansão de áreas de cultivo, consequentemente afetando a vida dos/as moradores/as locais.

“Isso gera impactos que não são solucionados pelas políticas econômicas ou por inovações tecnológicas e, portanto, atingem desproporcionalmente alguns grupos sociais que muitas vezes protestam e resistem [...]” (MARTÍNES-ALIER, 2007, p. 34).

Como consequência dessas desigualdades, grupos mais vulneráveis, tais como quilombolas, indígenas, ribeirinhas, assentadas e tantas outras espalhadas pelo território do Cerrado do Pantanal que atribuem significados e relações diferenciadas com a natureza estão sendo prejudicados e ameaçados, sofrendo violência física e simbólica.

Para Porto (2013, p.142), “a concentração fundiária e a expansão dos monocultivos são responsáveis pelas disputas nos territórios rurais e se constituem em elemento central para compreendermos a geração de conflitos no campo.” Na comunidade do Chumbo os desmatamentos, as queimadas, a poluição do solo, da água e os conflitos por terra só comprovam esta assertiva.

Para Milanez *et al.* (2013), o crescimento desenfreado dessas atividades na região ocasiona inúmeros impactos, atingindo diretamente a vida dos agentes sociais que se relacionam diretamente com o meio ambiente, o que também ocasiona sérios problemas de saúde. Isso torna esses agentes mais vulneráveis e intensifica as injustiças socioambientais.

A chegada da usina aqui na comunidade prejudicou por causa das caldeiras, essa casa teve que forrar, por causa da vinhaça, aqueles pó que quando vai queimando a cana, aquela cana não sai mais o bagaço inteiro, sai aquele pó de tão apertado que é a moeira da usina que ele sai aquele fubá, aquele fubá pode colocar também para o gado que come que é uma beleza, mas não tinha, já ia direto para a caldeira e aquele vapor da caldeira subia aquela boleira queimada pra cima e dela vinha distribuindo de lá pra cá conforme o vento, quantas vezes tinha pessoas fazendo comida e era chuaaaaa, jogava até panela de comida fora. A vinhaça prejudicou os poços manual que a gente tinha aqui, teve que isolar o poço, porque eles soltavam lá, tinha o rego da vinhaça, eles fizeram de boca aberta, em outras partes não ficam de boca aberta até no depósito, aqui não, eles fizeram um rego com boa proteção, mas teve um bom trecho que eles arrumaram cimento então não penetrava, com o tempo o que eles fizeram estavam soltando a vinhaça aqui na beira do asfalto, inundou tudo, ficou aquele lagoão enorme que ninguém aguentava (Seu Juca, Poconé/MT, fevereiro/ 2018).

Nesse trecho da entrevista, Seu Juca fala que, além dos danos sociais, a agroindústria da cana trouxe também inúmeros danos ambientais que passaram a



interferir diretamente no dia a dia dos agentes sociais da comunidade, como a poluição do ar com a fuligem da queima da cana-de-açúcar, que impregnava o ar, a casa e os utensílios domésticos, muitas vezes obrigando a jogar fora a comida que já estava pronta e a grande utilização de agrotóxicos. Outro agente poluidor da agroindústria de maior impacto ambiental para a comunidade foi a vinhaça que, além do mau cheiro, começou a contaminar os poços manuais e as cacimbas de água.

Quando a cana é queimada na pré-colheita ocorre a produção de grande quantidade de fumaça, dependendo das condições atmosféricas e do estado vegetativo das plantas. Sob clima quente e seco, o canavial apresenta grande volume de folhas secas, e o fogo é extremamente rápido e intenso, gerando uma grande quantidade de elemento particulado negro denominado pela população das cidades circundadas pelos canaviais como “fuligem da cana” (ARBEX, 2001, p.82).

Para Martins e Silva, (2010, p, 10), “em relação às águas subterrâneas, os riscos do tipo de exploração do solo são particularmente graves na monocultura canieira em razão, dentre outros, da intensidade do uso de herbicidas.”

O plantio da cana foi a questão que mais suscitou conflitos e injustiças ambientais na comunidade, deixando marcas profundas que se misturam entre passado, presente e futuro, apesar de não existir mais, ela continua presente como um fantasma que atormenta a alma dessas pessoas.

O cenário de devastação ambiental, resultante das queimadas, da poluição das cacimbas e do rio, somados à utilização de agrotóxicos, entre outros fatores, contribuem para o aumento dos prejuízos ambientais, assim como a expropriação da natureza e das pessoas em situação de vulnerabilidade, seguindo uma lógica de um sistema econômico que busca obtenção do lucro.

Isso só constata que não é por acaso que os empreendimentos que apresentam os maiores danos ambientais são destinados aos países, regiões mais pobres, em especial, aos agentes sociais em situação de maior vulnerabilidade. Denominou-se o termo de racismo ambiental a esse evento de imposição desproporcional aos riscos ambientais às comunidades mais vulneráveis, que são menos favorecidos de recursos financeiros, educacionais, políticos e informacionais (ACSELRAD *et al.*, 2009).

Na virada da década de 1990 comprova que os setores que lograram criar um consenso em torno de objetivos únicos e conseguiram iniciar um processo de reestruturação do seu sistema de produção foram bem-sucedidos. De outra parte, setores nascentes ou mesmo aqueles que não

contaram com o apoio do Estado passaram a conviver com dificuldades para o desenvolvimento dos seus negócios (BELIK, 2007, p. 162).

No relato abaixo, Seu Juca fala da venda da agroindústria (Cocapo) para o Grupo Zulli, que passou a ter outra razão social (Alcopan). Ele também fala que, nessa época, o Ministério Público do Trabalho fez uma investigação na agroindústria e constatou várias irregularidades trabalhistas e condições precárias de moradia.

O nome da usina era Cocapo até quando venderam, mas até nisso nós não prestamos sentido, até por que nessa época eu já tinha saído da usina, por que a turma da lei bateu aqui, e nós estávamos cortando cana nas terras do Luiz Alberto, mas a turma do Ministério do Trabalho lá olhando, foi de gato em gato, chegou e perguntou o que a gente fazia. Eu falei que era gato, aí perguntaram: “Essa turma que está trabalhando aqui é do senhor?” Eu disse sim é meu! Perguntaram quantas pessoas estavam comigo, eu disse que eram 412 pessoas, perguntaram se eu estava de carteira assinada e eu disse que não, só o meu povo, meu povo todinho está com carteira assinada, mas eu não tenho carteira assinada, ele disse que a ordem era de fichar a carteira de todos os gatos, que assim que o senhor sair daqui, não quiser mais trabalhar aqui, o senhor tem direito de ir plantar em qualquer lugar. Ele me perguntou quanto que eu ganhava de porcentagem, eu falei 15%, eu até ganhava bem, dava uma boa grana. Ele disse que mesmo assim eu não poderia ficar assim, me mostrou a turma todinha de Alagoas, os gatos estavam todinho com as carteiras assinadas, mas eu e meu sobrinho que era daqui não, fui falar com eles e não aceitaram, falaram até que eu estava mentindo, eu falei até com o presidente da usina e falaram que eu estava mentindo. Eu disse para ele: “Mentindo está você que está aí atrás de uma cadeira, mentiroso, que nunca botou sua cara lá na roça”, ele falou que eu tinha que respeitar a barba dele e continuaram a me chamar de mentiroso, aí eu desisti e não fui mais trabalhar, também já estava falindo. E ficou muito nordestino aqui, um punhado, mudou a comunidade (Seu Juca, Poconé/MT, maio/ 2019).

Senhor Juca apresenta um cenário de irregularidades trabalhistas, onde tinha funcionários da usina que não estavam registrados, portanto sem nenhum tipo de direito trabalhista. O Ministério do Trabalho já estava trabalhando na autuação da usina, o que acabou contribuindo também para seu fechamento. Ele relata o seu desentendimento com os chefes, chegando até a troca de insultos, que o levou a falar com o presidente, culminando com a sua saída da empresa.

Cabe aqui o registro da situação dos migrantes que vieram em busca de trabalho, alguns acabaram por ficarem residindo na comunidade, outros casaram e constituíram família, mas alguns deixaram os filhos que tiveram com as mulheres da comunidade e nunca mais retornou.

A empresa Alcopan foi acusada de várias irregularidades, inclusive, de manter empregados em condições análoga a de escravizados. Para Wagner (2016), o

trabalho escravo compreende o exercício de atividades realizadas ilegalmente, o qual não disponibiliza as mínimas condições de higiene, de dignidade humana. Dentre todas essas irregularidades descritas pelo autor que foram encontradas na empresa, a mesma também foi acusada por atrasos nos salários e a falta de pagamento dos empregados.

No que se refere à transição da agroindústria da cana para a soja, constata-se que ainda é relativamente recente. No Pantanal, iniciou-se em 2011 e no Cerrado do Pantanal, em 2013. Nas palavras de Seu Juca:

A soja expandir não vai poder, porque não tem para onde ir, porque é só esse que já tá aí, não tem mais boca, porque lá na frente só se eles comprarem do fazendeiro lá do fundo, pra cá na comunidade não vem. Eu acredito que se eles procurarem pra mim vender, eu não vendo. Como diz o velho Saul do Buriti, 'Eu não vendo, não empresto e não dou' é o mesmo pensamento de todos meus parentes aqui. Tenho um primo que morreu agora, mas o filho é o mesmo linguajar, nós não vamos vender nossa terra. Ali em cima, a soja faz divisa com meu cunhado que vendeu uma parte para duas famílias o resto que ficou é dele mesmo. Já falou pra mim; 'No dia que eu interessar em vender vou oferecer primeiro para o senhor'. Eu respondi: 'Então tá, se eu não tiver o dinheiro a gente tem gado pra pagar (Seu Juca, Poconé/MT, fevereiro/2018).

Após o período de encerramento das atividades da agroindústria da cana, a região passou a despertar o interesse de outros grupos empresariais de vários setores do agronegócio, transformando e reconfigurando o território como uma nova fronteira agrícola de monocultura da soja em Mato Grosso, inclusive, com a utilização desordenada de agrotóxicos.

Atualmente, a região de Poconé é vista como uma nova oportunidade para a expansão da monocultura da soja porque possui extensas áreas férteis e boas condições para o seu plantio e cultivo. O que antes era destinado à pecuária e à agroindústria da cana, agora estão sendo substituídas pela plantação de soja, o que aumentou a especulação imobiliária, pois a maioria dos/as moradores/as possuem pequenos lotes; aqueles que possuem uma propriedade maior passaram a ser coagidos pelos fazendeiros para forçarem a venderem suas terras.

A sua expansão para o território da comunidade do Chumbo é inevitável, apesar de ser uma atividade que potencialmente pode aumentar os desmatamentos, que já são muito grandes. Pode também provocar impactos imensuráveis para o meio ambiente e para a saúde dos/as moradores/as, aumentando e agravando ainda mais as consequências socioambientais, que já estão presentes na comunidade, desde o início da instalação da usina na região.

A atividade da soja provoca vários danos ambientais, tais como: desmatamentos, poluição do solo e da água, uso intensivo de agrotóxicos pelos fazendeiros, que não tem preocupação com os danos ambientais gerados a curto, médio e longo prazo, em especial, para moradores/as das comunidades locais, que vivem no entorno dessa plantação (CARNEIRO, 2015).

Os conflitos entre quilombolas e fazendeiros na região do Cerrado do Pantanal há aproximadamente quarenta anos, em especial, por questões de terra, preservação ambiental e principalmente para manterem sua cultura preservada, fazem com que os agentes sociais carreguem marcas profundas de sofrimentos, provocadas por “[...] manobras fraudulentas realizadas por latifundiários para expropriar e ocupar o território que não os pertenciam, obrigando-os a viver espremidos entre as cercas dos latifúndios” (BERTONCELO, 2018, p. 116).

Para Moreira (2017, p.108), “nesse cenário caótico, são os povos indígenas, as populações quilombolas, camponesas, e, as chamadas minorias, que mais sofrerão e ficarão expostas aos riscos e impactos desse modelo de desenvolvimento desigual.”

No primeiro olhar, parece que existe uma aceitação pacífica dos/as moradores/as da região em relação à expansão da soja. Essa impressão não é verdadeira, um exemplo é a mobilização em um mutirão para fazer o reflorestamento de uma área totalmente degradada, localizada em frente à escola da comunidade do Chumbo onde, inicialmente, existiam árvores nativas que infelizmente foram derrubadas.

Outra forma de resistência encontrada pela comunidade é a divulgação de informações sobre as consequências do plantio da soja na região, como a contaminação da água e do solo pelo uso de agrotóxicos, o empobrecimento das riquezas minerais do solo e os impactos que tudo isso pode causar na qualidade de vida de cada um, além do risco de ser esta uma das formas de expropriação da terra desses agentes sociais que muito já lutaram para nela permanecerem.

#### **4.2 Organizações Sociais: Classe, gênero, étnico-racial e meio ambiente**

Maria da Conceição Campos Filho, sobrinha de seu Juca, nasceu em 27 de abril de 1970, cresceu e viveu na comunidade do Chumbo. É mãe de duas filhas e atualmente está separada. Já trabalhou como lavadeira, empregada doméstica, foi

contratada pela usina como cortadora de cana e, por fim, foi telefonista. Vem de uma família de dez irmãos, tem poucas lembranças do seu pai porque, quando nasceu, a mãe já estava separada. Passado algum tempo, sua mãe ficou grávida do quarto filho e resolveu ir morar com o pai da criança, porém, este não aceitou que levasse a filha. Maria da Conceição foi criada durante um período da sua infância pelo avô, senhor José Metelo, com quem viveu até os seis anos de idade.

Maria da Conceição lembra com muita emoção do avô, uma pessoa muito boa e carinhosa que faleceu em 24 de agosto de 1983. Após a morte do avô, José Metelo de Campos, Maria iniciou uma nova etapa na sua vida, indo morar com uma tia por parte de mãe, dona Tereza. Essas lembranças foram dolorosas, especialmente, as recordações dos maus tratos que sofreu durante os anos em que viveu com essa tia.

Quando meu avô estava vivo tudo ia bem, mas, quando ele morreu, foi muito difícil, apanhava todos os dias, sofri de todas as formas, moral, fisicamente, tudo o que existia, muita violência. Quando completei 12 anos, comecei a limpar a casa de tio Juca, a tia Ana que já trabalhava na usina e aí eu fui pedindo pra ela que queria trabalhar pra ela, que dizia: 'Minha filha, eu não tenho como pagar'. Eu respondia: 'Eu quero ficar aqui, deixa eu ficar'. Na verdade, eu queria fugir. Fui pra tia Ana e fui ficando, ficando, roupa eu não tinha mesmo, a outra minha tia queimava tudo. A minha tia que me maltratava tinha sete filhos, mas ela batia só em mim, enquanto eu morei lá, eu fazia de tudo, inclusive, babá das crianças dela (Maria Conceição, Poconé/MT, setembro/2017).

Relata a violência física e moral que sofreu nesse período em que morou com a sua tia Tereza, dos seis até os doze anos. Era maltratada e apanhava todos os dias, além de ser babá dos filhos de sua tia. Dos sete filhos da tia, ela era a única que apanhava. Aos doze anos, viu uma oportunidade de ir trabalhar de empregada doméstica na casa de outro tio, apesar de não receber salário – o tio não tinha condições de pagar -, aceitou o novo abrigo e a tarefa como meio de fugir e se libertar das condições que vivia na casa de tia Tereza.

Esses acontecimentos deixaram marcas dolorosas na vida de Maria e, embora isso tudo seja parte de um tempo passado, as lembranças ainda existem e continuam machucando. Atualmente, Maria da Conceição é professora na escola municipal da comunidade.

Para Pinto, que traz uma importante análise, a memória recupera a história de vida. Ele afirma que:

A memória recupera a história vivida, história como experiência humana de uma temporalidade, e opõe-se à história como campo de produção de

conhecimento, espaço de problematização e de crítica. Na operação histórica, o passado é tornado exclusivamente racional, destituído da aura de culto, metamorfoseado em conhecimentos, em representação, em reflexão; na constituição da memória, ao contrário, é possível reincorporar a ele, passado, um grau de sacro, de mito (PINTO, 2001, p.297).

“A história é uma reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado” (NORÁ, 1993 p.9).

Maria da Conceição relatou que começou a lavar roupa para os trabalhadores da agroindústria da cana quando tinha apenas 11 anos de idade. Aos 12 anos, procurou sua tia Ana pedindo que a deixasse trabalhar para ela, nem que fosse para ter alimentação. Morou com a dona Ana até os 13 anos de idade.

Ainda adolescente fui trabalhar na usina de álcool, na roça, cortando cana, sem registro na carteira. Intercalava o trabalho com os estudos. Trabalhei bastante na roça, eu não fichava direto<sup>62</sup>, eu estudava março, abril, maio e junho, trabalhava junho e julho todinho. Nunca me registraram mesmo, depois que trabalhei tanto tempo, aí eu ficava na escola até novembro e no mesmo mês de novembro eu começava a trabalhar, novembro, dezembro, janeiro e fevereiro e um pouco de março (Maria da Conceição, Poconé/MT, setembro/2017).

Em outros relatos, os argumentos não foram diferentes. Geralmente, os moradores da comunidade tiveram que trabalhar desde cedo para ajudar na renda familiar, a agroindústria da cana era o destino da maioria, a justiça social diz respeito também à injustiça de gênero, conforme Silva(1999) pesquisa em Jequitinhonha (MG).

No corte de cana, para garantir o salário, que é determinado por produção, é preciso superar os limites do próprio corpo. No caso de crianças e adolescentes em idade de desenvolvimento e crescimento, torna-se mais agravante este tipo de atividade.

Após completar 13 anos, tia Ana conseguiu um trabalho de doméstica para Maria da Conceição, que foi trabalhar na área urbana de Poconé. Contudo, o baixo salário a impedia de retornar à comunidade - não havia transporte coletivo e ela não tinha condições de arcar com corridas de táxi, que era muito oneroso.

Desse modo, não conseguiu retornar para a comunidade por um ano e dois meses. No trabalho de doméstica, ela morava na casa dos patrões em condições

---

<sup>62</sup>Não registrava a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

sub-humanas, narra que dormia na garagem, onde ficavam estacionados os dois carros da família, um da patroa e o outro do filho, e que ficava em último lugar na ordem da alimentação, alimentando-se depois, até, do cachorro da família.

Para Sarlet, a dignidade da pessoa humana é:

[...] a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão dos demais seres humanos (SARLET, 2001, p. 60).

O Estado tem o dever de assegurar ao agente social um mínimo de direitos que devem ser respeitados pela sociedade e pelo poder público, de forma a preservar a valorização do ser humano. Entretanto, tal preceito legal inerente ao ser humano é violado de muitas formas, um exemplo é a informalidade na contratação de empregadas domésticas.

As entrevistas revelam que nesses ambientes de trabalho, as condições de moradia e horas trabalhadas dependiam da aprovação dos patrões, consequência do total desrespeito aos direitos humanos e trabalhistas, produzindo situações de humilhação para as trabalhadoras. Pelo relato de outras moradoras que exerceram a mesma atividade, o trabalho foi sempre de muita exploração, com horas excedentes sem pagamento devido, trabalhavam muitas vezes em condições insalubres.

Quando eram demitidas, não recebiam nenhum salário ou indenização. Pelo contrário, conforme os depoimentos, elas eram chamadas de “preguiçosas”.

Os relatos se alinham aos dados do relatório da UNICEF (1997), que retratam realidades como a má remuneração, a jornada de trabalho longa para muitas jovens, as horas excedentes que não lhes permitiam conciliar trabalho e escola.

No período em que residiu em Poconé, Maria da Conceição teve dificuldades para voltar à comunidade do Chumbo. O seu retorno só ocorreu quando conheceu um motorista de caminhão que trabalhava na usina e pediu-lhe uma carona. Nessa época, não havia linha de transporte coletivo e ela não tinha condições de pagar um táxi. O motorista não só lhe deu a carona, como também a ajudou dando lhe dinheiro. Assim, conseguiu retornar à comunidade. Maria, cansada das

humilhações e das condições sub-humanas em que vivia na casa da patroa, preferiu sair e ir trabalhar na roça cortando cana.

Já com mais de 14 anos, decidiu voltar para a comunidade do Chumbo. Porém, não queria retornar na casa da tia, então ficou morando, por um tempo, na casa de uma amiga de nome Bibica.

Com 15 anos de idade, Maria da Conceição optou por se casar com um funcionário da usina (fiscal), José Vicente da Silva, 28 anos, nordestino. Como não tinha para onde ir, pediu ao seu padrasto para morar provisoriamente com ele e sua mãe, até o dia de seu casamento, fato com o qual ele concordou.

Depois de dois anos de casamento, o esposo saiu para trabalhar e nunca mais voltou para casa. Até hoje, não se sabe do verdadeiro paradeiro dele, Maria nunca conseguiu descobrir o que ocorreu com seu esposo.

Para Martins e Silva (2010, p. 21-22), “são inúmeros casos de trabalhadores desaparecidos”:

[...] Portanto, é difícil afirmar que há liberdade no momento da aceitação do contrato de trabalho. É difícil não pensar na vergonha do provedor fracassado. Inúmeros são os casos de trabalhadores desaparecidos. Não somente aqueles que foram assassinados por capangas em outras regiões, segundo as denúncias de muitos estudiosos e agentes de movimentos sociais, dentre eles a CPT. Dentre os desaparecidos, há que se considerar aqueles que fogem e não voltam ao lugar de origem. E mais. Estas fugas também se reportam aos trabalhadores locais, aqueles que são despedidos, que são desempregados em virtude do aumento do emprego de máquinas. Durante as pesquisas em várias cidades-dormitório desta região, foi constatado que, em torno de 30% das famílias, referem-se às chefias de mulheres. Segundo elas, os homens foram embora. Na realidade, não se trata de partida, mas de fuga. Fuga por medo das sanções sociais negativas.

Após ter passado um tempo sem ter mais notícia do marido, Maria da Conceição conheceu outra pessoa, com a qual teve um rápido relacionamento, que resultou na gravidez de sua filha, Marlen G. Campos Silva. Em 1992, casou-se com senhor Amaro José da Silva, um nordestino que veio trabalhar na usina. Com o segundo esposo, Maria da Conceição relata que também teve muitos problemas, sofria violência doméstica, ele era alcoólatra e esteve envolvido com drogas. Além disso, ele foi acusado de um homicídio, e para poder fugir obrigou-a a pedir emprestado para os moradores da comunidade uma grande quantia de dinheiro para a sua fuga, conforme conta nessa entrevista:



Tinha muito medo de separar dele e me matar, um dia chegaram lá em casa e falaram que ele tinha matado alguém, aí ele exigiu que eu desse uma quantia grande de dinheiro, que fui emprestando de todo mundo, depois ele pegou todo o dinheiro e sumiu no mundo. Vou confessar achei melhor ele fugir porque ele iria ficar preso um tempo depois ia sair e vir atrás de mim (Maria Conceição, Poconé/MT, setembro/2017).

Muitas mulheres nascidas na comunidade casaram-se com os homens que vieram trabalhar na agroindústria da cana, na sua maioria, nordestinos vindos de Alagoas.

O contrato de trabalho no corte de cana de açúcar é por safra, isto é, os trabalhadores são empregados durante o período do plantio e da colheita, os contratos são finalizados ao fim da safra.

Apesar de sua infância conturbada, Maria da Conceição nunca desistiu do seu sonho de estudar, ela não lembra exatamente o período que cursou da 1ª à 8ª série, mas lembra que estudou na escola da comunidade onde concluiu o ensino médio em 1998. No município de Poconé deu continuidade aos seus estudos cursando o magistério, que foi concluído no ano 2000.

Toda a sua luta pelas oportunidades de estudar trouxeram-lhe uma imensa sensação de felicidade a cada conquista. O problema era que não havia nenhum tipo transporte para levá-la da comunidade até a escola que ficava na área urbana de Poconé. Buscando uma solução, seu tio Juca foi conversar com o prefeito na época.

A solução apresentada pelo prefeito foi de fazer o transporte em uma caçamba, a mesma que carregava o lixo da cidade. Isso evidencia a total falta de respeito com o agente social e demonstra o completo descaso do poder público local com as pessoas das comunidades locais. Este cenário vem a confirmar que o prolongamento da estrada e a instalação da agroindústria da cana, em nenhum momento, tiveram o intuito de melhorar a condição de vida dos/as moradores/as das comunidades locais. O único objetivo é o máximo lucro com favorecimento dos grandes latifundiários da região, somado a esse contexto a própria ineficiência e a inércia do Estado aqui representada pelo poder local.

Fica, mais uma vez, evidente o desrespeito à dignidade humana. Maria relata os maus tratos físicos, sociais e psicológicos que sofreu durante o curso do magistério. Como se não bastasse o sol quente que tinha que enfrentar no trajeto com o calor, cuja temperatura média durante o dia é em torno de 35 graus, ainda

era vítima de atitudes racistas de parte de moradores/as do município de Poconé, com palavras sempre no sentido pejorativo, como quando as pessoas gritavam “olha o lixo do Chumbo está chegando”:

Quando a gente fazia o magistério em Poconé, não tinha transporte escolar, não tinha, a prefeitura arrumou para nos levar até a escola e depois nos trazer à comunidade uma caçamba, que era a mesma que transportava o lixo da cidade, esse era o nosso transporte escolar, a caçamba de lixo. Quando a gente chegava em Poconé, nós éramos bastante discriminadas. Quando chegávamos na cidade, gritavam: Olha, o lixão do Chumbo chegando, chegando o lixão. [Pausa... Lágrimas]. Hoje, só mudou a roupa, porque o racismo até hoje a gente sente (Maria da Conceição, Poconé/MT, setembro de 2017).

Maria, assim como as demais estudantes que moravam na comunidade, sofreram muitas discriminações durante todo o curso, porque os colegas e até algumas professoras da própria escola não poupavam comentários humilhantes sobre elas, provocando sentimentos de dor e vergonha pela discriminação das quais eram vítimas. Foi um período marcado pela injustiça e preconceito porque, muito embora o estudo fosse a realização de um sonho, foi necessário muita paciência e resignação para que ela pudesse superar esses momentos tão difíceis.

No caso da comunidade do Chumbo, observa-se que as violações de direitos humanos dos agentes sociais que expressam um complexo quadro de racismo social e ambiental que acontece com a omissão e conivência do município, do estado de Mato de Grosso, e do Estado brasileiro.

Para Florestan Fernandes, a maior parte dos estereótipos negativos que estigmatizam o negro e o mulato, racial e socialmente, projeta-se em verbalizações do tipo “negro não é gente”, “fazer papel de negro”, “coisa de negro”, “logo vi que era negro”, etc. Aqui complementamos com os xingamentos ouvidos pelas estudantes da comunidade que cursaram o magistério: “Olha, o lixão do Chumbo chegando, chegando o lixão”.

Portanto, é no plano elementar da situação de contato, onde a interdependência das categorias raciais parece amorfa, indiferenciada e neutra, que a estereotipação negativa do “negro” lança suas raízes. Assim se explica porque os efeitos sociais escapam à consciência dos agentes; e o que é mais importante, porque a própria esterotipação é tão tenaz e envolvente. Ela faz parte dos sistemas projetivos, herdados com o patrimônio sociocultural luso-brasileiro, e se insere entre as influências psico e sociodinâmicas formativas (FERNANDES, 2008, p. 437).

Segundo o autor, o contato é regulado convencionalmente de acordo com as

premissas do padrão tradicionalista e assimétrico de relação racial.

A máscara da civilidade põe uma cunha entre os sentimentos íntimos, as convicções profundas e as conveniências ou o decoro da vida em sociedade. Em consonância com a dualidade ética reinante em sociedades de castas, o “branco” se impôs – e com isso também impôs ao “negro” a se comportar de acordo com as suas exigências exteriores. O contexto afetivo, lógico e moral desse tipo de interação faz com que o paralelismo entre estratificação racial e estratificação social seja encarado como um fato natural, necessário e inevitável. Por isso, apesar de empregar todos os meios disponíveis para fortalecer ou resguardar o padrão de dominação racial que engendra e mantém tal paralelismo, o “branco” cultiva explicitamente, o preconceito de não ter preconceito. Como só é essencial preservar certo padrão de dominação racial, acaba sendo fácil mascarar esse objetivo por trás de propósitos de defesa da ordem social. (ou, simplesmente, de defesa da “paz social”) (FERNANDES, 2008, p. 438).

Apesar de tantas humilhações e preconceitos abertos e mascarados sofridos por elas, nenhuma desistiu do curso; continuaram os seus estudos até a conclusão. Maria da Conceição ingressou no curso de pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso, pelo NEAD<sup>63</sup>. Após a conclusão em 2004, ela fez duas especializações, uma em Educação de Jovens e Adultos e outra em Lúdico na Educação de Jovens e Adultos. Apesar dos seus esforços, Maria Conceição ainda não conseguiu aprovação em concurso público, mas não desistiu e tem fé que será aprovada.

#### **4.2.1 Abandonados/as à própria sorte**

No relato da entrevistada, ela fala sobre como o avô não concordava com a instalação da agroindústria da cana na comunidade e fazia previsão de um futuro em que coisas ruins aconteceriam na vida dos/as moradores/as da comunidade.

Olha, na época da usina, a única lembrança que eu tenho desse meu avô, é que ele teve, acredito hoje que foi mal de Alzheimer, e a gente falava loucura, então ele morreu revoltado com um fazendeiro da região de Poconé, que era um dos proprietários da usina, ele falava assim, essa usina traria coisas para nós, aconteceria coisas que nós nunca imaginávamos que iríamos ver, que ele não estaria aqui para ver, mas nós estaríamos. Então, assim na minha lembrança, não é por ser ele, mas é a única pessoa que eu me lembro, que ficou desesperado, morreu desesperado, por causa da construção dessa usina. Agora com relação aos demais membros da comunidade, eu acho que a gente não tinha noção, não cogitava a ideia do que seria a construção de uma usina na

---

<sup>63</sup>O Núcleo de Educação Aberta e a Distância (NEAD) foi criado em 1992, na Universidade Federal de Mato Grosso, com o objetivo de desenvolver programas e projetos de formação de professores na modalidade à distância.

nossa comunidade (Maria da Conceição, Poconé/MT, maio/ 2019).

Em sua narrativa, fica claro que os moradores/as da comunidade não tinham noção das consequências sociais e ambientais que a instalação da usina traria, nem imaginavam o quanto poderia afetar a vida dos/as moradores/as da comunidade.

Grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente (DIEGUES, 2000, p.58).

O que é simples de se constatar nas comunidades locais do Cerrado do Pantanal, é que existem dois grupos sociais que lidam diferentemente com a natureza e ocupam o mesmo espaço, mas com práticas culturais e formas de viver dessemelhante. Para Alentejano (2012, p. 355):

No Brasil apesar das inúmeras lutas e revoltas camponesas, da resistência indígena e quilombola, o latifúndio prevaleceu e impôs ao País a condição de um dos recordistas mundiais em monopolização da terra.

Não há como desvincular a vida desses agentes sociais sem a luta, a resistência para permanecer no território, para preservar a sua cultura que vem dos seus descendentes escravizados no País.

Aqui teve época de ter mais de 1200 trabalhadores, era muita gente mesmo. Na época da Cocapo, era muita gente, muita gente, principalmente do Nordeste, muitos casaram, inclusive eu, me casei com José Vicente da Silva [risos]. Ele era fiscal dos trabalhadores. Na época eu acho que ele tinha uns 28 a 30 anos. Casamos no civil e no religioso. Fomos morar com minha mãe e meu padrasto antes do casamento. Casei novamente, nesse percurso aí, não falei aquele dia lá na escola, que nós estávamos né, tinha outras pessoas, mas nesse período aqui que eu fiquei sozinha, depois que ele foi e não retornou mais, eu tive uma filha, entendeu? Eu tive uma filha, em 1991, engravidei em 1990 e ganhei ela em 1991, e fiquei mãe solteira [risos] como o povo fala, minha filha Marlen Greiciele de Campos Silva. Depois eu casei finalzinho de 1992 com Amaro José da Silva, nordestino, que veio para trabalhar na usina. Esse era o medo do meu avô, o pedido que ele fez pra mim antes de morrer: não case com homem que vier trabalhar na usina, minha filha (Maria da Conceição, Poconé/MT, maio/ 2019).

Destacamos que a relação de trabalho não pode ser desvinculada dos elementos classe, gênero e etnia, que são considerados como categorias históricas porque são elementos que se entrecruzam.

Para Maria Aparecida de Moraes e Silva, “em São Paulo encontrou a mesma realidade, os chamados “órfãos da cana” eram crianças nascidas dos relacionamentos entre as mulheres que viviam nas cidades e os migrantes. Assim que terminava a safra, eles partiam, deixando-as, não estabelecendo nenhum vínculo com os seus filhos”. Para a autora, “a injustiça social diz respeito também à injustiça de gênero. Neste sentido, a criação das organizações sociais de gênero, classe e étnico/racial é outra forma de resistência”.

Segundo Scott (1994, p. 13), “[...] gênero é a organização social da diferença sexual. Não se trata apenas da diferença sexual entre homens e mulheres, mas sim da organização social das relações entre os dois. Tem como principal característica a mutabilidade”.

O termo "gênero" torna-se, antes, uma maneira de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, "gênero" tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (Scott, 1995, p. 75).

Os cortadores de cana na comunidade do Chumbo, como em tantas outras partes do país são, na sua grande maioria, homens, pobres, negros e com pouca ou nenhuma escolaridade. O pagamento do salário do cortador de cana é baseado em sua produtividade, isso faz com que as trabalhadoras estejam em desvantagem, pois a maioria delas não tem o mesmo ritmo e velocidade dos trabalhadores. Para Martins e Silva (2010):

Neste momento, vale a pena refletir sobre uma possível escolha de não aceitação do contrato de trabalho por parte dos trabalhadores. No tocante aos migrantes, que já chegam, em sua maioria, endividados, eles não teriam condições financeiras de regressar aos seus lugares de origem, distantes a milhares de quilômetros. Além disso, o regresso sem dinheiro para o sustento da família significa, antes de tudo, a violação das normas de comportamento vigentes no interior do grupo ao qual pertence. Portanto, é difícil afirmar que há liberdade no momento da aceitação do contrato de trabalho. É difícil não pensar na vergonha do provedor fracassado. Existe um cruzamento de histórias entre os trabalhadores que vieram de outras localidades com as moradoras da comunidade, grande parte delas tiveram relacionamentos amorosos com esses trabalhadores, como foi o caso de Maria da Conceição. E na maioria dos casos, após a falência da agroindústria da cana, muitos desses homens foram embora trabalhar em outros lugares do país e deixaram as mulheres e os filhos na comunidade e nunca mais retornaram.

Outro fator relevante é que esses trabalhadores, que vieram em grande quantidade, não tinham moradia, dormiam em barracões de palha, que só foram construídos depois da primeira safra, ou seja, viviam em condições insalubres. Ao constituírem famílias com as moradoras locais, passavam a ter condições mais adequadas de moradia e alimentação. “Sob a batuta do Estado, constituiu-se o mercado de trabalho regulado, uma vez que o contrato só pode ser feito nos locais de origem, o que faz com que, após a safra, os trabalhadores sejam obrigados a regressar, confirmando, assim, a migração permanentemente temporária” (SILVA, 2016, p.13).

Para Silva (2007), referindo-se a sua área geográfica pesquisada, as condições de habitação a que esses trabalhadores se subordinam é outro complicador para suas já precárias condições de vida. Isso em razão, entre outras coisas, de grande parte deles ser composto por migrantes que não têm outra possibilidade de moradia, o que não difere das situações dos trabalhadores que vieram para a comunidade do Chumbo.

Por serem homens de pouca idade, pouco estudo, pode-se inferir que o sexo e faixa etária estejam relacionados aos requisitos de contratação das agroindústrias de cana na comunidade do Chumbo, como nas demais usinas espalhadas pelo País. Por serem resultados de um processo de expulsão, para a própria sobrevivência aceitam os baixos salários, condições indignas e insalubres de trabalho e falta de moradias que não lhes foram disponibilizadas.

Com relação às condições sociais dos migrantes, Alves (2007) afirmou que:

Por causa dessas condições, por serem migrantes de regiões distantes e pobres e, por serem resultado de um processo de expulsão em suas regiões de origem, não lhes é esperada qualquer manifestação de desacordo diante das exigências requeridas no processo de trabalho: em termos de produtividade e em termos de remuneração (ALVES, 2007, p. 46).

Como afirma Alves (2007), esses trabalhadores migrantes são o resultado de um processo de expulsão de suas regiões de origem, porque nas circunstâncias de vulnerabilidade em que vivem se veem obrigados a aceitar salários baixos e condições indignas e insalubres, tanto no trabalho como nas suas “moradias”.

Saíamos de madrugada para trabalhar, pegava o caminhão, que falavam

pau de arara, aqueles caminhões que carrega a cana, a gente ia geralmente nesses caminhões, mulher, homem, todos juntos, tudo misturado. (Maria da Conceição, Poconé/MT, maio/ 2019).

No caminhão que levava os/as trabalhadores/as, chamado de “pau de arara”, não havia o mínimo de conforto, nem sequer para as mulheres, pois como afirma Maria da Conceição, “todos juntos, tudo misturado”, fica evidente a exploração do trabalho e a falta de respeito, de dignidade, com as trabalhadoras. Para Silva (1999), as trabalhadoras conviviam mais com pessoas diferentes do que com a própria família:

Trabalhadoras passam a conviver mais com homens estranhos a sua família seja no canavial ou nos laranjais, seja nos caminhões, que diariamente transportam ambas as categorias de gênero para as fazendas e de volta para casa. Este fato, ainda que aparentemente seja irrelevante, traz mudanças nos papéis femininos e masculinos (SILVA, 1999, p. 8).

Ficou evidente, a partir dos depoimentos colhidos e da bibliografia selecionada, que as jornadas de trabalho na colheita manual da cana eram extensivas, os ritmos eram muito intensificados, havia uma obrigatoriedade do cumprimento de metas de produção, o transporte, chamado pau de arara, era inadequado e inseguro, as moradias eram precárias (barracões de palha, sem banheiro e que abrigavam um número elevado de trabalhadores), o que aumentava o desconforto e a precariedade das condições de higiene. Essa organização do trabalho caracteriza a total exclusão de direitos.

A gente ia no caminhão, às vezes nós parávamos, por exemplo, se o corte de cana era aqui desse lado, a gente ia até lá na agrícola né, lá tinha uma garrafa de café, a gente pegava um pão, comia aquele pão com um pouquinho de café, às vezes tinha um ônibus velho, às vezes ia no caminhão mesmo, e dali a gente seguia, homens e mulheres todos juntos. Porque a gente no corte de cana, como mulher tinha menos habilidade, então a gente não ganhava quase nada. Tinha um dizer que falava assim: “Hoje fulano não vai nem pagar o bandeco”. Ou seja, o que ele vai ganhar não vai dar nem para pagar a comida. Então a gente preferia os outros serviços, tipo, desdobra, retapa e bituca. Desdobra era aquela cana que o motor não pegava, a gente pegava e jogava dentro do sulco de cana, por exemplo, o caminhão passava com os homens em cima plantando, aí aqueles que ficavam para lado de fora do sulco, da valeta onde era plantada a cana, nós vínhamos atrás da máquina pegando aqueles restos de cana e colocando dentro do sulco. Ganhávamos uma diariuzinha para fazer isso. E na hora do almoço a gente sentava no sol forte, comia no sol, Era mais cozidão. Arroz, carne cozida, feijão, batata cozida, assim (Maria da Conceição, Poconé/MT, maio/ 2019).

A falta de humanidade era tanta que não havia nem a preocupação em

fornecer um local adequado para fazerem uma alimentação digna. Conforme os relatos, almoçavam expostos a um sol escaldante, eram tratados não como seres humanos, mas sim como ferramentas de produção. Não havia interesse em proporcionar um mínimo de dignidade a esses/as trabalhadores/as, eram vistos apenas como ferramentas de trabalho, contrapondo-se ao empregado, almejado que buscava melhoria da sua vida e da sua família, o que muitas vezes resultou em fracassos e decepções.

Assim preleciona Martins e Silva:

É preciso não esquecer que o migrante parte em busca de melhoria de vida, isto é, de um projeto de ascensão social. O retorno, ou melhor, a representação do retorno é carregada destes valores. Logo, os fracassos, as perdas representariam a ruptura com o ideal da partida, o que pode resultar em sanções negativas por parte do grupo. Esta poderia ser a explicação para as ações daqueles que não retornam, que desaparecem. O desgarramento familiar pode conduzir ao desenraizamento social e cultural, cujo processo de alienação é reforçado pelo uso de bebidas alcoólicas e drogas que apressam a morte física e social (MARTINS; SILVA; 2010, p.20).

Maria diz: *“Hoje fulano não vai nem pagar o bandeco”*, ou seja, o ganho não será suficiente nem para pagar a comida, percebe-se a exclusão da mulher na atividade canavieira relacionada com a visão do gênero frágil, incapaz de executar certas tarefas, e quando não alcançava a meta, fica mais visível a carga enorme de sofrimento e humilhação de uma mulher que faz este tipo de trabalho.

Sobre a relação contratual entre empregado e empregador, Silva e Martins (2010, p.21) afirmam que “há dois aspectos a serem considerados”:

Um deles é a relação jurídica estabelecida entre compradores e vendedores da força de trabalho. Neste momento, os dois agentes são portadores de direitos iguais, legalmente reconhecidos, uma vez que a operação envolve um ato de compra e venda, feito entre indivíduos livres, isto é, nenhuma corrente visível obriga, pelo uso da força física, a assinatura do contrato, aliás, algo também legitimado pelos representantes dos trabalhadores no momento dos acordos coletivos. O outro aspecto, menos visível, porém não menos importante, é a aceitação forçada, involuntária e latente deste contrato jurídico (SILVA; MARTINS, 2010, p. 21)

Trata-se, nesses casos, dos cortadores/as de cana, que têm um contrato bilateral, mas que apenas uma das partes obtém vantagens, o contratante com relação ao contratado, que pseudamente vende o seu trabalho, quando na realidade é explorado, e em alguma vez humilhado, sendo esse o resultado dessa relação



empregatícia que, em muitas situações, chegou a provocar uma ruptura familiar.

O que é bituca? Bituca é no tempo da safra, é aquela cana preta, porque pra cortar a cana primeiro queima né? Tem que queimar. E retapa é aquela cana também que ficava para fora da terra, aí a gente vinha com a enxada retapando, passava o trator tampando, e o que ficava com a ponta para fora a gente ajeitava e jogava a terra por cima (Maria da Conceição, Poconé/MT, maio/ 2019).

Era muito sofrido, sem falar que os fiscais, [risos] tem que rir para não chorar. As pessoas falam: “Ah mais já passou!”. Passou para você, passou para quem não viveu e nem imagina como foi (Maria da Conceição, Poconé/MT, maio/ 2019).

Para esses/as trabalhadores/as, todo histórico de dificuldades, necessidades e sofrimentos que viveram durante o período em que trabalharam nessa atividade, ficam enraizados em suas memórias e não é fácil superar, esquecer ou apagar tais lembranças, porque faz parte da contextualização da vida dessas pessoas, marcadas para sempre, inclusive, da dominação de gênero.

Na época aqui tinha cacimbas, córregos que era o mais próximo do milho branco<sup>64</sup>, que virou só a represa, nós pegávamos lenha, tinha uma lagoinha. Mas com a fuligem tudo mudou, olhe para a igreja, até hoje ainda tem as fuligens dentro do forro. A gente comia e dormia com essa fuligem e fazia muito mal (Maria da Conceição, Poconé/MT, maio/ 2019).

Maria da Conceição relata que existiam muitas cacimbas e córregos limpos com água potável e que depois da instalação da agroindústria tudo ficou poluído devido à utilização de agrotóxico e à fuligem resultante da queima da cana, o que mostra os danos ambientais provocados por tal empreendimento.

A poluição das águas dos rios e córregos influencia diretamente a vida dos agentes sociais, prejudicando principalmente a alimentação, porque a água faz parte de toda a cadeia produtiva desde a sua produção até o seu consumo. A fuligem com resíduos trouxe outras consequências como a impregnação da fuligem nas casas, a poluição do ar causando alergias, problemas respiratórios prejudicando a saúde dos/as moradores/as locais.

Para Silva e Martins (2010, p. 7), “A própria aplicação destes agroquímicos sobre o solo também tem gerado efeitos danosos, tanto ao meio ambiente (como à microfauna terrestre) quanto à saúde dos trabalhadores rurais”.

---

<sup>64</sup> Cemitério da comunidade

São considerados como resíduos sólidos qualquer lixo, refugo, lodos, lamas e borras originados da atividade humana, de procedência doméstica, profissional, agrícola, industrial, nuclear ou de serviço, que ao serem depositados de forma inadequada, sob a denominação genérica de lixo, provocam poluição ambiental (SILVA, 2009, p. 98)

O lançamento de resíduos sólidos diretamente no solo ou no subsolo, sem as devidas precauções necessárias para o seu tratamento de acordo com os critérios técnicos fixados pelas normas de proteção ambiental, é um dos principais fatores de contaminação do solo e da água, que tem como consequência a potencialização dos riscos à saúde humana.

A comunidade do Chumbo está imersa em um cenário de vulnerabilidade, produzido pelas consequências da expansão do capitalismo na região. A falta de políticas públicas e a omissão do poder local fortalecem o racismo ambiental na região.

Existe uma convergência, na opinião dos entrevistados/as, quanto à introdução da monocultura da soja na região. A grande maioria alega que não haverá oferta de muitos empregos, mas, por outro lado, haverá um aumento significativo nas queimadas e contaminação da água e do solo, principalmente pelo uso do agrotóxico, que causa a morte da biodiversidade e a contaminação dos/as moradores/as locais.

A terra é fonte de vida, é um “meio de produção essencial, na medida em que é sobre os processos produtivos (agrícolas e não agrícolas) se desenvolvem e que os assentamentos humanos (urbanos ou rurais) se estabelecem” (REYDON, 2007, p. 228).

Nas entrevistas, também temos opiniões divergentes no que diz respeito à continuidade da soja na região, porque os mais jovens acreditam na sua expansão, enquanto os moradores/as com mais de 60 anos de idade pensam diferente e acreditam que, se não venderem as suas terras para os fazendeiros, a soja não terá como expandir.

Com relação à soja, nós temos um documento que enviamos para SEMA, inclusive o Ministério Público veio até aqui, nós temos alguns parceiros que ajudou a gente a elaborar esse documento, pedimos pra menina do INCRA protocolar o documento, tá com uns 4 a 5 anos que começaram a plantar a soja. Primeiro foi o Gasparotto que começou lá na fazenda do boi perto do trevo, onde tem aquele boi. A plantação vai até Piranema tá muito grande, hoje já tem mais pessoas plantando, como o Senhor Ailton

Nogueira, Senhor Raul e outros, a soja que estão plantando aqui não emprega ninguém, e as consequências do agrotóxico está acabando com as plantações da Comunidade (Maria da Conceição, Poconé/MT, maio/2019).

Foto 21 - Plantação de soja na Rodovia Adauto Leite próximo à comunidade do Chumbo



Fonte: Autoria própria, março /2019.

Com a falência da agroindústria da cana, as terras, inicialmente utilizadas para o plantio da monocultura da cana, foram gradativamente sendo ocupadas com o plantio da soja, o que preocupa os agentes sociais das comunidades locais dessa região. O discurso do chamado desenvolvimento regional não passa de uma falácia. Isso porque o objetivo dos fazendeiros é a obtenção de lucros, utilizando-se de práticas insustentáveis para esse fim e com intensa utilização de agrotóxicos.

As consequências socioambientais sofridas por essa comunidade, em função do modelo de ocupação que está ocorrendo na região, atingem diretamente os agentes sociais que têm historicamente as suas bases de vida e de resistência ligadas a esse meio ambiente.

As consequências socioambientais impostas à comunidade do Chumbo têm desencadeado a injustiça ambiental, pois ela sofre uma carga maior dos danos provocados pelo agronegócio que não lhe dá qualquer oportunidade de contestação. Sabe-se que as consequências colaterais do uso de agrotóxicos são inevitáveis e, principalmente, imprevisíveis os danos causados ao meio ambiente a médio e longo prazo.

### 4.3 Impactos sociais e ambientais: Cultura, Pertencimento, Gênero e Classe Social

Marinete, 39 anos de idade, mulher negra, nasceu no dia 23 de julho de 1980 e cresceu na comunidade do Chumbo. É casada há 21 anos com um nordestino negro, alagoano, que veio trabalhar na agroindústria da cana. Ele é mecânico e atua num garimpo do município de Nossa Senhora do Livramento<sup>65</sup> de segunda a sexta-feira, retornando para casa somente aos sábados.

Marinete afirma ter muitas lembranças boas e alegres da sua infância. Seu pai, José Atanásio de Lima, conhecido por Seu Juca, lavrador, trabalhou na agroindústria da cana. Sua mãe, Ana Luiza de Almeida Lima, era professora na escola que funciona na comunidade. Relembra como eram as casas e as brincadeiras da sua infância. Moravam numa casa que tinha dois cômodos e era de pau a pique, muito limpa e sempre cuidada com muito amor. Dormiam em redes até completar 7 anos de idade, só mais tarde, seus pais compraram uma cama beliche.

As ruas não eram ainda abertas, tinha muito mato, as casas eram uma longe das outras, tinha aquele chapadão com árvores de grande porte e as árvores menores que eram as marmeladas. Gostávamos de brincar nas marmeladas, porque faziam as copas, brincadeiras eram no meio do mato, a gente fazia piquenique no fundo de casa, que era só matagal. De manhã cedo, a gente acordava para comer as frutinhas: cajuzinho do mato, goiaba arará, e outras tantas frutinhas! Quando surgiu a agricultura familiar onde formaram uma associação, plantavam e colhiam juntos, meu pai associado com meus tios e outros membros da comunidade plantavam arroz, feijão, colhiam todos juntos e dividiam tudo em partes iguais, por exemplo 30, 40 sacas, dava quatro a cinco sacas pra cada um, o arroz a gente socava pra comer, a gente puxava água no poço, porque não tinha água encanada (Marinete, Poconé/MT, outubro/2017).

Apesar de sua infância sem grandes confortos, a família permanecia unida, proporcionando a ela e a seus irmãos condições de se prepararem para um futuro melhor. Não possuíam energia elétrica, televisão, geladeira, o que motivava a interação entre as crianças que estudavam no período da manhã e brincavam no período da tarde. Faz um relato sobre a agricultura familiar, com a formação de uma associação entre o seu pai, seus tios e alguns outros membros da comunidade. Plantavam e colhiam arroz e feijão e dividiam o resultado final da produção igualmente.

Percebe que a comunidade do Chumbo é formada predominantemente por

---

<sup>65</sup> Município vizinho à Cuiabá-MT.

agentes sociais que fazem parte de uma rede de parentesco, algo muito parecido com a família brasileira colonial.

A mãe de Marinete recebia um salário muito baixo exercendo o cargo de docente, o que a motivou pedir um afastamento da escola para trabalhar de serviços gerais na usina. Os pais trabalhavam fora e a irmã mais velha de Marinete ficou grávida aos 14 anos e casou-se. Ela, com apenas 12 anos de idade, teve que assumir todas as responsabilidades da casa e também cuidar dois irmãos menores.

Marinete relembra com saudosismo o cotidiano da vida dos/as moradores/as da comunidade, em especial dos afazeres das mulheres, que ela descreve até de forma poética - afirma que era bonito ver as mulheres lavando as roupas no rio, e depois tomando banho naquele mesmo rio, caudaloso, de águas limpas e cristalinas.

Antes, toda as mulheres da comunidade lavavam as roupas no rio e ficava até bonito de se ver. O rio com aquele monte de água que corria, aquelas mulheres lavando as roupas, infelizmente, hoje você vai lá e vê que tá secando, porque um dos donos de lá vendeu para um fazendeiro que desmatou para formar pasto e para fazer plantio de outras atividades agrícolas; a nascente ficou descampada, por isso ela está secando, quando você vai agora na seca só tá um fiozinho de água, aí o gringo que é o rio que a gente falava ele não tem mais aquela água saudável para tomar banho e nem para lavar roupas, como era antigamente, as caçambas com água transparente e dali tomavam água não existe mais (Marinete, Poconé/MT, outubro/2017).

No relato, Marinete descreve com detalhes as transformações que ocorreram principalmente no rio e na vazão da água em virtude dos prejuízos ambientais na comunidade, devido ao desmatamento e às atividades agrícolas insustentáveis.

Marinete relata que vivenciou algumas experiências racistas, em especial durante seu período escolar no município de Poconé. Contudo, afirma que hoje tem orgulho de ser negra: "*Eu sou quilombola, eu sou uma pessoa que amo minha negritude*". Atualmente, ela, juntamente com outras professoras, faz um trabalho para empoderar as crianças e jovens da comunidade. Sobre esse assunto, ela assim se pronunciou:

Nós professoras da comunidade, formadoras de opinião, acordamos muito para valorização do que é nosso, nesses três e quatro anos pra cá, trabalhamos o empoderamento, fizemos grupos de siriri infantil, juvenil que iniciou com um grupo de quadrilha; começamos a participar do festival no SESC; estamos conseguindo sensibilizar nossas crianças e jovens na valorização da cor da pele, na valorização do cabelo, porque aqui todo mundo queria alisar o cabelo, agora quase ninguém mais alisa. Estávamos copiando a cultura dos outros e deixando a nossa apagadinha, mas agora

não, a gente admira a cultura dos outros, acha bonito o cabelo liso, mas a gente vê que o nosso também é bonito, cada um do seu jeito (Marinete, Poconé/MT, outubro/2017).

Marinete descreve o seu trabalho e das outras professoras com os alunos da comunidade visando o empoderamento deles/as, com a valorização da cor da pele, com a valorização do cabelo, por meio de projetos que são desenvolvidos para contribuir com a formação dos jovens, à medida em que valorizam a sua cultura e se fortalecem no combate ao racismo.

Das ações de resistência à escravidão aos grupos feministas negros organizados, a luta da mulher negra contra o espaço social de subalternidade e invisibilidade a que foi submetida pelo racismo e pelo sexismo estruturantes das dinâmicas sociais brasileiras é longa e ininterrupta. Contrastando com a sua participação político-partidária e institucional, a mulher negra hoje tem presença marcante nos movimentos sociais e nas entidades associativas, como associações de bairro, religiosas, sindicatos, culturais, ou mesmo dentro dos partidos políticos, embora poucas vezes ocupem os cargos eletivos (SEPPPIR, 2015). (P. 59

No caso das pessoas negras, segundo Gomes (2008, p.23), “o que difere é que a esse segmento étnico/racial foi relegado estar no polo daquele que sofre o processo de dominação política, econômica e cultural e ao branco estar no polo dominante.”

A identidade é a conexão da história individual com a história social realizada por meio da referência histórico-social. E é da junção das duas dimensões históricas com o tempo social que a sociedade e a identidade concebem reciprocamente.

De acordo com Gomes (2005), o abismo racial entre negros e brancos no Brasil existe de fato. É sabido que a desigualdade racial é uma realidade em todos os espaços públicos e privados; não adianta a sociedade negar a existência do racismo, isso só faz aumentar a sua propagação.

Nesse sentido, a figura da mulher negra tem um agravante a mais, por ter uma imagem difundida de forma muito negativa e injusta, pois pesa sobre ela algumas pechas com referência à cor da sua pele, ao cabelo, até a sua aparência física e, principalmente, por ser do sexo feminino.

A mulher negra quase sempre ocupa o papel de sujeito mais desfavorecido se levamos em consideração a maioria dos indicadores sociais brasileiros como acesso ao mercado de trabalho, acesso ao ensino superior em cursos de maior prestígio, acesso à saúde, entre outros, como aponta o Dossiê Mulheres

Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2013). As mulheres negras são ainda, segundo a pesquisa do IPEA, as mais vitimadas pela violência doméstica. A invisibilidade e a subalternidade da mulher negra, contudo, não alcançam apenas as suas condições materiais de existências, mas também a sua subjetividade e a sua cidadania CARNEIRO, (2003 apud Silva, p. 59).

Nesse trecho da entrevista, ela fala que os/as moradores/as da comunidade não foram educados para serem leitores e o que as professoras fazem hoje é começar um trabalho com os pequeninhos, de incentivo à leitura, ao empoderamento, à luta contra o preconceito, à aprendizagem das danças típicas e os instrumentos, tradicionais da comunidade. Tudo isso faz com que ela sinta orgulho de dizer que é uma quilombola e que ama sua negritude.

Outra coisa refere-se à leitura, nós não temos leitores na nossa comunidade, só os professores, nossos jovens não têm interesse, porque eles não foram educados para serem leitores, nós temos que começar esse trabalho com essa nova geração, porque nesta questão da valorização do Eu, nós temos pequeninhas que se acham lindas de turbantes e a gente sai de turbante para Poconé, Cuiabá, trabalhamos com o empoderamento, ainda tem estranhamento, preconceitos. Outra coisa que nos preocupava era que quem dançava o siriri era só os mais velhos, hoje as crianças e adolescentes estão dançando, meu pai está com um projeto para ensinar os jovens a tocar ganzá. Eu sou quilombola, eu sou uma pessoa que amo muito a minha negritude. Eu amo tudo do negro, eu amo tudo. Amo minha história, amo fazer parte deste povo aqui (Marinete, Poconé/MT, outubro/2017).

De acordo com Muller, Santos e Moreira (2016, p.8), “dentre os espaços de resistências utilizados por homens e mulheres negras, os quilombos são territórios determinantes na reelaboração da cultura negra”.

[...] não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos cotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional (MUNANGA, 2006, p.12).

Marinete conta algumas dificuldades que viveu na sua juventude, que caracterizam a discriminação de gênero. Quando se casou, foi morar com o esposo na casa dos seus pais, o que trouxe alguns conflitos para o casal, pois o esposo não se sentia à vontade residindo com os sogros. Por isso, depois de algum tempo, alugaram uma casa de duas peças; passado mais algum tempo, o pai dela doou

um pedaço de terra e construíram em mutirão a primeira casa de adobe para o casal.

Ela fala também das dificuldade e dos diversos desafios que teve que enfrentar para ter acesso à escolarização, começando pelo lado familiar com o ciúmes do marido, a gravidez precoce da filha e depois mais um filho, o fato de não ter com quem deixar duas crianças, porque tanto a sua mãe quanto a sua irmã trabalhavam o dia todo na agroindústria da cana.

No lado social, teve que superar as dificuldades de locomoção da comunidade até a escola, falta de dinheiro, má alimentação e, em alguns dias, até a falta do que comer, discriminação dos próprios colegas de escola, falta de acesso aos livros e a própria dificuldade de aprendizado nos estudos. Apesar desses percalços, ela conseguiu concluir o ensino superior e, assim, conquistou o seu espaço profissional.

A trajetória das mulheres da comunidade do Chumbo tem sido resultado das desigualdades sociais que lhes restringem a oportunidade de acesso à saúde, educação, emprego, entre outros bens sociais. Nesse sentido, Silva (1999, p.237) afirma que “não somente as amarras de classe impedem a verdadeira cidadania. Aquelas relativas ao gênero e raça/etnia igualmente forjam a ausência de direitos”.

Pode-se afirmar que gênero tem um sentido eminentemente político. Destarte, gênero indica:

[...] que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que implica no estudo do outro. Este uso insiste na ideia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação (SCOTT, 1995, p. 7).

Nessa esteira, entende-se que gênero não é um produto acabado ao nascer, mas uma construção histórica, social e cultural. O que a autora propõe é desconstruir os vícios do pensamento ocidental que concerne as definições de feminino e masculino com um olhar que desfaz preconceitos e submissão (LOURO, 2008).

Nesse sentido, Amaral e Montrone (2010) discorrem que muitas mulheres durante sua trajetória escolar, pela necessidade do:



I...I trabalho para sustento da família e cuidado dos filhos, abandonam seus estudos, seus sonhos e só conseguem retornar quando a família, os/as filhos/as crescem e não mais dependem dela. Nesse momento, então, voltam a estudar, a sonhar, a tentar, a construir suas vidas conforme seus anseios e suas vontades (AMARAL e MONTRONE, 2010, p 8).

Marinete ingressou em 2008 na Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, para fazer o Curso de Biologia, em uma modalidade parcelada, cujas aulas eram somente no período de férias (janeiro e julho), e concluiu o curso superior em 2011.

Atualmente, aos 39 anos de idade, é professora na comunidade, foi recentemente aprovada no concurso para o cargo de professora no Estado de Mato Grosso. A opção pelo magistério foi motivada para que ela pudesse continuar a residir na comunidade, próxima aos seus familiares. Atualmente, ela exerce a função de coordenadora da creche, aguardando ser chamada para tomar posse do cargo de professora aprovada em concurso público.

Com relação ao período de chegada da agroindústria da cana, Marinete relata que não havia energia elétrica na comunidade, que a vida era simples, não havia televisão, geladeira nem outro eletrodoméstico. A falta desses equipamentos não os tornava infelizes, sequer conheciam esses equipamentos.

Nós éramos felizes porque como a gente não conhecia nada fora daqui, não sabíamos que existia energia elétrica, televisão, geladeira, então não fazia falta, a gente era feliz, era criança, só queria brincar. Com a chegada da usina, começou a fazer o plantio, lembro que nossas casas ficavam cheias de fuligem, você varria a casa toda hora, tirava dois, três quilos de pó de dentro de casa, muito difícil. Com a chegada das novidades, as pessoas foram melhorando financeiramente, foram começando a existir outro tipo de casa, de alvenaria, foi chegando energia elétrica em algumas casas, alguns começaram a comprar televisão, começaram a chegar muita gente de fora pra cá e isso não foi bom porque começou a ter violência, chegou droga, prostituição, vinham pessoas formarem os cabarés para atender os homens que trabalhavam na usina, montavam os cabarés dentro da comunidade sem murar, sem policiamento, ficamos às margens da sociedade (Marinete, Poconé/MT, outubro/2017).

É notório, em lugares onde a mão de obra é formada em maioria por trabalhadores homens, tal como ocorre na agroindústria da cana e nos garimpos de minério, a presença de mulheres consideradas profissionais do sexo, que também não deixam de ser vítimas do sistema capitalista e da omissão do Poder Público.

Em uma análise crítica entre os pontos positivos e negativos da instalação da agroindústria da cana na comunidade do Chumbo é inegável que os danos socioambientais provocados pela instalação e funcionamento deste setor

sucroalcooleiro são muito maiores do que os benefícios, porque os malefícios causaram aos moradores mudanças profundas na vida cotidiana. Marinete cita por exemplo a fuligem nas casas, que provocou muitos problemas respiratórios nos agentes sociais e tornou obrigatório varrer a casa várias vezes durante o dia. Ela fala ainda do surgimento e da venda de drogas, a violência, a prostituição, os cabarés sem muros e sem policiamento.

Os danos ambientais tem consequências irreparáveis, porque com a queimada da cana de açúcar, necessária para o corte, é produzida a fuligem à qual se refere Marinete, que polui a água, a atmosfera e o solo, além de liberar vários gases tóxicos nocivos à saúde humana, que não se acomodam na atmosfera poluindo o ar e outros impactos ambientais, conforme Martins e Silva (2010).

Em termos de impactos ambientais, cumpre ainda destacar que os gases expelidos pela fuligem da cana queimada são o carbônico, os nitrosos (sobretudo o monóxido e o dióxido de nitrogênio) e os sulfurosos (como o monóxido e o dióxido de enxofre). Alguns desses gases vão para a atmosfera e podem reagir com a água, gerando ácidos nitrosos e sulfurosos que, com grande acumulação, podem gerar chuva ácida, prejudicial ao meio ambiente (MARTINS; SILVA 2010, p.13).

Marinete fica muito triste ao se lembrar de seu tio que, embora tenha sido alertado pela família, vendeu suas terras para a usina, e por um valor extremamente baixo - conforme Marinete, “*vendeu a troco de nada*”. O acesso à terra para a família do senhor Metelo foi muito difícil, verifica-se no caso em tese, que o senhor Benedito não tinha a noção do valor imobiliário, o que não passou despercebido pelos latifundiários da região.

Hoje em dia não tem mais isso, com a implantação da usina, tudo começou a ser transformado. Tinha um tio que morreu depressivo, ele não queria que tio Benedito vendesse aqui para a usina, o mesmo vendeu a troco de nada, porque não entendia a importância da mata para a comunidade, da nossa qualidade de vida, não tinha essa formação e esse meu tio que se chamava José, eram dois irmãos do meu avô, um era José e o outro Jacob. Tio José falava pra tio Benedito: ‘Não vende, não vende, esse povo vai acabar com nossa comunidade’. A usina ficou muito tempo, no início era Cocapo, no começo foi até bom, depois da Cocapo que veio a Alcapan (Alcool do Pantanal), a Cocapo era uma cooperativa, vários donos, depois veio essa Alcapan, depois o Grupo Zulli, nessa época começou a abrir as ruas e veio água encanada, vamos dizer que o poder público olhou um pouquinho mais pra cá, foi bom na infraestrutura, mas na parte da usina teve muito malefícios, além da destruição da mata, teve muitas doenças, por causa da fuligem causava alergia, problemas respiratórios, pressão arterial. Com a implantação da usina veio a prostituição, os homens vinham na época da safra e depois iam embora e deixavam muitas mulheres grávidas. A usina traziam de 400 a 700 homens, principalmente do nordeste, tinha muitos alagoanos, tinham muita violência entre eles, depois que a usina abriu falência ficavam de três a cinco meses sem pagar os

funcionários, tinha trabalho escravo, os alojamentos eram péssimos, muitos deixavam a família lá no nordeste, nesse meio tem de tudo, tem os homens casados que deixavam a família, aí ficavam três, quatro, cinco meses sem receber, eles passavam necessidade aqui e a família passava necessidade lá, eles ficavam esperando esse dinheiro que nunca chegava. Nós também sofremos, o meu esposo veio de Alagoas para trabalhar na usina, ele era mecânico, quando eu engravidei, depois do quinto mês não saiu mais pagamento pra ele até nascer nossa filha, a gente só não passou necessidade porque tinha minha mãe, tinha minha família que nos ajudava, mas muitos passavam fome, muitas vezes o marido e a mulher, tinha cantina industrial e tinha cantina agrícola, teve muita gente que aprendeu algumas profissões, temos pessoas que se formaram em química, começou a trabalhar na usina na área de laboratório e até hoje trabalha nas usinas fora daqui, só não recebiam salário, até hoje tem gente na justiça pra receber. Depois que a usina abriu falência pagaram uma parte dos funcionários, mas fizemos muitas manifestações no Tribunal Regional do Trabalho, passávamos semanas na porta, cozinhando embaixo de árvores para pressionarem a pagar os salários (Marinete, Poconé/MT, outubro/2017).

Na visão de Marinete, a comunidade, antes da chegada da usina, tinha uma vida em que reinava a tranquilidade, mas as transformações foram surgindo de forma muito rápida e as consequências ambientais e sociais influenciaram diretamente na vida da comunidade.

Um novo modo de organização social e seu modo de produzir e consumir, em que a capacidade de suporte do planeta em sua dinâmica de equilíbrio ambiental seja central e estruturante e, portanto, priorizada na construção de novas relações dialógicas de equilíbrio entre seres humanos, sociedade e natureza (GUIMARÃES, 2015, p. 10).

Esse modo de produção de *commodities*, fundamentado na monocultura, no uso abusivo de agrotóxicos, no desmatamento, nas queimadas e na concentração e expropriação de terra, tem provocado no Estado de Mato Grosso inúmeras injustiças ambientais pelas suas práticas insustentáveis de produção, recaindo de forma desproporcional sobre os grupos sociais considerados mais vulneráveis, tais como, as comunidades quilombolas.

O relato da entrevistada aborda também as condições dos trabalhadores migrantes, homens vinham na época da safra para a colheita da cana e depois iam embora deixando muitas mulheres grávidas.

Nessa época, a agroindústria da cana trazia em torno de 400 a 700 homens para cortar cana. Ao final do período de funcionamento da usina, houve o fator agravante do descumprimento das obrigações trabalhistas e dos direitos humanos, tendo em vista que muitos trabalhadores deixaram suas famílias no Nordeste e ficaram sem condições de arcar com despesas básicas para o seu sustento e o da

sua família.

Para Silva (1999, p. 207), “sem dúvida alguma, a intensificação deste processo, a partir dos anos 70, deveu-se à expropriação havida nas terras de origem e ao aumento da demanda desta mão de obra provocada pelo processo de modernização e pelo Proálcool em 1975”.

Nos dizeres de Silva (2004), sobretudo a partir de 1975, com a criação do Proálcool e da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), os milhares de parceiros, arrendatários, colonos e moradores que tinham direito às pequenas roças, não tiveram seus interesses contemplados pela Lei n.º 6.019. Essa legislação definiu “o trabalhador volante, eventual, como aquele que não ultrapassava noventa dias” no trabalho, tornando-se responsável pelo surgimento no mercado de trabalho rural dos chamados boias-frias (SILVA, 1999, p. 115).

Com a criação do Proálcool, milhares de hectares de terras foram transformadas em canaviais para as grandes usinas de açúcar álcool. A maneira de produzir dessas usinas combinou o emprego de tecnologias modernas com a mão de obra de milhares de boias-frias, provenientes de Jequitinhonha (MG) e do interior de vários estados do Nordeste, além dos expulsos das fazendas paulistas (SILVA, 2004, p. 34).

O modo de produção adotado por essas agroindústrias é uma combinação do emprego de tecnologias modernas com a mão de obra intensiva de milhares de boias-frias, na sua grande maioria, provenientes de outros estados.

Vários depoimentos e relatos das pessoas que trabalharam no setor sucroalcooleiro comprovam e confirmam que, muito embora sempre houvesse descontos em seus salários, os trabalhadores continuavam possuindo dívidas com a empresa canavieira, fosse pela comida, pelas vestimentas e por vários outros itens. A empresa imputava o custo desses benefícios como sendo de responsabilidade dos trabalhadores, quando, na verdade, era sua obrigação fornecê-los, conforme preceitua o nosso ordenamento jurídico trabalhista.

Com o fechamento da usina, iniciou-se em 2013 a plantação da soja, que não oferta emprego para os moradores das comunidades locais. Assim, muitos homens foram trabalhar nos garimpos localizados nos municípios de Poconé e de Nossa Senhora do Livramento.

Com relação aos garimpos, alguns localizados na parte central do município de Poconé, percebe-se que há uma certa convivência entre o poder público local e os/as moradores/as pelo fato de que, atualmente, empregam mais de dois mil

homens no município.

Marinete não vê na soja uma solução para os problemas sociais da comunidade, porque esse tipo de agronegócio não gera empregos e nem mercado de trabalho para os moradores/as, que possuem poucas qualificações profissionais. Inclusive, muitos deles estão indo embora para outros locais e até outros estados. Ela acredita, ainda, que poderá ocorrer um agravante nesse cenário, pois os danos ambientais estão se intensificando com o aumento significativo do desmatamento para a expansão do plantio da soja e pelo uso indiscriminado dos agrotóxicos, que poluem o solo, subsolo e a água e, por fim, trarão mais impactos significativos na vida dos/as moradores/as da comunidade.

Atualmente ficamos no meio do caos, todo desmatamento que foi feito, a soja que é plantada aqui não abre mercado de trabalho para a comunidade, quando abre dois, três empregos, tem muita gente daqui indo embora, muita gente daqui em Campo Novo dos Parecis<sup>66</sup>, porque lá tem mais mercado de trabalho, infelizmente é também pra soja, mas lá tem oportunidades para as pessoas das comunidades, porque aqui eles não tem as máquinas próprias, contratam mão de obra só dos que têm os maquinários, só nessa época, já vêm os profissionais que coletam a soja e vão embora e pra nós nada, a prefeitura sempre vai ficar do lado deles (Marinete, Poconé/MT, outubro/2017).

O plantio da soja provoca inúmeros impactos sociais e ambientais, os danos perpassam pelo desmatamento para abertura de novas áreas para a expansão agrícola, provocam poluições da água e do solo, assim como na expropriação de moradores/as das comunidades locais, mas nada disso reverte em melhorias para os agentes sociais, que acabam sem acesso ao que é produzido (VALLES, 2018).

O Brasil é líder mundial na produção de laranja, café e cana de açúcar; segundo maior produtor de soja, feijão e carne bovina; terceiro maior produtor de abacaxi e milho; quarto maior produtor de leite de vaca; e quinto maior produtor de limão e banana. Ao mesmo tempo, ainda existe uma parte da população em situação de insegurança alimentar, o que mostra que a quantidade da produção de alimentos no país não se configura como um fator determinante da fome (FAO, 2014, p. 52).

“Esta região tem despertado interesse de grupos empresariais de setores do agronegócio, se configurando como nova fronteira agrícola para o avanço da monocultura de soja no estado” (VALLES, 2018, p.15).

Agora veio a soja, uns quatro, cinco anos começou a plantação da soja, como nós temos alguma formação, a gente tem absoluta certeza que é só

---

<sup>66</sup> Cidade do interior de MT, atualmente conhecida como cidade do agronegócio, pelas extensas áreas de plantações de soja.

malefício para a comunidade, benefícios só para o bolso deles, mas infelizmente têm alguns que acham que vai ser bom, não sabem dos malefícios com os venenos. Seu Ailton, inclusive, começou a plantar aqui mesmo, na frente da escola (Marinete, Poconé/MT, outubro/2017).

Considerando que o uso de inseticidas ocasiona a contaminação do solo, do ar, do lençol freático, dos rios e dos seres vivos, a comunidade continua a luta para permanecer no seu território, recusando-se a vender as suas propriedades, de onde retira o sustento.

Os impactos causados pelo desmatamento e pelas monoculturas têm se somado às atividades já consolidadas na região, tais como a pecuária e o extrativismo mineral, que têm causado sérios problemas ambientais e sociais que influenciam diretamente nas práticas cotidianas das comunidades (VALLES, 2018, p.15).

Marinete relata que, em 2010, os/as moradores/as da comunidade, juntamente com o Ministério do Trabalho, plantaram muitas árvores na frente da escola, no outro lado da rodovia, e que em 2016, as árvores foram derrubadas por fazendeiro para expandir o plantio da soja. Assim, disse ela:

Em 2010, veio um grupo do Ministério do Trabalho e ajudamos a plantar árvores, arborizamos na frente da comunidade, quando foi no ano de 2016, já vimos só máquinas derrubando as árvores que plantamos, já estavam todas grandes, começamos a fazer manifestação na frente da escola, mas sabe o que acontece, quando é esses fazendeiros que têm grande poder aquisitivo, o poder público não faz nada, a gente perde, o promotor de Justiça que está visitando nossa comunidade e está vendo tudo o que tá acontecendo em relação aos malefícios da soja para nossa comunidade, falou pra gente: 'O que é que vocês estão fazendo, porque não fazem alguma coisa, uma denúncia?' Se ele que é o promotor de justiça tá vendo tudo ainda precisa fazer a denúncia? A gente sabe que estamos sendo infectados pelos venenos e que isso vai nos matar pouco a pouco, infelizmente, não podemos fazer nada, porque eles têm dinheiro e, nesse país, infelizmente, quem tem dinheiro tem a força, veio imprensa aqui, quando perguntaram quem era o fazendeiro, entraram no carro e foram embora. Tem um outro fazendeiro que chamou a gente até pra fazer barganha, a gente falou que não se vende: 'Se vocês estão acostumado a comprar pessoas aqui a gente não se vende, nossa vida não tem preço' (Marinete, Poconé/MT, outubro/2017).

A partir do relato, podemos perceber que houve um descaso por parte do Poder Público do município de Poconé frente à situação ocorrida, uma vez que era de sua responsabilidade zelar pelo patrimônio municipal; as leis cabíveis não foram aplicadas, quanto mais qualquer tipo de punição aos infratores.

Como agravante dessa situação, durante a derrubada dessas árvores, alguns moradores/as ainda sofreram ameaças por parte de alguns fazendeiros da

região e, posteriormente, foram assediados para realizar alguma barganha com um fazendeiro. Além disso, conforme o relato, até a mídia local silencia quando se trata de alguns fazendeiros específicos.

Marinete relata que a soja abrangeu a área em que funcionava a usina:

A terra onde está sendo plantada, ela era da usina, como era a Cocapo depois os antigos donos retomaram, acho que o Grupo Zulli não pagou, é uma questão de justiça muito grande, aí eles arrendaram, os fazendeiros são todos unidos entre eles, o próprio jornalista falou pra gente porque não fazemos um acordo com eles, somos muito pequenos diante deles e no nosso país a justiça pra acontecer é difícil, muita gente perde até a vida, chegavam pra gente e diziam: 'Vocês vão enfrentar Senhor...? Pense bem, vocês têm certeza?'. Aí você fica com medo, se você morrer é uma boa causa, mas e daí? Eu fui na Defensoria Pública eles têm a foto com Chumbo desse tamanho [gesto com o braço] rodeado inteiro por plantações de soja (Marinete, Poconé/MT, outubro/2017).

No relato da Marinete, fica evidente o desequilíbrio e a desigualdade de forças e de poder entre os agentes sociais da comunidade do Chumbo e os fazendeiros da região. De um lado, os moradores da comunidade sem capital financeiro e político, que há muitos anos vêm sofrendo com as injustiças ambientais – que precisam sempre estarem mobilizados - de outro lado, os fazendeiros e empresários, aqueles que detêm o maior poder aquisitivo e político, sem dúvida o lado mais forte nesta relação seja qual for a demanda.

Como enfrentar pessoas que detêm o poder? Em Mato Grosso, assim como em muitos outros lugares do Brasil, ainda vigora a violência física e psicológica, popularmente conhecida como a “lei” da pistolagem, onde a maioria das desavenças, principalmente as que dizem respeito à terra, são resolvidas na “bala”. São incontáveis os crimes de assassinatos na região, que nunca foram solucionados e, em alguns casos, nem os corpos nunca foram encontrados.

Isso só comprova a ineficiência, incapacidade e a precariedade do Estado em defender o cidadão, deixando de cumprir o seu papel de garantir a segurança a todos e a completa aplicabilidade das normas jurídicas.

É plenamente justificável que Marinete e muitos outros moradores/as da comunidade temam por suas vidas porque, muito embora ninguém tenha sido ameaçado de morte, sempre existiram situações enigmáticas e veladas que geram uma certa desconfiança e apreensão. Entretanto, isso não intimida e nem enfraquece ou torna os agentes sociais da comunidade passivos, pois afinal a luta para permanecerem no seu território ainda continua.

São vários os instrumentos de resistência desses/as moradores/as, podemos citar: a manutenção das tradições, da cultura, da confecção da viola de cocho, das festas locais, associações religiosas, sociais e em rede - muitas comunidades locais se reúnem para fazer trocas de mudas e sementes crioulas -, realização de festas que envolvem todas as comunidades locais, a dança, a alimentação e a música.

Um dos maiores e melhores exemplos desse processo de resistência são os quilombos que se constituíram de diversas formas, ora silenciosa, ora combatente e, em outros momentos, sendo complacentes com a exploração, deixando-se ser explorados pela necessidade da sua própria sobrevivência e da família, nesse cenário rural.

Muitos dos homens da comunidade estão trabalhando nos garimpos de Poconé, do distrito de Cangas e Livramento. A gente pensa que é malefício, mas o garimpo está empregando. Hoje, nós temos muitas mulheres trabalhando com arte, um grupo de mulheres tentando fazer bananas chips, procurando alternativas para não irem embora, porque aqui só fica gente que está trabalhando nos garimpos e também e você pensa assim...o garimpo é um malefício, mas se fechar os garimpos e daí, o que fazer? Sabemos do malefício do mercúrio só que se fechar os garimpos muitos vão passar fome, porque vão viver de quê? Os garimpos de Poconé têm mais de 2.500 homens trabalhando, sendo que 1.200 homens têm carteiras assinadas, a violência em Poconé está muito alta, se fechar os garimpos aí sim virá o caos, 2.500 homens desempregados a violência vai aumentar muito mais, os homens aqui do Chumbo quando não estão trabalhando, inclusive, com a soja em outros municípios, estão trabalhando nos garimpos, muitos ficam fora trabalhando trinta dias e ficam quatro dias com a família, meu marido mesmo trabalha no garimpo em Livramento, passa a semana e vem final de semana, e nós só estamos aqui porque somos funcionários públicos (Marinete, Poconé/MT, outubro/2017).

A realidade atual dos agentes sociais da comunidade é a busca por alternativas de renda, fazem banana chips e produzem artefatos materiais, tais como a viola de cocho, o ganzá, o pilão, bonecas de pano, colher de pau, crochê, remédios naturais como chás, garrafadas, xaropes e tapetes, mas não conseguem colocar o que produzem para a venda externa, ou seja, fora da comunidade. Muitos homens da comunidade, por conta da necessidade da sua sobrevivência e de sua família, buscam, como forma de se manterem no território, trabalhar em garimpos em regiões próximas. Aqui merece um breve destaque dos garimpos localizados em Poconé.

A presença dos garimpos formando depósitos de pepitas no município de Poconé deu origem, ainda no século XVIII, à exploração mineral por bandeirantes. “A descoberta das minas de Beripoconé em 1777, estabelecendo futuramente a cidade de Poconé, é um dos exemplos do



trabalho dos pioneiros na lavra do ouro mato-grossense” (VEIGA; FERNANDES, 1991, p. 7).

Poconé vive um segundo ciclo do ouro a partir do ano 1982. Com a retomada dessa atividade, “transformando a exploração mineral na principal atividade econômica, superando a tradicional pecuária” (VEIGA; FERNANDES, 1991, p. 7). “Os diversos estudos e estatísticas sobre o contingente de garimpeiros envolvidos no processo de extração estão eivados de interesses ideológicos e políticos, portanto não permitem mensuração e interpretação confiáveis” (MARTA, 2001, p.28).

Mesmo reconhecendo o papel da política governamental no grande movimento populacional ocorrido nos garimpos e sua relação com as questões fundiárias, agrícolas e urbanas, não há como negar a influência do preço de ouro na movimentação populacional ocorrida durante a última década dos oitenta. Esse impacto social pôde ser sentido em todo o Estado de Mato Grosso, especialmente na região da Baixada Cuiabana, onde se pontificou essa atividade, além dos Municípios de Poconé e Nossa Senhora do Livramento (MARTA, 2001, p.26).

Esses garimpos permanecem em funcionamento até hoje, alguns encontram-se localizados no perímetro urbano da cidade, o que provoca conflitos de ordem social e ambiental na região. Os garimpos podem ser visualizados desde a trajetória do município de Nossa Senhora do Livramento até a chegada em Poconé, aliás, estão se tornando ponto turístico para brasileiros e estrangeiros.

A chamada exaustão do minério primário, principalmente na região de Poconé, relaciona-se principalmente à política de preços empreendida pelo governo federal no início da última década dos noventa. A disponibilidade de equipamento e a forma predatória com que se realizou o primeiro processo de extração fez com que houvesse maior incremento de mecanização para reaproveitamento dos rejeitos, considerados até então como “rabo de bica”. Contribuiu para esse fato a maior extração de ouro aluvial na qual a atividade dos “filãozeiros” é essencial, cujo trabalho ocorre em minas subterrâneas, onde se extrai o minério incrustado na rocha. Esses locais são denominados de filões (MARTA, 2001, p.2).

Para Milaré (2011, p. 211), a atividade de mineração possui interface direta com a realidade do meio ambiente, dado que não há como extrair um mineral sem danos. Essa atividade, estabelece um dano de grande potencial ofensivo, uma agressão sumária à natureza, representando um dos ramos industriais mais danosos do ponto de vista ambiental. “Como não podemos, contudo, descartá-la, pura e simplesmente, impõe-se diminuir os estragos que causa, com adoção de tecnologias de aproveitamento adequadas, capital e vontade”.

Do ponto de vista ambiental pouco há a ser mencionado sobre eventuais mudanças do processo na paisagem degradada ou nos aspectos impactantes sobre o conjunto do meio ambiente físico; aliás, pouco tem sido alterado no processo extrativo no sentido de serem reduzidos ou mitigados os impactos ambientais. A legislação continua proibindo abusos, mas não é respeitada em função das condições anteriores já encontradas (MARTA, 2001, p.24).

Essa exploração acarreta significativas alterações ambientais, por impactarem diretamente no meio ambiente com a remoção da vegetação, revolvimento do solo através da abertura de frentes de lavras, formação de pilhas de material estéril e de rejeitos depositados em bacia de contenção, além do grande consumo de água utilizada no processamento do minério e a contaminação por mercúrio.

Esses garimpos estão compulsoriamente retirando muitos moradores/as das suas casas, seja por conta da poluição dos resíduos ou pelas rachaduras provocadas nas casas mais próximas desses garimpos. Esse processo revela que a discrepância de poder é determinante para uma distribuição espacial desigual dos impactos ambientais, recaindo a maior carga de danos naqueles que são considerados pessoas em situação de vulnerabilidade.

Apesar dos órgãos ambientais e pesquisadores constatarem que os garimpos de ouro têm causado várias degradações ambientais e sociais, com significativas alterações na paisagem do município, há uma aceitação tácita pela maioria dos/as moradores/as do município, pois é uma atividade que oferta muitas vagas de emprego. Segundo Valles (2018), a mineração foi a primeira atividade econômica de Poconé e, desde o início, alterna ciclos de maior ou menor intensidade.

Estudos realizados pela EMBRAPA Pantanal (MORAES et al., 2000) apontam que a exploração de ouro de aluvião, nas bordas do Pantanal, principalmente em Poconé e Nossa Senhora do Livramento, Mato Grosso, com utilização intensiva de mercúrio (Hg), é uma das principais ameaças à sustentabilidade do Pantanal, pelos riscos de contaminação dos habitats e dos seres humanos, assim como as alterações das cadeias alimentares (VALLES, 2018, p.120).

Muitos garimpos funcionam ilegalmente, com o agravante de que a maioria dos trabalhadores sequer usam qualquer tipo de equipamento de segurança e proteção; além disso, os locais de trabalho são insalubres. Essa forma no uso e

ocupação do solo para essa atividade econômica tem determinado um cenário de injustiça ambiental para os agentes sociais e para os trabalhadores das minas, que não têm os seus direitos trabalhista reconhecidos e nem a sua dignidade humana respeitada, com o agravante de estarem expostos ao risco de um acidente diariamente, em virtude da própria atividade e da não utilização dos EPI's (Equipamento de Proteção Individual) e dos EPC's (Equipamento de Proteção Coletivo), colocando esses trabalhadores em um grau de risco onde qualquer acidente pode ser fatal.

Acidentes no trabalho ocorrem com alguma frequência, havendo muitos casos de morte acidental por perfuração pelo uso de instrumentos durante as descidas aos poços. Diferentemente do Norte do Estado, na região de Poconé não se têm informações sobre o uso de explosivos. Porém há notícias sobre mortes por asfixia nos poços perfurados, que não apresentam as devidas condições operacionais de trabalho (MARTA, 2001, p. 24).

Para Marta (2001, p.22), ainda tem o agravante que “o trabalho nesse processo passou a ser assalariado nos últimos anos. Na maior parte dos casos, contudo, as contribuições sociais devidas desses trabalhadores não foram recolhidas ao sistema de previdência e/ou de saúde”.

Ainda com relação a esses garimpos, moradores/as residentes próximos dessas atividade estão sendo desapropriados, obrigados a migrarem de suas casas, dando espaços para a mineração. Observamos que a destruição dos espaços de vida:

[...] mostra-se cada vez mais móvel, acionando sua capacidade de escolher seus ambientes preferenciais e de forçar os sujeitos menos móveis a aceitar a degradação de seus ambientes ou submeterem-se a um deslocamento forçado para liberar ambientes favoráveis para o empreendimento (ACSELRAD, 2004, p. 32).

Isso resulta das grandes transformações ocorridas durante séculos em que a natureza foi sendo transformada em recurso a ser explorado, “[...] como se fosse um recurso inesgotável, vista de forma fragmentada, sem a preocupação e o respeito com as relações dinâmicas do equilíbrio ecológico e sua capacidade de suportar os impactos” (GUIMARÃES, 2007, p.87). Essas situações têm contribuído para uma crise de bens naturais, energéticos e alimentares afetando diretamente os grupos desfavorecidos economicamente. Nos dizeres de Martins e Silva (2010):

No caso brasileiro, os riscos ecológicos próprios dos componentes do moderno pacote tecnológico, somados ao descontrole do receituário agrônomo da maioria das propriedades agrícolas, provocaram – e continuam a provocar – danos ecossistêmicos irreversíveis em algumas regiões do país (MARTINS; SILVA, 2010, p.6).

A apropriação dos bens naturais (água, solo, fauna, flora, entre outros) de forma avassaladora, como tem ocorrido no município de Poconé, em especial, na região do Cerrado do Pantanal, contribui para o aumento dos conflitos socioambientais e caracteriza o racismo ambiental na região.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desta tese, de uma forma geral, foi investigar, analisar e apresentar os diversos aspectos relativos aos impactos socioambientais provocados pela implantação e funcionamento da agroindústria da cana na comunidade quilombola Nossa Senhora do Chumbo, a partir da percepção dos/as moradores/as, considerando-se os aspectos de gênero, classe e raça.

A implantação do setor sucroalcooleiro na região foi favorecido pelos programas governamentais com a ideia de desenvolvimento local e regional. Contudo, em uma análise mais cuidadosa, verifica-se que o objetivo final é majoritariamente o lucro. Atualmente a atividade do plantio da cana-de-açúcar cedeu lugar ao plantio da soja e à proliferação dos garimpos, que vêm causando danos ambientais em proporções muito grandes, colocando em risco a saúde dos/as moradores/as locais, ocasionando a retirada compulsória de muitos, ou seja, expropriando a terra desses agentes sociais - na sua maioria, quilombolas descendentes de escravos.

Antes da chegada da agroindústria da cana na comunidade, os/as moradores/as tinham uma vida organizada nos moldes da agricultura familiar, nas crenças e tradições. Apesar de tudo que vivenciaram com a implantação da agroindústria, ainda nos dias atuais tentam manter suas tradições, tais como as festas de santo, o cururu e o siriri, assim como as comidas típicas pantaneiras.

Optou-se por trabalhar com a metodologia da história de vida, contando as experiências dos moradores. Isso trouxe muitos elementos para descortinar os grandes impactos socioambientais produzidos a partir da implantação da agroindústria canavieira na comunidade.

Para compreender de que forma tal quadro se delineou, buscou-se contextualizar a questão da terra, a escravidão como o embrião do latifúndio no Brasil, uma retrospectiva histórica dos quilombos às comunidades quilombolas no estado do Mato Grosso. Realizamos um estudo teórico sobre a formação agrária marcada por conflitos, o que tornou necessária a busca de subsídios nas Constituições Brasileiras, na Sociologia Rural e na Legislação Ambiental.

A pesquisa debruçou-se pelo caminho histórico desde os engenhos no estado de Mato Grosso até a agroindústria da cana na comunidade do Chumbo, perpassando pela história da construção da rodovia Adauto Leite. A história da

construção da estrada - de seu alongamento até o seu asfaltamento - vai ao encontro das narrativas dos moradores/as da comunidade. São unânimes em reconhecer as melhorias que a construção da rodovia trouxe para a qualidade de vida dos moradores. Antes da rodovia, tinham imensas dificuldades para realizar deslocamento até a área urbana do município de Poconé, que só era possível a pé ou de carro de boi, o que representava horas nesse percurso, dificultando a realização de compras ou o socorro a algum doente para o hospital.

Para conhecer a formação histórica da comunidade do Chumbo, retomamos o período escravocrata no Brasil e, em particular, no estado de Mato Grosso. A formação da comunidade está intrinsecamente ligada a três vínculos: escravidão, terra e meio ambiente. A comunidade se formou e foi crescendo ao longo dos anos com o desenvolvimento de uma cultura própria resultante da sua história. A implantação da agroindústria da cana trouxe inúmeras transformações para a comunidade e gerou impactos socioambientais significativos, poluindo rios, cacimbas, contaminando solo e destruindo a vegetação, além dos problemas respiratórios e de saúde causados aos agentes sociais locais em virtude da fuligem e gases tóxicos resultantes das queimadas.

A usina demandava mão de obra – desde sua construção até o fechamento -, o que resultou na circulação de grande número de trabalhadores. Em torno de 400 a 1200 homens, muitos vindos do Nordeste – na maioria, de Alagoas - viam no trabalho na usina uma oportunidade de melhoria de vida. Contudo, tiveram os seus sonhos frustrados, pois, na verdade, não lhes foi oferecido o mínimo de dignidade humana, porque sequer tinham um local para dormirem. Conforme os relatos, só foram construídos barracões depois da primeira safra - destacamos que esses barracões não tinham as mínimas condições de moradia, higiene, nem sequer banheiros, evidenciando assim um quadro de injustiça social.

Além dos trabalhadores migrantes, a maioria dos/as moradores/as da comunidade - adolescentes, mulheres e homens - foi trabalhar na agroindústria da cana. Esse trabalho, à princípio, foi visto como uma oportunidade de melhoria nas condições de vida, mas, à medida que o tempo foi passando, essas expectativas não se confirmaram. A frustração dos/as moradores/as em relação à usina ficou mais evidente quando a mesma foi vendida, e quando os agentes sociais tomaram consciência dos inúmeros prejuízos sociais e ambientais causados pela empresa.

Nas narrativas desses/as moradores/as da comunidade, fica explícito como as

suas vidas foram impactadas com a instalação e funcionamento da agroindústria da cana. Lutam e resistem até hoje para não perderem suas terras. Os relatos demonstraram como as identidades vêm sendo construídas ao longo de suas trajetórias de vida, e essas identidades - de raça, de classe e gênero - passam a ser, também, uma questão política para a comunidade.

Outra questão a ser destacada é a trajetória das mulheres da comunidade. Com grande vontade de estudar, fizeram grandes esforços em busca de novas oportunidades \_ um caminho espinhoso, no qual tiveram que lidar com o racismo. Apesar das dificuldades, não desistiram, e não desistem, lutam para que seus filhos e filhas tenham melhores oportunidades.

A pesquisa permitiu evidenciar as alterações – irreversíveis - produzidas na vida da comunidade a partir da implantação da usina. Essas transformações podem ser mais ou menos visíveis, como a mudança nas construções das casas, que passaram a ser, em maioria, de alvenaria, ou nas relações familiares, em que mulheres da comunidade casavam-se com trabalhadores migrantes. No caso da nova composição familiar, é relevante que frequentemente os homens que chegaram à comunidade para trabalhar na agroindústria abandonavam a mulher e os filhos, desaparecendo por completo da região.

Podemos interpretar as transformações produzidas pela presença da agroindústria da cana na comunidade a partir da concepção de racismo ambiental. Para Acselrad (2004), caracteriza-se racismo ambiental quando há uma distribuição desigual dos danos/riscos ambientais, em que a maior carga recai sobre grupos considerados mais vulneráveis, tais como ribeirinhos, assentados, indígenas, quilombolas, etc. Foi exatamente o que ocorreu com a comunidade do Chumbo, pois esses agentes sociais sofreram uma carga maior das consequências impostas pela implantação e funcionamento da agroindústria da cana, principalmente porque a comunidade está localizada em frente a ela.

Frente ao racismo ambiental, os agentes locais têm suas formas de resistência, seja com a manutenção das tradicionais plantações de milho, bananas na beira do asfalto da rodovia Aduino Leite, e a arborização de locais degradados, seja com a preservação das atividades culturais comunitárias, como festas de santo e trocas de sementes crioulas, realizadas com todas as comunidades locais do Cerrado do Pantanal. Foi possível conhecer as várias formas de resistência desses agentes sociais, que lutam para permanecer no território.

Relembrar o caminho histórico da formação da comunidade por meio dos relatos da memória dos agentes sociais permitiu uma reflexão sobre a importância das mulheres e dos homens negros na sociedade brasileira, e na própria construção histórica e étnica do nosso país. A história dita oficial apaga os processos relacionados a alguns grupos sociais, em especial, os marginalizados. Assim, ainda há muito o que ser dito, outras perspectivas que podem contribuir para acrescentar e enriquecer a história. Por isso, a relevância de apresentar e discutir a formação dessas comunidades e evidenciar suas lutas, pois desse modo permite-se que a história seja relatada de forma autêntica, dando voz e crédito por direito àqueles que sempre foram e são silenciados cotidianamente.

A coragem, determinação, persistência e resistência em permanecer na comunidade são algumas das principais características desses agentes sociais. Continuar praticando as suas atividades diversificadas, com o uso dos conhecimentos que herdaram de seus ancestrais e outros que aprenderam ao longo da vida, é uma das formas de preservação de sua cultura. Essas práticas também contribuem para o próprio desenvolvimento da comunidade, muito embora os recursos e oportunidades sejam poucas e as condições de trabalhos sejam precárias.

Há que se ressaltar que as informações que compõem os resultados desta pesquisa foram suficientes para compreender o cenário de injustiças ambientais e os conflitos socioambientais ocasionados pela instalação e o funcionamento da agroindústria da cana na comunidade. O modo de vida dos/as moradores/as da comunidade foi significativamente alterado, tornando-os vítimas da maior parte dos impactos ambientais e sociais ocasionados pelo empreendimento, caracterizando o racismo ambiental.

Foram encontradas e registradas no decorrer desta pesquisa várias causas impulsionadoras de conflitos ambientais, dentre elas, a disputa pela terra, pela água, a luta contra os desmatamentos, as queimadas, os garimpos, a utilização de agrotóxicos nas plantações. Estes conflitos ocorrem, principalmente, entre moradores/as e fazendeiros.

Destacamos o aumento alarmante de garimpos no município de Poconé. Apesar da visível presença dos garimpos, a impressão é que são invisíveis, pois as autoridades competentes, responsáveis pelas fiscalizações, não os “enxergam”. A invisibilização dos processos decorrentes do garimpo busca esconder tudo o que



decorre dessa prática, como o agravamento das questões ambientais, por exemplo. À essa degradação resultante do garimpo somam-se outros fatores, tais como a pecuária extensiva e os avanços das monoculturas, o que tem provocado impactos ambientais, sociais e culturais.

Diante dessa realidade existente na comunidade do Chumbo - e que pode ser constatada em várias outras comunidades espalhadas pelo estado de Mato Grosso e pelo Brasil -, não se pode deixar de assumir uma postura totalmente contra a esse modelo econômico, que a cada dia que passa se fortalece no campo, com a expulsão de muitas famílias do seu local de origem para as periferias dos grandes centros industrializados em busca de novas oportunidades. Essa reflexão só foi possível pelo uso da metodologia de história de vida, na qual as narrativas de moradores/as da comunidade são meio de contextualização de tudo que tem acontecido com os agentes sociais. Nossa intenção com essa pesquisa foi, também, dar espaço de vocalização a esses agentes sociais, que muitas vezes são esquecidos pelo poder público na luta que travam para defender o seu território. Posicionam-se inúmeras vezes contrários aos interesses econômicos que refletem em processos dramáticos de destruição do ambiente por meio da introdução das monoculturas.

Esperamos que este trabalho possa despertar o interesse pela produção de mais pesquisas sobre essa temática. E, ainda, que possa contribuir para o fortalecimento da identidade da comunidade Nossa Senhora do Chumbo<sup>67</sup> e de

---

<sup>67</sup> Pensando numa forma de contribuir para a capacitação das mulheres da comunidade do Chumbo, elaborei um projeto e concorri ao Programa Tereza de Benguela, projeto que foi contemplado. O Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) Agente de Desenvolvimento Socioambiental, referente ao Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde, a ser oferecido pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT Campus Várzea Grande, é destinado a atender mulheres da comunidade quilombola Nossa Senhora do Chumbo. Esta proposta curricular está baseada nos fundamentos filosóficos da prática educativa progressista e transformadora, nas bases legais do sistema educativo nacional e nos princípios norteadores da oferta de cursos FIC, explicitados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 9.394/1996 e atualizada pela Lei 11. 741/2008, bem como o Regulamento dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) do IFMT, nas resoluções, decretos e demais referenciais curriculares pertinentes a essa oferta educacional. Dentro da função social do IFMT, o curso pretendeu estimular a formação humana integral. O Curso Agente de Desenvolvimento Socioambiental na modalidade FIC visou contribuir com as necessidades do mercado de trabalho local, qualificando profissionais para atuarem nos diversos tipos de estabelecimento, seja industrial, comercial e de serviços.

muitas outras comunidades quilombolas do Estado do Mato Grosso. Buscamos fornecer subsídios ao processo de construção de sua visibilidade, o que pode resultar em políticas públicas para a comunidade, trazendo melhoria na qualidade de vida dos agentes sociais e propiciando-lhes as garantias necessárias para que permaneçam em suas terras com o cumprimento das leis ambientais que protegem o meio ambiente e sua cultura, com melhoria na saúde e na educação.

---

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. **Justiça Ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Ford, 2004.

ACSELRAD, H.; MELO, C. C. do A.; BEZERRA, G. das N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estud. Av.** São Paulo, v. 24, n. 68, 2010. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142010000100010&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142010000100010&script=sci_arttext) Acesso em: 15 de fevereiro de 2019.

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

ALEIXO, L. H. G.; CASTRO, I. **Memória histórica da indústria de Mato Grosso**. Cuiabá: UFMT, 1987.

ALENTEJANO, P. Estrutura fundiária. In: CALDART, R. S. (org). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ALMEIDA. A. W. B. **Quilombos e novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.

ALMEIDA C. D. de. **Comunidade e Cultura**: práticas cotidianas e construção da cidadania na Comunidade Quilombola Campina da Pedra. Tese. (Doutorado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRS, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/69719> Acesso em: 20 de março de 2019.

ALVES, F. J. C. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí: será esse um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do complexo agroindustrial canavieiro? In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. J. C. (Orgs.). **Migrantes: Trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2007.

ALVES, J. C. M. Posse - **estudo dogmático**. vol. II, 1. Tomo.1999.

AMARAL, D. M; MONTRONE, A. V. G. **Mulher, mãe, trabalhadora, militante e estudante**. São Paulo, out.2010. Disponível em: [http://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor\\_2010/00%20textos/sessao\\_8/08-03.pdf](http://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2010/00%20textos/sessao_8/08-03.pdf) Acesso em 19 jul.2019.

ANDRADE, Manuel Correia de. Formação territorial do Brasil. In: CHRISTOFOLETTI, A. et al (org.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec, 1995.

ANÍBAL. A. SINDICAL, Sindicato das Indústrias sucroalcooleiras do Estado de Mato

Grosso, **site da UNICA** (*União da Indústria de Cana-de-Açúcar*). Disponível em: [http://www.sindalcool-mt.com.br/setor.php?texto=casasindalcool\\_setor\\_3setor\\_mt](http://www.sindalcool-mt.com.br/setor.php?texto=casasindalcool_setor_3setor_mt). Acesso 20 de fevereiro de 2019.

AZEVEDO, R. F. de. **Posse: efeitos e proteção**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 1984.

BALDEZ, Miguel Lanzelloti. **Sobre o papel do direito na sociedade capitalista**. Rio de Janeiro: Cddh, 1998.

BANDEIRA, M. de L. **Território negro em espaço branco**. Cidade: Editora Brasiliense, 1988.

BARTH, F. **Os grupos étnicos e suas fronteiras**. Em o Guru, o iniciador e Outras variações antropológicas. Tradução de J.C. Comerford: Rio de Janeiro. Ed. Contracapa, 2000 [1969].

BARTHES, R. **The semiotic challenge**. Oxford: Basil Blackwell, 1993. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122009000100009&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122009000100009&script=sci_arttext). Acessado 15 de março de 2019.

BARTHES, R. **A câmara clara: nota sobre fotografia**. Tradução Julio Castañon Guimarães. Rio Janeiro: Nova Fronteira, 1984. Procurar ano 1993.

BAUER, M. W; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. Tradução M. Estevão e R. Aguiar. Revisão técnica M. Arieira. 3ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

BELIK, W. Agroindústria e Política Agroindustrial no Brasil, In: RAMOS, P. (org). **Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectiva**. Brasília: MDA, 2007, p.141-159.

BENJAMIN, Roberto. Folclore. In: GADINI, Sérgio Luiz; WOITOWICZ, Karina (orgs.). **Noções básicas de folkcomunicação- Ponta Grossa**: Editora UEPG, 2007.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet, 2. ed., Brasiliense, 1986ª [Obras Escolhidas. v. 1]

BERTONCELLO, J. **Conflitos socioambientais e mudanças climáticas sob o olhar das juventudes camponesas de Poconé-Mato Grosso**. Dissertação. (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2018.

BOFF, L. Conflitos no campo, suas causas e possíveis saídas. In: CANUTO, A.; LUZ, C. R. S.; ANDRADE, T. P. (Orgs.) **Conflitos no Campo – Brasil 2016**. Goiânia: CPT Nacional, 2016.

BORDIEU, P. **Ruralidade, corpo e identidade**. O camponês e seu corpo. Revista de Sociologia e Política, n. 26, junho de 2006, 1979, p. 83-92.

BOURDIEU, P. A juventude é só uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. 5ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

BOURDIEU, P. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU P, BOLTANSKI L. La production de l'idéologie dominante. In: Actes de la recherche en sciences sociales. Vol. 2, n° 23, juin 1976. La production de l'idéologie dominante. pp. 373. Disponível em: [www.persee.fr/doc/arss\\_03355322\\_1976\\_num\\_2\\_2\\_3443](http://www.persee.fr/doc/arss_03355322_1976_num_2_2_3443).

BORGES, A. M. **Curso completo de Direito Agrário**. 1ª edição. Leme: CL EDIJUR, 2006.

BRASIL. **Constituição Política do Império**. Texto Constitucional promulgado em 25 de março 1824. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm). Acesso em: XX ago. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

BULLARD, R. Enfrentamento o racismo ambiental no século XXI. In: ACSELRAD, H; HERCULANO, S; PÁDUA, J. A. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Ford, 2004.

BULLARD, R. D. Confronting environmental racism in the twenty-first century. **Global Dialogue**, v. 4, n. 11, winter. 2002. Disponível em: [http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio\\_resumo2015/relatorios\\_pdf/ccs/DIR/DIR-Daniela\\_Almeida.pdf](http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2015/relatorios_pdf/ccs/DIR/DIR-Daniela_Almeida.pdf). Acesso em 10 jun. 2015.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 3ª ed. São Paulo: Duas Livrarias, 1975.

CARNEIRO, Fernando Ferreira, et al. **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARNEIRO, M. J. Desenvolvimento Territorial Sustentável. O retorno ou a morte do camponês? In: MARTINS, R. C. (Org.). **Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente**: Diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas. São Carlos: EdUFSCar, 2014, p. 31-47.

CARNEIRO, S. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, Dec. 2003. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000300008&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 17 de abril de 2020.

CARVALHO, J. F. T, **Ditos de sofrimentos: trabalho escravo contemporâneo nos canaviais da zona da mata sul de Pernambuco**. Século XXI. 2017. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

CASTILHO, S. D. de. **Quilombo contemporâneo: educação, família e culturas**. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

CASTRO, S. P. Sesmarias como terra da parentalha: direito de fato versus direito legal. In: Congresso luso-afro-brasileiro de ciências sociais. Coimbra, 2004. **Anais**. Coimbra: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Economia, 2004. Disponível em <http://ces.uc.pt/LAB>.

COSTA, B. R. **Comunidade Quilombola Tanque do Padre: Memórias, Narrativas e Vivências**. Dissertação. (Mestrado na Educação). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017.

DAVIS, F. A. **Comunicação não-verbal**. São Paulo: Summus, 1979.

DELGADO, G. da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Unicamp/Cone, 1985.

DIEGUES, A. C. (Org.). **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. São Paulo: NUPAUB; PROBIO-MMA, 2000.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura**. São Paulo: EDUSP, 2003.

ELIAS, D. Globalização e modernização agrícola. In: **Revista Paranaense de Geografia**, Curitiba, n. 1, p. 5-16, 1996.

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

FERNANDES, M. B. Diretrizes de uma caminhada. In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Orgs). **Educação do campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002.

FERNANDES, M. Entrevista com o professor Bernardo Mançano Fernandes. In: COSTA, A. (Org.). **Práticas, desafios e proposições para uma educação do campo no município de Goiás**. 1. ed. Goiânia: Vieira, 2011.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1.

FERREIRA, J. C. V. **Anuário Estatístico de Mato Grosso 2005**, Associação Mato-grossense dos Municípios-AMM, 2008. Disponível em:

<http://www.coisasdematogrosso.com.br/cidades/cidade.asp?id=7&cidade=Pocone>. Acessado em 22 de janeiro de 2018.

FILHO, J. L. A.; FONTES, R. M. O. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**. Juiz de Fora: v. 4, n. 7, jul./dez. 2009.

FREITAS, D. P. **A Guerra dos Escravos**. 5ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

FREITAS, D. P. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

FURTADO, M. L. S. **Aquilombamento no Maranhão: um rio grande de (im) possibilidades**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2012.

FURTADO, M. B, SUCUPIRA, R. L, ALVES, C.B. **Cultura, Identidade e Subjetividade quilombola**: uma leitura a partir da psicologia cultural, 26 (1), 2014, 106-115.

GAMEIRO, M. B, P. **O Fetiche da mercadoria “Verde”: O agrário e o ambiental na construção social do etanol**. Tese. (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de São Carlos. PGS/USFCar. São Carlos, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GOMES, F. dos S. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, N. L. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GOMES, N. L. **Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate sobre Relações Raciais no Brasil**: Uma breve discussão. In: Educação Antirracista: Caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília, 2005, p.39 – 62.

GOMES, N. L. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza, 1995.

GORDINHO, M. C. **Do álcool ao etanol**: trajetória única From Alcohol to Ethanol: a Winning Trajectory Do álcool ao etanol: trajetória única, 2010. Ed. Terceiro Nome. Única. Disponível em: <https://unica.com.br/wp-content/uploads/2019/06/Do-Alcool-ao-Etanol.pdf> Acesso em: 05 de fevereiro de 2020.

GUANZIROLI, C. *et. al.* **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288p.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1968.

GUIMARÃES, M. P. Título. In: LOUREIRO, C. F.; ACCIOLY, I. B; COSTA, R. N. (orgs.). **Pensamento ambientalista numa sociedade em crise**. Macaé: Nupem/UFRJ, 2015.

GUIMARÃES, M. Educação ambiental: participação para além dos muros da escola. In: MELLO, S; TRAJBER, R. (coord). **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: Unesco, 2007.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1968.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**; Tradução de Laurent Léon Schaffter: São Paulo: Editora Revista Dos Tribunais Ltda, 1990.

HELFAND, S. M.; REZENDE, G. C. **A agricultura brasileira nos anos 1990: o impacto das reformas de políticas**, in: GASQUES, J. G., CONCEIÇÃO, J. C. (orgs.). Transformações da agricultura e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2001.

HERCULANO, S. **Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil**. In: I Encontro da ANPPAS, 2002, Indaiatuba. São Paulo: Indaiatuba. 2002.

HERCULANO, S. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

HERCULANO, S. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**; v. 3, n. 1, Artigo 2, jan./abril, 2008.

JHERING, R.V. **Teoria Simplificada da Posse**. Tradução Ricardo Rodrigues Gama. 1ª ed. Campinas: Russell Editores, 2005.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, Lisboa, v. 4, n. 2, 2000, p. 333-354.

LEROY, J. P.; M., J. Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais: os visados territórios dos invisíveis. In: PORTO, M. F.; PACHECO, T; LEROY, J. P. **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

LOUREIRO, Antônio. **Cultura mato-grossense: festas de santos e outras manifestações**. Cuiabá, 2006.



LOURO, G. L. Segredos e mentiras do currículo. Sexualidade e Gênero nas práticas escolares. In: SILVA, L. H. **A escola cidadã no contexto da educação globalizada**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p.33-47.

MANFRINATE, R. HISTÓRIAS FEMININAS: Poder, Resistência e Educação no Quilombo de Mata Cavalu. Dissertação. Mestre em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, de 2011.

MARTA, J. M. Relações de produção no garimpo de Poconé-MT. Revista de estudos Sociais. Ano 2, n. 5 2001. Disponível em: <http://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/viewFile/168/158>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2019.

MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação cultural e hegemonia, 4ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

MARTÍNES, A. J. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

MARTINS, R. C Pensando as ruralidades contemporâneas In: MARTINS, R. C. (Org.). **Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente**: Diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

MARTINS, R. C.; SILVA. M. A. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, n. 24, maio/ago 2010.

MARTINS, R. C. Modernização e relações de trabalho na agricultura brasileira. **Agrária**, São Paulo, n. 4, 2006.

MARTINS, R.C. Disputas Sociais na Gestão de Águas em Áreas de Barragens. **XII Congresso Brasileiro de Sociologia**. GT 11 - Mundo Rural na Sociedade Brasileira: Territórios, Atores, Projetos, UFMG, Belo Horizonte-MG, 2005.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5ª ed. Petrópolis, RS: Editora Vozes, 1995.

MARTINS, J. de S. **A reforma agrária e os limites da democracia na "Nova República"**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, J. de S. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. 9ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010 [1979].

MAUSS, M. Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. **Sociologia e Antropologia**. v. II. São Paulo: Edusp, 1974.

MEDAUAR, O. Constituição Federal, coletânea de legislação de direito ambiental. São Paulo: **Editora Revista dos Tribunais**, 2018.

MENDES, M. A. **História e geografia de Mato Grosso**. 4ª ed. Cuiabá: Cafarnaum, 2015.

MENEZES, M. A. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a Contribuição de James C. Scott. **Raízes**, v. 21, n. 1, jan./jun. 2002. Disponível em: [http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo\\_87](http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo_87). Acesso em: 20 agosto de 2019.

MENEZES, M. A. Relações entre pais, mães e filhas(os) em famílias camponesas: memórias de infância. **Teoria e Pesquisa**, n. 49, p. 90-112, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/>. Acesso em 20 jul. 2019.

MILANEZ, B. et al. Injustiça Ambiental, Mineração e Siderurgia. In: PORTO, M. F; PACHECO, T; LEROY, J. P. **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

MILARÉ, E. Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco. Doutrina. Jurisprudência. Glossário. 6ª ed. rev. atual. ampl. **Revista dos Tribunais**, 2009.

MILARÉ, E. Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco. Doutrina. Jurisprudência. Glossário. 7ª ed. rev. atual. ampl. **Revista dos Tribunais**, 2011.

MÜLLER, Maria Lúcia R; SANTOS, Angela M; MOREIRA, Nilvaci L. M. Quilombos e quilombolas em Mato Grosso. **Revista da ABPN- Educação, Quilombos e Ensino de História: paradigmas e propostas**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 18, p. 07-24, nov. 2015 – fev. 2016. Disponível em: <http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/issue/view/3>. Acesso em 21 de maio de 2019.

MINAYO, M. C. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.

MOLINA, M. C.; ARELALO, L.; WOLL, E. A. **Sínteses dos Trabalhos do GT de Educação do Campo**. Congresso Nacional do Programa Residência Agrária. Disponível em: [www.congressoresidencia.com](http://www.congressoresidencia.com). Acesso em: 10 de agosto de 2019.

MOREIRA, D. L. **Território, luta e educação: dimensões pulsantes nos enfrentamentos dos conflitos socioambientais mapeados no Quilombo de Mata Caval**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017.

MORENO *et al.* **Geografia de Mato Grosso**. Cuiabá: Entrelinhas Editora, 2009.

MORENO, G. O processo histórico de acesso à terra em Mato Grosso. **Geosul**, Florianópolis, v. 14, n. 27, 1999. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/viewFile/18833/20128>. Acesso em: 10 de junho de 2019,

MOURA, C. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1988.

MOURA, C. **Os quilombos e a rebelião negra**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOURA, C. **Quilombos, Resistência ao Escravismo**. São Paulo: Ática, 1987.

MOURA, C. Fé, Alegria e luta: o exemplo dos quilombos contemporâneos. **Revista Palmares: Quilombos no Brasil**. Brasília, n. 5, Fundação Cultural Palmares/MinC, 2000.

MOREIRA, D. L. **Território, luta e educação: dimensões pulsantes nos enfrentamentos dos conflitos socioambientais mapeados no Quilombo de Mata Caval**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017.

MUNANGA, K. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista de Antropologia da USP**. São Paulo, n. 28, p. 56-63, dez./fev. 1995/1996.

MUNANGA, K. & GOMES N. L. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006. (Coleção para entender).

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo, n. 10, dez.1993.

PACHECO, Tania; FAUSTINO, C. A iniludível e desumana prevalência do racismo ambiental nos conflitos do mapa. In: PORTO, Marcelo F.; PACHECO, T.; LEROY, J. P. **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

PACHECO, T.; PORTO, M. F.; ROCHA, D. Metodologia e Resultados do Mapa: uma síntese dos casos de injustiça ambiental e saúde no Brasil. In: PORTO, M. F.; PACHECO, T.; LEROY, J. P. **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

PINTO, J. P. **Todos os passados criados pela memória**. In: LEIBING, A.; BENNINGHOFF-LÜHL, S. (Orgs.). **Devorando o tempo: Brasil, o país sem memória**. São Paulo: Mandarim, 2001. p.293-300.

POLLAK, M. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTO, M. F; Pacheco T; JEAN P.; LEROY, J.P. **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o mapa de conflitos (orgs.)**. Editora Fiocruz, 2013. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/injustica-ambiental-e-saude-no-brasil-o-mapa-de-conflitos>. Acesso em 22 de janeiro de 2020.

PORTO, M. F. Injustiça Ambiental no Campo e nas Cidades: do agronegócio químico dependente às zonas de sacrifício urbanas. In: PORTO, M. F.; PACHECO,

T; LEROY, J. P. **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

PEREIRA, B. D. **Industrialização da agricultura de Mato Grosso**. Cuiabá: EDUFMT, 1995.

PIAIA, I. **Geografia de Mato Grosso**. Cuiabá: EDUNIC, 1997.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-Americana. In: CECEÑA, A. E.; QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. de S; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

PORTO, M. F.; PACHECO, T.; LEROY, J. P. **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

PORTO, Marcelo F.; PACHECO, Tania. Conflitos e injustiça ambiental em saúde no Brasil. **Tempus: Actas em Saúde Coletiva**, v. 4, n. 4, p. 26-37. 2009.

PORTO, M. F.; MILANEZ, B. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 4, n. 4, p. 26-27, 2009.

PORTO, M. F.; PACHECO, T. Conflitos e injustiça ambiental em saúde no Brasil. **Tempus: Actas em Saúde Coletiva**, v. 4, n. 4, p. 26-37. 2009.

REIS, M. C. G. **Mulheres, negras e professoras: suas histórias de vida**. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2017.

REIS, T. **Ceifando a cana... tecendo a vida: um estudo sobre o pós/trabalho nos canaviais**. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, 2018.

RAMOS, P. Referencial Teórico e Analítico sobre Agropecuária Brasileira. In: RAMOS, P. (org). **Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectiva**. Brasília: MDA, 2007, p.19-52.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

REYDON, B. P. A regulação institucional da propriedade de terra no Brasil: uma necessidade urgente. In: RAMOS, P. (org). **Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectiva**. Brasília: MDA, 2007, p. 227-262.

99 RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

RIOS, F. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. **Revista Intratextos**, v. 5, n. 1, p. 1-22, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12957/intratextos.2013.7102>. Acesso em: 20 de junho de 2019.

RIZZARDO, A. **Direito das Coisas**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

ROCHA, R. dos S.; CELESTINO, V. S. História da ocupação territorial do Brasil. In: **III Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação**. Anais [...]. Recife - PE, 27-30 jul. 2010.

ROMEIRO, A. R. Perspectivas para políticas agroambientais. In: RAMOS, P. (org). **Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectiva**. Brasília: MDA, 2007, p. 283-317.

ROSA, C. **O processo da independência em Mato Grosso e a hegemonia Cuiabana**. Cuiabá: Prefeitura Municipal de Cuiabá, 1976.

ROSSI, Nelson. Processo sócio-histórica da ocupação do território Mato-Grossense. In: WERNER, Inácio; SATO, Michèle (Orgs.). **Relatório dos direitos humanos e Terra: Mato Grosso 2015**. Cuiabá: Fórum de Direitos Humanos e da Terra de Mato Grosso, 2015.

SANCHEZ, F. J. B. **Identidade e Conflito: A construção política dos “remanescentes de quilombo” do Vale do Ribeira**. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SANTOS, J.T.M, **Exclusão e Luta – do Sul para a Amazônia**. Petrópolis/RJ. Vozes, 1993.

SARLET, I. W. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SCOTT, J. C. Camponato e resistência cotidiana. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Revista Raízes**, v. 21, n.º 01, 2002.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação & Realidade*, 20, 1995, p. 71-99.

SILVA, A. F. L. **“Marielle virou semente”**: representatividade e os novos modos de interação política da mulher negra nos espaços institucionais de poder. *Rev. Sociologias Plurais*, v. 5, n. 1, p. 52-75, jul. 2019.

SILVA, J. A. **Curso de direito constitucional positivo**. Imprensa: São Paulo, Malheiros, ed. 33 [1976] 2009.

SILVA, J. G. da. **Modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981 f.

SILVA, M. A. M. Sabe o que é ficar *borrado* no eito da cana? **Revista Sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, 2013.

SILVA, C. M. **A produção artesanal e agricultura familiar de Várzea Grande/MT**. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010.

SILVA, M. A. M. Título do artigo? In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. J. C. (orgs.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro** (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos, SP: EdUFSCar, 2007.

SILVA, M. A. M. **A luta pela terra: experiência e memória**. São Paulo: UNESP, 2004

SILVA, M. A. M. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: Ed Unesp, 1999.

SILVA, V. **Engenhos: produção e abastecimento no Termo do Cuiabá**. 2015. Tese. Doutorado em História - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015.

SILVA, M. J. da. **Quilombos do Brasil central: séculos XVIII e XIX (1719 - 1888)**. Introdução ao estudo da escravidão. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1998.

SILVA, R.A. **Do invisível ao visível: O mapeamento dos grupos sociais do estado de Mato Grosso, Brasil**. Tese. Doutorado em Ciências Biológicas. Universidade Federal de São Carlos – UFScar, São Carlos/SP, 2011.

SMITH, R. **Propriedade da Terra: a formação da propriedade**. 2ª ed. [S. l.]. Editora Brasileira, 2008.

SHIKIDA, P. F. A; AZEVEDO, P. F. de; VIAN, C. E. F. Desafios da agroindústria canavieira no Brasil pós-desregulamentação: uma análise das capacidades tecnológicas. **Rev. Econ. Sociol. Rural**. Brasília, v. 49, n. 3, jul./set. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032011000300004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032011000300004). Acesso em: 17 jan. 2019.

SIQUEIRA, E. M. **O Processo Histórico de Mato Grosso**. Cuiabá: [S. n.], 1990.

SIQUEIRA, E. M. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SOUZA, J.C. O caráter religioso e profano das festas populares: Corumbá, passagem do século XIX para o XX **Rev. Bras. Hist.** vol.24 no.48 São Paulo 2004.

THOMPSON, E. P. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VALLE, E. A. **Conflitos socioambientais que afetam a soberania alimentar de comunidades do cerrado do pantanal**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2018.

VEIGA, M.; FERNANDES R. C. (Org.). **Poconé: um campo de estudo do impacto ambiental do garimpo**. Rio de Janeiro: CETEN/CNPq, 1991. Disponível em: <http://mineralis.cetem.gov.br:8080/bitstream/cetem/406/1/sta-01.pdf>. Acesso em: XX mar. 2019.

VIÉGAS, R. N. **Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2009.

VOLPATO, L. R. R. **A conquista da terra no universo da pobreza**. São Paulo: Hucitec, 1987.

VOLPATO, L. R. R. **Cativos do sertão**: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888. São Paulo/Cuiabá: Ed. Marco Zero/UFMT, 1993.

VOLPATO, L. R. R. Quilombos em Mato Grosso: Resistência negra em área de fronteira In: REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. (Org.). **Liberdade por um fio**: História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WANDERLERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, out. 2000, p. 87-145. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/nazare15>. Acesso em: 15 maio 2018.

WATANABE, M. **A desregulamentação do setor sucroalcooleiro e seu impacto na estratégia de produção das usinas do estado do Paraná**. Dissertação. Mestrado em Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

## 6. GLOSSÁRIO

Maria isabel - comida tradicional feita com carne seca temperada com alho, cebola, cebolinha e pimentão.

Chá com bolo - Expressão cuiabana utilizada como sinônimo de café da manhã.

Bororo - Os bororos, otuques, bororós ou *boe* (autodenominação) são um povo indígena que habita o estado do Mato Grosso.

Coxiponé. - povo indígena extinto que habitava a região de Mato Grosso.

Ganzá - um instrumento musical medindo de 40 a 70 cm, feito de bambu com ranhuras no sentido transversal ao comprimento.

Viola de cocho - é um instrumento típico de Mato Grosso. Ela é feita artesanalmente, de um tronco de madeira inteiriça e ainda verde, de preferência, tipo sarã de leite, por exemplo.



## 7.APÊNDICE A

**Roteiro de entrevista** - moradores/as da comunidade Quilombola Nossa Senhora do Chumbo – Poconé/MT.

Local da entrevista:

Data:

### Caracterização entrevistado/a:

1. Nome
2. Idade
3. Local onde nasceu
4. Estado Civil: ( ) Casado ( ) Solteiro ( ) Viúvo ( ) Outros
5. Grau de escolaridade:
6. Tem filhos e filhas? Quantos?
7. Estudam? Se sim, série e local.
8. Qual a sua religião.
9. É membro de alguma associação: ( ) sim ( ) não

### Cenário antes da chegada da agroindústria da cana.

1. Algum membro da família já morou fora da comunidade?
2. Há quanto tempo?
3. Por que foi (foram) morar fora da comunidade?
4. Retornou (ou retornaram)?
5. Motivo do retorno?
6. Há quanto tempo reside na comunidade?  
( ) Menos de 10 anos ( ) Mais de 20 anos ( ) Mais de 30 anos ( ) Mais de 50 anos
7. Seus ancestrais (avós e pais) já residiam na comunidade?
8. Se sim, há quanto tempo?  
De onde vinha a água que bebiam?  
( ) Poço artesiano ( ) Poço cacimbão ( ) açude ( ) outro.

9. Antes da implantação da usina, a comunidade tinha acesso aos órgãos públicos da região?
10. Qual foi a forma de aquisição da sua terra?
11. Como era a sua vida antes da chegada da usina na Comunidade?
12. Tinha energia elétrica na comunidade, na sua casa, você tinha rádio ou televisão?
13. Como era a sua casa e quantas pessoas moravam?
14. Qual é a sua melhor lembrança dessa época?
15. Como era organizado o trabalho aqui na comunidade?
16. Como era a forma de subsistência da comunidade?
17. Desde que idade trabalha?
18. Qual era o seu trabalho e o seu lazer?
19. Havia conflitos de terras entre os/as moradores/as da comunidade com os fazendeiros da região?

### **Cenário durante a construção da agroindústria da cana no início de funcionamento**

20. Você sabe a quem pertencia a área onde foi construída a usina?
21. Quantos anos você tinha quando a usina chegou na comunidade?
22. A comunidade lutou ou resistiu contra a construção da usina?
23. Quais eram suas expectativas com a chegada dela?
24. Como foi ver a construção da usina e quais foram as mudanças que foram acontecendo na paisagem, na economia e na cultura da comunidade?
25. Houveram conflitos de terras ou de interesses quando da construção da usina?
26. Quais foram as influências na cultura e na religião dos/as moradores/as da comunidade com a chegada dos trabalhadores vindos de fora?
27. Qual o tipo de cultura que esses trabalhadores trouxeram e quais influências que causaram na comunidade?
28. Como foi a relação dos/as moradores/as da comunidade com os trabalhadores que vieram trabalhar na usina?

29. Qual era a condição de trabalho dessas pessoas na construção da usina?
30. Quanto tempo demorou a construção da usina e como foi o início do seu funcionamento?
31. Os/as moradores/as da comunidade foram contratados/as para trabalharem na usina para fazer o que? O que isso mudou na sua vida?
32. Você trabalhou na usina? Caso sim, no que trabalhava?
33. Durante o funcionamento da usina vieram mais trabalhadores de fora?
34. Onde esses trabalhadores moravam?
35. Quais foram as melhorias estruturais implantadas na comunidade, com o início do funcionamento da usina?

**Cenário durante o funcionamento da agroindústria da cana e o fim de suas atividades.**

36. Durante o funcionamento da usina quais foram os maiores impactos ambientais e sociais e suas consequências para os/as moradores/as da comunidade?
37. Quando a usina estava em pleno funcionamento foi um atrativo para a chegada de novas pessoas para trabalhar e como elas entravam na comunidade?
38. Quais foram para você os maiores conflitos entre os/as moradores/as da comunidade e os trabalhadores que vieram de outros Estados durante o funcionamento da usina?
39. Nesse período de funcionamento da usina houve aumento da criminalidade na comunidade?
40. Quando do encerramento das atividades, qual foi a reação dos/as moradores/as?
41. Com o fechamento da usina as pessoas que vieram de fora ficaram na comunidade ou também foram embora?
42. Após o fechamento da usina os ex-funcionários que permaneceram na comunidade, atualmente qual é a atividade deles?

43. Quais foram as influências trazidas pelas pessoas que vieram de fora que até hoje permanecem na comunidade.
44. Na sua opinião todo esse processo de construção e fechamento da usina serviu para unir ou dividir a comunidade?
45. Como é a relação da comunidade com os órgãos públicos para resolver esse assunto do fechamento da usina?
46. Atualmente de que vive a comunidade? De onde vem o sustento das famílias que moram na comunidade?
47. Existem projetos voltados para as questões ambientais?
48. Quais as atividades culturais que se desenvolvem na comunidade?
49. Você possui fotos, documentos que registram essas histórias?
50. Como você repassa para os seus filhos o que aprendeu com seus pais e avós?
51. Ainda preserva as festas tradicionais que seus antepassados participaram?
52. Quais destas festas são preservadas até hoje?
53. Você já se sentiu ou passou por situações que caracteriza discriminação e/ou racismo?
54. Com a transição para o plantio da soja, quais os danos causados ao meio ambiente e como está afetando a vida dos/as moradores/as da comunidade?
55. Com relação aos garimpos na região, qual a sua opinião?
56. Com relação aos garimpos na região, qual a sua opinião?

## 8. APÊNDICE B

**Roteiro de entrevista** - fazendeiro da região do Cerrado do Pantanal – Poconé/MT.

Local da entrevista:

Data:

### **Caracterização entrevistado/a:**

1. Nome
2. Idade
3. Local onde nasceu
4. Estado Civil: ( ) Casado ( ) Solteiro ( ) Viúvo ( ) Outro
5. Grau de escolaridade.
6. Tem filhos e filhas? Quantos?
7. Estudam? Se sim, série e local.
8. Qual a sua religião.
9. É membro de alguma associação: ( ) sim ( ) não

### **Cenário antes da chegada da agroindústria da cana.**

10. Por que veio para esta região?
11. Desde quando reside na região?
12. Pertenciam a quem essas terras que o senhor adquiriu? Qual foi a forma de aquisição?
13. Houve expansão, comprou mais terras na região?
14. Qual a atividade econômica desenvolvida na sua fazenda?
15. Antes da implantação da usina, você tinha acesso aos órgãos públicos da região?
16. Como era a sua vida antes da chegada da usina na região?
17. Como era a sua casa e quantas pessoas moravam?
18. Qual é a sua melhor lembrança dessa época?
19. Como era a sua relação com os/as moradores/as da comunidade do Chumbo?
20. Havia conflitos de terras entre os/as moradores/as da

comunidade com os fazendeiros da região?

21. Por que a Rodovia que corta as comunidades da região leva o seu nome?

**Cenário durante a construção da agroindústria da cana no início de funcionamento**

22. Você sabe a quem pertencia a área onde foi construída a usina?

23. Quem eram os proprietários da usina?

24. Qual a sua relação com eles?

25. Quais eram suas expectativas com a chegada da usina?

26. Como foi ver a construção da usina e quais foram as mudanças que foram acontecendo na paisagem, na economia e na cultura da região?

27. Houveram conflitos de terras ou de interesses quando da construção da usina?

28. Como foi a sua relação com os trabalhadores que vieram trabalhar na usina?

29. Qual era a condição de trabalho dessas pessoas na construção da usina?

30. Quanto tempo demorou a construção da usina e como foi o início do seu funcionamento?

31. Você trabalhou na usina? Caso sim, no que trabalhava?

32. Na sua opinião, quais foram as melhorias estruturais implantadas na comunidade do Chumbo?

**Cenário durante o funcionamento da agroindústria da cana e o fim de suas atividades.**

33. Na sua opinião, durante o funcionamento da usina quais foram os maiores impactos ambientais e sociais para os/as moradores/as da comunidade do Chumbo e para os fazendeiros da região?

34. Nesse período de funcionamento da usina houve aumento da criminalidade na região?

35. O que significou para você o encerramento das atividades da usina?

36. Você possui fotos, documentos, livros, poesias que registram essas histórias?
37. Você pretende dar início ao plantio da soja na região?
38. Com relação aos garimpos na região, qual a sua opinião?

## 8. ANEXOS



Poconé o governo do Estado investiu 14 milhões de dólares a fundo perdido.

Acompanhado do secretário de Planejamento, Eugênio Belluca, do presidente do DERMAT, Mário Cândia, do INTERMAT, Arlindo Moraes, e do chefe da Casa Civil, Djalma Rocha, o governador visitou inicialmente a cidade de Nossa Senhora do Livramento, onde foi recebido pelo prefeito local, Nereu Botelho de Campos e demais lideranças políticas da região.

Ali o governador do Estado inspecionou as obras de asfaltamento de todas as ruas do Sistema urbanístico da cidade. As obras estão sendo feitas em colaboração com a prefeitura e a comunidade e constará de 5 quilômetros de ruas asfaltadas, com meio fio e boa parte com galerias de águas pluviais.

O prefeito Nereu Botelho informou que o governador deverá voltar a cidade dia 8 de setembro, dia da festa de Nossa Senhora da Conceição ocasião onde será escolhida a data de inauguração destas obras, juntamente com um novo conjunto habitacional, posto de saúde e escritório da EMATER. Mário Cândia, do DERMAT, ressaltou que a realização do asfaltamento através do DERMAT possibilitará a economia de 1,5 milhões de cruzeiros para os cofres do Estado.

**POCONÉ**

Em Poconé o governador e sua comitiva foram recebidos pelo prefeito Guido Silva e demais lideranças do município. A primeira obra aí visitada foi o início da estrada VMT-18 — Cangas-Sete Porcos, que dará o acesso de Poconé para Cáceres. Está sendo feita a implantação básica de 30 quilômetros, cuja licitação para asfaltamento já está em curso. Também foi vista a obra de eletrificação rural do Projeto Pantanal, feita com recursos do governo do Estado, GER, BID e usuários.

Na VMT-18 está localizada a Usina de Alcool da COCAPO — Cooperativa Agrícola dos Produtores de Alcool, de Poconé, visitada pela comitiva governamental.

O governador Júlio Campos, após percorrer as dependências da Usina em pleno funcionamento, e verificar seu potencial, disse que esta "será a redenção da economia pantaneira". Em seguida foi visitado o pátio de obras do conjunto Habitacional "Santa Terezinha. Este terá 125 casas populares, da COHAR/MT. A comitiva esteve presente também nas obras do Terminal Rodoviário de Poconé, que está sendo realizado pelo PROMAT e prefeitura local.

Júlio Campos inspecionou as obras da ponte de con-



O governador Julio Campos inspecionou as obras de pavimentação em Pedra Preta.

creto sobre o córrego Tereza Bota e visitou o ginásio de esportes da cidade, que agora terá seu término garantido. Foram iniciadas na ocasião as obras de restauração da MT-060, trecho Poconé-Porto Cercado, numa extensão de 147 quilômetros, com recursos do governo do Estado. Por último foram visitadas as obras de Ponte de concreto sobre o rio Bento Gomes, com 65 metros de extensão. Feita com recursos do governo do Estado e BNDS, esta obra é integrante do programa de substituição de pontes de madeira por pontes de concreto.

O governador Júlio Campos assinou ainda durante a visita um convênio no valor de 400 milhões de cruzeiros para o reinício das obras do Ginásio de Esportes de Poconé, juntamente com o prefeito Guido Silva e o secretário Belluca. Finalmente, o governador atendeu a uma reivindicação não só da comunidade local e fazendeiros da região, mas de empresários do setor turístico e de admiradores da região pantaneira: a recuperação da rodovia Transpantaneira.

Júlio Campos e a diretoria do DERMAT ali presente assinaram uma ordem de serviço para a recuperação da estrada, onde mesmo suas dezenas de pontes serão beneficiadas.

**Bouret Assume Secretaria de Assuntos do Interior**

(SECOM) — Em solenidade realizada na manhã de sexta-feira, no salão nobre do Palácio Paiaguás, o secretário de Justiça, desembargador Otair Bandeira, representando o governador Júlio Campos, deu posse no cargo de Secretário Extraordinário para Assuntos do Interior ao professor José Aníbal de Souza Bouret, do PDT. A solenidade contou com a presença de grande número de autoridades, entre elas secretários de Estado, como Everaldo Malpici, da Comunicação Social; Joel Bulhões, da Indústria, Comércio e Turismo; Nelson Réu, de Assuntos Fundiários e Ricardo Corrêa, de Obras e Serviços Públicos; deputado federal pelo PDT do Rio de Janeiro, Mário Juruna; deputado estadual, Oscar Ribeiro; representantes do PDT regional e municipal, além dos candidatos da União Popular, Gabriel Novis Neves e Silva Freire; grande número de professores, alunos e ex-alunos da Universidade Federal do Mato Grosso e inúmeros amigos que foram cumprimentar o novo secretário.

Ao fazer uso da palavra, após empossado, Aníbal Bouret afirmou ser o cargo que agora ocupa um novo desafio em sua vida pública, iniciada no Mato Grosso há 25 anos, desde que aqui chegou, onde além de educador sempre manteve permanência constante na vida política partidária. É um novo desafio também para reconstituir um dos quadros que sempre existiu no Brasil, antes de 1964: a coligação partidária.

O novo secretário ressaltou ainda que "recebo a secretaria em nome de meu partido, para tentar restabelecer os nobres termos de uma coligação, que além de objetivos políticos — partidários, inclui também participação na administração. Pretendemos colocar em prática o que vivemos falando e fazer alguma coisa pelo povo de Mato Grosso. Se possível, com a máxima eficiência, mas com certeza com a máxima honestidade".

Em nome da Assembleia Legislativa, falou o acpu-

tado Oscar Ribeiro, que lembrou ser Aníbal Bouret uma das inteligências do Mato Grosso.

"Seu trabalho à frente da Secretaria de Assuntos do Interior, tenho certeza, não se restringirá a tarefas administrativas, mas abraçará sobretudo as tarefas políticas, resolvendo, à nível regional e municipal os problemas políticos e mantendo contatos com as lideranças pedessistas no interior". Também o deputado federal do PDT, Mario Juruna fez um pronunciamento, onde externou sua confiança na aliança entre seu partido e o PDS.

Encerrando a solenidade, o desembargador Otair Bandeira, secretário de Justiça, disse ter certeza de que Aníbal Bouret vencerá este novo desafio. "O governo o recebe com alegria e esperança e nos colocamos à sua disposição para que possamos juntos, com lealdade e honestidade, servir a Mato Grosso", finalizou.



toria autorizada a praticar todos os atos necessários a sua efetivação, inclusive no que diz respeito à transferência dos objetos da cisão. Em seguida procedeu-se a análise do 3º item da Ordem do dia, consistente na transformação da sociedade de Anônima em sociedade por cotas de Responsabilidade Limitada, com a denominação de: Vale do Tanarú Agro Florestal Ltda. Posta em votação foi a proposta aprovada por unanimidade e sem discussão, adotando-se integralmente a forma sugerida, inclusive no tocante ao contrato social do Vale do Tanarú Agro Florestal Ltda, por transformação do Vale Tanarú Agro Florestal S.A., o qual foi no mesmo ato assinado e será encaminhado, por petição própria a Junta Comercial juntamente com a presente. Nada mais havendo a tratar foi suspensa a Reunião pelo tempo necessário a lavratura da presente de livro próprio por mim secretário. Reaberta a sessão foi a ATA lida e achada conforme, pelo que vai assinada por todos os presentes cujos nomes consta do livro de presença dos acionistas: Presidente — Sérgio Adib Hage, Secretário — Luigi Cantone, Acionistas — Sérgio Adib Hage; Cisalpina Agrícola S.A. — Peritos: José Luiz Pires Oliveira Dias, Roberto Barriou e Auto Antonio Reami.

Conhecimento — 2629

**PEDIDO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO**

A COCAPO, localizada à Estrada Rodovia da COENGE, Km 18, Poconé-MT, C.G.C. 15.036.965/0001-01, torna público que requereu à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social — Coordenadoria do Meio Ambiente, através do Processo nº 383, em 13.06.86, Licença de Operação de Destilaria de Alcool, a localizar-se no Km 18 — Estrada da Rodovia da COENGE, Poconé-MT.

CONHECIMENTO 2630

**Extravio de Documentos**

**DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins e efeitos que extraviel os documentos abaixo relacionados, cujas características são as seguintes:

- Carteira de Identidade expedida em 1.970 —
  - Protocolo do Título de Eleitor.
- Cuiabá, 12 de junho de 1.986.  
MARIA DE FÁTIMA DIAS SOUZA  
CONHECIMENTO 2583

**DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins e efeitos que extraviel os documentos abaixo relacionados, cujas características são as seguintes:

- 3 folhas cheques n.ºs. 252858 - 252850 - 252860, Banco folha cheque n.º 289390 BEMAT conta 113089-2;
- do Brasil conta n.º 26320-6;
- Os cheques n.º 289390 — BEMAT e n.º 252859 — Banco do Brasil, foram falsificados assinatura e sacados.

Cuiabá, 12 de junho de 1.986.  
JOSÉ DOMINGOS NUNES DE ALMEIDA  
CONHECIMENTO 2571

**DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins e efeitos que extraviel os documentos abaixo relacionados, cujas características são as seguintes:

- Carteira de Identidade n.º 032.276
- CIC n.º 151.481.300-91
- Cartão cheque especial Banco Meridional do Brasil S.A., n.º 398-06-0000559-7.
- Cartão cheque especial Banco de Crédito Nacional S.A., n.º 848.985-4
- Cartão cheque Ouro - Banco do Brasil, n.º 7.104-8

Carteira Funcional METAMAT  
Cartão MESBLA n.º 034.040.617/401 DEP  
Cuiabá, 13 de junho de 1986.  
ALVARO PIZZATO QUADROS  
Conhecimento N.º 2618

**DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins e efeitos que extraviel os documentos abaixo relacionados, cujas características são as seguintes:

- Cartão Magnético BRADESCO Instantâneo;
  - Cartão de Crédito ELO;
  - Carteira de Identidade n.º 7014117613.BSP-RS.;
  - Hollerit de Pagamento;
  - Talão de Cheques do BRADESCO — Várzea Grande.
- Cuiabá, 12 de junho de 1.986.  
VALMIR ANTONIO CASSANEGO  
CONHECIMENTO 2578

A imprensa Oficial em Mato Grosso foi implantada no dia 14-08-1839 - com a circulação do primeiro número do Jornal

**"THEMIS MATTOGROSSENSE"**

O primeiro Orgão Oficial da Região Centro-Oeste

**DIÁRIO OFICIAL**

editado pela IMPRENSA OFICIAL do Estado de Mato Grosso

Autarquia criada pela Lei nº 3.907 de 19 de Setembro de 1.977, vinculada à Secretaria de Administração

Ananias Vieira da Silva

DIRETOR GERAL

ODALIR PAULA DA COSTA  
Coordenadora de Jornais e Artes Gráficas

ERCILIA FRANCISCA P. DAUBIAN  
Coordenadora Administrativa

ADMILSON BASILIO SILVA  
Coordenador Financeiro e Contábil

**ASSINATURAS**

- Para Cuiabá ..... Cz\$ 440,00
- Remessa via Postal dentro ou fora do Estado ... Cz\$ 840,00

**Preço do exemplar atrasado**

- Até cinco dias úteis ... Cz\$ 2,00
- Fora do exercício acrescer para cada ano decorrido .... Cz\$ 1,00

**Expediente**

De 2ª a 6ª. Feira, das 9 as 16 horas  
EDIÇÃO DE HOJE - 32 PÁGINAS

Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso — INDEA — MT.

Extrato de Contrato de Servidor Temporário nº 248/93

Partes: Instituto de Defesa Agropecuária — INDEA/MT e o Sr. Hamilton Benedito Pereira  
 Prazo: 01.12.93 até a realização do Concurso Público  
 Vencimento: CR\$ 56.676,00  
 Data: 23.12.93.  
 Assinatura:  
**Méd. Vet. Paulo Antonio da Costa Bilégo**  
 Presidente

Extrato de Contrato de Servidor Temporário nº 249/93

Partes: Instituto de Defesa Agropecuária — INDEA/MT e a Srª Simone Regina Lustosa  
 Prazo: 15.12.93 até a realização do Concurso Público  
 Vencimento: CR\$ 48.390,51  
 Data: 23.12.93.  
 Assinatura:  
**Méd. Vet. Paulo Antonio da Costa Bilégo**  
 Presidente

**PORTARIA Nº 524/93**

O Presidente do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso — INDEA/MT., no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI do Artigo 56 do Capítulo I do Título IV do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 1.966 de 22 de setembro de 1992:

**RESOLVE:**

Revogar a Portaria nº 134/93 de 11.05.93 que designou a Assistente de Administração Dianeyra Dias de Souza como Secretária da Coordenadoria de Fiscalização dos Recursos Naturais Renováveis, concedendo-lhe DAI, a partir da presente data.

Publicada, Registrada. Cumpra-se  
 Cuiabá, 27 de dezembro de 1993

**Méd. Vet. Paulo Antonio da Costa Bilégo**  
 Presidente

Visto:

**Engº Agrº Arésio José Paquer**  
 Secretário de Agricultura e Assuntos Fundiários

**PORTARIA Nº 536/93**

O Presidente do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso — INDEA/MT., no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI do Artigo 56 do Capítulo I do Título IV do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 1.966 de 22 de setembro de 1992:

**RESOLVE:**

Revogar a Portaria nº 087/93 de 05.03.93 que designou o Técnico em Administração Antonio Carlos Figueiredo Paz como Chefe da Divisão de Metodologia, concedendo-lhe DAS-2, a partir da presente data.

Publicada, Registrada. Cumpra-se  
 Cuiabá, 27 de dezembro de 1993.

**Méd. Vet. Paulo Antonio da Costa Bilégo**  
 Presidente

Visto:

**Engº Agrº Arésio José Paquer**  
 Secretário de Agricultura e Assuntos Fundiários

Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A — EMPAER-MT  
**EXTRATO DE CONVÊNIO**

Partes Convenientes: Prefeitura Municipal de Rio Branco.

Objetivo: Acordo Cooperativo de Parceria para execução de um Programa de Atividades Agropecuárias, em consonância com os objetivos e Diretrizes da EMPAER-MT e as Políticas Agrícolas, Agro-Ambiental e Social do Estado e Município  
 Prazo de Vigência: 03 anos a contar da data de sua assinatura.  
 Valor Mensal: CR\$ 60.000,00 (Com Correção)  
 Cuiabá, 23 de dezembro de 1993

**EXTRATO DE CONVÊNIO**

Partes Convenientes: Prefeitura Municipal de Juara e EMATER-MT.

Objetivo: Desenvolvimento de um Programa de Assistência Extensão Rural  
 Prazo Vigência: 04 anos a contar da data da sua assinatura.

Valor Mensal: CR\$ 409,00  
 Cuiabá, 18 de abril de 1989.

Assinantes:  
**José Pedro Dias**  
**Luiz Volpato Neto**

Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A — EMPAER — MT.

**Extrato Contrato de Comodato**

Comodante: EMPAER-MT e a Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT  
 Objetivo: Cede em Comodato uma Motoniveladora HWB 140 RG 10251 série 11280 ano 89.  
 Prazo de Vigência: Seis meses com início em 20.12.93 e término em 20.06.94.

Partes Assinantes:

**Antonio Jesuino de Oliveira**

Presidente da EMPAER-MT.

**José Della Flora Vez**

Prof. Munc. Campo Verde

Cuiabá 20 de dezembro de 1993

**INDÚSTRIA, COM. e MINERAÇÃO**

Secretário: **Ilson Fernandes Sanches**

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO  
 PROCESSO DE CANCELAMENTO — 90 DIAS**

- 01 — Casa de Carne Marília Ltda/ME
- 02 — Aquarela Móveis Ltda/ME
- 03 — L C B Construções e Comércio Ltda
- 04 — M. I. de C. Maciel/ME
- 05 — Rádio Club A voz do Guaporé Ltda
- 06 — Uziel Comercio de Joias Ltda.

Cuiabá(MT), 29 de dezembro de 1993.

**Junta Comercial do Estado de Mato Grosso**

**Elzita Amélia Preza Daltró**

Secretária Geral

**PORTARIA Nº 021/93**

O Presidente da Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Designar uma comissão de acompanhamento da obra de construção da nova sede da Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, composta dos seguintes membros:

- Márcio Mesquita, Economista, vogal representante do Conselho Regional de Economia,
- Aurenir Amáral, Bacharel, vogal representante do Governo Federal,
- Ary Biancardini, Vice-Presidente da Junta Comercial do Estado de Mato Grosso,
- Milton Alves Damasceno, advogado, vogal representante da O.A.B

Cumpra-se  
 Cuiabá(MT), 19 de outubro de 1993  
**Dulio Mayolino Filho** — Presidente

Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração  
 Conselho de Desenvolvimento Industrial e Comercial — CODEIC

**RESOLUÇÃO Nº 032/93**

O Conselho de Desenvolvimento Industrial e Comercial — CODEIC, pelo seu Presidente e este, no uso de suas atribuições legais conforme Lei nº 3.681, de 28 de setembro de 1975, e o artigo 7º do Regimento Interno do CODEIC, aprovado pelo Decreto nº 2.232, de 30 de setembro de 1986, e consoante deliberação plenária da 91ª Reunião do CODEIC, realizada no dia 22 de novembro de 1993:

**RESOLVE:**

Art 1º Que os processos das empresas que apresentaram Carta Consulta do FUNDEI, abaixo relacionadas, tiveram a aprovação do CODEIC, com a ressalva de que as mesmas apresentem à Secretaria Executiva do referido Conselho a totalidade dos documentos pertinentes ao processo:

- I — Modulares — Stands de Alumínio Ltda-ME
- II — Ovídio Lutz Girardello
- III — Cooperativa Agropecuária Hortifrutigrangeiro Vale do Rio Verde Ltda.
- IV — H. F. dos Santos

V — J. Vilerrá — ME — Processo nº 802/93  
 VI — Pantanal Hotel Porto Cercado Ltda.,  
 VII — Dal.-Pont. Indústria e Comércio de Móveis Ltda.

VIII — Leilane Conceição de Moraes — ME  
 IX — José Euripedes Leão (Varzeapel)  
 X — Inaliara Viagens e Turismo Ltda  
 XI — Bolivar Freire Rufal  
 XII — Comercial de Alimentos Bab Ltda.  
 XIII — A Falcon Aravel Agência de Viagens e Turismo Ltda.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação revogadas as disposições em contrário

**Conselho de Desenvolvimento Industrial e Comercial — CODEIC, Sala de Reuniões da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração, em Cuiabá, 22 de novembro de 1993.**

**ILSON FERNANDES SANCHES**

Secretário de Indústria, Comércio e Mineração  
 Presidente do CODEIC.

**RESOLUÇÃO Nº 033/93**

O Conselho de Desenvolvimento Industrial e Comercial — CODEIC, pelo seu Presidente e este, no uso de suas atribuições legais conforme Lei nº 3.681, de 28 de setembro de 1975, e o artigo 7º do Regimento Interno do CODEIC, aprovado pelo Decreto nº 2.232, de 30 de setembro de 1986, e consoante deliberação plenária da 91ª Reunião do CODEIC, realizada no dia 16 de dezembro de 1993:

**RESOLVE**

Art. 1º — Aprovar as Cartas-Consultas referentes aos benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial — PRODEI das empresas:

- I — Aguil Algodoeira Guimarães Ltda
- II — Vaniflex Estofados da Amazônia Ltda.

Art 2º — Informa às empresas que deverão apresentar ao CODEI o Projeto Econômico/Financeiro acompanhado da documentação pertinente

Art. 3º — Aprovar o Projeto Econômico/Financeiro referente ao PRODEI das empresas:

- I — Cooperativa Agrícola de Produtoras de cana de Campo Novo do Parecis — COPRODIA, Enquadrada na faixa "A" com o total de 145 pontos
- II — Alcopi do Pantanal Ltda. — ALCOPAN, Enquadrada na faixa "B" com o total de 140 pontos,
- III — ELETRAM — Eletricidade da Amazônia S/A, Enquadrada na faixa "C" com o total de 115 pontos

Art. 4º — Informar às empresas com aprovação de Projeto Econômico/Financeiro que se dirijam ao BEMAT DEDIN para tratar dos próximos procedimentos do Programa.

Art. 5º — Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Conselho de Desenvolvimento Industrial e Comercial — CODEIC, Sala de Reuniões da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração, em Cuiabá, 18 de dezembro de 1993.**

**ILSON FERNANDES SANCHES**

Secretário de Indústria, Comércio e Mineração  
 Presidente do CODEIC.

**RESOLUÇÃO Nº 034/93**

O Conselho de Desenvolvimento Industrial e Comercial — CODEIC, pelo seu Presidente e este, no uso de suas atribuições legais conforme Lei nº 3.681, de 28 de setembro de 1975, e o artigo 7º do Regimento Interno do CODEIC, aprovado pelo Decreto nº 2.232, de 30 de setembro de 1986, e consoante deliberação plenária da 91ª Reunião do CODEIC, realizada no dia 16 de dezembro de 1993:

**RESOLVE:**

Art. 1º — Aprovar as Cartas Consultas referentes aos benefícios do Fundo de Desenvolvimento Industrial — FUNDEI das empresas:

- I — Silvano Vaz Leite
- II — Pasta Rica Ind. Com e Representação de Alimentos Ltda.
- III — AMORIM — Máquinas Peças Serviços e Representação Ltda

IV — MADEMÓVEIS — Ind. e Com. de Madeiras e Móveis Ltda

V — Antonio Figueiredo Paz — ME

VI — Arte Kazual 100% Couro Ltda — ME

VII — Retificas de Motores Modeln Ltda

VIII — Geips Torno e Solda Comércio e Indústria Ltda

IX — Café Araguaia Ind. Com. Ltda.

X — Vagabonder Indústria e Comércio de Rotapas Ltda.

PLANEJAMENTO E COORD. GERAL

Secretário: Antonio Eugênio Belluca

PORTARIA Nº 075/93

O Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Designar a Servidora Lourdes Joaquina de Almeida, para exercer o Cargo de DAI, da Coordenação de Finanças da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral...

ANTONIO EUGENIO BELLUCA

Secretário de Est de Planej e Coord Geral

INDUSTRIA, COM. e MINERAÇÃO

Secretário: Ilson Fernandes Sanches

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL

RESOLUÇÃO Nº 029/93

O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL-CODEIC, pelo seu Presidente e este, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as Cartas Consultas referentes aos benefícios do Fundo de Desenvolvimento Industrial-FUNDI das empresas...

ILSON FERNANDES SANCHES

Secretário de Indústria, Comércio e Mineração

RESOLUÇÃO Nº 030/93

O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL-CODEIC, pelo seu Presidente e este, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as Cartas-Consultas referentes aos benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial-PRODEI das empresas...

ILSON FERNANDES SANCHES

Secretário de Indústria, Comércio e Mineração

RESOLUÇÃO Nº 031/93

O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL-CODEIC, pelo seu Presidente e este, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º Constituir uma Comissão de Estudos para análise e Parecer sobre as Normas do PRODEI específicas para as empresas industriais...

ILSON FERNANDES SANCHES

Secretário de Indústria, Comércio e Mineração

JUSTIÇA

Secretário: Oscar César Ribeiro Travassos

DIRETORIA GERAL DA POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL

PORTARIA Nº 051/93/DPJAC/EXT
O Diretor do Depto da Polícia Judiciária Civil do Interior, no uso das suas atribuições legais...

RESOLVE:

01 Colocar à disposição da Delegacia Regional de Polícia Judiciária Civil de São Félix do Araguaia-MT...

BEL JOÃO EVARISTO CAPETINA

Delegado de Polícia

Delegacia Regional de Polícia Judiciária Civil em Pontes e Lacerda-MT

PORTARIA Nº 025/93

O Sr. José Rosa, Delegado Regional de Polícia Judiciária Civil em Pontes e Lacerda-MT...

RESOLVE:

Colocar à disposição daquela Congênera o Agente Policial, Efetivo, Classe A, SERGIO APARECIDO REGINATO...

Dr. Modesto Lopes da Silva

Director Geral de Polícia Judiciária Civil

JOSÉ ROSA

Delegado Regional de Polícia

DIRETORIA GERAL

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES

DA ESPÉCIE TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES, firmado entre a Secretária de Estado de Justiça...

DO OBJETO Trata-se da cessão por parte da CEDENTE do Contrato de Locação do Equipamento 1045 - série DS2 093 843

DA VIGÊNCIA Entrou em vigor este Termo no dia 01 de fevereiro de 1993

ASSINARAM 1º pela CEDENTE Des. OSCAR CÉSAR RIBEIRO TRAVASSOS - Secretário de Estado de Justiça

Dr. MODESTO LOPES DA SILVA

Director Geral da Polícia Judiciária Civil

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS XEROX

DA ESPÉCIE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS XEROX TERMO ADITIVO, firmado entre a Secretária de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso e a XEROX DO BRASIL LTDA

DO OBJETO O Contrato tem por objeto a locação dos seguintes equipamentos XEROX: X 1045 - Série D 52 093 643

DO VALOR O prazo de vigência do Contrato que a este deu origem é de 48 (quarenta e oito) meses, começando no dia 21 08 90 e terminando no dia 20 08 94

DO REAJUSTE Os reajustes obedecerão o estabelecido no item anterior planos 4016/7916

DO RECURSO As despesas oriundas deste Contrato correrão por conta da Dotação 3490 3600

ASSINARAM O presente Contrato (Termo Aditivo), foi assinado em Curitiba-MT em 22 de novembro de 1993...

Dr. Modesto Lopes da Silva

Director Geral de Polícia Judiciária Civil

EXTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

DA ESPÉCIE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, firmado entre a Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso e a XEROX DO BRASIL LTDA

DO OBJETO O Contrato tem por objeto a locação de um equipamento XEROX modelo 1045

DA VIGÊNCIA A vigência do Contrato é de 48 (quarenta e oito) meses, iniciando no dia 27 de maio de 1993 e terminando no dia 26 de maio de 1997

DO ALUGUEL Sofrerá reajuste mensal de acordo com índice Oficial IGP/M

DO RECURSO As despesas oriundas deste Contrato correrão por conta da Dotação 3490 3600

ASSINARAM Pela LOCATÁRIA Dr. MODESTO LOPES DA SILVA Diretor Geral de Polícia Judiciária Civil

Dr. Modesto Lopes da Silva

Director Geral de Polícia Judiciária Civil

DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE BARRA DO GARÇAS MT

PORTARIA Nº 047/93/DRPBG

O DR. JOSÉ RAFAEL DA SILVA, Delegado Regional de Polícia de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

1 Designar, a partir desta data, para prestar serviços, junto a Delegacia Municipal de Polícia de Torixoró-MT, o Agente Policial, Efetivo, Classe A, JOSÉ ALVES DOS SANTOS...

PORTARIA Nº 051/93/DRPBG

O Dr. José Rafael da Silva, Delegado Regional de Polícia de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais...

Tendo em vista atender conveniência de interesse desta Administração Regional,

RESOLVE:

1 Promover a movimentação dos Policiais abaixo relacionados, a saber:

a) Da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Barra do Garças-MT para a Delegacia Municipal de Polícia de General Carneiro-MT...

2 Comunique-se ao Escalão Superior

3 Publique-se em B.O.

CUM P R A S E

Barra do Garças MT, 16 de novembro de 1993

Dr. José Rafael da Silva

Delegado Regional de Polícia

Secretaria de Justiça

PORTARIA Nº 070/93/GS

O Secretário de Estado de Justiça no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Designar Antonia Rodrigues Nascimento, Chefe de Divisão Contábil e Financeira, Nível "DAS-02", matrícula funcional nº 0170127, para responder pela Coordenação Financeira, Nível "DAS-04", deata Secretária, no período de 19 11 93 a 28 11 93, em virtude de impedimento da respectiva titular

P e Cumpra-se

Secretaria de Estado de Justiça, em Curitiba-Mt, 19 de novembro de 1993

Des. Oscar César Ribeiro Travassos

Secretário de Estado de Justiça

PORTARIA Nº 071/93/GS

O Secretário de Estado de Justiça no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando o disposto no parágrafo 8º do Artigo 15, da Lei Federal nº 8 666, de 21 06 93,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, para procederem ao recebimento dos materiais de consumo destinados aos Presídios de Pascoal Ramos, Santo Antonio de Leverger e Palmeiras conforme Tomada de Preços nº 007/93/SEJUS

- 01 - Dr. Cesarino Delfino Cesar Filho Presidente
02 - Neuzia Maria de Arruda Membro
03 - Rubena Conceição Rondon Membro
04 - Delso Gadelha Neves Membro

P e Cumpra-se

Secretaria de Estado de Justiça, em Curitiba-Mt, 24 de novembro de 1993

Des. Oscar César Ribeiro Travassos

Secretário de Estado de Justiça

Extrato de Contrato de Servidor

Temporário Nº 031/93

Partes Secretaria de Estado de Justiça e Marcus Vinicius Corbelino

Prazo 11 11 93 a 11,11 94

Vencimento R\$ 20 218,46 (Vinte mil, duzentos e dezoito cruzeiros reais e quarenta e seis centavos) + 200% (Duzentos por cento) Adic Periculosidade Data: 11 11 93.

Des. Oscar César Ribeiro Travassos

Secretário de Estado de Justiça

Cemitério Parque Bom Jesus de Cuiabá

A Somatem - Sociedade Mato-grossense de Empreendimentos S/C Ltda. administradora do Cemitério Parque Bom Jesus de Cuiabá, convida todos os interessados abaixo relacionados a comparecerem ao seu escritório comercial situado a Rua Miranda Reis nº 328 Poconé - Cuiabá-MT, afim de regularizarem os seus débitos de Taxas de Manutenção Anuais, conforme Clausula 07 (Setima) da promessa de Concessão no prazo de 30 (trinta) dias. Terminando este prazo os jazigos serão abertos e os despojos mortais trasladados para o Ossario Geral, conforme Clausula 09 (Nonas) da promessa de Concessão. Esmeralda Gomes Lopes Jaz. Q.11 SP.268, Francisco Da Silva Borges Jaz. Q.11 SP. 184, Anelita R. Da Silva Jaz. Q.11 SP.185, Olívio Salvador Padilha Borges Jaz. Q.11 SP.190, Paulo Verissimo De Oliveira Jaz. Q.11 SP.108, Hermes Da Silva Filho Jaz. Q.11 SP.87, Jorge Alberto Rodrigues Jaz. Q. 11 SP.78, Vani Cardoso De Oliveira Jaz. 29.4.05, Cenira Beatriz C. Piniaki Jaz. 29.2.13, Edivar Roberto Martins Oliveira Jaz. Q.10 SP. 365, José Carlos Alves Mendes Jaz. Q.10 SP.340, Cicero Batista De Araújo Jaz. 27.1.07, Jonas Rosa Pinto Jaz. Q.10 SP.319, Zaquie Custodio Pinto Jaz. Q. 10 SP.305, Nelson Sirino De Campos Jaz. Q.10 SP.299, Azemiro Barbosa Dos Santos Jaz. Q.10 SP.295, Felizardo Neves Jaz. Q.10 SP.194, Angelo dos Santos Jaz. Q.11 SP.211, Júlio Cesar Gama Jaz. Q. 10 SP.189, Geraldo Pereira Da Silva Jaz. 4.01.82/III, Germano Ribeiro Da Costa Jaz. 1.01.13/IV, Cleonice Martins De Silva Jaz. 8A.5.16, Angnaido Gloria Rodrigues Jaz. 1.01.125/II, Carlos Lemes Da Silva Jaz. 3.01.28/II, Beltrino Vieira Alves Jaz. 8A.3.22, João Antonio Pereira Jaz. 1.01.19/II, Cassimiro Paulo De Pinto Jaz. 2.01.172/II, Francisco De Assis Dos Santos Jaz. 2.01.87/II, Gerson De Oliveira Jaz. 3.01.76/II, Diogo José Da Silva Jaz. 6.01.32/III, Eulália Maria De Oliveira Jaz. 03.01.01/S, Talita Corstino Jaz. 1.01.18/S, Helia Maria Alves De Carvalho Jaz. 4.01.69/II, Gaspar Pedro De Silva Jaz. 2.01.01/II, Augusto Dias Jaz. 8A.3.18, Avamilões C. Gomes Ribeiro Jaz. 1.01.129/II, Amadeu Ramos Dos Santos Jaz. 6.01.75/II e 15.2.28, Ima Mendonça De Souza Jaz. 2.01.07/II, Francisco Gonçalves De Albuquerque Jaz. 4.01.15/II, Elizeu Nunes Folgado Jaz. 2.01.08/II, Estevan Domingos Dos Santos Jaz. 2.01.17/II, Nairize Modesto De Farias Jaz. 4.01.130/II, Hermendes Claudinei Bellini Jaz. 4.01.29/S, Aparecida De Lourdes Cirino Jaz. 6.01.38/II, Jonir Bispo Da Cruz Jaz. 8.01.108/II, Rudson Roberto Cabral Jaz. 8.01.88/II, Fernando Assupcao Cancado Jaz. 8.01.69/II, Gerson Bernardino Sena Jaz. 4.01.53/II, João Damaeno Ferreira Jaz. 8A.1.28, Carlos Marques De Campos Jaz. 4.01.33/S, Genúlia Maria De Carvalho Jaz. 3.01.75/S, Emília Catarina Martins Drumond Jaz. 7.01.78/II S, Jesuino Souza De Aguiar Jaz. 5.01.50/S, Alvaro Eduardo Pereira Jaz. 11.01.73/S, Harrison Rainier Ribeiro Jaz. 5.01.26/S, Elmiro Wiemen Jaz. 8.01.38/II, Gaieno Francisco Da Silva Jaz. 6.01.31/II, Edson Torquato De Souza Jaz. 2.01.47/II, Helio Alves De Oliveira Jaz. 4.1.56/II, Argemiro Ribeiro De Magalhães Jaz. 5.01.29/II, Jociney Da Silva Figueiredo Jaz. 5.01.13/II, Guido Pereira Leite Jaz. 4.01.36/III, Jânio Modesto De Oliveira Jaz. 3.01.38/II, Irene Marcelino Machado Barbosa Jaz. 8A.3.09, Fernando Barbosa Dos Reis Jaz. 3.01.75/S, Circo Alexandre Da Silva Jaz. 8A.1.12, João B. Gomes De Campos Jaz. 2.01.81/II, Joao Demira Xavier Do Amaral Jaz. 8A.1.12, João B. Gomes De Campos Jaz. 2.01.81/II, João Gonçalves Da Silva Jaz. 4.01.86/III, Hildo Martins Siqueira Jaz. 2.01.55/II, Helio De Arruda Jaz. 6.01.52/II, Ernesto Lopes Tome Jaz. 2.01.42/II, Geraldo Bispo Da Silva Jaz. 4.01.78/II.

SOMATEM - Soc. Mat. Empreem. S/C Ltda. C. 1352

ALCOPAN - ÁLCOOL DO PANTANAL LTDA. torna público que requerer à FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEMa a renovação da sua Licença de Operação (L.O.), pelo prazo de validade, para a fabricação de álcoois etílicos de cana de açúcar, hidratado e anidro, na sua destilaria instalada no Km 16 da Estrada Coenge, zona rural do Município de Poconé, MT. Poconé (MT), 25 de maio de 1.998.

C. 1355

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam pelo presente edital de convocação, convocados todos os trabalhadores enquadrados na categoria diferenciada dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de MATUPÁ, PEIXOTO DE AZEVEDO, GUARANTÁ DO NORTE E NOVO MUNDO, Estado de Mato Grosso para comparecerem no dia 05 de junho de 1998, às 19 30 horas, na Rua 15, nº 119, - Centro, Matupá - Estado de Mato Grosso para tomarem conhecimento e deliberarem sobre a formação, fundação, aprovação dos estatutos, eleição e Posse da Diretoria e Conselho Fiscal, Delegados representantes e respectivos suplentes e estabelecimento da Base Territorial do SINDICATO DOS TRABALHADORES NA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS EM GERAL DE MATUPÁ, PEIXOTO DE AZEVEDO, GUARANTÁ DO NORTE E NOVO MUNDO, podendo comparecer, participar, debater, votar a ser votado, todos os trabalhadores residentes ou que exerçam suas atividades nos Municípios de MATUPÁ, PEIXOTO DE AZEVEDO, GUARANTÁ DO NORTE E NOVO MUNDO - MT.

Matupá - MT, 22 de Maio de 1998

JOSÉ DOS SANTOS Comissão de Fundação

DIÁRIO OFICIAL



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Preço deste exemplar R\$ 1,00 D O e D J atrasado R\$1,50

ASSINATURAS Jornal reunido no Balcão/IOMAT

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

PUBLICAÇÃO Deverão ser encaminhadas a administração com 24 horas de antecedência, datilografadas em gabarito da IOMAT

Trimestral R\$ 40,00 Semestral R\$ 80,00 Entrega a domicílio Cuiabá/Varzea Grande

Autarquia criada pela Lei 3907 de 19 de setembro de 1977, vinculada a Secretaria de Administração

EXPEDIENTE De 2ª a 6ª feira Das 12:00 as 18:00

Demais localidades (via correio) Trimestral R\$ 170,00 Semestral R\$ 340,00

Marcos Antonio M dos Santos PRESIDENTE

ADMINISTRAÇÃO E OFICINA

Distribuidora de Jornais CULTURA LTDA Rua São Cristóvão,452 Dom Aquino CEP 78015-300 Fone Fax (065) 624 6660

Miguel Lopes da Silva Filho DIRETOR TÉCNICO

Rua Treze de Junho, 431 Cuiabá-MT Tel (065) 624-3848 Fax (065) 624 7519 Caixa Postal nº 80 CEP 78 005 450

Ivo Olavarria de Melo DIRETOR ADM FINANCEIRO

AUGUSTO KISHIDA, torna público que requereu à Fundação Estadual do Meio Ambiente FFMA-MT, a renovação da Licença Prévia nº 002/97 para atividade de exploração mineral sob o regime de Lavra Garimpeira no Município de Pontes e Jacaré-MT

C:1348

AUGUSTO KISHIDA, torna público que requereu à Fundação Estadual do Meio Ambiente FFMA-MT, a renovação da Licença Prévia nº 011/97 para atividade de exploração mineral sob o regime de Lavra Garimpeira no Município de Pontes e Jacaré-MT

C:1348

EXTRAVIO DE DOCUMENTOS

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e efeitos que foram extraviados os documentos abaixo relacionados cujas características são as seguintes: Todos os Livros de Escrituração Fiscal, os Blocos de Notas Fiscais, da Empresa REIMER & FILHOS LTDA, CGC/MF nº 00.243 980/9001-53, Inscrição Estadual nº 13.014 146-1, com sede em Ribeirãoascalheira/MT, sito a Av. Padre João Bosco s/nº-Centro.

Cuiabá, 26 de maio de 1.998.

ASSINATURA ILEGÍVEL RG 3x1

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e efeitos que foram extraviados os documentos abaixo relacionados cujas características são as seguintes: Livro de Registro de Inventário nº 01, DAME referente os seguintes anos 1986, 1987, 1988, 1990, 1991 e 1992, da Empresa ROZELY CARVALHO DE CASTRO ARRUDA, situada a Rua Valparaíso, Qdº 08, Lote 13, nº 01, bairro Jd das Américas-Cuiabá/MT

Cuiabá, 22 de maio de 1.998

ASSINATURA ILEGÍVEL RG C:1336 3 x 1

EXTRAVIO DE DOCUMENTOS PROVEL COMÉRCIO - REPRESENTAÇÃO E SERVIÇO LTDA. CGC 33.677.006/0001-57

A PROVEL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, CGC Nº 33.677.006/0001-57, sediada a Av. Ipiranga nº 2 200-Bairro Cidade Alta - Cuiabá/MT, torna-se público o furto de uma bolsa preta do seu veículo Belina, na qual encontra-se os seguintes documentos: Documento de cheque nº 101009 a 101040, todas as folhas em branco, Documentos pessoais do seu proprietário, talão de cheque nº 0300233 a 0300240 e cartão bancário s/ assinatura, Cartão de Crédito-Visa, Cartão Mastercard em nome de Arnaldo da Penha Correa, Documentos do Veículo Belina 83, Carteira de Motorista e outros. Os talões de cheque de cartões de créditos pertencem ao Banco UNIBANCO - Agência 0455 - Varzea Grande.

Cuiabá, 22 de maio de 1.998

Arnaldo Penha Correa

DE

DOCUMENTOS EXTRAVIADOS

MADEREIRA LAÇADOR LTDA empresa jurídica de direito privado estabelecida na Rua da Piscina S/N, Bairro Industrial na Cidade de Sorriso-MT inscrita no CGC/MF sob o nº 36.911.535/0001-61 comunica a quem essa possa interessar, que não iniciou suas atividades não confeccionou bloco de notas e nem livros fiscais. Neste ato representado por seu sócio Jorge Antonio Baldo portador do CPF sob nº 175 488 880-15 Cuiabá 26 de Maio de 1998

D.G.

HINO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Decreto nº 208 de 05 de setembro de 1983 Letra de Dom Francisco de Aquino Correa e musica do maestro Emílio Heine

limitando qual o novo colosso, O ocidente do imenso Brasil, Eis aqui sempre em flor, Mato Grosso, Nosso berço glorioso e gentil!

Eis a terra das minas faiscantes, Eldorado como outro não há, Que o valor de imortais bandeirantes Conquistou ao feroz Palaguás!

Salve, terra de amor Terra de ouro, Que sonhara Moreira Cabral! Chova o céu Dos teus dons o tesouro Sobre tí, bela terra natal!

Terra noiva do céu, linda terra A quem lá do céu toda azul, Beija ardente o astro louro na serra, E abençoa o cruzeiro do sul!

Salve, terra de amor, Terra de ouro Que sonhara Moreira Cabral! Chova o céu Dos teus dons o tesouro Sobre tí, bela terra natal!

Héves fina, erva mate preciosa, Palmas mil são florões, E da fauna e da flora o índio goza A opulência em teus virgens sertões!

O diamante sorri nas gruplaras Nos teus rios que joram e flux, A hulha branca das águas tão claras, Em cascatas de força e de luz!

Salve, terra de amor, Terra de ouro, Que sonhara Moreira Cabral! Chova o céu Dos teus dons o tesouro Sobre tí, bela terra natal!

De teus bravos a glória se expande De Dourados até Corumbá, O ouro deu-te renome tão grande, Porém mais nosso amor te dará!

Houve, pois, nossas juras solenes De fazermos, em paz e união, Teu progresso imortal como a fênix Que ainda timbra o teu nobre brasão!

Salve, terra de amor, Terra de ouro, Que sonhara Moreira Cabral! Chova o céu Dos teus dons o tesouro Sobre tí, bela terra natal!



## COMUNIDADE

# "Comunidade Solidária"

## beneficia 20 municípios

O governador do Estado lançou na semana passada com a presença de prefeitos vereadores, deputados representantes de entidades e lideranças comunitárias o programa Comunidade Solidária, a ser implementado em 20 municípios de Mato Grosso mais a capital. O programa é uma proposta de parceria entre os governos Federal Estadual Prefeituras e sociedade civil organizada. Os 20 municípios contemplados foram escolhidos pelo Governo Federal com base nos indicadores de baixa condição de sobrevivência levantados pelo IBGE/Unicef (Mapa da fome). Foram convidados os prefeitos e integrantes da Câmara Municipal de todos os municípios que vão receber o selo de prioridade, para a implantação de projetos sociais que venham beneficiar as comunidades carentes.

Os municípios que farão parte da primeira etapa de implantação do programa são Alto Paraguai Araguaína, Jauru, Nova Brasilândia, Peixoto de Azevedo, Poxoréo Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger Tesouro e Cuiabá. Na segunda etapa serão contemplados os municípios de Barão de Melgaço, Chapada dos Guimarães, Colíder, Guarantã do Norte Nobres, Nossa Senhora do Livramento, Ponte Branca, Porto Alegre do Norte, Por-



Thelma de Oliveira, coordenadora do "Comunidade Solidária" em Mato Grosso, recebe a visita da primeira-dama de Goiás, sr. Maguito Vilella, que quis conhecer os programas sociais do Estado.

to dos Gauchos, Rio Branco e Santa Terezinha.

Hoje o governador Dante de Oliveira deverá assinar decreto nomeando o Conselho do Estado do Programa Comunidade Solidária, com representantes do Estado e da sociedade civil organizada. Esse conselho, presidido pela presidente da Prosol, entidade responsável pela implementação do programa em Mato Grosso, vai gerenciar o Comunidade Solidária. Cada município também deverá formar seus conselhos municipais. A presidente da Prosol, Thelma de Oliveira, vai percorrer todas as cidades contempladas para debater os problemas e estabelecer as prioridades. O governo do Estado deverá dar todo apoio na elaboração dos projetos.

O evento será dividido em duas etapas. A partir das 15 horas acontece a abertura da solenidade de lançamento do programa, com a presença do governador, prefeitos, vereadores, deputados e lideranças comunitárias. Logo após a instalação do conselho, a partir das 16 horas, começa uma reunião técnica com as equipes dos municípios, onde a presidente da Prosol irá expor detalhadamente o programa Comunidade Solidária. No final, será definida a agenda de viagens aos municípios.

## Estado processa devedores do ICMS

Como parte do programa de combate à sonegação, a Procuradoria Geral do Estado ajuizou ações de execução fiscal contra alguns dos maiores devedores do ICMS. As medidas que estão sendo tomadas pelo Estado para impeciosos os devedores a saldarem suas dívidas para com o Fisco estadual vão desde o bloqueio das contas bancárias pessoais dos sócios-proprietários e das firmas, até a indisponibilidade dos bens móveis de automóveis e telefones. Os bens móveis penhorados serão removidos das empresas e ficarão retidos em patrimônio próprio da Secretaria de Fazenda, até o pagamento dos débitos.

Além dessas medidas judiciais na área cível a 11ª Promoto-

ria Criminal que se encontra instalada na sede da Secretaria de Fazenda, está requisitando a instauração de inquérito policial e ajuizando ações penais por crime de sonegação fiscal. De acordo com a Lei Penal, o crime de sonegação fiscal pode ser apenado com dois a cinco anos de cadeia.

A Sefaz alerta que os contribuintes em débito com o ICMS deverão regularizar imediatamente sua situação perante o Fisco do Estado através do pagamento ou parcelamento dos débitos antes de recebimento da Notificação pela Promotora Criminal. Segundo fontes da Sefaz somente os devedores que regularizarem seus débitos de imediato deixarão de sofrer ação penal.

Entre os maiores devedores do ICMS contra os quais foram distribuídas ações judiciais estão as seguintes empresas:

Servebem Com Produtos Alimentícios Ltda  
Comércio Atacadista Dist Centro-Oeste Ltda  
Textado Brasil S A Prod Petróleo  
D Rodrigues da Silva - Comercial Rodrigues  
Elias Dias Pereira - Comercial São José (Juara)  
Atacadista Santa Aurora Ltda  
Brastintas  
Laticínio Beira Rio (Rondonópolis)  
Muffato Wichoski Ltda (Sinop)

Loja Três Américas Ltda.  
A A Cardoso & Cia Ltda - Distribuidora Antártica (Barra do Garças)  
Cooperativa Agrícola Mista Colíder Ltda (Colíder)  
Nelson Coutinho Transportes Ltda (Barra do Garças)  
Transportadora Zanmar Ltda (Rondonópolis)  
Cocapo - Cooperativa agrícola Prod Cana de Poconé (Poconé)  
Corexport Com. Exp Cereais Ltda (Mirassol d'Oeste)  
Distribuidora de Bebidas 2000 Ltda (Várzea Grande)  
C R dos Santos Comercial (Figueirópolis)  
Comercial Ipase de Prod Alimentícios Ltda (Várzea Gran-

de)  
Cáceres Ind. Com de Couros Ltda. (Cáceres)  
Araguaia Bebidas Ltda - Distribuidora Antártica (Nova Xavantina)  
Frigorífico Extremo Oeste Ltda (Mirassol d'Oeste)  
Luiz Carlos Gonçalves (Figueirópolis)  
Produtos Alimentícios Potiguara Ltda (Várzea Grande)  
Laticínio Monte Castelo Ind Com Ltda (São José dos Quatro Marcos)  
A dívida com ICMS dessas empresas gira em torno de R\$ 22.539.207,75 vinte e dois milhões, quinhentos e trinta e nove mil, duzentos e sete reais e setenta e cinco centavos.

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE – MT JUÍZO DA QUARTA VARA  
**EDITAL DE INTIMAÇÃO**

**AUTOS N. 75-41.2009.811.0002** ou **10/2009 CÓDIGO 219814** ESPÉCIE: Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCES. PARTE AUTORA: ALCOOPAN - ÁLCOOL DO PANTANAL LTDA, TRANSDIAMANTINO TRANSPORTES LTDA, MÉDIO NORTE DIESEL LTDA, AGRO- INDUSTRIAL IRMÃOS ZULLI LTDA, COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO MÉDIO NORTE LTDA, ZULLI DIESEL LTDA, ZULLI VIAGENS E TURISMO LTDA, AGIZUL-ARMAZENS GERAIS IRMÃOS ZULLI LTDA, AUTO POSTO E LANCHONETE ZULLI LTDA, SILVIO ZULLI, ISIDORO ZULLI, NICOLA CASSINI ZULLI, RUBENS ZULLI E ENIO ZULLI, que juntos compõem o denominado Grupo Zulli, ADVOGADOS: EUCLIDES RIBEIRO S JUNIOR e EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS ADMINISTRADOR JUDICIAL: BRUNO MEDEIROS PACHECO **FINALIDADE: INTIMAÇÃO DOS CREDORES, TERCEIROS E INTERESSADOS DA SENTENÇA DA DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA da Parte Autora, bem como, que os credores terão o prazo de 15 dias para as habilitações de crédito** (art. 99, IV), ficando dispensados aqueles que já constaram corretamente na relação de credores consolidada, utilizada pelo Administrador Judicial nas AGC's, deverão as habilitações serem entregues diretamente ao Administrador Judicial (art. 7º, § 1º). **DECISÃO:** Diante de todo o exposto, e com fundamento nos artigos 50, § 1º; 53, caput; e 73, parágrafo único da Lei n.º 11.101/2005, declaro aberta nesta data a FALÊNCIA DE ALCOOPAN – ÁLCOOL DO PANTANAL LTDA, TRANSDIAMANTINO TRANSPORTES LTDA, MÉDIO NORTE DIESEL LTDA, AGROINDUSTRIAL IRMÃOS ZULLI LTDA, COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO MÉDIO NORTE, ZULLI DIESEL LTDA, ZULLI VIAGENS E TURISMO LTDA, AUTO POSTO E LANCHONETE ZULLI LTDA, SILVIO ZULLI, ISIDORO ZULLI, NICOLA CASSINI ZULLI, RUBENS ZULLI, ENIO ZULLI, que juntos compõem o denominado Grupo Zulli, todos qualificados na petição inicial. Em consequência, DETERMINO: 1) A manutenção do Administrador Judicial, DR. BRUNO MEDEIROS PACHECO, advogado inscrito na OAB/MT sob o nº 6065, com endereço sito à Rua Treze de Junho, nº 895, sala nº 303, edifício Treze de Junho "Centro Executivo", Centro Sul, Cuiabá/MT, CEP 78.020-000, fones: (65) 3624 6012, (65) 9981 1960, e-mail: brunompacheco@terra.com.br, que deverá ser intimado pessoalmente para, no prazo de 48 (quarenta e oito horas), assinar o novo termo de compromisso, sob pena de substituição (arts. 33 e 34.2) O Administrador Judicial deverá proceder à imediata arrecadação dos bens, documentos e livros (art. 110), bem como a avaliação dos bens, separadamente ou em bloco, no local em que se encontrem (arts. 108 e 110), para realização do ativo (arts. 139 e 140), sendo que ficarão eles sob sua guarda e responsabilidade (art. 108, § 1º), devendo a fim de evitar risco para a execução da etapa de arrecadação, providenciar a lacração do local onde se encontram os bens a serem arrecadados (art. 109), ficando, por ora, o Administrador Judicial como depositário. 3) No que concerne aos livros deve o Administrador Judicial providenciar o seu encerramento e guarda em local que indicar. 4) Feita a realização do ativo e procedida à avaliação, deverá o Administrador Judicial promover meios para a alienação dos mesmos, por uma das formas previstas no artigo 140, observada a ordem de preferência; devendo a venda ocorrer por determinação deste juízo, após ouvido o Administrador Judicial e atendendo à orientação do Comitê, se houver, por uma das modalidades estabelecidas no artigo 142.5) Fixo o termo legal da falência no 90º (nonagésimo) dia anterior ao dia da distribuição do pedido de recuperação judicial (art. 99, II). 6) Determino que a Sra. Gestora Judiciária faça constar no Edital de Publicação desta sentença, que os credores terão o prazo de 15 dias para as habilitações de crédito (art. 99, IV), ficando dispensados aqueles que já constaram corretamente na relação de credores consolidada, utilizada pelo Administrador Judicial nas AGC's. 6.1) Deverão as habilitações serem entregues diretamente ao Administrador Judicial (art. 7º, § 1º). 7) Nos termos do disposto no artigo 99, inciso V, ordeno a suspensão de todas as ações ou execuções contra as falidas que ainda estiverem em andamento, ressalvadas as hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º do art. 6º da mesma Lei. 8) Fica proibida a prática de qualquer ato de disposição ou oneração de bens das falidas, sem autorização judicial (art. 99, inciso VI). 9) Ordeno que se oficie ao Registro Público de Empresas (JUCEMAT), solicitando que proceda à anotação da decretação da falência no registro dos devedores, para que conste a expressão "FALIDA", a data da decretação da falência e a inabilitação de que trata o art. 102 da Lei n.º 11.101/2005 (art. 99, inciso VIII). 10) Determino a expedição de ofícios aos órgãos e repartições públicas e outras entidades (Detran, Receita Federal, Banco Central, Serviços de Registros de Imóveis) para que informem a existência de bens e direitos dos falidos (art. 99, X). 11) Ante as denúncias feitas pelos Órgãos do Ministério Público da prática irregular das atividades, fica proibida a continuidade das atividades provisórias das falidas, procedendo-se à lacração conforme já determinado (art. 99, XI). 12) A intimação do Ministério Público e a comunicação por carta registrada às Fazendas Públicas Federal e de todos os Estados e Municípios em que os devedores tiverem estabelecimento para que tomem conhecimento da decretação da falência (art. 99, XIII). 13) EXPEÇA-SE EDITAL, nos termos do disposto no parágrafo único do artigo 99, que deverá conter a íntegra da presente decisão, devendo nele constar, ainda, a relação de credores nos moldes consignados no item "6". 14) Comunique-se, com cópia da presente decisão aos Egrégios Tribunais Regionais do Trabalho, solicitando, se possível, que dê ciência aos Meritíssimos Juizes do Trabalho, às Varas Cíveis desta Comarca e da Comarca da Capital, às Varas de Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso, e ao Ministério Público do Trabalho. 15) Consigno que nos ofícios oriundos de outros Juízos, solicitando informações sobre o andamento do processo, deverá constar a data do ingresso do pedido de recuperação judicial, do deferimento de seu processamento, a data da decretação da falência, o nome e endereço do Administrador Judicial. 16) Proceda-se a Sra. Gestora Judiciária às retificações necessárias nos registros e na atuação do feito, inclusive junto ao Cartório Distribuidor para que passe a constar a falência dos devedores. 17) Defiro, ainda o pedido formulado pelos Órgãos do Ministério Público para autorizar o levantamento da importância de R\$ 687.185,20 (seiscentos e oitenta e sete mil, cento e oitenta e cinco reais e vinte centavos), que deverão ser utilizados para pagamento dos salários atrasados dos trabalhadores. Fundamento o deferimento do presente pedido nas mesmas razões que já sustentaram liberações anteriores autorizadas para o mesmo fim, e o faço transcrevendo os seguintes trechos: "Não há dúvidas que o salário é a contraprestação devida pelo empregador em função do serviço prestado pelo empregado, sendo este o preço da força de trabalho que o empregado coloca à disposição do empregador, por meio do contrato de trabalho. É evidente, portanto, que o trabalhador no momento da sua contratação, objetiva o recebimento da contraprestação do empregador, isto é, o recebimento dos salários compatíveis com a sua função, pouco importando a situação financeira da empresa, ou seja, se está ou não em recuperação judicial. (...) Não se pode olvidar que o direito ao salário assegura ao trabalhador outros direitos dele decorrentes, como o direito à alimentação, à saúde, moradia, lazer, dentre outros, cuja omissão contrariaria frontalmente o princípio da dignidade da pessoa humana. Ademais, não bastasse a inequívoca obrigação da empresa recuperanda em adimplir os salários dos empregados, frisa-se, dívidas estas contraídas durante a recuperação judicial, são consideradas extraconcurais, em caso de decretação da falência, conforme dispõe o art. 6º da Lei nº 11.101/2005. (...) No mesmo sentido, dispõe o art. 83 da Lei nº 11.101/2005, que a classificação dos créditos na falência obedece à seguinte ordem: 1 – os créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e os decorrentes de acidentes de trabalho. Logo, conclui-se que os créditos derivados da legislação do trabalho são preferenciais em relação aos demais." Ressalto que tal comando não colide com a decisão proferida nos autos do Recurso de Agravo de Instrumento Nº 102643/2011, que sustou qualquer "liberação de alvará judicial, a título de pagamento de salários atrasados dos empregados". Isto porque, trata-se de verbas trabalhistas que se constituem em créditos extraconcurais e que preferem todos os demais, além do fato da liberação estar ocorrendo em sede de falência e não mais sob o regime de Recuperação de Empresas Judicial, usado com fundamento da referida decisão. 17.1) O pagamento dos salários deverá ocorrer mediante expedição de ALVARÁ JUDICIAL INDIVIDUAL, isto é, para cada trabalhador, conforme relação juntada às fls. 9691/9692, ressaltando que o empregado, pessoalmente ou por procurador legalmente constituído, deverá comprovar o antigo vínculo empregatício; ficando ainda ressalvada a possibilidade de depósito em conta corrente individual, a ser indicada por cada trabalhador, se assim preferir, mediante requerimento prévio. A fim de dar maior publicidade a esta decisão determino que o Administrador Judicial, providencie, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a retirada do edital e proceda à publicação no Diário Oficial e em jornal de grande circulação, bem como proceda à afixação do edital, de forma ostensiva, na sede e filiais das falidas. Providencie a Sra. Gestora Judiciária COM URGÊNCIA a imediata publicação desta decisão, também no Diário da Justiça Eletrônico, juntamente com a publicação do Edital, contendo o nome dos advogados que estiverem presentes na AGC do dia 08/05/2012, visando dar o mais amplo conhecimento da declaração da falência e demais conteúdos desta decisão. P.I.C. Várzea Grande, 23 de agosto de 2012. ANGLIZEY SOLIVAN DE OLIVEIRA - JUÍZA DE DIREITO **RELAÇÃO DOS CREDORES:** 1 BANCO BAMERINDUS R\$ 165.339,90 GARANTIA REAL - 2 BANCO BAMERINDUS R\$ 243.060,30 GARANTIA REAL - 3 BANCO BAMERINDUS R\$ 165.339,90 GARANTIA REAL - 4 BANCO BAMERINDUS R\$ 11.823,52 GARANTIA REAL - 5 BANCO BRADESCO R\$ 2.163.496,03 GARANTIA REAL - 6 BANCO DO BRASIL S/A R\$ 201.473.533,15 GARANTIA REAL - 7 BANESTADO R\$ 1.890.359,78 GARANTIA REAL - 8 FERNANDO MENDONÇA R\$ 4.167.140,71 GARANTIA REAL - 9 LIVRO CIA SEC. DE CRÉDITO FINANCEIROS R\$ 40.712.383,87 GARANTIA REAL - 10 PIRAN SOC. FOMENTO COMERCIAL R\$ 8.216.264,20 GARANTIA REAL 1 ABADIR DISTRIBUIDORA DE ROLAMENTOS LTDA R\$ 23.269,67 QUIROGRAFÁRIO - 2 ACOBETT IND. MET. E COM LTDA R\$ 9.175,36 QUIROGRAFÁRIO - 3 ADRIANA AZEVEDO DA COSTA R\$ 1.144,00 QUIROGRAFÁRIO - 4 ADRIANO VENDICIANO DOS SANTO R\$ 600,00 QUIROGRAFÁRIO - 5 ADURRA COM DE P. MÉDICO HOSP. R\$ 1.447,13 QUIROGRAFÁRIO - 6 AGRO AMAZÔNIA LTDA R\$ 35.728,89 QUIROGRAFÁRIO - 7 AGRO ANÁLISE LTDA R\$ 11.939,40 QUIROGRAFÁRIO - 8 AGRO INDUSTRIAL ZULLI R\$ 81.566,65 QUIROGRAFÁRIO - 9 AGROMIL SONTAG LTDA - ERICO R\$ 246.422,50 QUIROGRAFÁRIO - 10 AGRONÓMIOS PROD. AGROPECUÁRIOS R\$ 2.115,00 QUIROGRAFÁRIO - 11 AIB ASSOCIATED INDUSTRIES DO BRASIL R\$ 7.020,00 QUIROGRAFÁRIO - 12 ALBERT PRINZ VON THURN UND TAXIS R\$ 409.000,00 QUIROGRAFÁRIO - 13 ALCOMAS LTDA R\$ 430.987,51 QUIROGRAFÁRIO - 14 ALCOPAN ÁLCOOL DO PANTANAL LTDA R\$ 30.589,00 QUIROGRAFÁRIO - 15 ALESSANDRA K. BUENO E ELIANE SCHWERTZ R\$ 50.306,42 QUIROGRAFÁRIO - 16 ALL - STATES DO BRASIL IND. R\$ 10.988,79 QUIROGRAFÁRIO - 17 ALOYSIO ARLINDO KASPER R\$ 137.574,85 QUIROGRAFÁRIO - 18 ALPHA ENGENHARIA E REPRESENT. R\$ 2.000,00 QUIROGRAFÁRIO - 19 ALVORADA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS R\$ 473,50 QUIROGRAFÁRIO - 20 ANATEL AGENCIA NACIONAL TELECOMUNICAÇÕES R\$ 2.041,15 QUIROGRAFÁRIO - 21 ANTONIO ALVES R\$ 299.324,30 QUIROGRAFÁRIO - 22 ANTONIO HERMES DE ALMEIDA R\$ 8.770,00 QUIROGRAFÁRIO - 23 ANUNCIAÇÃO ANUNCIAÇÃO LTDA R\$ 500,00 QUIROGRAFÁRIO - 24 APOIO VENDA-REVISTA PROCANA R\$ 409,50 QUIROGRAFÁRIO - 25 ARMANDO MARQUES SOLDA T S R\$ 800,00 QUIROGRAFÁRIO - 26 ASES TURBINAS INDUSTRIA E COM. R\$ 3.000,00 QUIROGRAFÁRIO - 27 ASPEN DISTRIBUIDORA LTDA R\$ 8.069,76 QUIROGRAFÁRIO - 28 ASPERTEC MECÂNICA INDUSTRIAL R\$ 1.250,00 QUIROGRAFÁRIO - 29 ATHENA INFOR E ASSIST. TECN. R\$ 8.000,00 QUIROGRAFÁRIO - 30 AUTO PECAS CLARIM LTDA R\$ 4.400,00 QUIROGRAFÁRIO - 31 AUTO PECAS IRMÃOS SOUZA LTDA R\$ 88.846,00 QUIROGRAFÁRIO - 32 AUTO POSTO E LANCHONETE ZULLI LTDA R\$ 4.000,00 QUIROGRAFÁRIO - 33 BANCO AGRO INVEST R\$ 2.482,70 QUIROGRAFÁRIO 34 BANCO AGRO INVEST R\$ 631.862,60 QUIROGRAFÁRIO - 35 BANCO AMÉRICA DO SUL R\$ 480.455,72 QUIROGRAFÁRIO - 36 BANCO BAMERINDUS R\$ 1.112.119,58 QUIROGRAFÁRIO - 37 BANCO BFB R\$ 90.000,00 QUIROGRAFÁRIO 38 BANCO BIC R\$ 207.988,68 QUIROGRAFÁRIO - 39 BANCO BIC R\$ 33.000,00 QUIROGRAFÁRIO- 40 BANCO BIC R\$ 21.513,66 QUIROGRAFÁRIO - 41 BANCO DO BRASIL S/A R\$ 171.389.388,09 QUIROGRAFÁRIO - 42 BANCO ECONÔMICO R\$ 941.087,58 QUIROGRAFÁRIO - 43 BANCO PROGRESSO R\$ 18.371,19 QUIROGRAFÁRIO - 44 BANESTADO R\$ 776.543,00 QUIROGRAFÁRIO - 45 BIGOLIN MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA R\$ 6.940,00 QUIROGRAFÁRIO - 46 BIOAGRO INDÚSTRIA E COM. AGROP. LTDA R\$ 320.736,00 QUIROGRAFÁRIO - 47 BOTINAS AMAZONAS LTDA R\$ 4.540,20 QUIROGRAFÁRIO - 48 BOTRAN TRANSPORTADORA R\$ 101.000,00 QUIROGRAFÁRIO - 49 BRADESCO SEGUROS R\$ 1.540,00 QUIROGRAFÁRIO - 50 BRANEL COM DE MAT. ELETR. LTDA R\$ 24.822,53 QUIROGRAFÁRIO - 51 BRUMIL SERVIÇOS E COMÉRCIO R\$ 6.069,80 QUIROGRAFÁRIO - 52 BUNGE FERTILIZANTES LTDA R\$ 453.458,66 QUIROGRAFÁRIO - 53 BUNGE FERTILIZANTES LTDA R\$ 3.985.200,00 QUIROGRAFÁRIO - 54 BURGMANN DO BRASIL VEDAÇÕES R\$ 2.893,79 QUIROGRAFÁRIO - 55 C MACEDO PECAS AGRÍCOLAS S/A R\$ 290,00 QUIROGRAFÁRIO - 56 CAFÉ QUITADA TIP DIST IND R\$ 836,00 QUIROGRAFÁRIO - 57 CALCÁRIO CARMELO LTDA FHGR R\$ 3.248,80 QUIROGRAFÁRIO - 58 CAPITAL SEGURANÇA LTDA R\$ 10.320,00 QUIROGRAFÁRIO - 59 CAPLETTI E PIACENTINI LTDA R\$ 3.612,00 QUIROGRAFÁRIO - 60 CARÇAÇAS GUIMARAES LTDA R\$ 800,00 QUIROGRAFÁRIO - 61 CARIMAO PECAS P/ TRAT LTDA R\$ 5.192,34 QUIROGRAFÁRIO - 62 CARLIM COM. DE PECAS AUTOMOTIVAS R\$ 8.690,44 QUIROGRAFÁRIO - 63 CASA DA BORRACHA COMERCIAL LTDA R\$ 67.554,51 QUIROGRAFÁRIO - 64 CASA DA BORRACHA COMERCIAL LTDA R\$ 54.103,82 QUIROGRAFÁRIO - 65 CASA DO PADEIRO MATO GROSSO LTDA R\$ 6.531,00 QUIROGRAFÁRIO - 66 CASA DOS FREIOS R\$ 4.800,00 QUIROGRAFÁRIO - 67 CASA DOS FREIOS CAMINHÕES E CARRETA LTDA R\$ 152,50 QUIROGRAFÁRIO - 68 CASA DOS FREIOS MODELO LTDA R\$ 20.388,51 QUIROGRAFÁRIO - 69 CB SERV CONSULTORIA LTDA R\$ 18.147,50 QUIROGRAFÁRIO - 70 CELSO FERREIRA PENCO R\$ 200.000,00 QUIROGRAFÁRIO - 71 CELSO NOGUEIRA R\$ 40.000,00 QUIROGRAFÁRIO - 72 CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S/A R\$ 2.973.660,04